



PEDRO MENDES LOUREIRO

**Poder de Estado e o capital: uma apreciação crítica da
transição para o Estado capitalista contemporâneo e da
relação entre o político e o econômico em Bob Jessop**

**Campinas
2013**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

PEDRO MENDES LOUREIRO

**Poder de Estado e o capital: uma apreciação crítica da
transição para o Estado capitalista contemporâneo e da
relação entre o político e o econômico em Bob Jessop**

Prof. Dr. Maurício Chalfin Coutinho– orientador

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestre em Ciências Econômicas.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL
DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO PEDRO MENDES
LOUREIRO E ORIENTADA PELO PROF. DR.
MAURÍCIO CHALFIN COUTINHO

Orientador

**CAMPINAS
2013**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Maria Teodora Buoro Albertini - CRB 8/2142

L934p Loureiro, Pedro Mendes, 1987-
Poder de estado e o capital : uma apreciação crítica da transição para o estado capitalista contemporâneo e da relação entre o político e o econômico em Bob Jessop / Pedro Mendes Loureiro. – Campinas, SP : [s.n.], 2013.

Orientador: Maurício Chalfin Coutinho.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Jessop, Bob. 2. Economia. 3. Economia marxista. I. Coutinho, Maurício Chalfin, 1952-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: State power and capital : a critical appraisal of the transition to the contemporary capitalist state and of the relationship between the economic and the political in Bob Jessop

Palavras-chave em inglês:

Jessop, Bob

Economics

Marxian economics

Área de concentração: Teoria Econômica

Títuloção: Mestre em Ciências Econômicas

Banca examinadora:

Maurício Chalfin Coutinho [Orientador]

Eduardo da Motta e Albuquerque

Eduardo Barros Mariutti

Data de defesa: 28-06-2013

Programa de Pós-Graduação: Ciências Econômicas



DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

PEDRO MENDES LOUREIRO

Poder de Estado e o capital: uma apreciação crítica da transição para o Estado capitalista contemporâneo e da relação entre o político e o econômico em Bob Jessop

Defendida em 28/06/2013

COMISSÃO JULGADORA

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Maurício Chalfin Coutinho".

Prof. Dr. MAURÍCIO CHALFIN COUTINHO
Instituto de Economia / UNICAMP

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Eduardo Barros Mariutti".

Prof. Dr. EDUARDO BARROS MARIUTTI
Instituto de Economia / UNICAMP

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Eduardo da Motta e Albuquerque".

Prof. Dr. EDUARDO DA MOTTA E ALBUQUERQUE
Cedeplar/UFMG

AGRADECIMENTOS

O resultado de um esforço criativo sempre encontra na indicação lacônica da autoria uma elipse, incapaz de fazer jus às inúmeras contribuições formadoras daquele que leva na capa o nome estampado. Reconhecer as dívidas, ou na verdade dádivas, pessoais e intelectuais que tornaram possível este trabalho é seguramente tarefa irrealizável; são tantos e tantas cujos caminhos se entrelaçam com os meus a ponto de não os poder distinguir e, ora separados no espaço ou não, somos coautores desta expressão final de um longo momento. Que estas páginas registrem um marco em nossa trajetória conjunta – são elas próprias o reconhecimento do vocês-em-mim, um profundo *obrigado!* a todas as pessoas que me são caras. Assim, aos amigos e amigas, a quem tenho o orgulho e prazer de chamar de família: uma vez mais tomo esse momento para agradecer sua companhia, essa presença tão forte e tão marcante que não só torna possível cada dia como também os imbui do único sentido possível – prosseguirmos lado a lado na certeza que temos uns aos outros. A união que nos marca, e que insistimos em fazer com que nos marque, é a resposta definitiva de que, sim, as trilhas que venho perseguindo valeram a pena.

Não obstante, alguns reconhecimentos mais pontuais são cabíveis. Querida amiga que de tão próxima que sempre estás não sinto tua distância, senão pela constante saudade, quanto contigo aprendi! Quanto vivi e descobri, quanto tenho a agradecer! Bem o sabes que não estivesse a meu lado nada disso teria sido possível – teu inestimável companheirismo dá novo sentido às menores e maiores coisas da vida, Aiko. Além de que, é claro, as torna um tanto mais prazerosas. Muito obrigado por acompanhar-me ao longo dos frequentemente difíceis tempos de mestrado, é com um sorriso nos lábios que olho para trás e vejo o quão fantástica foste e és – particularmente quando posso encontrar-te ao lado! E que fique também registrado um agradecimento em particular pela extensão da parceria do lar à academia: revisar este longo texto com sua forma algo idiossincrática, em meio a tuas muitas atribulações, não é pequeno feito! Estendo o agradecimento também ao grande amigo Lucas Morato com seus valiosos comentários. E que fique o leitor avisado que os erros restantes seguem sob minha responsabilidade!

Ao Professor Alvaro Bianchi cabe também um obrigado em particular. Suas aulas e participação no exame de qualificação contribuíram decisivamente para a forma atual desta dissertação, e é seguro afirmar que devo várias hipóteses e uma interpretação geral do tema a suas

exposições. Desde a primeira conversa que tivemos é importante referência para mim, e agradeço sua contribuição que perpassa todo o trabalho.

E àquele que esteve a meu lado em cada passo desse caminho, em suas várias reformulações, meandros, becos e, por fim, resoluções, só tenho pelo que prezar. Ao grande orientador que foi o Professor Mauricio Coutinho, meus mais sinceros agradecimentos. Exemplo de erudição e de uma dedicação ímpar à vida acadêmica, seu nome me foi apresentado ainda nas primeiras aulas de história do pensamento econômico do Professor Hugo da Gama Cerqueira. Sua presença na Unicamp foi uma importante razão que me fez escolher este centro para o mestrado, quando já conhecia o nível invejável de seus trabalhos – mas o que não sabia, e vim a descobrir com muito gosto, é que se provaria um orientador mais atencioso do que se pode crer, disposto a discutir o que fosse e quando fosse comigo. Sempre atento em suas leituras – e entre fichamentos, capítulos avulsos e versões parciais, asseguro que foram muitas –, participou de cada momento deste trabalho oferecendo as reflexões de um mestre e ajudando-me a encontrar meus caminhos nas várias encruzilhadas. Se é na academia que vejo meu futuro, não poderia ter um exemplo melhor para no qual me inspirar.

Por fim, meus sinceros agradecimentos aos membros da banca de defesa. Professores Eduardo Mariutti, Eduardo Albuquerque, Hugo da Gama Cerqueira e Nelson Prado Alves Pinto, além de Mauricio Coutinho: foi uma grande honra e um enorme prazer apresentar-lhes o produto de nosso trabalho. Os comentários, críticas e sugestões recebidas decerto muito contribuíram para as discussões a que nos propomos. Muito obrigado!

O Estado, no caso o capitalista, não deve ser visto como uma entidade intrínseca, mas, como é ademais o caso do “capital”, como uma relação, ou mais precisamente como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tal como se expressa, de uma maneira sempre específica, no seio do Estado.

Nicos Poulantzas – Estado, poder e socialismo

RESUMO

Encaminha-se com este trabalho uma discussão do pensamento de Bob Jessop, focada na transição que propõe para a forma estatal contemporânea e em sua compreensão da relação entre o econômico e o político. Com vistas a tanto, primeiramente se apresenta de maneira esquemática como o autor entende a conformação tendencial do *Schumpeterian workfare post-national regime* (SWPR) a partir da crise do fordismo e de sua forma estatal, o Estado nacional keynesiano de bem-estar (ENKBE). Em seguida, apresenta-se o processo de construção teórica de Jessop e suas principais posições metateóricas, para então propor leitura de sua obra que destaca como o autor constrói uma compreensão crescentemente complexa da relação entre o político e o econômico. Vê-se como um ponto central nisso a recusa de tomar por dada a unidade substantiva de seguidas dimensões das formações sociais, a exemplo do poder de Estado e das formas da acumulação de capital. Neste processo, o autor mobiliza cada vez mais numerosos conceitos estratégicos de grau de abstração intermediário a indicar a possibilidade contingente de garantir-se tal unidade. Interpreta-se, outrossim, que as reformulações que leva a cabo são centralmente motivadas pela tentativa de evitar o politicismo. Feito isso, cobrem-se debates recentes relacionados à transição do ENKBE para o SWPR, bem como se discutem certas agendas de pesquisa associadas ao tema. Por fim, apresenta-se reavaliação da proposta de transição de Jessop sob a luz da evolução teórica do próprio autor e das questões que emergem dos debates contemporâneos. Sugere-se que as críticas de funcionalismo, estruturalismo e determinismo econômico que lhe foram dirigidas podem ser evitadas se feita referência a sua obra mais ampla. Neste sentido, argumenta-se que sua narrativa da emergência da forma estatal contemporânea pode ser melhor apreciada se vista como parte de uma agenda de pesquisa em aberto, que necessariamente deve transitar entre dimensões abstratas-simples e concreto-complexas. Indicam-se também algumas reorientações que se consideram mais frutíferas, nomeadamente: i) estudar o pós-fordismo no quadro de um “capitalismo variegado”; ii) desenvolver explicitamente um quadro teórico evolucionário para a interpretação da relação entre o político e o econômico; e iii) enxergar a articulação entre as diferentes formas do capital sob um único regime de acumulação a se desenvolver em cada tempo e espaço, e não através de regimes concorrentes.

Palavras-chave: teoria do Estado marxista; economia política contemporânea; abordagem estratégico-relacional; teoria da regulação; Bob Jessop.

ABSTRACT

We herein discuss the work of Bob Jessop, focusing on the transition he proposes to the contemporary state form and on his understanding of the relationship between the economic and the political. In order to do so, we first schematically present how the author suggests that the Schumpeterian workfare post-national regime (SWPR) tendentially emerges out of the crisis of Fordism and its state form – the Keynesian welfare national state (KWNS). We then present Jessop’s theory-building process and his main meta-theoretical positions. Following this, we propose a reading of the author’s works that highlights how he develops a growingly complex understanding of the relationship between the economic and the political. A central point in this regards how he successively comes to deny the *a priori* substantive unity of various aspects of social formations, such as state power and the forms of capital accumulation, while in the same process mobilising an ever-greater number of middle-range strategic concepts that indicate the contingent possibility of securing such unity. We also suggest that most of Jessop’s theoretical shifts and reformulations in this dimension are fundamentally motivated by attempts at avoiding politicism. Having done so, we cover recent debates and research agendas related to the transition from the KWNS to the SWPR. We finally reassess Jessop’s proposed transition in light of his own theoretical evolution and of the issues that emerge from the contemporary debates. We suggest that the critiques some authors have voiced of functionalism, structuralism and economic determinism might be avoided if one refers to Jessop’s oeuvre as whole. In this sense, we propose that the latter’s account of the emergence of the current state form can be better appreciated if seen as part of an open research agenda, which must spiral through abstract-simple and concrete-complex levels. We also propose some shifts to this agenda, namely: i) to investigate post-Fordism in the framework of a ‘variegated capitalism’; ii) developing an explicitly evolutionary theoretical approach to the relationship between the economic and the political; and iii) to study the articulation of the different forms of capital under a single regime of accumulation in each space and time, and not through competing regimes.

Key words: Marxist state theory; contemporary political economy; strategic-relational approach; regulation approach; Bob Jessop.

LISTA DE SIGLAS

AER:	Abordagem estratégico-relacional	
BP:	Balanço de pagamentos	
ENKBE:	Estado nacional keynesiano de bem-estar	
EPC:	Economia política cultural	
EUA:	Estados Unidos da América	
FMI:	Fundo Monetário Internacional	
IPE:	<i>International political economy</i>	
NAFTA:	<i>North-American free-trade agreement</i>	
OMC:	Organização Mundial do Comércio	
ONG:	Organização não governamental	
PPP:	Parceria público-privada	
RECG:	Regime de Estado concorrencial glocalizante	
RECR:	Regime de Estado concorrencial reescalonado	
SWPR:	<i>Schumpeterian workfare post-national regime</i>	
TIC:	Tecnologias da informação e comunicação	
TR:	Teoria da regulação	
TRIPs:	<i>Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights</i>	
UE:	União	Europeia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 DO ESTADO NACIONAL KEYNESIANO DE BEM-ESTAR AO SCHUMPETERIAN WORKFARE POST-NATIONAL REGIME: GÊNESE E CARACTERIZAÇÃO DA FORMA ESTATAL CONTEMPORÂNEA	13
2 UM BREVE PERCURSO PELO DESENVOLVIMENTO TEÓRICO DE JESSOP	45
2.1 PROCESSO DE PRODUÇÃO TEÓRICA E CONSIDERAÇÕES METATEÓRICAS	47
2.2 UMA INCURSÃO PELAS FORMULAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O POLÍTICO E O ECONÔMICO EM JESSOP	56
3 DEBATES E REFORMULAÇÕES RECENTES: CRÍTICAS À TRANSIÇÃO PARA O SCHUMPETERIAN WORKFARE POST- NATIONAL REGIME E A CONTINUIDADE DE UMA AGENDA.....	101
4 A TRANSIÇÃO PARA O SCHUMPETERIAN WORKFARE POST- NATIONAL REGIME REAVALIADA: NOTAS PARA UMA AGENDA DE PESQUISA EM ABERTO	131
5 COMENTÁRIOS FINAIS	159
6 REFERÊNCIAS	161

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa explorar a constituição do Estado capitalista contemporâneo, conforme proposto por Bob Jessop, na tentativa de abordar o potencial que as teorias marxistas do Estado têm a oferecer para uma crítica da economia política atual. As várias correntes do pensamento econômico reconhecem no Estado um agente central da dinâmica capitalista, e de distintas maneiras analisam o impacto de suas ações e regulamentações sobre a economia. Proposições quanto à presença do Estado, seja reprimindo-a, invocando-a ou buscando reformá-lo ou revolucioná-lo, são assim frequentemente um objetivo final da economia política. Em princípio, este procedimento de estudo e propostas de intervenção pode ser enriquecido se combinado a uma teorização propriamente sobre o Estado, na medida em que este não se restringe a uma fonte de políticas econômicas livremente implementáveis, mas tem articulações e dinâmicas internas que impingem linhas de forças a torná-lo diferencialmente acessível às várias forças sociais. Agir sobre o Estado demanda conhecer o Estado, sua forma e os determinantes de sua evolução institucional. Moldar o poder de Estado demanda conhecer como se o influencia e a interdependência recíproca que tem com a relação do capital. Assim, a implicação mútua entre os objetos das teorias do Estado e da economia sugere uma síntese profícua entre as correntes.

Com o intuito de explorar este espaço, escolheu-se trabalhar a obra de Bob Jessop, um expoente contemporâneo do marxismo com extensa produção nesta linha. Desde seu princípio o marxismo demonstra preocupação, ainda que em graus e de formas variáveis, em compreender o Estado. Embora seja largamente reconhecido que Marx não legou uma teoria política rigorosa ou acabada, pode-se encontrar reflexões nesta esteira em vários de seus escritos. Ao longo do século XX uma série de autores recuperariam estes apontamentos desenvolvendo reflexões políticas na tradição marxista, o que durante as décadas de 1960 e 1970 leva a um largo desenvolvimento de teorias marxistas do Estado. Estas buscavam contraporem-se tanto ao *mainstream* da época, que enxergava o Estado por visões pluralistas que eliminavam seu caráter de classe, quanto à ortodoxia marxista do capitalismo monopolista de Estado, que não via neste senão um instrumento da classe dominante. As preocupações iniciais do período, que marca o auge da social democracia europeia, referem-se à tentativa de demonstrar que a forma estatal então prevalente, por mais que avançasse certos interesses dos trabalhadores, era essencialmente um Estado *capitalista*. Ao mesmo tempo, há a tentativa de demonstrar *por que* o Estado seria capitalista, em

rejeição à tese algo simplista de que era um instrumento nas mãos da burguesia. Estes teóricos procuravam, assim, responder a uma questão que o jurista soviético Evgeni Pashukanis colocara em 1924:

Por que o domínio de classe não permanece aquilo que é, a subjugação de fato de uma seção da população por outra? Por que ele assume a forma do governo oficial do Estado, ou – o que é mesma coisa – por que o aparato da coerção estatal não emerge como o aparato privado da classe dominante? Por que ele se separa da classe dominante e assume a forma de um aparato impessoal de poder público, separado da sociedade? (PASHUKANIS, 2002, p. 139).

Os caminhos seguidos para responder a tal pergunta são numerosos e díspares. Desenvolvem-se, por um lado, posições que explicam o caráter capitalista do Estado por meio de uma análise “societal”, ressaltando a ocupação por membros da elite dos altos cargos estatais, o intercâmbio de quadros entre estes e os grandes administradores ou empresários e o fato de a socialização, no capitalismo, introjetar nos indivíduos (e estadistas) a noção de que a ordem burguesa é a forma racional e “normal” de organização social. Isto além de o poder econômico dos capitalistas lhes colocarem em posição estruturalmente superior na luta ideológica. O maior nome associado a esta linha foi Ralph Miliband, que tem em *The state in capitalist societies* (MILIBAND, 1968) boa exposição de sua teoria.

Seu principal debatedor provavelmente foi Poulantzas, que em *Poder político e classes sociais* (POULANTZAS, 1977) desenvolve dentro do campo estrutural-funcionalista de linhagem althusseriana uma teoria regional do político no capitalismo. O autor parte da observação de que a extração do excedente no capitalismo não depende de relações extraeconômicas entre produtor e apropriador, donde o político tem autonomia relativa perante o econômico. O Estado aparece, nesse arcabouço, com a dupla função de atomizar os indivíduos, representando-os como sujeitos sem classe, iguais perante a lei, e representar a unidade dos interesses dispersos, construindo um interesse nacional no qual a ideia de classes está ausente. Neste processo, o Estado simultaneamente garante através de si a desorganização da classe trabalhadora e a organização das classes dominantes, que se estruturam em um bloco no poder – compreendido como unidade contraditória de classes e frações de classe dominantes polarizada pela fração hegemônica. O Estado teria autonomia relativa ao bloco no poder e aos interesses dominantes, com o que se abre a possibilidade de atender interesses materiais das classes dominadas (autonomia), mas apenas sob a condição de melhor atender aos interesses políticos dominantes (relativa).

Outras vertentes das teorias marxistas do Estado também estiveram ativas durante essa época, embora tenham recebido menos atenção do que as representadas pelo debate Miliband-Poulantzas. Os autores associados ao derivacionismo, por exemplo, buscavam estudar a forma do Estado sob o capitalismo através de deduções ou derivações teóricas a partir da teoria marxiana. Ao buscar a necessidade e forma do Estado a partir do “capital em geral” e suas leis de reprodução, privilegiaram estudo da interrelação entre economia e política, não as enxergando como compartimentos estanques (ALTVATER; HOFFMANN, 1990; HOLLOWAY; PICCIOTO, 1978). Buscaram demonstrar o caráter intrinsecamente capitalista do Estado, em tentativa de polemizar com as estratégias eurocomunistas de transição para o socialismo, mas foram além e indicaram como a forma típica do Estado problematiza sua funcionalidade para o capital (JESSOP, 1982). Por outro lado, a abordagem do *open marxism* associada à *Conference of Socialist Economists* e divulgada majoritariamente no periódico *Capital & class* desenvolve teorias que buscam ressaltar a unidade das diversas esferas sociais, fundando a análise sobre a reprodução ampliada do capital e conferindo à luta de classes estatuto teórico central (CLARKE, 1991; BONEFELD; HOLLOWAY, 1991). Ao invés de considerar um Estado com autonomia relativa, que aja *sobre* contradições da acumulação de capital ou que possa ser tomado pela classe trabalhadora, procuram mostrar como o Estado é ele próprio uma expressão das contradições do capital. Destacam como a separação entre aspectos políticos e econômicos não é uma condição dada, mas sim reproduzida constantemente através da luta de classes e imposta pelo Estado sobre os trabalhadores, visando conter suas mobilizações e o potencial revolucionário das mesmas. As dimensões econômicas, políticas e ideológicas não seriam mais que formas de expressão das relações de produção compreendidas em sentido amplo, com a consequência de que para subverter o capitalismo seria necessário luta em todas as frentes, simultaneamente dentro e contra o Estado capitalista¹.

Desenvolvidas as diferentes correntes teóricas da teoria marxista do Estado, e reconhecidas e aceitas as diferenças entre elas, o debate teórico reduz-se substancialmente em finais da década de 1970 (CLARKE, 1991, p. 57; BARROW, 1993, p. 157). É também plausível supor que a mudança societal e do Estado que se inicia com a ascensão neoliberal e o fim da União Soviética, bem como provavelmente impasses teóricos a que as diferentes correntes marxistas chegaram, contribuíram para o refluxo dos trabalhos nessa linha – demonstrar o caráter capitalista do Estado

¹ Uma boa revisão das diversas posições desenvolvidas neste período pode ser encontrada em Barrow (1993) e Jessop (1990). Para uma revisão focada nas contribuições associadas à *Capital & class* ver Clarke (1991), para uma focada nos derivacionistas, Holloway e Picciotto (1978).

neoliberal talvez não seja visto como algo tão necessário assim pelos marxistas. Não obstante, e sem que isso tenha significado a interrupção total dos trabalhos, eles seguramente se reduziram e mudaram de foco. De fato, com o crescimento da globalização há muitos que vêm a afirmar que o Estado, particularmente em sua dimensão nacional, estaria vivendo seus últimos dias.

Como apontado por Aronowitz e Bratsis (2002), contudo, o relativo abandono da teorização sobre o Estado, particularmente dentro do campo marxista, fora prematuro, e nota-se recentemente um ressurgimento do interesse em teorias marxistas do Estado. Um autor em atividade há várias décadas e que se destaca nesta produção contemporânea é Bob Jessop. Trata-se de uma referência na área, conforme avaliado por diversos comentadores². A escolha do autor baseia-se em três considerações principais. Primeiramente, Jessop constitui ao longo de suas quatro décadas de trabalhos extensa produção, que foi marcada desde o princípio pela participação em alguns dos principais debates sobre teorias marxistas do Estado – o que permite realizar, através do estudo de sua obra, cobertura de boa parte da teorização crítica sobre o Estado capitalista durante a segunda metade do século XX. Em segundo lugar, sua produção é pouco conhecida no Brasil. Uma apresentação geral da mesma parece oferecer, assim, contribuição que não seria possível ao abordar os trabalhos de outros autores marxistas que se debruçaram sobre o Estado, como é o caso de Poulantzas, Miliband e Arrighi. E, em terceiro lugar, o fato de Jessop apresentar uma agenda de pesquisa em andamento que busca explicitamente teorizar sobre o Estado capitalista *contemporâneo* oferece-se como uma porta de entrada mais direta à compreensão da atual forma estatal – e, de maneira mais ampla, da relação entre o político e o econômico – para o público economista.

Jessop inicia seus trabalhos em meados da década de 1970. Com forte inspiração em Poulantzas, parte de teorização altamente abstrata, como era comum à época, tendo sempre buscado fazê-lo de maneira antirreducionista (JESSOP, 1990, p. 4). Ao longo do tempo foi gradualmente incorporando à crítica marxista da economia política outros referenciais teóricos, em desenvolvimento do que viria a chamar de “abordagem estratégico-relacional” – a expressão mais consolidada da qual pode ser encontrada em *State power: a strategic-relational approach* (JESSOP, 2007). Esta abordagem, aplicada ao estudo do Estado, pode ser vista como “o processo metateórico, teórico e empiricamente embasado de elaborar as implicações” da proposição poulantziana

² Marinetto (2004, p. 850), por exemplo, diz que “se houvesse uma liga das estrelas dos pensadores políticos e sociais contemporâneos, o nome de Bob Jessop certamente apareceria em muitos times – possivelmente como um meio-campo de esquerda. Não é apenas a influência de suas ideias ou o resultado de sua produção escrita, mas também a criatividade de seu pensamento que estabeleceu Jessop como um pensador-chave contemporâneo”.

de que o Estado é uma relação social (JESSOP, 2007, p. 1). Ao contrário de boa parte das teorias marxistas da época (como o próprio Poulantzas), não considera que o Estado capitalista tenha caráter de classe dado *a priori*, mas que seriam necessárias práticas concretas para tanto; por outro lado, tampouco vê o Estado como instrumento neutro, mas sim a possuir seletividades estruturais ou estratégicas que jamais o fariam igualmente acessível às várias estratégias. Suas quatro “fontes formadoras” principais, para além da crítica à economia política, são, no campo mais direto da teoria do Estado, a teoria política alemã do pós-guerra (particularmente o debate derivacionista), as contribuições de Gramsci e, principalmente, Poulantzas; dentro da economia, a Escola da Regulação; a análise crítica do discurso e a semiose; e a moderna teoria de sistemas autopoieticos.

No que se refere à Teoria da Regulação, Jessop compartilha com esta abordagem a guia heurística de buscar responder à questão de como e por que o capitalismo, intrinsecamente contraditório e eivado pela luta de classes, consegue reproduzir-se por longos períodos de tempo ao invés de implodir (BOYER, 1990, p. 70). Para tanto, os regulacionistas constroem conceitos de grau de abstração intermediário que identificam os mecanismos pelos quais, em determinado espaço e durante certo período, se regulariza a acumulação de capital – i.e., garante-se que ocorra dentro de padrões minimamente estáveis que permitam sua reprodução ampliada. Nesta empreitada desenvolvem a ideia de que o econômico depende substantivamente das outras esferas para seu funcionamento, essencialmente na medida em que sua relação principal sob o capitalismo, entre capital e trabalho, envolve uma mercadoria *fictícia*, a força de trabalho. Isto é, muito embora seja negociada no mercado, não é produzida como uma mercadoria autêntica, já que não é “criada em processo de trabalho orientado para o lucro, sujeito à pressão concorrencial típica das forças de mercado para racionalizar sua produção e reduzir o tempo de rotação do capital investido” (JESSOP, 2002a, p. 13). Logo, como a reprodução da força de trabalho e a definição das condições nas quais ela entra no mercado e pode ser “utilizada” não são inteiramente determinadas na esfera econômica, esta deve ser analisada conjuntamente às outras esferas sociais.

Considerada a interdependência das várias dimensões sociais e a ampla contingência das formas econômicas mais abstratas em relação à sua concretização histórica, os conceitos regulacionistas identificam as formas econômicas e extraeconômicas que permitem cimentar uma correspondência, parcial e transitória, entre as decisões privadas descentralizadas. Isto permitiria canalizar as contradições da relação de capital de maneira específica que promova certa coerência macroeconômica e uma repartição de custos socialmente aceita. Através do conjunto destes con-

ceitos os regulacionistas propõem-se a investigar não leis econômicas trans-históricas ou a economia isolada do restante das formações sociais, mas sim modos de desenvolvimento temporal e espacialmente específicos. Jessop, em analogia a Gramsci, propõe o termo “economia integral”, ou “regime de acumulação + modo de regulação”³, definido como

um conjunto socialmente engastado, socialmente regularizado e estrategicamente seletivo de instituições, organizações, forças sociais e ações organizadas em torno da (ou pelo menos envolvidas na) reprodução ampliada do capital como uma relação social (JESSOP, 2002a, p. 5).

Dentro dos vários planos que concorrem para a regulação da relação de capital a institucionalidade do Estado é de particular importância, e não parece fora da meta considerar que parte do trabalho de Jessop possa ser lido como o desenvolvimento das formas estatais dentro de uma leitura específica do arcabouço amplo da Teoria da Regulação.

Quanto à teorização mais diretamente sobre o Estado, a principal influência é, como já foi dito, Poulantzas. Em 1990 Jessop afirmava que “ainda considero [Poulantzas] o teórico do Estado mais importante do pós-guerra. [...] [Seu] trabalho é com frequência de uma dificuldade e obscuridade que enfurece, mas permanece como o ponto de partida mais importante para qualquer abordagem crítica contemporânea do Estado capitalista” (JESSOP, 1990, p. x). Absorve, de Poulantzas, a concepção do Estado como relação social, que desenvolve para a definição de que o Estado é

um conjunto relativamente unificado, socialmente inserido e enraizado, socialmente regularizado e estrategicamente seletivo de instituições, organizações, forças sociais e atividades organizadas em torno de (ou pelo menos envolvidas em) fazer decisões vinculativas para uma comunidade política imaginada (JESSOP, 2002a, p. 40).

Isto implica tratar o exercício dos poderes estatais como “uma condensação de forma determinada do equilíbrio de forças políticas a operar dentro e para além do Estado” (JESSOP, 2002a, p. 40). O poder estatal não é, assim, exercido pelo próprio Estado, como sujeito, e nem é definido unicamente por fatores internos a este, mas é, por outro lado, uma relação mediada através da institucionalidade do Estado. Adicionalmente, isto faz necessário que qualquer teoria do Estado seja pensada junto a uma teoria da sociedade (JESSOP, 2007, p. 1).

A influência de Gramsci, ou a utilização que dele Jessop faz, pode ser percebida de maneira associada aos conceitos regulacionistas que emprega. Não parece que Jessop se propo-

³ Os conceitos serão discutidos mais à frente.

nha a fazer exegese da obra gramsciana, o que seguramente é o caso com Poulantzas, mas sim inspirar-se “livremente” nela absorvendo alguns *insights* e conceitos que, devidamente adaptados, são integrados à abordagem estratégico-relacional⁴. Para além da definição de Estado no seu sentido integral (sociedade política + sociedade civil), que Jessop usa para analogamente construir a ideia de economia integral e por meio das duas estudar a inter-relação entre, ou imbricação das, diferentes esferas sociais, o autor também faz uso das concepções de hegemonia, bloco histórico e do papel dos intelectuais (JESSOP, 2002a, p. 6). Todas as três são empregadas dentro da resposta à questão de como o capitalismo consegue temporária e parcialmente manejar suas contradições e a luta de classes para se reproduzir, especificamente ao garantir certa compatibilidade entre as dimensões econômicas, políticas e éticas de uma formação social que permita a contínua acumulação de capital. Distingue assim o papel dos intelectuais em avançar projetos hegemônicos, e observa como a conquista e manutenção da hegemonia depende tanto de fatores econômicos quanto políticos ao mesmo tempo em que tem impactos sobre ambas áreas. A utilização destes conceitos é também de central importância na medida em que buscam ressaltar que o caráter capitalista do Estado não é garantido de antemão, mas precisa ser reproduzido através de práticas concretas – por exemplo, através da consecução de hegemonia capitalista.

Da ciência política alemã Jessop inspira-se nas análises das formas e funções do Estado capitalista, particularmente quando os autores passam a considerar que a forma típica do Estado problematiza sua funcionalidade para o capital (JESSOP, 1990, p. 87). Jessop busca assim investigar as formas estatais e em que medida concorrem ou não para garantir a reprodução do capital como relação social, particularmente notando a necessária flexibilidade e contínua inovação institucional necessária para garantir alguma coerência entre o Estado e a acumulação. Isto abre as portas para dois momentos importantes de sua obra, i) a análise da (in)adequação formal entre o Estado e outras instâncias das formações sociais, e ii) o estudo interno do aparato estatal e de suas formas de articulação com o restante da formação social, como meio de observar a eficácia do poder de Estado – e, assim, a (não)complementariedade substantiva entre os diferentes momentos das formações sociais (JESSOP, 2003b, p. 143-146). Esta influência pode ser bem resumida na seguinte citação, que adicionalmente encaminha a discussão para uma terceira de suas fontes formadoras:

⁴ Esta postura frente a Gramsci, tanto no que se refere à utilização algo instrumental de sua obra quanto à integração com a obra regulacionista, pode ser vista no texto sugestivamente intitulado “*Gramsci as a proto- and post-regulation theorist*” (JESSOP, 2006f).

De fato, [minha abordagem] sugere que a forma típica do Estado capitalista na verdade problematiza sua funcionalidade geral para a acumulação de capital e a dominação política de classe. A separação institucional do Estado da economia de mercado, uma separação que é uma característica necessária e definidora das sociedades capitalistas, resulta na dominância de distintas (e potencialmente contraditórias) lógicas institucionais e modos de cálculo no Estado e na economia. [...] Deve-se, assim, investigar as seletividades estratégicas estruturalmente incrustadas das formas estatais e regimes políticos específicos; e é necessário afastar-se de teorizações abstratas, frequentemente essencialistas, movendo-se em direção a narrativas mais detalhadas da complexa interligação entre lutas sociais e instituições (JESSOP, 2003b, p. 146).

A referência nesta citação às diferentes lógicas de operação do Estado e da economia está ligada à teoria dos sistemas. O encontro com tal corrente levou Jessop a considerar a relação entre a economia e o sistema estatal como a de dois circuitos autorreferenciados e operacionalmente autônomos que, não obstante, são substantivamente interdependentes. A partir disso, interpreta a relação entre o político e o econômico (e outros sistemas) como uma de coevolução e co-determinação, explorando tanto a autonomia operacional de que desfrutam quanto, principalmente, os processos pelos quais influenciam um ao outro – e a necessária tradução desta influência para os códigos próprios de cada sistema, com possibilidade de disjunções.

Isto posto, Jessop caracteriza a relação entre o econômico e os outros sistemas através de quatro conceitos: determinação econômica, dominância ecológica do econômico, dominação econômica e hegemonia burguesa (JESSOP, 2002a, p. 22-30, 2010c, 1983). Resumidamente, a determinação econômica é um atributo sistêmico da operação da economia e indica que o circuito *total* do capital tem dependência estrutural e insuperável com relação à produção de valor pela mobilização de trabalho vivo. A dominância ecológica refere-se à relação sistêmica entre a economia e outros sistemas. É uma relação contingente, que comporta diferenças quantitativas importantes. Em uma frase, significa a “capacidade estrutural e/ou estratégica de um dado sistema [...] imprimir sua lógica de desenvolvimento nas operações de outros sistemas muito mais que estes sistemas conseguem impor suas respectivas lógicas sobre o primeiro” (JESSOP, 2002a, p. 25). Esta é a maneira que Jessop repensa a metáfora da base e superestrutura, substituindo o determinismo econômico que se costuma associar a ela pela ideia de primazia da relação do capital como princípio de societalização.

Já a dominação econômica refere-se às dimensões institucionais e organizacionais do poder estrutural na economia e à relação entre agentes econômicos e forças extraeconômicas. Trata-se, por um lado, da capacidade de uma fração do capital, uma firma, um cartel ou similar *impor* seus interesses imediatos sobre os demais agentes. A segunda dimensão do conceito refere-

se à capacidade de o capital (ou uma fração sua) *impor* às outras ordens institucionais um padrão evolutivo que interesse à acumulação, seja por puro poder econômico estrutural ou por capacidades estratégicas específicas.

Quanto à hegemonia econômica, está mais ligada à liderança econômica de uma fração do capital e à capacidade de incorporar ao seu projeto as demais frações e, até mesmo, de forma subsidiária, as classes subalternas. Envolve, como já exposto em Poulantzas (1977, p. 133-137), a constituição dos interesses da classe ou fração hegemônica como o interesse geral, bem como a preponderância de tais interesses sobre os demais, além de concessões específicas às outras frações e classes. Uma estratégia de acumulação hegemônica constitui a base para um compromisso institucionalizado entre diferentes frações do capital e forças opostas, construindo discursivamente um “interesse econômico geral” imaginado e materialmente embasando-o. Deve-se notar que, ao contrário de posições que essencializam os interesses (de classes, de grupos, do capital), a abordagem estratégico-relacional sempre os considera emergentes do processo de confronto; nesse sentido, são tanto relacionais, na medida em que se definem com relação aos outros agentes, como também relativos aos diferentes horizontes espaciais, temporais e estratégicos (JESSOP, 2002a, p. 30, 1983, p. 95, 1982, p. 252-259).

A última inspiração que cabe analisar é da análise crítica do discurso, que revela como o plano discursivo concorre para moldar as esferas da vida social e orientar os agentes em suas práticas para com elas (JESSOP, 2002a, p. 5-6). Tal dimensão é parte dos mecanismos que reduzem o universo teoricamente infinito das possibilidades políticas e econômicas a um subconjunto concreto em determinado tempo e local ao moldar a visão e as práticas dos agentes. A economia como um objeto de regulação jamais pode compreender a totalidade das relações ou possibilidades econômicas, intratáveis que são por sua vastidão, mas deve orientar-se a um recorte específico definido de maneira discursiva. Naturalmente, a construção deste subespaço não é diretamente determinado pela base material, mas tem uma dinâmica própria que deve ser analisada e inclui planos extraeconômicos – “Estratégias nunca são puramente econômicas, mas sempre têm importantes dimensões políticas, sociais e ideológicas” (JESSOP, 2006g, p. 151). As práticas discursivas são assim parte integrante do processo de construção de hegemonia e conformação dos regimes de acumulação, concorrendo, portanto, para a regulação do capital e a definição da dinâmica econômica e política.

Ao longo de seu trabalho, um desenvolvimento de particular importância centrou-se no estudo da espacialidade e temporalidade das relações econômicas e políticas, no que denominou de economia política da escala ou o debate da escala. Bob Jessop e Neil Brenner são dois expoentes deste, e compreendem que a escala é um resultado de processos e relações sociais, e não um *a priori* sobre o qual as relações se desenvolvem. A escala é para os autores, assim, a arena e momento em que as relações são disputadas e compromissos são negociados; a relevância de determinada espacialidade e temporalidade é fruto da interrelação de diversos fenômenos, particularmente as formas predominantes de acumulação de capital (JESSOP, 2002a, p. 178). Uma importante implicação disto é denunciar o “nacionalismo metodológico”, ou *pressupor* que o nível nacional terá centralidade (ou mesmo relevância) para o estudo de determinado fenômeno. Especificamente no que concerne ao Estado, considerar a escala como processo e evitar o nacionalismo metodológico adquire importância na análise das transformações contemporâneas da forma estatal e de sua relação com a economia, em vista dos processos de internacionalização econômica e dos regimes de política, interpenetração dos interesses econômicos, maiores ligações entre o nível local e global e processos similares. De fato, o trabalho de Jessop sugere que a reformulação da territorialidade e espacialidade do Estado é um dos principais fenômenos que ora se observa.

Com base nesta concepção de escala, Jessop também passou a empregar o conceito de fixação espaço-temporal. Buscou-se mostrar como os projetos hegemônicos e o regime de acumulação concorrem para regularizar a acumulação e manter certa coesão social, articulando de maneira específica as dimensões econômicas e extra-econômicas de uma formação social e lidando com os dilemas estratégicos e contradições da relação de capital. A fixação espaço-temporal compreende a delimitação espacial e temporal dentro da qual tal regularização ocorre, o que a reforça dentro deste recorte. Para fora do mesmo, ao contrário, os custos do enfrentamento das contradições da acumulação de capital são superlativamente diferidos. O conceito associa-se, assim, tanto à forma específica de lidar com a necessidade de o capital ter momentos fixos no tempo e no espaço (suas dimensões de valor de uso) quanto com os impactos regional e temporalmente diferenciados da acumulação. (JESSOP, 2002a, p. 48-51, 2003a). Não é garantido que exista uma fixação espaço-temporal, mas, se existente, participa da regularização das contradições da acumulação de capital. E tal existência é resultado de uma série de processos (econômicos, sociais, referentes à organização estatal, entre outros) organizarem-se em torno de dimensões

espaciais e temporais sobrepostas, reforçando tais escalas tanto como o nível de articulação nodal da formação social em questão quanto como o objeto e escala de regulação de maior relevância⁵.

A abordagem estratégico-relacional, aplicada ao estudo do Estado, parece assim oferecer uma boa introdução para o público economista da fecundação recíproca que pode existir entre teorias do Estado e economia política. A rápida exposição feita acima deve servir como guia suficiente para o leitor até que seja feita discussão mais alongada dos diferentes argumentos aventados. Considerado que este propósito tenha sido cumprido, escolheu-se apresentar no capítulo que se segue a esta introdução a descrição substantiva que Jessop oferece da forma estatal contemporânea, para, em vista dos três capítulos seguintes, proceder-se a avaliação crítica da mesma. Este trabalho tem, assim, a seguinte estrutura. Primeiramente apresenta-se a transição do Estado nacional keynesiano de bem-estar (ENKBE) para o *Schumpeterian workfare post-national regime* (SWPR), que é a forma estatal que Jessop propõe surgir a partir dos anos 1980. Neste momento os argumentos teóricos a embasar sua narrativa não serão expostos, e nem tampouco serão suas formulações contrapostas às de seus debatedores ou de outros estudiosos atuais, de forma a evitar repetição com a parte posterior do texto e para proporcionar uma apresentação menos carregada.

O segundo e terceiro capítulos buscam embasar uma apreciação crítica da transição para o SWPR. No segundo, faz-se um percurso pela obra de Jessop, com foco em como ao longo do tempo pensa a relação entre o político e o econômico. Após uma breve apresentação de suas posições mais metateóricas, sugere-se interpretação segundo a qual Jessop desenvolve uma compreensão crescentemente complexa da reprodução social, em que seguidamente nega que se possa tomar por dado o caráter unitário e estruturado de diversos aspectos sociais (como a forma do Estado e do processo de acumulação) e, num mesmo movimento, propõe um conceito agencial de grau de abstração intermediário que contingentemente responda pela possibilidade de se observar tal unidade. Outro ponto que se levanta é que boa parte das inflexões teóricas que o autor opera são motivadas por tentativas de evitar o politicismo. Ao longo do capítulo são assim investigadas as sucessivas reformulações de Jessop, buscando melhor avaliar o papel que os diferentes argumentos ocupam no arcabouço teórico do autor, na medida em que se evidencia o contexto em que foram apropriados e em resposta a quê foram inicialmente mobilizados. A partir disso, torna-se

⁵ Como exemplo, Jessop considera que a existência de uma fixação espaço-temporal sob fordismo era importante elemento de sua regulação. Tal fixação era nacional, devido ao fato de que havia certa “congruência entre economia nacional, Estado nacional, cidadania nacional e sociedade nacional” (JESSOP, 2006j, p. 334).

também possível proceder a uma crítica imanente de sua produção, ao avaliar em que medida procedeu à observação rigorosa de suas proposições.

Já no terceiro busca-se cobrir o debate contemporâneo sobre o Estado, que oferece material importante à avaliação crítica da obra de Jessop, destacadamente pelo fato de ser um participante ativo no mesmo. Abordam-se, outrossim, as reformulações recentes do autor e algumas questões de fronteira que tem tratado, de forma que se possa melhor destacar o caráter aberto da agenda de pesquisa e avaliar seus rumos. Em vista do objeto deste trabalho, as discussões foram classificadas de acordo com os quatro eixos que Jessop propõe para a transição do ENKBE ao SWPR. São eles a atuação do Estado no campo econômico mais direto, sua participação na reprodução da força de trabalho, a escala predominante da organização estatal e a forma preferida pelo poder de Estado para intentar a coordenação das relações sociais.

Recuperada a trajetória intelectual de Jessop, expostos seus principais argumentos teóricos e questões recentes e cotejada sua interpretação com as dos demais debatedores, retorna-se ao SWPR no quarto capítulo. Avalia-se a proposta de transição do autor, centralmente ao investigar em que medida i) é capaz de conformar uma agenda que gradualmente ilumine a gênese e as características da forma estatal contemporânea em termos crescentemente concretos e complexos e ii) foge a uma explicação estruturalista, funcionalista ou determinista. As conclusões apontam para a possibilidade de evitar tais tensões e indicam algumas reorientações e caminhos para a agenda de pesquisa. Por fim, encerra-se o trabalho com comentários finais que sugerem a relevância da abordagem para a crítica à economia política contemporânea

1 DO ESTADO NACIONAL KEYNESIANO DE BEM-ESTAR AO *SCHUMPETERIAN WORKFARE POST-NATIONAL REGIME*: GÊNESE E CARACTERIZAÇÃO DA FORMA ESTATAL CONTEMPORÂNEA

Bob Jessop considera que o final da década de 1970 e princípio da seguinte assistem a mudanças substanciais na organização econômica e política mundial. A estrutura econômica típica do pós-guerra se desestrutura e de maneira associada a forma estatal então prevalecente demonstra crescentes sinais de crise. Sobrevém período de reestruturação econômica e política, em que tentativamente se vão estabelecendo novas formas para a economia e o Estado. Nos termos propostos pelo autor, este período é marcado pela crise do fordismo e do Estado Nacional Keynesiano de Bem-Estar (ENKBE), junto à gradual constituição do pós-fordismo e do *Schumpeterian Workfare Post-National Regime* (SWPR). Esta forma estatal que ora nos ocupa surgiu, assim, como resposta à crise da economia e do Estado antes existentes, e por isso será exposta em contraposição ao ENKBE. Para tanto, será inicialmente apontada a visão que Jessop tem deste e do fordismo, expondo-se em seguida suas crises e a constituição do pós-fordismo, para que então se passe à emergência e descrição do SWPR.

Dentro de interpretação da Teoria da regulação, Jessop considera que o período do pós-guerra seja fordista, distinguindo seis dimensões deste conceito. As quatro primeiras são o processo de trabalho, o regime de acumulação, o modo de regulação e o modo de societalização (JESSOP, 2006d, p. 59). Os dois primeiros momentos restringem-se em grande medida à esfera econômica, enquanto os últimos têm caráter mais amplo e envolvem diretamente a forma estatal. Também se descreve o fordismo como uma formação social a compreender correspondência entre os quatro itens acima, bem como se identifica uma fixação espaço-temporal associada ao mesmo (JESSOP, 2002a, p. 56).

Como processo de trabalho, o fordismo é marcado pela produção em massa de bens padronizados, empregando principalmente mão-de-obra semi-qualificada e visando obter ganhos de escala. A produção das firmas centrais é organizada em torno da linha de montagem e elas tendem a ser fortemente verticalizadas. Tais firmas configuram o centro dinâmico da economia, cujos ganhos de produtividade e expansão da produção puxam outros setores e firmas que não necessariamente se organizam nas mesmas linhas (JESSOP, 2006d, p. 59, 2002a, p. 56).

Seu regime de acumulação, ou características macroeconômicas que embasam a reprodução ampliada do capital, definem-se na produção e no consumo de massa. Pode-se identificar um ciclo virtuoso de expansão fordista, que compreende

aumento da produtividade baseado em economias de escala na produção em massa, rendimentos crescentes associados à produtividade, acréscimos da demanda de massa devido a salários crescentes, aumento do lucro baseado na utilização plena da capacidade, maior investimento em equipamentos e técnicas de produção melhorados e novos aumentos de produtividade (JESSOP, 2006d, p. 59-60).

O aumento da produtividade e o crescimento do consumo baseado nos salários são centrais para que não se reduza a utilização da capacidade instalada e a taxa de lucro, em vista do alto grau de imobilização de capital.

Há também um modo de regulação associado ao fordismo. O conceito compreende o conjunto de normas que concorrem para reproduzir as relações sociais institucionalizadas numa formação social e garantir a compatibilização das decisões descentralizadas, assegurando a viabilidade dinâmica do regime de acumulação – e, portanto, da acumulação de capital (BOYER, 1990, p. 80). Examinam-se cinco dimensões, correspondentes às cinco formas institucionais básicas propostas pela Teoria da regulação (BOYER, 1990, p. 73-79). São elas a norma salarial, a forma principal da firma e as relações de concorrência, a estrutura monetária e creditícia, a inserção internacional e a forma estatal (JESSOP, 2006d, p. 60-63, 2002a, p. 57). A forma estatal, por ser a dimensão que mais de perto nos interessa, será analisada por último.

A norma salarial fordista define-se essencialmente pela “indexação” dos salários dos trabalhadores das firmas centrais a incrementos da produtividade, com tendência a que isso leve a aumentos salariais pelo restante da economia – o que induz relativa homogeneização salarial. Este padrão pode ser visto como resultante da centralidade assumida pelas negociações coletivas entre sindicatos e empresas. Também se nota que o consumo privado é adicionalmente sustentado por crescimento da seguridade social financiada via impostos progressivos e provisão de bens públicos.

Quanto à firma, sua forma representativa é a grande empresa verticalizada com separação da propriedade e gerência. Há controle estrito das diversas divisões da corporação por um comitê central e forte hierarquia interna. Como dito anteriormente, buscam economias de escala e há, assim, tendência ao contínuo crescimento das unidades. A concorrência é monopolista ou oligopolista.

O dinheiro é predominantemente dinheiro fiduciário nacional e o crédito é suprido principalmente pelo sistema bancário, com os Bancos Centrais zelando pela gestão monetária doméstica. A circulação internacional do dinheiro, ainda que existisse e fosse crescente, era relativamente limitada. Já o crédito comercial era importante tanto para financiar o consumo de bens duráveis, carro chefe do crescimento econômico, como a expansão das corporações. Dadas também as políticas de manutenção do pleno emprego e da demanda agregada, a gestão monetária fordista tinha tendência à inflação e, em períodos de crise, estagflação, o que se provaria um de seus pontos frágeis no longo prazo.

Quanto à inserção internacional, deve-se notar que o fordismo era uma formação social estruturada primordialmente em torno do nível nacional, como será melhor exposto adiante. Ainda assim, seu período de vigência compreende grande crescimento do comércio internacional, por mais que tenha começado de um nível baixo, e havia constantes projetos de inserção das firmas na economia internacional (JESSOP, 2006e, p. 107). Pode-se considerar, deste modo, que o fordismo seja caracterizado por reduzida interpenetração das economias nacionais, mas também marcado pelo movimento de fundo de internacionalização da produção promovida pelos Estados nacionais. Outro ponto importante é que, partindo para um nível de generalidade um pouco menor, uma série de países ligados ao circuito fordista eram essencialmente pequenas economias abertas (como o caso dos países escandinavos). Estes pontos sugerem que se compreenda algo como um “fordismo global” que envolva divisão internacional do trabalho a permitir espaço para nichos especializados baseados em outros processos produtivos. É o caso, por exemplo, da produção de bens de capital em menor escala e bens de luxo, com demanda dinâmica e produzidos para exportação, que integrariam o circuito internacional do fordismo (JESSOP, 2006d, p. 65). É adicionalmente possível utilizar definição menos restritiva do fordismo que capte seus pontos cruciais, visto basicamente como indexação de salários à produtividade, regulação da demanda agregada pelo Estado e papel deste na generalização de normas de consumo em massa (JESSOP, 2006d, p. 74).

Em sua dimensão de modo de societalização, o fordismo define-se pela sociedade salarial de massa e o “americanismo” (*American way of life*) (JESSOP, 2002a, p. 57-58, 2006d, p. 64-65). Resumidamente, a população é crescentemente dependente dos salários ao longo do ciclo de vida e tende ao consumo de bens padronizados de massa e bens públicos providos pelo Estado.

E “em termos gerais o fordismo foi ligado à contínua mercantilização, burocratização, homogeneização social e individualização” (JESSOP, 2006d, p. 65).

Visto em linhas gerais o fordismo, passa-se à exposição do ENKBE. Os termos que compõem o conceito referem-se a quatro de suas dimensões centrais: é keynesiano em na sua atuação econômica por garantir pleno emprego, gerir a demanda agregada e prover infraestrutura; é de bem-estar em sua participação na reprodução social pelo fato de o Estado expandir os direitos de bem-estar e ajudar a generalizar o consumo de massa; nacional em sua escala por ser este o nível primordial da ação estatal e operacionalização das políticas sociais e econômicas; e em sua forma de atuar é um Estado por ser este o responsável por compensar falhas de mercado, conformando a "economia mista" (JESSOP, 2002a, p. 58-61).

A dimensão keynesiana é relativamente conhecida. Sem entrar na discussão de quão de perto ela se associaria às proposições de Keynes, destacam-se três dimensões (JESSOP, 2006d, p. 62, 2002a, p. 59). Em primeiro lugar, o Estado busca garantir o pleno emprego por meio de gestão da demanda agregada, viabilizando que os investimentos rígidos e com alta imobilização de capital operassem perto da capacidade instalada. Em segundo lugar, generaliza normas de consumo de massa, garantindo a demanda pela produção privada. E, por fim, provê infraestrutura complementar à produção e consumo de massa.

Quanto ao bem-estar, há três aspectos principais (JESSOP, 2002a, p. 59-60). Um primeiro ponto é o apoio estatal à negociação salarial coletiva, visando conduzi-la ao pleno emprego. Em segundo lugar, há expansão de direitos sociais e econômicos, vinculados à cidadania nacional. Por fim, destaca-se também a socialização do consumo para além dos homens chefes de família assalariados em setores fordistas, via extensão do bem-estar – neste caso, determinações de, por exemplo, auxílio-desemprego e previdência atrelados aos salários dos trabalhadores da ativa.

Partindo de tipologia desenvolvida por Esping-Andersen (1985, 1990), Jessop distingue também quatro variantes das políticas de bem-estar do ENBKE, destacando suas conexões com os padrões de crescimento, inserção internacional e regulação das economias (JESSOP, 2002a, p. 68-71). Os regimes liberais associam-se a domínio das finanças e regulação pelo mercado, com predominância do capital-dinheiro. Os regimes social-democratas associam-se a pequenas economias abertas com setores exportadores importantes (sejam fordistas ou especializados). Os regimes conservadores e corporativistas associam-se a economias grandes, com forte coordenação

entre indústria e finanças e predominância do capital-produtivo. Já o modelo sul-europeu associa-se a economias periféricas atrasadas com grandes setores agrários e estruturas sociais tradicionais.

Deve-se olhar, neste exercício de tipificação de subformas fordistas, para três variáveis. Primeiramente, como as relações entre finanças e indústria se relacionam com a dominância do capital produtivo ou dinheiro por parte das frações dominantes do capital – o capital dinheiro tende a ser mais liberal e internacionalista, o produtivo atento à interdependência substantiva dos vários momentos do circuito do capital e mais intervencionista. Isso tem implicações para as formas de política econômica e para a interação entre a coordenação estatal e pelo mercado. Outro ponto é o momento histórico em que se institui o mercado de trabalho livre, pois isto muda a forma como é vista a força de trabalho (mais como fator de produção substituível ou como possuidora de atributos e capacidades específicas) e, assim, a organização industrial e trabalhista. Deve-se olhar também para os relacionamentos entre empresas, vendo se estes se dão mais através do mercado ou de redes, algo que costuma ser mediado pela forma estatal. Essas diferenças entre as três variáveis devem ser vistas através das seletividades estratégicas do Estado e seu papel em mediar as lutas políticas, com enfoque para seus fatores estratégicos e institucionais (modos de representação, escalas territoriais, sistema de partidos, entre outros). Emerge disto um conjunto de facilidades e constrangimentos para as estratégias de vários atores, inclusive corporativos – modificando suas posições de mercado, expectativas de lucros e capacidade econômica e política de responder a oportunidades de lucro. Modifica-se, por tudo, a evolução e correspondência entre vários aspectos mais amplos da organização do trabalho, dos regimes de bem-estar e assim por diante.

A forma estatal em questão é considerada nacional por uma série de razões (JESSOP, 2002a, p. 71-72). A questão não é a inexistência ou irrelevância de níveis sub ou supranacionais, mas sim sua subordinação estratégica ao nível nacional. Isto é, por mais que várias políticas fossem implementadas através de instituições locais ou regionais e houvesse preocupação em inserir a economia nacional no âmbito global, isto ocorria em articulação que tinha o nível nacional como eixo fundamental (JESSOP, 2006e, p. 107). Assim, as dimensões subnacionais eram correias de transmissão das políticas nacionais, e as supranacionais entendidas como uma relação entre Estados nacionais. Para além disso, as estratégias e regulações estatais baseavam-se na premissa de que seu objeto era uma economia nacional relativamente fechada, e a ação prioritária era sobre a economia nacional medida em agregados macroeconômicos. Mesmo o bem-estar era tratado em

termos da população nacional residente, e a luta pela hegemonia doméstica era articulada em torno do nacional-popular, disputando crescimento e redistribuição econômica em uma economia cujo caráter capitalista era tomado por dado (JESSOP, 2002a, p. 60).

Já a caracterização do ENKBE como um Estado parte do fato de que instituições estatais, operando de modo hierárquico, eram o principal complemento às relações de mercado e tinham participação relevante na sociedade civil (JESSOP, 2002a, p. 61). Esta combinação conforma a “economia mista” do pós-guerra, cujo centro de regularização se encontrava nas relações mediadas pelo mercado e pelo Estado⁶.

A temporalidade do fordismo e do ENKBE era uma moeda de duas faces (JESSOP, 2002a, p. 80). Seu ritmo estava regulado essencialmente para lidar com os ciclos eleitorais, no lado político, e os ciclos de negócios, no lado econômico, enquanto sistematicamente negligenciava a regulação de temporalidades mais curtas ou longas. Assim, as negociações financeiras, com seus ritmos extremamente velozes, e a depleção de recursos naturais esgotáveis ou a poluição, de impactos muito mais duradouros, não eram compreendidas no horizonte temporal do fordismo e do ENKBE.

Em suas várias dimensões o ENKBE contribuiu para a continuidade relativamente estável da acumulação nos países centrais, na medida em que participou da gestão das contradições da relação do capital nas formações sociais em que esteve presente e na exportação de parte das mesmas para outros espaços e temporalidades (JESSOP, 2002a, p. 75, 2006j, p. 334-335). Os dois mecanismos principais através dos quais isto operou foram a regulação da norma salarial e do dinheiro. Este, na medida em que era essencialmente dinheiro de crédito nacional, com reduzida liberdade de fluxo internacional, podia ser razoavelmente bem regulado pelo Estado. Isto garantia a capacidade de os Estados assegurarem a demanda agregada e o pleno emprego, bem como (e inclusive através de) a provisão adequada de infraestrutura e serviços. O que, associado à participação na negociação de salários, fazia com que o Estado operasse através da norma salarial e da gestão monetária para efetivar o ciclo virtuoso do fordismo, de tal maneira conectando o consumo e a produção de massa e promovendo certa concertação das decisões isoladas dentro de movimentos manejáveis (JESSOP, 2002a, p. 75-81).

⁶ O ponto ficará mais claro quando da comparação com o SWPR, no qual a forma de atuação estatal é menos marcada pela hierarquia que pela metagovernança, e uma série de funções antes estatais são realizadas por meio de outros atores, como ONGs e organizações privadas.

O limite essencial da regulação fordista e da capacidade de atuação do ENKBE neste processo está na necessidade de “congruência entre economia nacional, Estado nacional, cidadania nacional e sociedade nacional” (JESSOP, 2006j, p. 334). Os mecanismos regulatórios principais, a norma salarial e a gestão monetária, dependiam fundamentalmente desta superposição. Enquanto o dinheiro tivesse reduzida liberdade de circulação internacional, e logo fosse capaz de ser gerido por Estados nacionais, e enquanto os salários fossem mais relevantes como fonte de demanda doméstica que custo de produção internacional (o que dependia de grau reduzido de abertura comercial), e de tal maneira pudessem ser geridos com vistas a garantir pleno emprego e demanda suficiente para a plena utilização da capacidade instalada, a institucionalidade da regulação fordista e do ENKBE efetivamente tinha as condições necessárias para conter dentro de certos limites as contradições do capital. Do lado político, a garantia de pleno emprego, crescimento econômico e expansão de direitos de bem-estar para cidadãos nacionais era um importante elemento da competição partidária e dos ciclos eleitorais.

Era, portanto, ao nível nacional que se estabelecia a fixação espaço-temporal do fordismo. Contudo, as contradições da relação do capital não podem jamais ser eliminadas, senão enfrentadas de maneiras específicas ou diferidas para outros espaços e temporalidades (JESSOP, 2002a, p. 73). No caso da fixação fordista, parte dos custos era enfrentada no interior das sociedades que integravam este modo de regulação, a exemplo das pequenas e médias empresas, de trabalhadores dos setores não-fordistas e das mulheres, sujeitas à dupla jornada de trabalho. Parte dos custos era também lançada às sociedades periféricas – como as extratoras de petróleo ou “fornecedoras” de mão-de-obra migrante.

Expostos o fordismo e o ENKBE, passa-se à crise que sofrem a partir de meados da década de 1970, que viria ser terminal. Crises no período fordista assumiam essencialmente a forma de estagflação, o que é um reflexo da regulação via salários e gestão monetária com o compromisso de manutenção do pleno emprego, e lidava-se com as mesmas através de reestruturações econômicas e institucionais incrementais e com políticas contra-cíclicas. Os processos que se abrem com a década de 1970, contudo, marcam o fim da eficácia deste padrão de gestão de crises e a gradual emergência do pós-fordismo e do SWPR (JESSOP, 2002a, p. 81). Cinco fenômenos estão por detrás disto: i) o esgotamento tecnológico e de mercado do fordismo como processo de trabalho; ii) o crescimento de contestações trabalhistas; iii) a crise fiscal e das formas de intervenção estatal; iv) o surgimento de novos movimentos sociais e identitários, em contestação da

identidade nacional e, por fim, v) a internacionalização da economia (JESSOP, 2002a, p. 80-84/174-177, 2006e, p. 108-110, 2006g, p. 125-126, 2006j, p. 335-336).

No lado produtivo há dois aspectos do esgotamento. Por um lado, nem todos os setores podem ser produtivamente organizados em linhas fordistas ou tayloristas. E, por outro, os setores que podem sê-lo, uma vez assim organizados, encontram limites para a obtenção de contínuos ganhos de produtividade (JESSOP, 2006g, p. 125). Fica sugerido que tais limites teriam sido atingidos, ou se estava próximo disto, quando da crise. O período também é marcado por crescimento da militância trabalhista. A extensão de benefícios e o longo período de pleno emprego alteram o equilíbrio de forças em favor dos trabalhadores, inclusive através da grande dificuldade de redução dos salários, que retardava ajustes na baixa cíclica e acrescia a capacidade de resistência dos trabalhadores a reorganizações do processo produtivo. Aumenta a rotatividade do emprego, a quantidade de greves, o número de faltas e de defeitos na produção, bem como se intensifica um questionamento mais amplo da organização da sociedade (JESSOP, 2002a, p. 82, 2006g, p. 126).

O terceiro ponto é a crise fiscal e das formas de intervenção estatal. A desaceleração econômica reduz as receitas e aumenta as despesas estatais, devido aos estabilizadores automáticos, induzindo conflitos a respeito do nível e da forma da tributação e dos gastos estatais – o que equivale, ao fim e ao cabo, a um amplo questionamento do Estado. Isto deve ser visto em associação às mudanças, tanto materiais quanto discursivamente criadas, que ocorreram ao longo da vigência do fordismo e do ENKBE quanto às necessidades de bem-estar e da acumulação de capital. Com isto se pretende indicar que certas formas e mecanismos de intervenção cristalizados na institucionalidade do Estado, e que foram funcionais a determinados aspectos da acumulação em momento anterior, deixaram de sê-lo, com o que se tornava necessário, na superação da crise, mais do que mudanças incrementais na estrutura estatal ou a simples retomada do crescimento (JESSOP, 2002a, p. 84-86). Como será mostrado a seguir, a gradual constituição da economia pós-fordista, com seu caráter mais complexo, adéqua-se melhor a formas de atuação estatal diferentes da intervenção de cima para baixo típica do ENKBE, com mecanismos de suporte à reprodução social outros que os programas de bem-estar então existentes e com uma participação estatal na economia distinta daquela orientada por princípios keynesianos (JESSOP, 2002a, p. 232-233).

O surgimento de novos movimentos sociais e de novas identidades também teve participação na crise do ENKBE. Um aspecto é o foco dos mesmos em temas locais ou globais;

questiona-se o nível nacional como instância por excelência da identidade e assim transforma-se a coalizão de forças por detrás daquele Estado, dificultando sua sustentação em uma forma nacional. E, por outro lado, há crescente rejeição das formas políticas da época com sua ênfase no igualitarismo e redistribuição entre classes, movendo-se em favor de políticas pluri-identitárias e de reconhecimento da diferença; rejeita-se o burocratismo do Estado e sua rigidez em favor de um terceiro setor supostamente mais flexível a operar no âmbito transnacional (JESSOP, 2002a, p. 89-90).

Ainda que as dimensões apresentadas estejam interrelacionadas, a dominante é a internacionalização da economia e da sociedade, que impede as formas de gestão de crise fordistas e enfraquece as bases políticas do Estado (JESSOP, 2006j, p. 335). Trata-se da dissolução da fixação espaço-temporal do fordismo, ou o fim da congruência entre economia nacional, Estado nacional, cidadania nacional e sociedade nacional. A maior concorrência de países de industrialização recente (JESSOP, 2006e, p. 108), maior abertura do mercado de bens e particularmente o crescimento dos fluxos internacionais de capital tornou ineficazes ou mesmo contraproducentes as formas de gestão de crise que até então haviam se provado funcionais (JESSOP, 2006g, p. 126). O ponto é que a internacionalização “solapa a economia *nacional* como um objeto de regulação estatal” (JESSOP, 2006j, p. 335, ênfase nossa), tornando o salário mais relevante em sua dimensão de custo de produção *internacional* e fazendo com que as formas monetárias sejam dominadas por sua função como *divisa internacional*. Assim, as condições macroeconômicas que permitiam o fechamento doméstico do circuito de produção e consumo de massas, parcialmente através da regulação estatal operada via gestão da demanda agregada, não mais são satisfeitas. Ao contrário de recuperação do crescimento e manutenção do emprego, a gestão da demanda agregada passa a recrudescer a estagflação e os problemas de balanço de pagamentos. Está posta, assim, a crise da gestão de crises (JESSOP, 2002a, p. 81, 2006j, p. 335)⁷.

Este período também marca a ascensão do pós-fordismo como forma econômica dominante. Antes de partir para sua análise, é primeiro necessário tecer algumas observações sobre o termo pós-fordismo. Este é o conceito que Jessop usa para descrever o regime de acumulação

⁷ “Instrumentos centrais de política associados ao fechamento relativo das economias fordistas perderam assim sua eficácia em garantir tais objetivos de política do pós-guerra, como pleno emprego, crescimento econômico, estabilidade de preços e balanços de pagamentos sólidos. Ademais, na medida em que formas nacionais de dinheiro foram subordinadas aos fluxos internacionais de moeda e em que os salários passaram a ser vistos como custos internacionais de produção, e não como fontes nacionais de demanda, as premissas domésticas do bem-estar keynesiano foram postas em xeque” (JESSOP, 2006j, p. 335).

pós-década de 1980 em trabalhos anteriores (JESSOP, 2006d)⁸, e que passa a ser preterido em favor de economia do conhecimento (*knowledge-based economy*) (JESSOP, 2002a), economia globalizante do conhecimento (*globalizing knowledge-based economy*) ou, ainda, economia globalizante do conhecimento após-fordismo (*globalizing, knowledge-based, after-Fordist economy*) (JESSOP, 2006j). Em trabalhos recentes (JESSOP, 2010c) parece haver utilização tanto de pós-fordismo quanto economia globalizante do conhecimento, de forma que não parece clara. Fica sugerido que pós-fordismo seria o termo para a formação social como um todo, enquanto economia globalizante do conhecimento referir-se-ia ao regime de acumulação⁹. De todo modo, cabe explicar os critérios que embasam estas escolhas, o que será feito primeiro para o pós-fordismo e depois para a economia globalizante do conhecimento.

Pois bem, o termo pós-fordismo busca transmitir a ideia de conservação-dissolução com relação ao fordismo. Caso se tratasse de disjunção suficientemente forte, algum termo não-fordista teria de ser usado, seja algo substantivo como Toyotismo, seja algo na linha de após-fordismo – enquanto, por outro lado, modificações menores do fordismo deveriam utilizar prefixos a indicar mudanças em uma mesma forma, como fordismo áureo, tardio etc. (JESSOP, 2006j, p. 327). Isto posto, o rótulo de pós-fordismo caberia, assim, a algo que ou se desenvolvesse no interior de uma formação fordista e marcasse uma ruptura com determinadas características definidoras do fordismo ou que, independentemente de suas origens, respondesse a impasses decisivos do fordismo. Não se trata, portanto, de uma definição “evolutiva” do conceito, como se pós-fordismo significasse necessariamente um estágio posterior de formações fordistas, ou que para se chegar ao pós-fordismo é necessário ter sido fordista. Tampouco se trata, por outro lado, de uma definição puramente cronológica, haja visto a necessidade de uma conexão substantiva entre as características fordistas e pós-fordistas. Assim é que em sua discussão do processo de trabalho pós-fordista Jessop coloca que tal “padrão poderia apropriadamente ser chamado de pós-fordista na medida em que emerge do próprio processo de trabalho fordista e/ou é visto como uma resposta à crise do fordismo” (JESSOP, 2006d, p. 77), e prefere a segunda opção.

Sua discussão do conceito de economia do conhecimento em alguns pontos contradiz a argumentação anterior, ou marca mudança de posição. Jessop indica que “um conceito substan-

⁸ Este texto originalmente data de 1991.

⁹ Veja a seguinte citação: “Em meus trabalhos anteriores sobre periodização do capitalismo, previra que a forma mais provável do regime de acumulação em economias pós-fordistas seria a economia globalizante do conhecimento” (JESSOP, 2010c, p. 84). Ou ainda, sem grande clareza, “O capítulo 11 [...] propõe uma interpretação do regime de acumulação pós-fordista emergente como uma economia globalizante do conhecimento” (JESSOP; SUM, 2006b, p. 10).

tivo análogo ao fordismo, como toyotismo [...] certamente é mais frutífero que o conceito mais formal de pós-fordismo, que se baseia em um prefixo cronológico para distingui-lo do fordismo” (JESSOP, 2002a, p. 97). Propõe, assim, a utilização de economia do conhecimento, por ter se tornado uma guia estratégica de reestruturação econômica e social e por relevar a importância que se concede ao conhecimento no atual paradigma econômico. Como as posições do autor parecem algo contraditórias e, até onde se sabe, não há uma resolução do conceito que lhe pareça mais apropriada, o presente trabalho utilizará pós-fordismo para indicar as formações sociais e economia do conhecimento para indicar o paradigma tecnológico dominante e o regime de acumulação da economia contemporânea.

Feitas estas observações, passa-se à apresentação do pós-fordismo e da economia do conhecimento. Seu processo de trabalho estrutura-se em torno da flexibilidade, tanto em termos dos bens de capital empregados e da organização dos processos quanto em termos da mão-de-obra. Os ganhos de produtividade são obtidos através de economias de escopo e de rede, e as tecnologias da informação e de telecomunicações têm papel central. Entra aqui um componente decisivo do conhecimento como insumo da produção, por estar codificado nos *software* e máquinas utilizadas e por ser decisivo na coordenação e controle em tempo real dos processos produtivos, por vezes se desenrolando em espaços distantes uns dos outros (JESSOP, 2002a, p. 98-99). Estas características tornam a economia do conhecimento potencialmente produtiva para diversos setores e ramos, inclusive os serviços, bem como aplicável a firmas de porte pequeno ou médio – o que lhe confere escopo maior que o do fordismo (JESSOP, 2006d, p. 78). Há tendência à polarização dos trabalhadores, entre aqueles de maior qualificação, com rotação de tarefas e trabalho em equipe, e um grande número de trabalhadores desqualificados operando em condições precárias (JESSOP, 2002a, p. 98).

Quanto a seu regime de acumulação, a concertação macroeconômica pós-fordista tem um ciclo virtuoso baseado na acumulação flexível, economias de escopo e de rede e inovações, aumentos salariais para os trabalhadores qualificados, maior demanda por bens e serviços diferenciados com base no acréscimo da renda discricionária, crescimento do lucro via rendas tecnológicas e utilização da capacidade flexível instalada, reinvestimento em equipamentos e produtos, e novas economias de escopo, de rede e inovações tecnológicas (JESSOP, 2002a, p. 100, 2006d, p. 78). Não se verificam os efeitos de arraste do aumento de salários presentes no fordismo, mas, pelo contrário, há tendência a crescimento do leque salarial e, em vista da maior concorrência

global, certa estagnação dos rendimentos do trabalho para a busca de competitividade. Como se mostrará mais adiante, a internacionalização característica do pós-fordismo dificulta a identificação *a priori* da escala à qual o fechamento deste ciclo virtuoso teórico deve operar.

O pós-fordismo como modo de regulação erige-se em torno da flexibilidade e inovação contínua, que se expressam em suas formas institucionais. Em termos gerais, reduzem-se as formas mais burocráticas do fordismo em direção a organizações em rede e adaptáveis a condições de maior instabilidade (JESSOP, 2002a, p. 100-101, 2006d, p. 79-81). Assim, a norma salarial envolve polarização do mercado de trabalho e negociação em níveis menores que os fordistas. Estabelece-se ampla diferenciação entre os trabalhadores altamente qualificados, mais relacionados às atividades-fim (*core workers*), que se busca integrar às empresas por meio de contratos salariais diferenciados, maior autonomia, participação na concepção e execução do trabalho e qualificação contínua e, por outro lado, os trabalhadores com baixa qualificação em setores ou atividades periféricas, submetidos a maior precarização, intensificação do trabalho, perda de direitos trabalhistas e afins. Estes são geralmente provenientes de grupos marginalizados (imigrantes ilegais, minorias raciais etc.). Tal cisão do mercado de trabalho seria flexível e funcional à acumulação na medida em que impede a disseminação de negociações salariais e “fornece” trabalhadores conforme as necessidades do processo produtivo com os salários mais baixos o possível. Permite às empresas reter os trabalhadores de mais difícil reposição cujas habilidades são centrais à produção, por meio de ganhos salariais e de condições empregatícias, sem que isso implique impactos generalizados pela economia – ao contrário, joga-se sobre os trabalhadores marginalizados os custos de enfretamento da instabilidade cíclica (JESSOP, 2006d, p. 79, 2002a, p. 101).

Quanto às relações de concorrência e organização corporativa, o pós-fordismo assiste à substituição da firma verticalizada pela firma em rede e da concorrência via preços por aquela via qualidade e diferenciação de produtos. A organização corporativa torna-se mais descentralizada, com as firmas principais concentrando-se nas atividades-fim (*core competencies* ou *core businesses*), terceirizando grande parte da produção e voltando-se para a gestão de interdependências entre as diferentes unidades produtivas e entre estas e consumidores. Isto não implica menor centralização do capital, mas está associado a um pequeno número de empresas transnacionais de grande porte e uma multiplicidade de firmas menores. A concorrência se dá através da contínua busca por inovação, diferenciação de produtos e personalização de serviços, visando estabelecer monopólios sobre propriedade intelectual, obter rendas tecnológicas e garantir economias de es-

copo e de rede. Estas formas seriam mais flexíveis por terem capacidade de adaptação a condições flutuantes de demanda e ao contínuo desenvolvimento tecnológico, bem como por serem elas próprias continuamente mutáveis (JESSOP, 2006d, p. 80, 2002a, p. 100-101).

A natureza das relações monetárias e creditícias também passa por significativas mudanças no pós-fordismo. O dinheiro crescentemente é crédito de circulação internacional emitido por bancos privados, e a capacidade de regulação monetário-financeira dos Bancos Centrais é fortemente constrangida. Há tendência à contínua inovação financeira, seja para escapar da regulação estatal, para oferecer novos produtos especializados às operações transnacionais de um processo produtivo cada vez mais globalizado e diferenciado, ou para financiar o consumo das massas marginalizadas (JESSOP, 2006d, p. 80, 2002a, p. 101).

As relações internacionais pós-fordistas serão tratadas à frente no âmbito do que Jessop chama a “relativização da escala”. Por ora, basta notar que se observa crescente ligação entre a dimensão local e global, implicado nisto exacerbação do mercado mundial como referência necessária das atividades econômicas em geral, e encadeamento mais complexo entre os diferentes níveis, com os menores não totalmente contidos nos maiores – como exemplo das zonas transfronteiriças, que ligam regiões não coextensivas de diferentes países. Assim como na exposição do modo de regulação fordista, discute-se em momento posterior do texto a forma estatal.

Em termos de uma forma de societalização, o pós-fordismo é menos claro que seu antecessor. Ainda que os EUA mantenham supremacia em termos econômicos, políticos, militares e culturais, isto se dá forma muito mais contestada que no período do pós-guerra. Assim, por mais que os Estados Unidos sirvam de modelo há um possível reconhecimento da diversidade de paradigmas de societalização. Em termos gerais, as formas de identidade tornaram-se mais híbridas e multifacetadas, com clara perda da centralidade da identidade nacional, e novos movimentos sociais passaram a ocupar papel de destaque na organização política (JESSOP, 2002a, p. 101-102).

Antes de adentrar a discussão da escala sob o pós-fordismo cabe notar três desenvolvimentos de importância. São eles a noção de competitividade sistêmica e sua mobilização na concorrência, a colonização de esferas antes compreendidas como extraeconômicas pelo econômico e o predomínio dos momentos abstratos da relação do capital. A discussão da competitividade sistêmica parte da observação de que contemporaneamente é difícil sustentar vantagens

comparativas estáticas¹⁰, com o que as estratégias empresariais tendem a pautar-se pela busca de vantagens dinâmicas (JESSOP, 2002a, p. 118). A mesma ideia valeria para estratégias orquestradas em torno de alguma dimensão espacial, no sentido que agentes públicos e privados objetivariam criar vantagens competitivas dinâmicas para atividades sediadas neste espaço ou que operem através do mesmo¹¹. Deve-se observar que tais estratégias envolvem uma mediação discursiva crucial, em vista de que seu objeto nunca é a economia concreta e as diversas condições a ela associadas, mas sim uma construção esquemática que recorta um objeto de regulação e intervenção a partir da multiplicidade de relações sociais. A determinação estratégica do espaço de regulação, das formas econômicas essenciais, dos atores centrais, dos horizontes temporais relevantes, dos suportes extraeconômicos a serem mobilizados e das demais dimensões a compor uma estratégia concorrencial é um exercício baseado em, por um lado, a exclusão de ampla gama de fenômenos e instâncias consideradas não-essenciais e, por outro, a construção discursiva e embasamento material e institucional do que se considera essencial. Este processo não é ditado pela base material, geográfica ou econômica, mas tem momento estratégico decisivo e inevitavelmente envolve imputar custos, marginalizar certos atores e beneficiar outros – assim como se deve observar que a escala espacial e os atributos econômicos e extraeconômicos relevantes são parcialmente definidos de modo relacional através da disputa estratégica. E, uma vez privilegiadas em estratégias dominantes, estas dimensões tendencialmente adquirem ou reforçam sua materialidade ao serem perseguidas como objetivos ou tomadas por referência pelos atores a ela relacionados, além de que, também tendencialmente, busca-se inscrever seletividades estratégicas e estruturais em seu benefício dentro das formas institucionais vigentes.

Pois bem, o argumento é então de que as estratégias concorrenciais espacializadas têm tentado mobilizar suporte econômico, e particularmente extraeconômico, muito amplo, aproximando-se de estratégias que visam a concorrência entre formações sociais inteiras – daí a noção de competitividade sistêmica (JESSOP, 2002a, p. 119-123). O que leva diretamente ao segundo ponto, que muitas esferas antes compreendidas como extraeconômicas estão sendo redefinidas como, apropriadas por, ou subordinadas ao econômico. Isto está ligado a dois pontos. A im-

¹⁰ Devido à padronização de tecnologias que podem ser adotadas em diferentes espaços, acesso facilitado a fatores produtivos e financiamento proporcionado pela maior mobilidade do capital, entre outros.

¹¹ Jessop tende a formular a discussão nos termos de que uma região adotaria estratégias ou seria competitiva, e não de que atores adotem estratégias organizadas em torno de um espaço ou que busquem garantir vantagens competitivas para capitais instalados no mesmo. Estes termos podem impor alguma forma de antropomorfização (no caso de regiões proporem estratégias) ou reificação (no caso da competitividade regional) do espaço, mas para a dimensão atual da discussão parece não oferecer problemas. De todo modo, a discussão será apresentada da segunda maneira indicada acima.

portância do conhecimento como insumo para a produção pós-fordista naturalmente faz com que as condições de “produção e mobilização do conhecimento” adquiram relevância na busca de competitividade e na concorrência. Ocorre que o conhecimento é produzido por diversos meios que, a princípio, não precisam ou costumam estar compreendidos dentro da economia. Canalizá-los para que representem não uma herança intelectual comum, mas sim uma possível fonte de lucros e vantagens competitivas ou monopólios, é elemento cada vez mais presente nas estratégias concorrenciais. De fato, busca-se mobilizar o maior volume de “recursos” possíveis nestas estratégias, o que se pode perceber nos discursos ressaltando aspectos como uma cultura de empreendedorismo, capital social etc. (JESSOP, 2002a, p. 108-109/132).

Esta colonização da vida social pelo econômico reflete também a maior importância da acumulação como princípio de societalização e, conseqüentemente, a maior dominância ecológica do capital. O que leva ao terceiro ponto, do predomínio dos momentos abstratos da relação de capital. Com base na distinção que Marx faz da mercadoria como valor de uso e valor, e que se desdobra em uma série de contradições expressas em todo o circuito do capital, Jessop identifica outras instâncias dessa mesma contradição entre a dimensão concreta e abstrata da relação do capital. Assim, coloca que a força de trabalho é tanto um insumo substituível como um conjunto concreto de habilidades e conhecimentos específicos; que o salário é tanto custo de produção quanto fonte de demanda efetiva; que o dinheiro é tanto capital portador de juros, moeda internacional e expressão por excelência do capital em geral quanto medida de valor, dinheiro nacional e forma de poder; que o capital produtivo é tanto valor abstrato em movimento e fonte de lucros empresariais quanto estoque de ativos específicos no tempo e espaço e habilidades empresariais e gerenciais concretas; que o conhecimento é tanto propriedade intelectual privada quanto herança intelectual comum; e que o Estado é tanto capitalista coletivo ideal quanto fator de coesão social (JESSOP, 2002a, p. 19-21). O pós-fordismo, particularmente em sua forma neoliberal, enfatizaria sistematicamente os momentos ou dimensões abstratas dessa relação, em detrimento de seus valores de uso (JESSOP, 2010c, p. 72, 2002a, p. 104-113). Autonomiza-se relativamente o capital, como valor abstrato, de seus substratos materiais ou concretos, particularmente ao liberar o capital-dinheiro em novas formas para comprimir e distender o tempo-espaço em busca e criação de oportunidades de lucro. Em outros termos, o capital passa a sujeitar-se menos à dinâmica e leis de outros sistemas, seguindo de maneira mais endogenamente determinada suas próprias leis de movimento – e assim dando pleno desenvolvimento a suas contradições internas (JESSOP, 2010b). A

contrapartida disso é que os outros sistemas ou esferas sociais se veem crescentemente subordinadas às determinações econômicas, em geral, e àquelas do hegemônico capital financeiro hiper-móvel, em particular (JESSOP, 2010c, p. 81).

Passa-se à discussão da escala pós-fordista. Ao contrário do período anterior, marcado por relativa convergência em torno do nível nacional quanto à acumulação, organização da sociedade e Estado, não há contemporaneamente qualquer dimensão a desfrutar de tal predominância ou papel organizador das diferentes escalas. Ao contrário, observam-se disputas (ainda?) indefinidas em torno dos níveis “adequados” para a organização social e econômica, nas quais o local e o global recebem crescente atenção e o ciberespaço representa novidade considerável. A escala local assume importância como objeto de intervenção, a global é tomada como referência e objetivo necessário das práticas econômicas e políticas, o espaço urbano (particularmente das grandes metrópoles) torna-se o eixo organizador fundamental da acumulação de capital e da concorrência internacional e o ciberespaço conforma simultaneamente um novo terreno “extrageográfico” e uma maneira de conectar o espaço “convencional”. Há, além disso, o desenvolvimento de diferentes regiões econômicas. Há as economias triádicas, organizadas em torno das zonas de influência principais dos EUA, da Alemanha e do Japão, bem como zonas transfronteiriças. Estas compreendem espaços não-contíguos a envolver mais de um país, mas que partilham de interdependências substantivas, como os Quatro Motores da Europa, constituída pela Catalunha, Rhône-Alpes, Lombardia e Baden-Württemberg. Ainda nesta linha, as cidades-regiões globais colapsam o local, regional e nacional para melhor desenvolver estratégias de competitividade global, em desenvolvimento que organiza os diferentes níveis de forma complexa. O que a discussão indica é que, por mais que o nível nacional siga relevante, ele não tem mais a predominância de outrora. Tal status não foi, contudo, assumido por alguma outra escala, ao mesmo tempo em que os diferentes níveis passam a se organizar de forma interrelacionada e multifacetada, com o que níveis menores não são inteiramente contidos nos maiores. A escala, assim, é relativizada (JESSOP, 2002a, p. 179-193).

Resumidamente, portanto, a formação social pós-fordista é caracterizada pela base produtiva fundada no conhecimento e utilização das tecnologias da informação e comunicação, ganhos de produtividade via economias de escopo e de rede, flexibilidade de suas diferentes formas, predomínio dos momentos abstratos da relação do capital, colonização do extraeconômico pela forma valor e relativização da escala. Para que se possa adequadamente analisar suas contra-

dições é necessário primeiro apresentar sua forma estatal conforme proposta por Jessop, o que será feito em seguida. Antes de sua descrição, contudo, cabe recuperar esquematicamente seu surgimento através de reformas e respostas à crise do fordismo e do ENKBE.

Em linhas gerais, o argumento que Jessop avança quanto à transição para o SWPR é o seguinte (JESSOP, 2006g, p. 133-140, 2002a, p. 90-94, 2006e, p. 107-108). Desenvolvimentos principalmente econômicos desestabilizaram o fordismo e o ENKBE, centralmente ao reverter o peso entre os momentos concretos e abstratos dos salários e do dinheiro. Tal fenômeno se expressava em, e através de, pressões concorrenciais de âmbito internacional nos diferentes países, instabilidade, problemas macroeconômicos e ineficácia ou disfuncionalidade dos mecanismos de atuação estatal. A resposta a essa crise multidimensional se dá, inicialmente, através da intensificação dos padrões vigentes de gestão de crises, com intervenção estatal ativa, o que rapidamente passa envolver propostas de reformas do Estado. Estas reformas, contudo, originalmente visavam transformações graduais dentro das formas existentes, mas dadas as mudanças domésticas e internacionais tanto políticas quanto econômicas que já haviam ocorrido tal projeto mostrou-se crescentemente incapaz de resolver a crise posta. Com importantes diferenças nacionais, abre-se um momento crítico em que há maior facilidade de fundar discursos em torno da necessidade de modificações radicais na ordem econômica ou política, com espaço para intervenções decisivas a moldar o desenvolvimento futuro das formações sociais. Assim é que, no contexto de crescentes problemas na economia e política doméstica, impulsionados em certa medida por pressões concorrenciais internacionais no âmbito produtivo e financeiro, gradualmente estruturam-se projetos de reformulação ampla do Estado que se justificam em discurso que propunha crise *do* ENKBE, e não somente crise *no* ENKBE. Ou seja, tentativamente se busca resolver a crise fordista através dos meios já postos e, na medida em que isso sistematicamente falha, certos atores conseguem emplacar novos projetos de Estado, via tentativa e erro, e gradualmente se vai processando a transição de regime. Há, assim, papel importante de fatores econômicos e políticos na gestação, definição, interpretação e resposta à crise.

Isto pode ser ilustrado pela narrativa proposta para o caso inglês e o alemão, que resalta diferenças nacionais no fordismo, em sua crise e no espaço aberto para a resposta à mesma – e, assim, na forma estatal que se estrutura (JESSOP, 2006g). A Inglaterra teve, no pós-guerra, um fordismo deficiente em muitos aspectos, que levou a uma indústria pouco moderna, déficits no BP, necessidade de importar bens de consumo durável para manter o poder de compra e grandes

compensações públicas para manter salários e emprego. Estes problemas econômicos tornaram-se particularmente graves com o passar do tempo, e na década de 1970 alguma forma de reestruturação econômica parecia inevitável. Com o surgimento da crise as respostas iniciais se dão dentro dos marcos do sistema, especificamente através de programas corporativistas para manter o pleno emprego, gestão da demanda agregada e do bem-estar e incentivos à modernização fordista via fusões e aquisições. Com a falha dessas iniciativas e das tentativas parciais de políticas de austeridade, gradualmente se afirma a interpretação de ser necessário reformar o Estado, em especial no que se refere às suas dimensões keynesianas. Isto se somou a uma debilidade antiga do Estado inglês, que não tinha garantido as condições – econômicas e extraeconômicas – para agir consistentemente como um Estado liberal, corporativista ou dirigista, além de experimentar problemas crescentes com o sistema parlamentar e partidário. Em outros termos, adentra-se um período também de crise do Estado. A coincidência destas duas crises criou conjuntura propícia para grandes intervenções a reformar a sociedade e o Estado britânico, notadamente por oferecer tempo para testes e adaptação dos projetos de mudança dada a falta de oposição, o que foi mobilizado pelos três governos Thatcher. Estabelece-se estratégia política de médio prazo a envolver a desestruturação do Estado existente, estruturação de outra forma estatal e reorganização econômica. Não era o caso de simplesmente dar lugar a uma economia pós-fordista embrionária, mas sim garantir suas condições extraeconômicas e um Estado que lhe fosse complementar. Nesta linha, o thatcherismo ataca os sindicatos, ativamente busca desenvolver condições que favoreçam o setor financeiro, corta ou reduz os programas de bem-estar existentes, privatiza as empresas públicas, estabelece gestão pública mais centralizada e de acordo com a lógica de mercado, reforça o aparato repressivo, “despolitiza” instâncias executivas do governo e emplaca outras medidas que visavam ampla reorganização social, política e econômica.

Já o fordismo alemão fora marcado desde cedo pela importância das exportações e do setor de bens de capital para o crescimento econômico, maior uso de trabalho qualificado, restrição ao consumo, estrutura mais flexível e claro viés corporativista do Estado e da organização social. A chegada da crise não coincide, neste país, com crise do Estado, e é uma crise de maturidade do regime (ao contrário da crise de um regime que nunca de fato se afirmara positivamente na Inglaterra). É inicialmente tratada pelo projeto da *Modell Deutschland*, na gestão do qual participavam os sindicatos, que envolveu medidas de austeridade e incentivos estatais para promover a competitividade e modernização, especialmente via inovação tecnológica. Os projetos iniciais

foram incapazes de resolver a crise e geraram conflitos políticos devido aos efeitos das políticas de austeridade, levando à estratégia da *Wende* (virada) no começo da década de 1980. A diferença crucial, em comparação com a Inglaterra, é que na ausência de uma crise do Estado e por conta de os problemas econômicos serem muito menores, não se configurou um momento crítico que privilegiasse estratégias de reorganizações sociais mais amplas. As mudanças que se processam resumem-se, assim, ao que Jessop chama de ajustamentos de políticas (*policy adjustments*), e não uma mudança de regime (*regime shift*). Adapta-se o sistema alemão através de fortes incentivos à inovação e modernização tecnológica, redução do poder dos sindicatos (ainda que sem ataque frontal, como no caso inglês), flexibilização dos mercados de trabalho e delegação de grande parte das funções de bem-estar para o mercado e a comunidade. Configura-se um projeto de “duas nações”, na medida em que se mantém as condições de trabalho, os direitos e o poder dos trabalhadores centrais enquanto se marginaliza o restante.

A comparação das duas experiências sugere quadro interpretativo segundo o qual as dimensões econômicas da crise do fordismo, diferentes em cada país, delineavam as condições gerais e os desafios básicos que as sociedades e governos teriam de enfrentar. Isto demanda respostas de médio prazo algo inescapáveis, ainda que não completamente determinadas – como posto pelo autor, no caso inglês, “apesar de que diferentes partidos teriam levado a cabo estratégias algo diferentes, todos teriam rompido com o modo de regulação fordista” (JESSOP, 2006g, p. 145). A extensão dos problemas econômicos a serem enfrentados dependeu, em grande medida, da concorrência internacional ao longo dos setores afetados pela crise e seus impactos na economia, e determinava em partes a resposta necessária em termos políticos. Contudo, problemas ou mudanças econômicas não trazem consigo diretamente as formas políticas necessárias para sua regulação, mas geram oportunidade histórica de intervenção para criar e definir estruturas que, inclusive, codeterminam a dimensão econômica. E estas oportunidades serão tanto maiores quando houver também uma crise política que, em si, já oferece oportunidades para modificações do Estado. A forma que este assumirá é, assim, parcialmente determinada por necessidades econômicas, sob pena de se desenvolver estruturas disfuncionais o suficiente para impedir sua reprodução, mas há também espaço substantivo para a determinação por outras esferas. Duas citações ilustram bem o argumento:

algumas similaridades entre os dois regimes emergiram *sob o impacto da concorrência internacional*. Estas similaridades são também evidentes nos emergentes setores industriais e de serviços pós-fordistas, onde a gerência e os sindicatos desempenharam o papel

de protagonistas *dentro de um quadro estabelecido pelo governo*. [...] *As similaridades foram mais fracas nas áreas em que o escopo para a ação política era mais forte e a lógica do pós-fordismo menos clara* (JESSOP, 2006g, p. 144, ênfase nossa).

No curto prazo nenhuma estratégia, por racional que possa ser em termos econômicos estreitos, pode obter sucesso sem um equilíbrio de forças favorável; no médio prazo, uma estratégia que fora irracional pode eventualmente obter sucesso por ter sido mantida por tempo longo o suficiente para que uma mudança de circunstâncias a torne mais plausível e/ou permita a seus protagonistas melhorarem-na através de tentativas e erros; e, no longo prazo, nenhuma estratégia inconsistente com as tendências de longo prazo a emergir da colisão de todas as estratégias na economia mundial pode garantir movimento ascendente na hierarquia global (JESSOP, 2006g, p. 149).

Gradualmente estruturado através das respostas à crise do fordismo e do ENKBE, o SWPR é, como Jessop propõe, forma estatal inerentemente pós-fordista. Seus quatro termos são empregados em contraposição àqueles dos ENKBE, indicando suas principais maneiras de intervenção na economia, participação na reprodução social e bem-estar, dimensão escalar prevalente e mecanismos de governança e compensação de falhas de mercado (JESSOP, 2002a, p. 252). Resumidamente, as quatro tendências principais de substituição do ENKBE pelo SWPR, são: i) do pleno emprego keynesiano para a intervenção de um Estado de concorrência schumpeteriano; ii) da reprodução social de bem-estar para a de *workfare*, com a subordinação da política social e consumo coletivo às necessidades construídas da economia; iii) da escala nacional para uma relativização de escalas pós-nacional; e iv) ênfase em parcerias público-privadas e outras formas de governança que não a intervenção estatal de cima para baixo típica do período anterior (JESSOP, 2002a, p. 248). Essas transformações teriam sido avançadas como forma de lidar com a crise do fordismo e do ENKBE, bem como teriam gradualmente se estabelecido através de sucessivas tentativas de regular a economia do conhecimento e o pós-fordismo. Nesse sentido, são tanto tentativas de resolver crises pregressas e escapar aos dilemas que decisivamente enfraqueceram a formação social fordista quanto desenvolvimento de institucionalidade especificamente pós-fordista que visa garantir as condições extraeconômicas para a acumulação de capital deste regime de acumulação. Exploram-se as diferentes dimensões desta forma estatal mais detidamente a seguir.

Num primeiro plano de sua relação com a economia, o SWPR é um Estado concorrencial schumpeteriano. Sua guia de ação é promover a competitividade dos capitais que operam em seu território através de políticas orientadas para o lado oferta, estimulando a contínua inovação tecnológica e flexibilidade em panorama de economias abertas (JESSOP, 2002a, p. 95-96/250). Um aspecto fundamental é a tentativa dos Estados de projetar poder para fora de seu território com o intuito de moldar “espaços” econômicos relevantes para a acumulação de capital e repro-

dução social, com suas ações e estratégias sempre mediadas pela operação do mercado global. E, na medida em que os Estados nacionais perdem controle sobre as economias domésticas como objetos de regulação, passam a gerir ativamente o processo de internacionalização da economia e dos capitais na tentativa de obter benefícios com isso – seja na garantia de benefícios para os capitais que operem a partir do plano doméstico, seja para atrair investimentos externos (JESSOP, 2006e, p. 109).

A dimensão schumpeteriana refere-se à preocupação com a mudança tecnológica, inovação e empreendedorismo em sentidos amplos, buscando conformar competitividade estrutural ou sistêmica dos capitais instalados no território do Estado (JESSOP, 2002a, p. 95-96). Especialmente no cenário pós-fordista da economia do conhecimento os requisitos demandados para o contínuo desenvolvimento tecnológico (de forma retórica ou efetiva) vão muito além da criação e transferência direta de tecnologia. Envolvem todo um sistema social de inovação, uma “cultura do empreendedorismo” e, especialmente nos setores de ponta, formas amplas de integração que demandam grande participação estatal. Isto é uma demonstração da maior dominância ecológica do capital e a consequente subordinação da vida social às necessidades construídas do econômico – por isto também a ideia de um Estado de concorrência, que subordina suas diversas dimensões aos imperativos da acumulação. Neste processo o Estado participa de criação e fomento de instituições de pesquisa e tecnologia e busca estabelecer ampla gama de estruturas próprias para apoiar empreendedores e inovadores. Participa disso todo um conjunto de políticas que visa criar um “ambiente de empreendedorismo”, através, por exemplo, do estabelecimento de fundos de *venture capital*, parcerias para atividades de P&D, fomento ao pequeno empreendedorismo, entre outros. Estas atividades tem um componente locacional importante, dado o caráter relativamente localizado dos sistemas de inovação, e assim interagem de perto com os interesses de territorialização dos processos econômicos que o Estado tem. Nesse sentido, as dimensões subnacionais do Estado cumprem o papel de organizar as condições econômicas da inovação e os suportes extraeconômicos mais amplos fundamentais à mesma, visando garantir vantagens locais para os capitais instalados em sua região e, assim, manter a competitividade e o emprego nas mesmas (JESSOP, 2002a, p. 126-128).

Há também envolvimento estatal na produção e difusão do conhecimento, de diversas formas. Um dos aspectos principais disso é garantir a transformação do conhecimento – sempre gerado através de processo social amplo que não se reduz à iniciativa particular – em propriedade

privada, base de competitividade e sobrelucros (mercantilização do conhecimento). Ao mesmo tempo deve-se também garantir a mobilização de conhecimentos "comuns" (no sentido de serem livremente acessíveis, ou *intellectual commons*) para a utilização generalizada em certo espaço. Dado que o conhecimento é de livre apropriação, sua transformação em propriedade privada é um processo desde sempre politicamente determinado, e a centralidade que o conhecimento adquire no período contemporâneo faz com que a intervenção estatal em defesa da propriedade intelectual, bem como a mobilização de conhecimento comum de forma a garantir a competitividade, sejam preocupações centrais. E há envolvimento do Estado em processo de acumulação primitiva por expropriação do conhecimento comum, como exemplo da biopirataria e mercantilização de sabedoria de povos indígenas, codificação e apropriação do conhecimento prático em máquinas e software privado, e maior privatização/restringência das leis de *copyright*. Ligado de perto a este processo, o Estado também concorre para garantir a separação entre trabalho manual e intelectual e transformar os trabalhadores intelectuais em assalariados produtores da mercadoria conhecimento. Um exemplo particularmente claro deste processo é reforma das universidades e demais instituições científico-tecnológicas via privatização e orientação mercadológica (JESSOP, 2002a, p. 128-131).

A ideia de um Estado de *workfare*, e não de bem-estar, parte da redução das políticas de pleno emprego, substituídas por flexibilização e projetos de reinserção de trabalhadores inativos no mercado de trabalho, e da crescente provisão de consumo coletivo via mercado ou o terceiro setor. A tônica geral é a subordinação da política social à econômica, ambas orientadas para a busca de competitividade e o desenvolvimento da economia do conhecimento. Por detrás disto está a maior possibilidade de fugas de capital no período contemporâneo, amplificada pela mobilidade de capitais e a perda de coerência do nível nacional como escala principal das políticas econômicas e planejamento – o que leva à possibilidade de fuga dentro de um mesmo país ou região. Isto representa um mecanismo central de veto dos capitalistas às políticas públicas que não sejam de seu interesse, e faz aumentar a funcionalidade dos mecanismos de reprodução da força de trabalho como mercadoria fictícia à acumulação (JESSOP, 2002a, p. 152-153).

Nesta linha, observam-se tendências de remercantilização da força de trabalho, com maior dependência em circuitos privados para a garantia de consumo socialmente adequado, conjugadas a pressão baixista sobre os salários e a previdência (JESSOP, 2002a, p. 157-159). As políticas sociais do ENKBE, como seguro-desemprego, previdência pública e similares, foram vistas

como uma fonte de rigidez nos mercados de trabalho e de redução da competitividade, e passam a ser enquadradas como populismo econômico. Associam-se a isto maiores vazamentos econômicos de políticas que afetam a demanda, com o que se passa a uma política não mais do pleno emprego, mas sim da “plena empregabilidade”. Procura-se alterar os incentivos para a reinserção no mercado de trabalho via penalização relativa do desemprego – como reduções quantitativas no valor e tempo de direito ao seguro-desemprego – e programas de qualificação que visem facilitar a transição para o emprego. Vários programas de reinserção trabalhista se tornam, inclusive, obrigatórios, conformando política mais ativa para lidar com o desemprego. E há também tendência para diferenciação dentro do país das políticas sociais, que passam a ser definidas e geridas localmente, com a ideia de que assim estariam melhor adaptadas às condições locais. Com importantes diferenças entre os espaços, a linha geral é de perda de direitos e benefícios para os trabalhadores (JESSOP, 2002a, p. 152-156).

A pressão sobre a previdência orienta-se mais para a redução dos gastos governamentais e aumento da demanda por serviços financeiros que para a flexibilidade. Algumas das principais mudanças incluem indexação por preços, e não salários (o que reduz dinamicamente as transferências), adoção de esquemas pré-financiados com contribuições definidas, gerando financeirização dos rendimentos, e privatização do sistema (JESSOP, 2002a, p. 159-161). E, superposto à substituição de bem-estar por *workfare*, com redução do financiamento estatal à seguridade social e consumo coletivo público, multiplicam-se esquemas de “bem-estar para o capital”, através de parcerias-públicas privadas, incentivos fiscais, subsídios e afins (JESSOP, 2002a, p. 148).

Jessop propõe, contudo, que é muito pouco provável que se esteja observando o término completo das políticas de bem-estar. A ideia é que a reprodução da força de trabalho, mercadoria fictícia que é, requer ampla gama de suportes extraeconômicos, sem a provisão dos quais a continuidade do sistema seria fundamentalmente comprometida. As políticas de bem-estar teriam um papel a cumprir nisso, o que faz com que, em alguma forma, sejam importantes para garantir a acumulação, além de serem elemento central na interrelação entre estratégias de acumulação, projetos hegemônicos e projetos de Estado. É, portanto, esperado que haja substanciais reformas e reorientações da política social, mas não sua eliminação (JESSOP, 2002a, p. 141-143). Nas palavras do autor:

Se a forma salário (mesmo em suas roupagem nova, mais flexível) continua a ser a relação social dominante no capitalismo, então ainda haverá um papel para o Estado de bem-estar ou algum outro regime de bem-estar (devidamente flexibilizado) em reproduzir o

trabalho assalariado e a forma salário. [...] A questão crucial é, portanto, como o Estado de bem-estar está sendo reestruturado e dentro de quais limites seu papel pode ser reduzido (de uma perspectiva neoliberal) ou expandido (de uma perspectiva neoestatista ou neocorporativista) sem seriamente solapar a competitividade estrutural ou bloquear a transição para um processo de trabalho e regime de acumulação pós-fordista que prioriza os momentos de valor de troca da força de trabalho, da forma dinheiro, da forma da firma e a competitividade no contexto de um mercado mundial crescentemente integrado (JESSOP, 2006e, p. 118-119).

A identificação do SWPR como um regime *pós-nacional* deve-se à relativização da escala já mencionada, com perda de controle sobre o nível nacional e ligações mais intensas entre o local e o global, sem, contudo, implicar que a dimensão nacional saia de cena. O primeiro ponto a observar refere-se à relação entre globalização e o Estado, evitando visão que vê na primeira um mecanismo causal independente a reduzir a significância e poder do segundo. Por mais que a perda de coerência do nível nacional, a interação mais complexa dos diferentes níveis de uma formação social e a interpenetração dos diferentes países apresente sim desafios para a ação estatal coordenada, em seus diferentes níveis, é necessário atentar-se para o fato de que estão os Estados entre os principais promotores da globalização (JESSOP, 2002a, p. 146). Não se observa a emergência de uma economia transnacional de fluxos em detrimento direto da multiplicidade de Estados nacionais, mas sim uma crise do Estado *nacional*, em partes induzida pela globalização, e uma série de tentativas de rearticulação da "territorialidade do poder". Há, sim, um desafio que a globalização impõe aos Estados, basicamente a maior dominância ecológica do capital embasada em sua capacidade de distender e comprimir o tempo-espaço de formas que escapem ao controle dos mesmos, com a importante implicação de perda da soberania temporal do Estado. Isto é, o poder de Estado passa a ter maior dificuldade de regular e conter o capital, *caso venha a ser utilizado com tal intenção*¹². Mas, ainda assim, o nível estatal segue como ponto nodal de articulação fundamental. E, naturalmente, as estratégias e tendências estatais no período recente são muito assimétricas, grosso modo com alguns países tentando promover a globalização à sua própria imagem e outros tentando ajustarem-se a isso (JESSOP, 2002a, p. 193-195).

Já se mencionou como o pós-fordismo compreende relativização da escala, com articulação interrelacionada e não claramente hierárquica entre diferentes espaços e escalas. Isto

¹² “Assim, para Poulantzas, a incapacidade de os Estados nacionais controlarem os mercados mundiais teria muito menos que ver com qualquer suposta “ingovernabilidade” do capital global móvel que com contradições de classe reais dentro de blocos nacionais de poder, que são crescentemente moldados pelo próprio processo de internacionalização. Se nos perguntarmos por que não se chega a um acordo para impor uma tarifa de transação modesta para reduzir o fluxo especulativo de “hot money” pelo globo que se dá em detrimento de condições estáveis para a produção, por exemplo, a resposta certamente haverá de ser encontrada nas próprias contradições internas ao capital que na simples incapacidade de os Estados controlarem o capital financeiro” (JESSOP, 2002b, p. 197).

também se reproduz na organização estatal, na qual ocorre delegação de poderes e responsabilidades para níveis inferiores (regionais ou locais), superiores (internacionais ou supranacionais) e transversais (instâncias transnacionais relativamente independentes). Observa-se crescimento em número e importância de sistemas supranacionais, entre os quais a União Europeia é o exemplo mais emblemático, mas não o único. Uma série de funções antes prerrogativas dos Estados, particularmente na dimensão nacional, são parcial ou totalmente assumidas por tais sistemas. Isto envolve definições de parâmetros para a política econômica, relações comerciais e financeiras, coordenação de política monetária (no caso da UE, delegação completa da autonomia de política monetária) e diversos outros fatores econômicos ou não. Paralelamente, as dimensões subnacionais adquirem maior relevância, deixando de ser correias de transmissão de iniciativas nacionais para terem autonomia de política, com vistas primordialmente a promover competitividade estrutural do espaço regional ou local, assim inserindo-o com sucesso na economia global. Cresce também a importância de projetos de cooperação entre localidades ou regiões, muitas vezes não fronteiriças ou mesmo sequer parte de um só país, mas que desfrutem de complementariedade econômica. Uma dimensão pós-fordista desse processo está no fato de que a necessidade de flexibilidade e a maior complexidade da produção e tecnologia contemporâneas demandam adaptabilidade das políticas, o que é mais difícil de ser perseguido ao nível nacional (JESSOP, 2006e, p. 115-118).

No âmbito das iniciativas subnacionais há os fenômenos de “glocalização” e “glurbanização”. A glocalização indica a busca de vantagens globais por firmas a partir do aproveitamento de diferenças locais, enquanto o segundo termo trata da busca reflexiva de agentes organizados em torno de um espaço por gerar vantagens locais para o mesmo através da promoção de competitividade sistêmica. Esta possibilidade baseia-se na grande dependência que a inovação tem para com fatores extraeconômicos e em seus traços espacialmente dependentes, o que vem a ser explorado por níveis estatais subnacionais. Assim, governos locais têm buscado diferenciar estruturalmente o espaço com o objetivo de torná-lo mais atraente para a instalação de atividades produtivas em alguma fronteira tecnológica. Pode-se fazê-lo, entre outros, através de projetos para integrar a localidade ou região em certo trecho de alguma cadeia produtiva (com importantes diferenças a depender do setor), desenvolvimento de uma economia de turismo ou consumo, ou mesmo a constituição de paraísos fiscais e similares. São todos processos que visam reduzir a concorrência dentro do espaço em questão, observando certa complementariedade entre as ativi-

dades nele localizadas, como forma de aumentar a competitividade externa (JESSOP, 2002a, p. 188-193).

Não obstante a delegação de poderes para níveis superiores, inferiores e laterais ao Estado nacional, este segue como ponto nodal de articulação entre os fluxos. Não é a erosão do Estado nacional, mas sim da forma do ENKBE; não se trata de mais mercado, menos Estado, mas sim de uma reformulação deste que inclusive o faz crescer em várias áreas. Ao mesmo tempo em que se observa a internacionalização dos regimes de políticas observa-se também a participação dos Estados na formulação desses regimes e a tentativa de moldá-los de acordo com os interesses dos capitais de origem doméstica (com diferenças cruciais a depender da coesão do *establishment* político e do bloco de poder nacionais, bem como o grau de dominância e hegemonia econômica) (JESSOP, 2002a, p. 201-204). E o nível nacional “permanece como o palco mais significativo da disputa entre forças globais, triádicas, supranacionais, nacionais, regionais e locais, que também tenta reter um papel importante na articulação interescalar” (JESSOP, 2006e, p. 116). Isto é particularmente verdade para a função política genérica do Estado, de manter a coesão social de uma sociedade com diversas clivagens, que segue primordialmente sob responsabilidade do Estado nacional. Enquanto não houver alguma forma de legitimidade popular-democrática das instâncias supranacionais o Estado nacional será o palco principal da disputa pela hegemonia, e terá importância central (JESSOP, 2002a, p. 210-213, 2002b, p. 212).

Associada à reestruturação escalar do Estado e à delegação de algumas de suas funções, em especial para agentes para- ou não-estatais, está a transição da economia mista do pós-guerra para a metagovernança como forma principal de ação do Estado – a qual também se relaciona à importância que as economias de rede assumiram e à forma de relacionamento entre empresas. A ideia é que as sociedades e economias mais complexas de hoje, com interdependências substantivas entre as diferentes esferas e atores e com relações multiescalares, não podem ser eficazmente coordenadas unicamente através da hierarquia e do comando, mas precisam de diferentes mecanismos coordenativos. A origem desta transição estaria na crise do ENKBE e da intervenção estatal de cima para baixo na tentativa de resolver os problemas fordistas, inicialmente enfrentados através de aumento do mercado na coordenação das relações sociais. Contudo, esta saliência trouxe à tona falhas de mercado e exacerbou determinados aspectos das contradições do capital, levando à busca de mecanismos de governança que escapassem ao mercado e ao Estado para lidar com estes problemas – e assim se transitou do governo para a governança. Não obstan-

te, a partir disso o Estado buscou influenciar as condições de auto-organização e o equilíbrio das diferentes formas de coordenação social, com o que passou a agir através de metagovernança (JESSOP, 2002a, p. 216-217).

A análise mais aprofundada deste processo passa, como Jessop propõe, pela discussão acerca das formas de coordenação das relações sociais, formas políticas correspondentes, sua complementariedade com outros aspectos das formações sociais e a constante renovação institucional e organizacional para lidar com a falibilidade desses mecanismos. Nesta esteira identifica a anarquia das trocas, associada politicamente ao liberalismo, que tem na não-observância de interdependências substantivas entre os agentes sua falha típica – tratam-se de falhas de mercado. Já a hierarquia do comando, associada aos regimes estatistas ou dirigistas, falha na inexistência de meios materiais e informacionais para a ação estatal, captura do Estado por grupos de interesse, definição de objetivos de curto prazo ou contraditórios e similares (nesse caso, falhas de Estado). Por fim, a heterarquia da auto-organização, ou governança, associa-se a regimes corporativas que visam gerir a interdependência dos diferentes grupos, e é também passível de falhas. Todas essas três formas têm raízes profundas nas características das formações capitalistas, bem como suas limitações ou pontos frágeis tendem a gerar rejeições às mesmas e buscas de outros mecanismos, ou combinações destes, para a coordenação social (JESSOP, 2002a, p. 217-230, 2006a). Como exemplo, indica-se que se o liberalismo tende a de certa forma surgir como organização política espontânea ou natural de uma economia de mercado, ele também tende à combustão espontânea pelas contradições que exacerba.

Neste processo de variação dos mecanismos de coordenação das relações sociais gradualmente firmou-se a maior importância da governança ao longo da resposta à crise do ENKBE. Seu crescimento não representa a introdução de um terceiro polo neutro entre a divisão Estado-mercado, mas sim um terceiro espaço de luta. Nada implica a simetria nas relações entre capital e trabalho e suas condições extraeconômicas, ou quanto menos a suspensão ou resolução das contradições e dilemas da acumulação de capital e da forma Estado. Para observar seus efeitos é necessário ver como o estado agirá frente aos mecanismos de governança, a interdependência das escalas de governança, seus impactos sobre tentativas de compatibilizar diferentes prazos e sua relação com as funções políticas mais amplas do Estado. Deve-se ver quais medidas serão apoiadas pelo Estado, quais ele tentará deter por objetivos próprios e como a coevolução da forma estatal e da governança será definida (JESSOP, 2002a, p. 236-240).

Observa-se também que a falibilidade dos mecanismos de governança leva à tentativa de organizar as condições de exercício desses mecanismos, identificados nesse campo a metatrocá, metaorganização e meta-heterarquia, além da metagovernança, que seria a organização ou compatibilização dos diferentes mecanismos de governança. O Estado tem um papel central na metagovernança, na medida em que define as regras e o contexto no qual as diferentes estratégias de governança operam, busca garantir a compatibilidade e o diálogo entre diferentes níveis de organização e objetos de governança, serve como foro de disputas contenciosas e assim por diante. É, inclusive, o responsável final por falhas de governança – a qual, portanto, continua a operar sob a sombra da hierarquia. Trata-se, em partes, de perda do poder estatal, na medida em que o Estado se torna mais dependente de recursos e agentes externos a si para ter eficácia em suas ações. Perde, assim, a autoridade soberana que tinha em outro período, tornando-se *primus inter pares* em extenso conjunto de redes e instituições. Isto não deve obscurecer, contudo, o fato de que se trata mais de uma mudança das formas de atuação do Estado na tentativa de regulação das formações sociais, a qual sempre será falível, pelo fato de estas estarem organizadas em torno de contradições e dilemas que não são jamais resolvíveis, senão tratáveis (JESSOP, 2002a, p. 243). O autor assim indica que a depender da capacidade de o Estado mobilizar recursos e forças de agentes externos a ele próprio, seu poder de atuação pode até aumentar, e também sugere que a desestatização da política e o maior recurso à governança pode ser parte das lutas para insular o poder estatal do controle democrático-popular (JESSOP, 2002b, p. 207). E esta dimensão do SWPR seria pós-fordista na medida em que supostamente responde à crise da atuação estatal via economia mista, típica do ENKBE, e por ser mais afeita à organização e dinâmica da economia do conhecimento.

Esta é, em linhas gerais, a caracterização de Jessop da forma estatal contemporânea. Ainda em termos bastante abstratos, o autor também indica quatro variantes desse tipo ideal, o SWPR neoliberal, neocorporativista, neoestatista e neocomunitarista. A definição dos diferentes Estados como uma dessas formas (ou, o que é mais provável, uma combinação das mesmas) depende de sua trajetória pregressa, equilíbrio de forças, inserção na economia global e demais processos de luta e regulação. O neoliberalismo é a forma hegemônica, promovida pela potência dominante e a maior parte dos organismos internacionais de peso, e mesmo nos espaços em que não é abraçada diretamente faz-se sentir por aumentar a dominância ecológica do capital e a dominação das frações do capital que dele se beneficiam. Trata-se de transição para uma nova or-

dem liderada pelo mercado com redução do setor estatal, flexibilização dos mercados, forte compressão salarial e disciplinamento do trabalho, internacionalização das economias, subordinação global das políticas estatais às necessidades econômicas e medidas similares. Espera-se que a inovação seja um resultado natural do mercado livre e da promoção governamental de um ambiente empreendedor, sem a necessidade de programas ativos de escala mais alta para coordenar as iniciativas microeconômicas. Não é exatamente o Estado liberal antigo ou uma atitude puramente *laissez faire*, mesmo porque é necessário fazer a reforma do aparelho estatal que desmonte a forma de regulação anterior e garanta que ele não seja usado para intervenções *ad hoc* visando benefícios políticos ou econômicos de curto prazo (JESSOP, 2002a, p. 259-260).

O neocorporativista envolve a institucionalização de mecanismos de negociação entre os agentes para as estratégias e decisões econômicas, visando balancear cooperação e concorrência e observando-se a diversidade de comunidades políticas, redes e mercados de trabalho para uma economia baseada na inovação. O Estado aparece essencialmente como incentivador de decisões tomadas pela negociação neocorporativista, geralmente de nível micro, e não como promotor de desregulação neoliberal ou como o agente principal do desenvolvimento econômico. Os diferentes arranjos neocorporativistas orientam-se para a inovação contínua e a busca de competitividade sistêmica, atentos para a necessária flexibilidade. O neoestatista baseia-se na ação estatal para guiar a estruturação econômica em direção que se adéque às forças de mercado. Faz-se isto através do desenvolvimento de capacidades estatais, coordenação e flexibilização atenta às diferentes formas de competitividade relevantes e possíveis para os espaços em questão. Envolve políticas estatais ativas visando a manutenção de um núcleo econômico coerente no território nacional, promoção da inovação, provisão de infraestrutura, programas de qualificação do trabalho, planejamento regional e projetos de integração macroeconômica das atividades e regiões, tudo em busca de competitividade estrutural e conformidade com os sinais do mercado. Já o neocomunitarista tenta promover a economia social como desafio à lógica de acumulação de capital, reduzindo a mercantilização, priorizando os momentos concretos da economia e reduzindo a influência econômica às outras esferas da vida – trata-se de questionamento do capital como força organizadora da sociedade (JESSOP, 2002a, p. 262-264, 2006e, p. 111-113).

Avaliando em vista do exposto a relação entre o SWPR e o pós-fordismo, Jessop (2002a, p. 268) propõe que aquele “proverá a melhor fixação espaço-temporal possível – mas ainda imperfeita e provisional – para uma economia globalizante, do conhecimento e pós-fordista”.

A ideia é que sua orientação para as modalidades de inovação contemporâneas e preocupação com a competitividade estrutural reconhece as ramificações tecnológicas e formas de concorrência atuais, sua organização da reprodução social de forma flexível e subordinada ao econômico afina-se à reversão dos momentos abstratos e concretos das formas dinheiro e salário, e seu caráter pós-nacional reflete as relações entre globalização e regionalização (JESSOP, 2006e, p. 110). Conforme interpretação do autor, não se trataria de um ajuste “contingente”, no sentido de o SWPR ter características pós-fordistas por estar inserido em formações sociais e economias pós-fordistas, assim sendo moldado via coevolução de maneira que adquirisse também tais características. Ao contrário, é uma forma intrinsecamente pós-fordista cujos traços essenciais possuem seletividades estratégicas complementares à dinâmica pós-fordista mais ampla, desenvolvida através do papel crucial do Estado em buscar garantir as condições extraeconômicas necessárias à acumulação sob regime pós-fordista baseado na economia do conhecimento e, assim, codeterminar os rumos da acumulação (JESSOP, 2002a, p. 268).

Segundo Jessop, não se trataria de proposição teleológica ou funcionalista segundo a qual o SWPR teria emergido automaticamente como resposta necessária para regular o pós-fordismo, por três razões. Primeiramente, porque a regulação é sempre parcial, provisória e incompleta. Em segundo lugar, porque a própria consolidação do SWPR influencia substantivamente a economia a ser regulada. A consubstanciação de discursos, práticas e estratégias em projetos de Estado, projetos hegemônicos e estratégias de acumulação molda o desenvolvimento tanto da forma estatal quanto da economia, em resultados que não podem ser inteiramente determinados de antemão. Por fim, a consolidação do SWPR não é postulada como uma necessidade, mas sim apontada, *a posteriori*, como resultado de uma série de processos. A crise do ENKBE sucedeu a busca de novas formas de estatais, que durante período de transição tanto buscaram demolir as estruturas existentes quanto avançar nova institucionalidade que se pretendia adequada aos desafios postos, em um processo aberto de influência recíproca entre as estratégias e regimes de acumulação e os projetos e as formas de Estado. É a partir da gradual estabilização dessa institucionalidade, passado o período de transição, que se pode identificar – através da abstração de diferentes variedades – o SWPR (JESSOP, 2002a, p. 267-271).

Para encerrar a apresentação do SWPR é necessário tratar de suas principais contradições. Jessop identifica três questões centrais, com desdobramentos: a ênfase exagerada nos momentos abstratos da relação do capital, a dominância do capital financeiro e a incapacidade até o

momento de desenvolver uma fixação espaço-temporal. De fato, em 2006 Jessop (2006j, p. 341) afirmava (ainda) não ser possível identificar um modo de regulação pós-fordista estável. De todo modo, a predominância dos momentos abstratos da relação do capital põe peso exagerado em um dos polos de uma unidade contraditória, o que reforça possibilidades de disjunção e, assim, crises a recolocar a necessária unidade. A maior mobilidade do capital, particularmente em sua forma financeira, permite sua desterritorialização e manipulação da temporalidade, subjugando as necessidades de fixidez no tempo e espaço das diversas formas do capital a essa dinâmica hipermóvel. A contradição se dá a partir do fato de que a valorização do capital produtivo precisa ser operada em locais específicos e segundo ritmos próprios, processo o qual, restringido que fica, implica problemas para o circuito global do capital. Isto é fundamentalmente perceptível no âmbito da economia do conhecimento, o paradigma tecnológico dominante, que depende de amplo suporte de fatores extraeconômicos para se realizar e tem no tempo um recurso essencial – a educação e desenvolvimento de sistemas de inovação são processos de longa maturação. Isto entra em forte contraste, contudo, com os ciclos muito rápidos do capital financeiro e sua deslocalização, especialmente na medida em que subjugua a economia do conhecimento à sua dinâmica. Nas palavras do autor,

o regime financeiro neoliberal milita contra a coerência estrutural de longo prazo dos regimes de acumulação e seus modos de regulação. Em particular, enfraquece as fixações espaço-temporais com as quais os regimes baseados na primazia do capital produtivo gerem as contradições entre fixidez e movimento para produzir zonas de relativa estabilidade (JESSOP, 2010c, p. 85).

Ainda no âmbito da economia do conhecimento, a velha contradição entre produção social e apropriação privada assume nova dimensão. A organização em rede da produção e as economias de rede, associadas a um processo produtivo que crescentemente se baseia no “intelecto geral” para a produção e inovação, gera uma tensão entre uma sociedade da informação, com apropriação coletiva da produção do conhecimento comum, e uma economia da informação, com apropriação privada do valor produzido via propriedade intelectual (JESSOP, 2006j, p. 341-343).

Associado às contradições acima, não se estabeleceu até o momento uma fixação espaço-temporal que se prove capaz de conter em si a regulação das contradições pós-fordistas. Isto está relacionado à relativização da escala, à internacionalização dos regimes de política e às maiores capacidades de compressão e distensão espaço-temporais. Esta capacidade encontra sua maior expressão no capital financeiro, que opera em ciclos extremamente rápidos enquanto tam-

bém negocia com ativos de prazo muito longo, e consegue efetivamente agir por todo o mundo enquanto concentra seu poder de comando em espaços reduzidos. Estas capacidades, particularmente na dimensão temporal, escapam ao ritmo de operação estatal em seus diferentes níveis, o que dificulta a regulação (JESSOP, 2003a). Se o nível nacional perdeu a predominância que antes tinha, nenhuma escala assumiu seu papel, e observam-se, na verdade, conflitos pela definição de qual escala será a apropriada para a regulação econômica e política (JESSOP, 2006j, p. 343-344).

2 UM BREVE PERCURSO PELO DESENVOLVIMENTO TEÓRICO DE JESSOP

Passa-se à apresentação do processo de desenvolvimento teórico empregado por Jessop e das principais formulações que elaborou ao longo de sua obra. Trata-se de agenda de pesquisa em constante desenvolvimento desde o princípio de sua produção, com frequentes introduções de novas abordagens, temáticas e referenciais teóricos. Em vista disso, considerou-se mais adequado expor uma breve evolução de seu pensamento. Desta maneira, procura-se destacar as diferentes linhas de expansão de sua teoria e o contexto da introdução de novos argumentos, como tentativa de iluminar o papel que ocupam dentro do arcabouço em construção e, assim, melhor embasar a reavaliação de suas proposições sobre a transição para a forma estatal contemporânea.

Jessop denomina sua produção em termos mais gerais como o desenvolvimento de Abordagem Estratégico-Relacional (AER), que se prestaria à análise das mais diversas relações sociais. Aplicada ao estudo do Estado, interpreta seu próprio caminho como a tentativa de explorar a interpretação de Poulantzas de que o Estado é uma relação social (JESSOP, 2007, p. 1-2), com o objetivo de “desenvolver um conjunto coerente de conceitos com profundidade ontológica e complexidade comparáveis, de maneira a propiciar uma crítica concreto-complexa da economia política” (JESSOP, 2007, p. 9). Trata-se, nesse sentido, de um programa de pesquisa que gradualmente estabeleceu a centralidade de integrar as teorias do Estado a teorias mais amplas da sociedade¹³, em vista do que explorar a interrelação entre as ordens política e econômica assume papel chave no corpo teórico. Outrossim, orientou-se no sentido de formular conceitos em grau de abstração intermediário (*middle-range concepts*), combinando análise de adequação das formas sociais (*form analysis*) com o estudo da seletividade estratégica das mesmas e a capacidade de ação estratégica reflexiva das diversas forças sociais.

Ao longo deste percurso combinou à forte influência poulantziana inspirações e proposições da Teoria da Regulação (TR), do debate derivacionista alemão (particularmente nas figuras de Hirsch e Offe), da teoria dos sistemas de Luhmann e alguns insights de Foucault (JESSOP,

¹³ Essa constatação está explícita em texto de 2007 (JESSOP, 2007, p. 1), mas já é perceptível na conclusão de seu ensaio de 1977 (JESSOP, 1977) em que defende a necessidade de os economistas integrarem definitivamente teorias do Estado a seu ferramental analítico, sob pena de desenvolverem teorias irrelevantes ou enganosas.

1990, 2001b, 2002a, 2007). Também se envolveu em diálogo, explícito ou não, com ampla gama de vertentes teóricas em alguma medida envolvidas com teorias do Estado (JESSOP, 1977, 1987, 2001a). Começa por avaliar criticamente algumas das teorias do Estado em voga em meados da década de 1970 (JESSOP, 1977, 1982), como as do capitalismo monopolista de Estado, o derivacionismo, correntes neogramscianas e a então incipiente análise do discurso de Laclau e Mouffe. Pouco após inicia longa troca com autores da tradição do *open Marxism*, em especial John Holloway, Simon Clarke e Werner Bonefeld¹⁴. Apesar de grandes discordâncias, ou precisamente por causa delas, esta troca exercerá forte influência no pensamento de Jessop, como o autor admite (JESSOP, 2001b, p. 10) e se procurará mostrar ao longo do texto, particularmente no que se refere a reformulações no sentido de eliminar traços possivelmente politicistas. Mais recentemente a colaboração com Ngai-Ling Sum (JESSOP; SUM, 2001, 2006a; JESSOP, 2004; JESSOP; OOSTERLYNCK, 2008) tem levado à tentativa de integrar com centralidade a semiose, em desenvolvimento do que vieram a chamar de Economia Política Cultural (EPC).

Jessop propõe periodização de sua produção em três fases parcialmente superpostas. A primeira, que terminaria com a redação de *State theory* (JESSOP, 1990), desenvolve a seletividade estratégica do Estado e demais instituições e a ideia de ação estratégica reflexiva. A segunda fase, que se inicia em meados da década de 1980, avança em duas linhas principais. Por um lado, busca estender a AER a uma análise neogramsciana do que chamou de “economia integral”, ampliando o contato com a TR ao mesmo tempo que intentava ancorar a regulação na lei do valor e na crítica à economia política. Associado a isso, um importante campo perseguido foi o estudo da espacialidade e temporalidade das relações econômicas e políticas. Esta fase também compreendeu investigação mais ampla da relação entre estrutura e agência. Busca-se demonstrar que boa parte destes desenvolvimentos esteve relacionado à tentativa de eliminar suposto politicismo da teoria. Jessop destaca como uma importante conclusão desta fase a possibilidade de se gerar coerência estruturada entre as diferentes esferas sociais, em conformação de bloco histórico – observada a delimitação espaço-temporal desta coerência e seu caráter sempre precário. Por fim, a terceira fase refere-se à preocupação com a semiose e o desenvolvimento da EPC (JESSOP, 2007, p. 27-52).

Uma vez que o propósito aqui lançado não é o de fazer periodização de sua obra, mas sim observar o desenvolvimento de seu pensamento com destaque para as sucessivas formas co-

¹⁴ Ver, entre outros, (BONEFELD, 1987, 1993; CLARKE, 1991; HOLLOWAY, 1988; JESSOP, 1987, 1991, 2001b).

mo compreende o relacionamento entre o político e o econômico, não se buscará enquadrar a interpretação dentro das fases propostas pelo autor. O procedimento adotado busca, por outro lado, identificar os diferentes argumentos propostos e vertentes teóricas empregadas ao longo do tempo, de maneira a melhor expor como o ferramental teórico foi produzido e ressaltar o caráter aberto do programa de pesquisa. Sugere-se interpretação segundo a qual Jessop desenvolve uma compreensão crescentemente complexa da reprodução social, em que seguidamente nega que se possa tomar por dada a coordenação e unidade de uma série de aspectos (como a forma do Estado e do processo de acumulação) e, num mesmo movimento, propõe um conceito agencial de grau de abstração intermediário que contingentemente responda pela possibilidade de se observar tal coordenação. Escolheu-se repassar primeiro suas considerações de natureza mais metateórica e, em seguida, suas formulações sobre a relação entre as diferentes dimensões sociais, especialmente entre o econômico e o político. Ao longo destes dois percursos serão introduzidos os conceitos e teses necessárias à compreensão da transição do ENKBE para o SWPR.

2.1 PROCESSO DE PRODUÇÃO TEÓRICA E CONSIDERAÇÕES METATEÓRICAS

Jessop baseia-se, pelo menos desde 1982, em ontologia crítico-realista para a construção teórica. Sem adentrar em discussão pormenorizada no campo da filosofia da ciência ou analisar em que medida o autor de fato se enquadra em tal designação, destaca-se o espaço que ocupa em sua produção. A primeira implicação desta filiação, que embasa a ontologia crítico-realista, é a distinção entre as esferas do empírico, do atual e do real (BHASKAR, 2008, p. 46-52; JESSOP, 1982, p. 215-216), com a consequência de que o empírico deva ser visto como a síntese de múltiplas determinações – é o produto de diversos mecanismos causais (JESSOP, 1982, p. 213). Outra consequência está na observação de que possa haver mecanismos causais reais que se mantêm latentes, à espera das condições adequadas que os atualizem (JESSOP, 2006c, p. 16), levando a que seja necessário, no desenvolvimento teórico, identificar os mecanismos relevantes e as condições que os atualizam. Outro ponto, que assumirá grande importância em seu projeto, é que o “‘real-concreto’ é estratificado em várias camadas e regiões que requerem diferentes conceitos, hipóte-

ses e princípios de explicação” (JESSOP, 1982, p. 213) “correspondentes a suas diferentes propriedades emergentes” (JESSOP, 2006c, p. 16).

A construção teórica realista procederia, como Jessop também pontua (1982, p. 216-217, 2006c, p. 16), por meio de argumentos retrodutivos. Trata-se de alternativa à dedução, que parte de premissas e desdobra logicamente conclusões com caráter de leis, e à indução, que formula leis gerais a partir de regularidades empiricamente observáveis. A retrodução, por sua vez, compreende a identificação hipotética de mecanismos causais reais que devem existir para que os fenômenos sob análise se verifiquem. Mais do que isso, cumpre também, em vista de que os mecanismos causais só se atualizam mediante a presença de condições de ativação determinadas, estabelecer quais seriam estas. Neste sentido, o argumento retrodutivo baseia-se na pergunta de “como deve ser o mundo para que certos fatos estilizados e/ou observações específicas sejam possíveis” (JESSOP, 2006c, p. 16), respondida tal questão via formulação de hipóteses a serem verificadas.

Jessop emprega um termo elucidativo quanto à escolha dos objetos de estudo, à relação entre hipóteses de diferentes graus de abstração e ao jogo entre contingência histórica e determinação causal – *necessidade contingente*. Inicialmente mobilizado para defender que não se deveria buscar uma teoria geral do Estado ou determinar abstratamente seu caráter capitalista, o autor argumenta que seu propósito deveria ser, por outro lado, identificar a necessidade contingente de certas conjunturas (JESSOP, 1982, p. 212). Isso implica afirmar simultaneamente o caráter determinado dos resultados observados, em vista da comprovada presença dos mecanismos causais propostos e suas respectivas condições de ativação, e a contingência das relações que levaram à presença e à interrelação destes mecanismos e condições (JESSOP, 1982, p. 212). O termo necessidade parte do pressuposto realista de que tudo o que ocorre é causado – e, portanto, necessário –, enquanto a contingência refere-se tanto à indeterminação teórica dentro do arcabouço analítico utilizado, por incompleto que sempre será (JESSOP, 1990, p. 12), quanto à impossibilidade de saber de antemão o curso da história, em vista do caráter não necessário das diversas interações que levam à conjunção dos mecanismos causais e condições de ativação que produzem o fenômeno em questão (JESSOP, 2007, p. 229).

A ideia de necessidade contingente é uma boa entrada para a discussão da relação entre argumentos com diferentes níveis de abstração e de como a construção teórica deve se mover entre eles. Como exposto acima, Jessop considera que o objetivo não deve ser o de prover uma

teoria geral do Estado capitalista, mas sim explicar retrodutivamente a necessidade contingente de certos fenômenos, o que Marx chamara de reproduzir o concreto-real como concreto-pensado (JESSOP, 1982, p. 211-213). Isto é, “uma explicação será considerada adequada se, ao nível de abstração e nos termos do grau de complexidade ao qual o problema é identificado, ela estabelecer as condições necessárias e/ou suficientes para produzir os efeitos especificados no *explanandum*” (JESSOP, 1982, p. 215). Esta preocupação em não desenvolver uma teoria geral que dê conta de toda a complexidade do Estado capitalista evitaria, segundo o autor, três erros frequentes na teorização marxista sobre o Estado – o empiricismo associado a focar apenas nas aparências, o reducionismo associado a considerar uma das determinações abstratas como a totalidade das determinações (e.g., economicismo ou politicismo) e o “subsuncionismo” associado a tomar casos particulares como diretamente expressivos do geral.

Contudo, Jessop também coloca que nem todas as explicações a um dado nível de abstração e complexidade são igualmente satisfatórias. A construção teórica é um processo em constante evolução – e não só pelo fato de o objeto de estudo experimentar incessante transformação, o que em si é verdade (JESSOP, 2007, p. 1), mas também por envolver um contínuo movimento em espiral do abstrato para o concreto e do simples para o complexo que implica progressivas reformulações das hipóteses iniciais (JESSOP, 1990, p. 340-341). Conforme exposto acima, o autor considera que a realidade seja estratificada em diferentes níveis, e com base nisso faz duas distinções. Por um lado, no que tange ao grau de abstração, é necessário diferenciar o nível das aparências (o empírico) do nível dos mecanismos causais que geram os eventos observáveis, com a possibilidade de se estabelecer uma série de outros níveis mediadores. E, por outro, em relação à complexidade dos fenômenos seria necessário observar que o real é também estratificado em diferentes “domínios ou regiões” de acordo com suas propriedades emergentes, que se prestariam ao estudo de diferentes disciplinas (JESSOP, 1982, p. 215-216). Assim, o plano abstração-concretude referir-se-ia à profundidade das mediações entre a formulação teórica e os fenômenos observáveis, e o plano simplicidade-complexidade ao escopo das diferentes abordagens empregadas¹⁵.

Pois bem, qualquer dada teoria ou hipótese terá de ser avaliada com relação ao nível de abstração e complexidade segundo a qual é formulada – terá de dar conta de demonstrar a ne-

¹⁵ Como hipótese, sugere-se que a interpretação da realidade como estratificada em diferentes regiões cujas propriedades devem ser estudadas por diferentes disciplinas, aliada ao projeto de empreender crítica crescentemente complexa (nos termos acima) do Estado e da economia política, está por detrás da contínua incorporação e síntese de distintas correntes teóricas e aparatos analíticos ao corpo teórico de Jessop.

cessidade contingente a que se propõe. Não cabe, assim, avaliá-la frente à totalidade das relações sociais ou a eventos que estejam para além do objeto definido, seja em termos de complexidade ou de concretude. Naturalmente, os diferentes elementos de uma hipótese devem também ser logicamente consistentes e compatíveis, bem como não deve a mesma reduzir-se a proposições tautológicas. Mas, para além disso, é preciso que uma teoria seja extensível a planos de análise mais complexos e concretos sem que, com isso, torne-se contraditória. Jessop indica que quão mais abstrata for uma teoria mais indeterminada será a operação do mecanismo que a mesma propõe, isto é, tanto mais formais serão as mediações reconhecidas e tanto maior será a variação possível de resultados concretos compatíveis com o princípio lançado. Em outros termos, a contrapartida de se enxergar o real-concreto como sobredeterminado, como a síntese complexa de múltiplas determinações, é considerar que as teorias mais abstratas são subdeterminadas. Não obstante, por mais que certa formulação seja adequada a seu nível de abstração ela deve servir como um bloco em processo de desenvolvimento teórico que permita a aproximação ao concreto e complexo. Cita como contraexemplo disto a ideia de que o Estado age como capitalista coletivo ideal: ainda que sirva para demonstrar a possibilidade de existência do capitalismo em vista da garantia estatal de condições extraeconômicas para a acumulação, torna-se contraditória em análises mais concretas uma vez que se reconhece que a própria forma do Estado capitalista problematiza sua função – assim contradizendo a hipótese de que seria a função do Estado a determinar sua forma. Já em relação à concretude, Jessop chama a atenção para o fato de que uma teoria sobre a dominação de classe, embora deva conter categorias classe-relevantes, não pode ser classe-reducionista (JESSOP, 1982, p. 215-220).

Dado que é necessário manter compatibilidade entre os diferentes elementos do corpo teórico utilizado, e em vista de não se ter acesso sem mediações ao real-concreto – com o que não há provas definitivas de quaisquer hipótese –, o movimento de construção teórica em direção a compreensões mais complexas e concretas implica constante reformulação da abordagem. A este procedimento de construção teórica, que o autor já delineara em princípios de sua carreira e o qual continua a seguir (JESSOP, 2007, p. 225-245), Jessop dá o nome de método da articulação. Aplicado ao objeto de estudo em questão, caberia

gradualmente desenvolver uma compreensão do Estado como uma relação social de forma determinada através de um regular movimento em espiral do abstrato para o concreto e do simples para o complexo. Inevitavelmente, este movimento nunca poderá ser completado: sempre é possível tornar qualquer relato mais concreto e mais complexo. E, à medida que tal movimento progressivo em direção a uma análise do Estado crescente-

mente rica em determinações teóricas transcorre, os princípios e conceitos serão continuamente redefinidos. Nem mesmo os pontos de partida conceituais mais abstratos permanecerão livres de mudanças no movimento de um relato abstrato e simples do Estado para uma análise concreta e complexa (JESSOP, 1990, p. 341).

Antes de proceder à observação de suas proposições mais substantivas sobre teoria do Estado e a relação entre o econômico e o político, cabe analisar as diferentes maneiras como Jessop enxergou a dialética entre estrutura e agência. Nota-se certa diferença neste ponto se comparado às demais concepções metateóricas expostas acima, visto que sua posição a respeito sofre maiores reformulações.

Jessop primeiro aborda a questão no âmbito de definir sua orientação como relacional, visando com isto indicar que “o foco da análise deve ser as relações entre relações” (JESSOP, 1982, p. 252). Tal perspectiva estaria associada à concepção de que os eventos são gerados pela *síntese* complexa de múltiplas determinações, ou seja, de que é somente a interação entre diferentes mecanismos causais e relações que pode ser responsável pela determinação teórica dos fenômenos. Isto também implica que, individualmente, vários conceitos centrais serão seriamente subdeterminados a níveis mais abstratos e simples de análise, somente adquirindo determinação à medida que se estude a relação entre as relações sociais – processo o qual, segundo o autor, evitaria a “substanciação” dos mesmos por meios reducionistas, subsuncionistas ou empiricistas.

É no campo, então, desta perspectiva relacional que o autor adentra a relação entre estrutura e agência. Define como estrutural em relação a determinado agente ou grupo de agentes, para um dado horizonte temporal, tudo aquilo que não pode ser alterado – reciprocamente, será conjuntural tudo aquilo que puder ser alterado pelos mesmos no dito horizonte temporal (JESSOP, 1982, p. 253). Com isto visa ressaltar que o momento estrutural de uma formação social varia de agente para agente e que condições estruturais no curto prazo podem emergir como oportunidades conjunturais em prazos mais longos. Outra implicação que será explorada mais à frente é a do papel das estratégias, que podem permitir a determinados grupos de agentes entrarem em alianças para transformarem condições que doutra forma lhes apareceriam como estruturais.

Tal perspectiva seria criticada por Bonefeld (1987). O autor considera que leve a dualismo entre estrutura e agência – ou, como prefere, estrutura e luta –, subordinando esta àquela. Segundo Bonefeld (1987, p. 103), no plano teórico de Jessop a identificação de projetos e estratégias alternativas seria subordinada a condições estruturalmente dadas, ou melhor, seriam tais condições que gerariam uma gama de estratégias possíveis. Tratar-se-ia de politicismo no uso da

ideia de estratégias e projetos alternativos, dissociados que seriam das bases materiais, dentro de contexto estruturalista a conceder espaço insuficiente à luta. Caberia, por outro lado, ver as estruturas como mediações da própria luta, ver “o desenvolvimento histórico [...] como um processo de estrutura e luta em que a estrutura está implícita na forma da relação de classe” (BONEFELD, 1987, p. 106), integrando conceitualmente a luta às leis de desenvolvimento.

Deixando mais para adiante o debate em torno da crítica de politicismo, Jessop (1987) responde Bonefeld desenvolvendo melhor sua posição em alguns pontos sem, neste momento, alterá-la profundamente. Expõe que a dialética entre estrutura e estratégia não é

nada além de (e nada menos que) o condicionamento estrutural das estratégias (tanto como pontos de referência explícitos para o cálculo estratégico quanto como um conjunto parcialmente e em partes desconhecido de estrangimentos estruturais e oportunidades conjunturais) e a transformação estratégica dos conjuntos estruturais (tanto através de tentativas deliberadas de modificá-los, por não exitosas que frequentemente sejam, como através das consequências não antecipadas das interações entre padrões de conduta estratégica com outros objetivos) (JESSOP, 1987, p. 158).

Ainda que já estivesse aberta a possibilidade de modificação das estruturas por meio da ação estratégica em seu texto de 1982, Jessop parece dar maior destaque a isto ao responder a Bonefeld¹⁶, o que se considera ser tentativa de rebater a crítica de dualismo e subordinação da luta à estrutura. Outra maneira em que o faz é ao ressaltar que a cada estrutura não corresponde uma única estratégia; na verdade, a maioria dos conceitos estruturais que emprega referem-se a conjuntos estruturais (ou *structural ensembles*) com unidade apenas relativa, a manutenção dos quais, se ocorrer, é produto da interação de diferentes e potencialmente concorrentes estratégias. Definidas as estruturas como “o conjunto de estrangimentos estruturais e oportunidades conjunturais que existem em certo horizonte temporal específico e dentro de uma dada delimitação espacial para diferentes forças sociais” (JESSOP, 1987, p. 158, ênfase do autor)¹⁷, poderia haver estratégias alternativas na medida em que os atores estivessem diferentemente posicionados com relação à estrutura, calculassem em horizontes temporais e espaciais distintos, operassem em diferentes terrenos e fizessem alianças variadas. Deve-se notar que isso segue como derivação das possibilidades estratégicas a partir da estrutura, apenas ressaltando a multiplicidade daquelas. De todo modo, como a manutenção e transformação das estruturas se deve à interação das diversas

¹⁶ “Estruturas só são anteriores à luta no sentido de que lutas sempre ocorrem em conjunturas específicas: mas estas conjunturas (com seus complexos e diferenciais conjuntos de estrangimentos e oportunidades) são elas próprias o resultado de lutas passadas.” (JESSOP, 1987, p. 159).

¹⁷ Cabe notar a introdução de demarcações espaciais na definição do que é estrutural, em sinalização de um campo de estudo que crescerá.

estratégias umas com as outras e com as seletividades estruturais relevantes (apenas parcialmente reconhecidas pelos agentes), não cabe pressupor que a emergência de estruturas se dá em processo imbuído de grande intencionalidade ou, ainda mais, que há um agente totalizador responsável por uma estratégia global (JESSOP, 1987, p. 158-159). Ocorre muitas vezes que a intencionalidade está em tentar impor ordem a um processo em movimento, a uma estrutura nascente. E, como Jessop coloca em relação a Poulantzas e Foucault em texto originalmente publicado em 1987, o próprio nível global deve ser visto de forma relacional: não há uma ordem macrossocial apriorística, mas sim níveis superiores e inferiores aos agentes em questão, e estratégias que se pretendem globais deveriam ser vistas como tentativas tendenciais de totalização (JESSOP, 1990, p. 242-244).

Tanto Holloway (1988) quanto Clarke (1991) não se contentam com a resposta que Jessop dá a Bonefeld. Quanto à questão em tela, propõem que o capital é a própria luta de classes (HOLLOWAY, 1988, p. 101), com o que não seria possível separar a análise do capital da análise da luta de classes. Isto é, não haveria estruturas dentro das quais a luta se desenvolveria ou que esta modificaria, mas deveria ser o movimento do capital entendido como a contínua tentativa deste de impor a dominação de classe em todas as esferas sociais. Desta feita, as várias categorias estruturais que Jessop identifica (como regime de acumulação, forma estatal etc.) não estariam acima da relação do capital, como caracteres estruturais, mas seriam expressões de tal relação, ou distintos momentos da luta de classes em torno da reprodução das relações capitalistas (CLARKE, 1991, p. 49-51). A separação entre estrutura econômica e luta de classes, além de levar a uma divisão arbitrária entre o determinismo das estruturas e o voluntarismo da luta,

tanto exagera a medida na qual os aspectos materiais da produção capitalista constriam o desenvolvimento da luta de classes, ao tratá-los como uma força externa, e subestimam a medida na qual a luta de classes é objetivamente determinada, ao desconsiderar em que medida é uma luta em torno da reprodução das relações capitalistas de produção (CLARKE, 1991, p. 50).

As próximas considerações de Jessop a este respeito já integram o que o autor chamou de a segunda fase da AER, que teria como uma de suas características buscar expandir a abordagem para questões mais gerais sobre estrutura e agência (JESSOP, 2007, p. 38-47). O autor diz que sua preocupação mais generalizada com questões de estrutura e agência teria sido despertada pela ocasião de resenhar livro de Holmwood e Stewart (1991), mas a maneira como desen-

volve suas ideias parece também configurar resposta à crítica de dualismo que lhe é dirigida por Clarke e Holloway – o que não implica que tenha aceitado a posição destes por inteiro.

Jessop recusa tanto a visão de uma estrutura imutável e externa contraposta à agência incondicionalmente livre, por reproduzir dualismo teoricamente impossível, quanto aquela que postula estruturas contingentes a emergir através da ação social significativa e agentes parcialmente socializados a escolher ações guiadas por valores e normas compartilhadas. Neste caso, os polos do dualismo seguiriam sem ser propriamente relativizados; não se prestaria a devida atenção à heterogeneidade dos agentes, donde as estruturas seriam coercitivas, determinantes e tenderiam a ser reproduzidas, independentemente dos recursos e estratégias empregadas (JESSOP, 1996, p. 123). Caberia “relativizar dialeticamente” as duas categorias de modo a se chegar a uma “dualidade genuína”, resultando em que:

Nesse contexto, a estrutura social pode se estudada em termos “estratégico-relacionais” como envolvendo *seletividade estratégica estruturalmente inserida*; analogamente, a ação pode ser analisada em termos de sua execução por agentes com *orientação estrutural estrategicamente calculista*. O primeiro termo significa que os constrangimentos estruturais sempre operam seletivamente: não são absolutos e incondicionais, mas sempre específicos com relação às dimensões temporais, espaciais, de agência e de estratégia. O segundo termo implica que os agentes são reflexivos, capazes de reformular dentro de limites suas próprias identidades e interesses e capazes de realizar cálculos estratégicos sobre sua situação presente (JESSOP, 1996, p. 124, ênfase do autor).

Mantida a definição dos momentos estruturais e conjunturais conforme trabalhos anteriores, Jessop destaca a reflexividade da ação estratégica que, observando seu próprio contexto de atuação, tem o potencial de aprender com o tempo e orientar-se para a autotransformação ou modificação do próprio contexto de ação (JESSOP, 1996, p. 125)¹⁸. E passa também a dar maior ênfase para a seletividade espaço-temporal das estruturas, que sempre privilegiariam o sucesso de estratégias que adotassem certas matrizes temporais e espaciais (JESSOP, 2007, p. 45-47).

Um resultado de grande relevância associado à relativização da estrutura e agência e à possibilidade de ação reflexiva está na proposição do caráter duplamente tendencial das leis sistêmicas (JESSOP, 2006h, p. 238-241, 2006b, p. 314-315, 2002a, p. 34). A ideia é que as leis do capitalismo são tendências, com contratendências, que dependem de condições específicas para sua realização e, adicionalmente, somente operam através das relações sociais das quais são propriedades emergentes, com o que têm novo caráter tendencial dado pela necessidade de que tais rela-

¹⁸ O que dará abertura, como se mostrará adiante, para enquadrar o desenvolvimento de estruturas e a ação com respeito às mesmas dentro de arcabouço evolucionário.

ções sejam reproduzidas. Disto não se depreende que as estruturas sejam apenas epifenômenos ou simples categorias analíticas – são reais e têm efetividade sobre as relações sociais, mas apenas operam através destas¹⁹.

Um exemplo interessante disto está na interpretação de que momentos estáveis dos modos de regulação, ou momentos *en régulation*, se dão quando as relações sociais fundamentais que geram as formas de regularização e governança a garantir estabilidade do sistema se reproduzem dentro de formas institucionalizadas. E, ao contrário, quando de crises é o desmoronamento das relações que reproduziam o modo de regulação (das quais este era propriedade emergente) que leva à instabilidade e incoerência do sistema (JESSOP, 2006h, p. 240-241). Nesse sentido, o fato de determinadas estruturas ruírem – e.g., o modo de regulação fordista –, ainda que tenha impactos reais, é muito menos uma explicação propriamente dita que um fenômeno a ser explicado – por exemplo, pela incapacidade de reproduzir as relações de assalariamento e concorrência capitalista em que se baseava. Naturalmente, a interrupção dessas relações terá, ela própria, de ser explicada, e sempre de modo histórico (JESSOP, 1990, p. 12).

Em termos teóricos, assim, Jessop parece encaminhar-se no sentido de reformular sua posição sobre estrutura e agência com vistas a evitar o dualismo antes apontado por Clarke, Bonfeld e Holloway, ainda que o faça implicitamente. Um resultado que se depreende disto é que, em vista da reflexividade (inclusive orientada para as estruturas) que postula para as ações e de as estruturas serem duplamente tendenciais, além de altamente relativas e específicas, abre-se grande espaço para a contingência histórica e para a ação intencional *path-shaping*. Assim, a inevitabilidade histórica de quaisquer desenvolvimentos fica teoricamente eliminada, bem como, para adiantar um ponto de discussão futura, não cabe considerar que as necessidades estruturais de produção do capital serão determinantes e ferrenhas.

O exposto é suficiente para iluminar o processo de produção teórica do autor e algumas posições metateóricas que se consideram relevantes para a compreensão da transição que propõe entre o ENKBE e o SWPR. Explora-se, a seguir, como Jessop encaminhou suas reflexões a respeito da relação entre as diferentes dimensões sociais, com particular atenção para aquela entre o político e o econômico, como forma de fundamentar a análise da transição que se tem como objeto.

¹⁹ Bhaskar (2005, p. 41), autor a propor o realismo crítico ou realismo transcendental, considera que as estruturas sociais são mecanismos causais reais e elas próprias produtos sociais, e indica que “a) são constantemente reproduzidas (ou transformadas) e b) existem apenas em virtude da, e são exercidas apenas na, agência humana” (BHASKAR, 2005, p. 44)

2.2 UMA INCURSÃO PELAS FORMULAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O POLÍTICO E O ECONÔMICO EM JESSOP

Como indicado acima, a proposição básica a guiar as reflexões de Jessop é a de que o Estado é uma relação social (JESSOP, 2007, p. 1). Não obstante a declarada e manifesta inspiração poulantziana, grande parte dos trabalhos do autor, particularmente até princípios da década de 2000, consiste de apreciações críticas de diferentes vertentes teóricas com notas para o desenvolvimento de abordagem própria – de início, uma teoria relacional que empregasse o método da articulação. O princípio de sua produção tem a clara marca de tentar evitar o economicismo e determinismo que considerava presente nas análises marxistas então em voga, ainda que isso tenha vindo ao custo de uma interpretação inicialmente politicista que não examinava suficientemente as imbricações entre o político e o econômico.

Começa por criticar três correntes importantes à época. A ortodoxia dos partidos comunistas, representada pelas teorias do capitalismo monopolista de Estado, ou *Stamocap*, incorreria no erro metodológico de proceder via generalizações que viam em casos particulares tão somente expressões do geral – o que Jessop chama de subsuncionismo. Em termos gerais, ignoravam a institucionalidade do Estado desde que este fosse manipulado, diretamente ou não, por forças capitalistas. Tal procedimento instrumentalista, segundo Jessop, fazia com que o caráter de classe do Estado se devesse, assim, a questões externas ao mesmo, não se investigando a forma do Estado e sua constituição como um sistema de dominação política mais ou menos adequado à acumulação de capital. Outrossim, em vários momentos ficava o político reduzido a um epifenômeno da base econômica, vista como determinante, além de se empregar interpretação classe-reducionista das forças sociais (JESSOP, 1990, p. 33-34, 1982, p. 32-77).

Uma segunda corrente, que exercerá grande influência sobre o pensamento do autor, é o derivacionismo. O procedimento de buscarem derivar teoricamente a forma que o Estado capitalista deve assumir, e portanto a atenção que dedicam a tais formas e o impacto daí advindo, parece a Jessop importante avanço – particularmente no caso de autores, como Hirsch e Offe, que indicam que esta forma na verdade problematiza sua funcionalidade para o capital. Marcam desenvolvimento substantivo também ao mostrarem como o Estado não é instrumento neutro a ser empregado pelas forças sociais que o controlarem, mas sim elemento central da reprodução das

formações burguesas cujo poder não é igualmente acessível. Não obstante, o recurso quase exclusivo à análise das formas e da relação do valor em vários casos fez do projeto de pesquisa pouco apto a lidar com a história, reduzida que ficava à autorrealização lógica das leis de movimento do capital. Também levou a visão reducionista da luta de classes e de sua articulação com forças não classistas, em vista de certo economicismo (JESSOP, 1982, p. 78-141, 1990, p. 35-41)²⁰.

Jessop também direciona suas baterias aos neogramscianos, entre os quais inclui Poulantzas e a análise crítica do discurso de Laclau e Mouffe. Gramsci teria deitado as bases para uma interpretação relacional do exercício do poder estatal que escapasse ao determinismo econômico e reducionismo de classe (JESSOP, 1982, p. 145-153). A partir disto, teóricos inspirados nele teriam permitido interpretação mais sofisticada da relação entre o político e o econômico a ressaltar as bases do poder de Estado na sociedade civil e na sociedade política, bem como o caráter contingente da possibilidade de se formar um bloco histórico, compreendido como a unidade entre as diferentes dimensões de uma formação social. Jessop também avalia positivamente o fato de terem empregado o método de articulação, o que permitiria recuperar seus avanços em abordagem que potencialmente corrigisse os erros que encontra. Estes referem-se principalmente ao politicismo (ou, no caso de Laclau e Mouffe, logocentrismo), na medida em que negligenciam ou subavaliavam as limitações econômicas ao poder de Estado e à hegemonia ideológica, ao mesmo tempo em que ignoram as leis mais gerais do capital²¹ (JESSOP, 1982, p. 142-210, 1990, p. 41-44).

O esforço principal de Jessop, neste primeiro momento, parece ser o de evitar o economicismo e interpretações classe-reducionistas das forças sociais. Com isto, as guias gerais que propõe para o desenvolvimento das teorias do Estado sugerem interpretação bastante aberta da relação entre o político, o econômico e outras esferas sociais. Define cinco diretrizes mais gerais e quatro princípios básicos para uma abordagem marxista ao Estado, que são os seguintes. Uma teoria marxista do Estado será adequada na medida em que i) se basear nas qualidades específicas do capitalismo e permitir articulação deste com outras relações de produção, ii) considerar que a acumulação de capital depende centralmente das relações entre classes, iii) ver a relação entre o político e o econômico sem reduzir um ao outro ou os considerar independentes, iv) permitir va-

²⁰ Altvater e Hoffmann (1990) consideram que o debate derivacionista teve como grande mérito estudar a imbricação do político e do econômico no capitalismo, sem recair em disputas pouco frutíferas sobre a primazia de um ou outro e evitando o empiricismo de outras abordagens. Contudo, a falta de uma teoria da ação social e interpretações reducionistas em termos econômicos tornaram a teorização incapaz de lidar com as mudanças pós-1980, principalmente em termos identitários. Conclui pela necessidade de aliar à análise das formas que os autores desenvolveram outras abordagens.

²¹ Neste sentido, às vezes não observam suficientemente a imbricação entre o econômico e o político que eles próprios reconhecem. Ver, por exemplo, a crítica que Jessop dirige a Poulantzas indicando que no mais das vezes deixa a proposição da determinação econômica em última instância como uma petição de princípios vazia (JESSOP, 1982, p. 181-182).

riações históricas e nacionais²² para o Estado capitalista, e v) observar a influência de forças não classistas. No desenvolvimento da teoria em si, cabe considerar que i) o Estado é um conjunto de instituições que, como tal, não pode exercer poder, ii) as forças políticas sempre se constituem parcialmente através do, e em relação ao, Estado, iii) o poder de Estado é uma relação social complexa que reflete a correlação de forças em certa conjuntura, e iv) o poder de Estado é capitalista na medida em que concorre para garantir as condições da acumulação de capital em certa conjuntura, e não capitalista quando do contrário (JESSOP, 1982, p. 221-227).

Um dos resultados centrais desse esboço de abordagem está em negar que o caráter de classe do Estado seja garantido, distintamente da maioria das interpretações vigentes. Mais do que isso, considera-se que qualquer unidade do Estado terá de ser conseguida através de práticas específicas. Para o autor, tratar o Estado como um sujeito real com unidade burguesa pré-garantida faz perder-se de vista a diferença entre as várias formas de Estado capitalistas, todos os quais seriam apenas ditaduras burguesas a serem destruídas (JESSOP, 1982, p. 223). Os efeitos do poder de Estado sobre a acumulação devem ser vistos em cenários específicos, ao contrário de se buscar provar que o Estado é sempre capitalista. Nesta análise, a acumulação de capital afigura-se tanto como referência quanto como princípio explanatório, identificando-se como a forma e a ação estatal concorrem para garantir a acumulação de capital, sempre de uma maneira específica dentre as várias possíveis, e como o transcorrer da acumulação condiciona o aparato estatal e suas formas de ação. Isto é, a acumulação é uma referência para se ver os efeitos do poder de Estado e das formas estatais e é um princípio explanatório ao observarem-se as condições econômicas do exercício do poder estatal. Um ponto básico por detrás disto é a consideração de que a acumulação é um processo relativamente aberto, que pode transcorrer de diferentes e mutuamente contraditórias maneiras, com as implicações de que i) as condições pelas quais o Estado ajuda a assegurar a acumulação devem ser especificadas de maneira mais concreta (quais, em que medida, ao longo de qual horizonte temporal, de quais maneiras...) e ii) não é possível considerar o Estado como universalmente benéfico ao capital (JESSOP, 1982, p. 225-226).

Rejeita-se também o instrumentalismo, indicando que as forças estatais não podem ser neutras, mas que, por outro lado, o poder de Estado pode ser usado com diferentes probabilidades de sucesso a depender do propósito – isto é, o Estado tem seletividades estruturais que o tornam diferencialmente acessível às várias forças. Daí um dos objetivos centrais da luta de clas-

²² Cabe notar a ênfase dada a ao nível nacional, nesta etapa.

ses ser a reforma estatal, bem como a observação de que as forças políticas se constituem parcialmente através da estrutura e efeitos do Estado. Outro resultado de grande importância está em rejeitar a distinção entre poder de Estado e poder de classe, na medida em que tal distinção se baseasse na consideração do Estado como sujeito de poder ou na ignorância de as lutas ocorrerem tanto dentro do Estado quanto fora dele. A ideia é, basicamente, que os tipos de poder se diferenciam por sua mediação institucional e base social, e que “o poder de Estado é um efeito de forma determinada e institucionalmente mediado da correlação entre todas as forças de uma situação” (JESSOP, 1982, p. 225). É, mais que uma explicação, na verdade algo a ser explicado – uma força relacional, uma condensação de forças em luta.

Em vistas dessas observações, o conceito poulantziano de autonomia relativa do Estado recebe nova interpretação. Não se deve invocá-lo como princípio explanatório, mas sim como um resultado a ser explicado que varia dependendo da conjuntura, um dos elementos da relação específica entre o econômico e o político nas formações sociais. Não cabe, assim, ver na autonomia relativa tão somente uma condição estruturalmente dada que, ao distanciar o Estado de capitais específicos, melhor o faz servir ao capital em geral. Deve-se, na verdade, explorar como a forma do Estado, a maneira pela qual institucionaliza sua separação do econômico e de outras esferas civis, suas bases de apoio e resistência levam a que tenha uma *forma específica* de autonomia relativa e, a partir disso, explorar em que medida o poder de Estado é funcional ou não à acumulação (JESSOP, 1982, p. 226-227).

Neste ponto, Jessop subscreve às conclusões que indicam como a forma do Estado problematiza sua funcionalidade para o capital. Tuschling indicara que sua forma *rechtsstaatlich* (Estado legal) concede certa indeterminação às suas ações, dado que as necessidades da economia devem ser expressas em formas legais, e não diretamente no Estado. Assim, a atuação estatal não necessariamente garantirá a acumulação, mas isso depende de como as leis de movimento do capital se expressem na correlação de forças e esta se expresse no Estado (JESSOP, 1982, p. 86-87). Hirsch propusera que as diferentes pressões colocadas ao Estado, como garantir as condições da acumulação não providas pelo mercado, manter a subordinação das classes dominadas e organizar as classes e frações de classes dominantes em bloco no poder, têm dimensões contraditórias entre si. Ademais, a forma básica do Estado capitalista, separado que é da produção privada, dependente de impostos gerados pela produção capitalista (Estado-imposto) e organizado como um poder independente e formalmente neutro em termos de classe, põe em questão sua capacidade de

agir em benefício do capital. A própria separação do núcleo econômico faz com que suas ações sejam sempre reativas e indiretas e, portanto, potencialmente ineficazes – um importante argumento nesse sentido é que o Estado não age sobre condições econômicas, mas sim sobre as repercussões políticas de tais condições (JESSOP, 1982, p. 101-106). Já Offe argumenta que o Estado deve ter coerência interna para formular um programa que não se reduza às demandas particularistas dos capitais e que exclua demandas anticapitalistas, ao mesmo tempo em que consiga fazer-se passar por um defensor do interesse geral e seja democraticamente legítimo – o que expressa contradição entre acumulação e legitimidade burguesa. Traz contribuição importante, subscrita por Jessop, de que crescentemente a dimensão econômica e a forma mercadoria tem dependência em esferas extraeconômicas e outras dimensões não sujeitas à forma mercadoria. Isto implica potenciais de crise para o sistema, via politização das relações econômicas, desenvolvimentos de critérios alternativos para a distribuição dos valores de uso, crises fiscais e crises da ação estatal e de legitimidade (JESSOP, 1982, p. 106-112).

Uma vez que Jessop considera que o caráter de classe e a unidade do Estado não são garantidas e, ainda mais, em vista de que sua forma tende a problematizar sua funcionalidade para a acumulação, o estudo de como em determinadas conjunturas se observa a unidade do Estado e a conformação de bloco no poder é importante elemento em seu corpo teórico. O tema está no coração da relação entre o político e o econômico, e configura uma das principais preocupações do autor ao longo de sua obra. Isto poder ser percebido pelo tratamento cada vez mais complexo que dá à questão, como se buscará mostrar ao longo deste trabalho – apenas como exemplo, nota-se que os conceitos de estratégia de acumulação, modo de regulação, fixação espaço-temporal, projeto hegemônico e bloco histórico, entre outros, todos têm uma dimensão associada às formas de cimentar a correspondência entre diferentes dimensões sociais. Neste momento de sua obra, contudo, Jessop lida com o assunto essencialmente através das noções de hegemonia e bloco histórico.

O autor considera que o econômico não pode ser visto como causa suficiente da determinação das outras esferas, basicamente por não encerrar em si todas as condições que governam sua reprodução (JESSOP, 1982, p. 11). O econômico tampouco determina inteiramente a posição de classe, com o que se deve investigar a constituição das classes em confronto através de uma série de práticas, dentre as quais a luta hegemônica é de particular importância. Jessop propõe que, por um lado, serão forças de classe todas aquelas que se organizem e se interpelem co-

mo tais, e será luta de classes toda disputa organizada nesses termos por agentes coletivos com posições de classe. E, por outro, pode-se ver a relevância de classe de forças sociais cujas ações tenham impactos sobre as relações de classe e a reprodução delas. A hegemonia vem precisamente preencher este espaço de indeterminação da relevância de classe das diversas forças, na medida em que interpela diferentes forças classe-relevantes sob liderança dos agentes ou intelectuais de uma fração, o que assim concede relevância de classe a forças não classistas. Nestes termos, um projeto hegemônico, se obtiver sucesso, consegue resolver a questão impossível a níveis mais abstratos de compatibilizar interesses particulares e gerais. Organiza-se, desta forma, um programa nacional-popular que hierarquiza os diferentes interesses de forma específica, incluindo aqueles de forças relacionadas ou internas ao próprio Estado, o que concorre para garantir a unidade do aparato estatal. Um projeto hegemônico assim faz determinar de maneira concreta a relação entre os interesses de diferentes forças e agentes sociais, o que geralmente envolve abrir mão de certos interesses “econômico-corporativos” das frações dominantes ou hegemônica para atender a outros interesses políticos ou de prazo mais longo. Jessop indica que, em vista disso, tais projetos são constrangidos e facilitados pelo processo de acumulação de capital. Logo, os projetos hegemônicos “precisam estar adaptados ao estágio do capitalismo (liberal, monopólio simples, monopolista de Estado), ao contexto internacional que os capitais nacionais particulares enfrentam, à específica correlação doméstica de forças e à margem de manobra concedida pelo potencial produtivo da economia” (JESSOP, 1982, p. 243-244). E os projetos hegemônicos têm diferentes graus de inclusividade, podendo-se distinguir entre estratégias *one nation* e *two nations*, aquelas sendo mais expansivas e pluralistas enquanto estas, mais prováveis em períodos de menor margem de manobra econômica, baseiam-se em um discurso de antagonismo, uma repartição mais desigual dos custos e maior repressão (JESSOP, 1982, p. 242-245).

Pois bem, se um projeto hegemônico de sucesso tende a compatibilizar os diferentes interesses através de uma certa concepção do nacional-popular, levando também à unidade do Estado – sem o que seu poder seria dividido de forma particularista e sua eficácia ficaria reduzida –, a noção de bloco histórico visa transmitir a ideia de correspondência entre as diferentes dimensões sociais. Ainda que Jessop não entre a fundo na questão neste momento, ele deixa claro que se trata de uma correspondência contingente, que só pode ser assegurada por práticas específicas (JESSOP, 1982, p. 209), e presumivelmente corresponde a uma forma de Estado que tenha seletividades estruturais que privilegiem as classes ou frações hegemônicas, intervenha na economia

de forma a garantir as condições da acumulação que o mercado não provê e permita rearticular o aparelho de Estado de forma a manejar mudanças na correlação de forças.

Nota-se que neste momento a abordagem do autor é consideravelmente solta. Sua preocupação central parece ser a de negar a unidade pré-dada das formações sociais e o caráter essencial de classe do Estado, mas não a de examinar as maneiras mais específicas pelas quais o Estado acaba por ter (ou não) eficácia na acumulação de capital e na dominação de classe, ou como as diferentes esferas sociais se tornam mutuamente ajustadas (ou não). O autor chega a exemplificar situações em que se observa tal correspondência e como ela é apenas parcial, ao indicar que isto ocorreria, por exemplo, com associação de capitalismo monopolista, representação corporativa e intervenção substantiva do Estado na economia (JESSOP, 1982, p. 236-241), mas não estuda os processos de gênese e coevolução de tais formas, e nem tampouco propõe com clareza alguma forma de hierarquia ou influência desproporcional de uma esfera sobre a outra. Trata-se, assim, de teoria em alto grau de abstração e que não investiga suficientemente as interações entre diferentes ordens sociais. Uma última citação serve de ilustração a este argumento:

Estou de inteiro acordo com Hindess e Hirst no que concerne a multiplicidade de possíveis pontos de referência na análise social, e portanto na recusa de se privilegiar a reprodução do modo de produção dominante como o ponto de referência. De maneira similar, insisto na multiplicidade de possíveis mecanismos causais e princípios de explanação, recusando privilegiar determinações econômicas em primeira, intermediária ou última instância. [...] [O ponto é que] a abordagem marxista não é uma perspectiva totalizante autossuficiente e que a exploração econômica não pode ser o único ponto de referência na análise social. Minha própria abordagem à teoria do Estado pretende prover os meios para integrar perspectivas marxistas com outros pontos de referência e princípios explanatórios para que fenômenos concretos e complexos possam ser adequadamente teorizados e explicados. É por esse razão que eu rejeito o economicismo e o reducionismo de classe e reconheço que o peso das determinações econômicas e forças de classe em um *explanen* deve mudar com a natureza de um *explanendum* (JESSOP, 1982, p. 228, ênfase do autor).

O último ponto que se sublinha neste momento de sua interpretação refere-se à delimitação entre o Estado e o restante das formações sociais. Este ponto assumirá maior importância no decorrer de sua produção, é de especial relevância na transição que propõe do ENKBE como um Estado para o SWPR como um regime e marcará mudança importante com relação a suas proposições iniciais. Jessop advoga pela adoção de uma definição institucional do Estado, dizendo ser “aceitável definir suas fronteiras institucionais em termos da distinção legal entre o ‘público’ e o ‘privado’, desde que [...] não se negligencie o papel de instituições e forças privadas na garantia da dominação política” (JESSOP, 1982, p. 222). Ainda que perceba que a distinção entre o

público e o privado é já um traço burguês típico do estágio liberal do capitalismo (JESSOP, 1982, p. 223) e que há diferentes formas de o Estado institucionalizar sua separação do econômico (JESSOP, 1982, p. 226), o autor não indica que tal separação está em constante mutação e precisa ser repos-ta ou transformada a todos os momentos, como parte mesmo da reprodução da formação social. Como ficará mais claro quando o próprio autor mudar de posição, há aqui um elemento de fetichização da distinção entre o político (na forma do Estado) e o econômico, o que se considera estar associado à abordagem que via essas duas dimensões sociais como compartimentos relativamente estanques.

Pouco após a escrita de seu livro de 1982, Jessop inicia reformulação de grande importância em seu corpo teórico. Empreende aproximação com a Teoria da Regulação em tentativa de sintetizar esta abordagem, particularmente em suas versões de maior inspiração marxista, com seus desenvolvimentos em teoria do Estado. Sugere-se que tal processo se insere em três linhas de força do pensamento do autor: estudar mais a fundo a interdependência recíproca entre as esferas econômica e política, conseqüentemente ancorando as categorias de ordem mais política na relação do capital e investigando as condições extraeconômicas da acumulação; questionar ainda mais como se garante a unidade do Estado e das formações sociais, inclusive em seus aspectos econômicos; proceder rumo a interpretações mais concretas e complexas da economia política, argumentando pela subdeterminação a nível de abstrato de várias categorias e a conseqüente necessidade de suplementá-las com conceitos relacionados às estratégias e práticas.

Já em 1983 Jessop faria autocrítica, indicando que “as conclusões de meu trabalho recente tendem a ignorar a importância fundamental da forma valor na análise marxista, e assim correm o risco de ecletismo” (1983, p. 109). Posteriormente comenta que considerava o ponto mais fraco de seu livro a negligência da economia e da acumulação, vistas apenas como pontos de referência para o estudo do Estado e fontes de restrições externas ao sistema político (JESSOP, 1990, p. 193). Em *State power* (JESSOP, 2007, p. 23-24), que busca remontar sua trajetória intelectual, Jessop diz que reconheceu o caráter politicista de sua abordagem e o tratamento estanque do político e do econômico através das trocas com autores associados à corrente do *open Marxism*. Contudo, isso implica um problema temporal, posto que a primeira publicação destes autores especificamente direcionada a Jessop é de 1987 (BONEFELD, 1987). Parece, assim, que há duas opções não excludentes de interpretação – o autor pode ter reavaliado sua produção à luz dos pró-

prios comentários tecidos a respeito de outras abordagens ou pode ter se inspirado na crítica que Clarke (1977) dirige a Poulantzas e que parcialmente se aplica a ele também.

Pode-se encontrar na revisão que Jessop faz de Müller e Neusüss (JESSOP, 1982, p. 79-82), pioneiros do debate derivacionista, as bases da proposição de que é necessário ancorar as categorias políticas na relação do capital. A dupla argumenta ser necessário observar a contradição entre valor de uso e valor que está presente nos vários momentos do circuito do capital, e como tal contradição impõe limites à ação econômica do Estado²³. E, na via oposta, indicam que o Estado é uma parte integrante da acumulação, uma vez que dinâmicas “puramente de mercado” levariam a tendências centrífugas a impedir a reprodução social. Seria assim necessário sempre olhar para o Estado e o econômico como desenvolvendo-se de maneira conjunta e mutuamente implicada. Jessop mesmo parece se dar conta das linhas gerais desse argumento em sua crítica a Poulantzas, quando diz que a teoria regional do político que este desenvolvera com a ideia de autonomia relativa do Estado e determinação econômica (apenas) em última instância levava a que se considerasse essencialmente os aspectos políticos do Estado. Desconsiderava como as formas da relação do capital moldavam e restringiam as capacidades estatais, estudando apenas a autonomia relativa do Estado em desconsideração da relação mútua entre este e o econômico (JESSOP, 1982, p. 181-184, 1985, p. 72-73).

Já Clarke (1977) argumenta que a distinção entre as teorias burguesas e marxistas estaria na concepção que fazem do processo de produção. Enquanto aquelas consideram o processo de produção como algo estritamente técnico, não-social, ao qual se superpõem relações de distribuição naturalizadas, Marx teria demonstrado que a produção é um processo tanto social quanto material, a unidade contraditória entre produção de valores de uso e valor sob dominância do processo de valorização. Segue-se que o processo de produção seria também processo de produção de relações sociais, que deveriam ser sempre relacionadas à produção. A contradição entre a produção de valor e valores de uso, que conjuntamente gera a dominação de classe, seria a base fundante da análise social, “*o processo histórico específico e determinado pelo qual todas as relações sociais são subsumidas na relação de produção dominante e são então determinadas como formas desenvolvidas desta relação*” (CLARKE, 1977, p. 10, ênfase do autor). Daí que as relações políticas seriam formas das relações de produção. Poulantzas teria se baseado na concepção burguesa da produção, a partir do que deriva a autonomia relativa do político e do econômico pe-

²³ Em momento posterior de sua obra, Jessop adotará integralmente esse princípio.

la separação do produtor direto dos meios de produção. E, a partir dessa autonomia erroneamente atingida, pôde pensar o Estado de maneira isolada do econômico, sem referi-lo a este e à reprodução da dominação de classe – acaba por se tornar um Estado de classe na medida em que reproduz a unidade de uma formação social classista, isto é, por motivos externos a ele. Fica escamoteada a constituição intrinsecamente capitalista do Estado como uma forma da relação do capital e sua associação mais profunda com a acumulação e a luta de classes.

Ainda que Jessop seguramente discorde do método empregado pelos autores e não subscreva a todas as conclusões, vários dos *insights* que propõem parecem se afinar com o desenvolvimento de sua teoria. Assim é que seu texto de 1983 começa por discutir a forma valor e a relação do capital, indicando que tal forma é o “conceito fundamental de qualquer análise econômica marxista séria” (JESSOP, 1983, p. 89). Considera que o capital seja uma relação social de forma determinada e a acumulação o resultado da luta de classes a desenrolar em contexto definido pela forma valor – a qual compreende uma série de elementos interconectados como momentos da reprodução da relação do capital. Ocorre, contudo, que por central que seja a forma valor, ela é subdeterminada. Em 1983 Jessop (1983, p. 90) indicava três razões para isso: i) a substância do valor é o trabalho abstrato, que para ser incorporado depende da capacidade de o capital controlar o trabalho, o que por sua vez depende da luta de classes, que tem determinantes para além da forma valor; ii) os vários momentos do circuito do capital têm unidade apenas formal, que para se tornar substantiva depende da coordenação de suas diferentes instâncias – coordenação que, operando através do mercado, é anárquica e inerentemente propensa a crises; e iii) a dinâmica da acumulação depende de vários fatores extraeconômicos, como o sistema político e legal. Enfim, embora a forma valor dê os parâmetros essenciais da relação do capital ela não determina inteiramente o curso da acumulação e a luta de classes. É assim possível integrar determinações mais concretas às análises, desde que adequadamente assentadas na lei do valor²⁴ – este o espaço que Jessop propõe para os conceitos “estratégico-teóricos”, como síntese das análises altamente abstratas de correntes capital-teóricas e excessivamente específicas e isoladas de correntes classe-teóricas.

Entende-se que a tentativa de demonstrar a insuficiência das categorias econômicas como base para a teorização sobre os outros fenômenos e relações sociais sobre as quais se de-

²⁴ Seguindo o processo de construção teórica que Jessop propõe, exposto acima, em que os conceitos de diferentes graus de abstração e complexidade devem ser compatíveis entre si. No caso, os conceitos estratégicos não podem ferir a lei do valor, mas devem assentar-se nela e superar relativamente sua subdeterminação.

bruça é uma preocupação presente desde o início de sua obra, que o autor busca fundamentar metateoricamente através da proposta de que o real seria separado em diferentes regiões que se prestariam ao estudo de diferentes disciplinas. E, por outro lado, a tentativa de assentar as categorias políticas na relação do capital, cujo primeiro momento foi abordado acima, é um movimento que se desenrolará por boa parte de sua produção a partir de então, em resposta a sucessivas críticas de politicismo que receberá ou fará de si mesmo. Antes de se expor as implicações que tira desta tentativa de introduzir conceitos estratégicos de grau de abstração intermediário, cabe abordar rapidamente como Jessop segue desenvolvendo os argumentos sobre a insuficiência do econômico.

O principal passo nesse sentido é dado por sua aproximação à TR. Foi com vistas a preencher a lacuna entre as leis marxistas mais abstratas e os processos econômicos concretos que surge tal escola (BOYER, 1990, p. 55-57; JESSOP, 2006c), oferecendo um conjunto de conceitos intermediários a permitir tanto a periodização do capitalismo quanto sua análise mais concreta. Uma ideia transversal aos autores desta abordagem é que a economia é um processo institucionalizado que não pode ser analisado unicamente em termos de relações mercadológicas abstratas, sendo necessário considerar os fatores econômicos e extra-econômicos que garantem a reprodução do capital como uma relação social. A principal contribuição nesse sentido apropriada por Jessop, associada de perto à obra de Polanyi (2000), é considerar que não existe uma esfera econômica autocontida e autossuficiente, mas que a reprodução econômica depende substantivamente de *inputs* de outras esferas. Dentre estes, as determinações centrais referem-se à reprodução das mercadorias fictícias, particularmente a força de trabalho (além da natureza, do dinheiro e do conhecimento), ao mesmo tempo central para a acumulação e não compreendida inteiramente dentro da esfera econômica. Isto é, tem a forma de uma mercadoria, mas não é produzida através de processo de trabalho orientado para o lucro e com dinâmica a reduzir seu custo e racionalizar sua produção; é, por outro lado, reproduzida em grande medida através de uma série de relações e instituições extraeconômicas, e só aparece como mercadoria se as pessoas são induzidas ou coagidas a participarem do mercado como vendedores de força de trabalho. Assim, pelo fato de as relações econômicas serem influenciadas por condições que não determinam – inclusive na relação central do capitalismo, entre capital e trabalho –, o econômico não pode ser determinante em instância alguma e nem se reproduzir de forma autorregulada, mas é, isto sim, objeto de regulação (JESSOP, 2002a, p. 11-14).

Exposto em linhas gerais como Jessop vem a pensar a insuficiência do econômico, passa-se aos conceitos estratégicos que propõe. Uma ideia importante nesse sentido é a de estratégia de acumulação, que indica um modo de crescimento com várias condições extraeconômicas e uma estratégia geral capaz de realizá-lo, que deve ser capaz de unir os diferentes momentos do circuito do capital sob a liderança de uma fração. Para melhor apresentar a estratégia de acumulação, contudo, cabe primeiro expor os conceitos de determinação, dominação e hegemonia econômica (JESSOP, 2002a, p. 22-30, 1983, p. 90-94)²⁵. A determinação econômica é um atributo sistêmico da operação da economia, e refere-se à primazia da produção sobre o circuito do capital como um todo. Isto é, o valor só é gerado a partir do trabalho vivo, e o curso da acumulação de capital se dá sob dominância da lei do valor. Disso não decorre que o capital produtivo, ou capitalistas associados ao mesmo, desfrutem de qualquer poder ou liderança sobre a economia e a formação social. Indica, “apenas”, que o circuito do capital *total* tem dependência estrutural e insuperável com relação à produção de valor.

Já a dominação econômica refere-se às dimensões institucionais e organizacionais do poder estrutural na economia e à relação entre agentes econômicos e forças extraeconômicas. Trata-se, por um lado, da capacidade de uma fração do capital, uma firma, um cartel ou similar *impor* seus interesses imediatos sobre o restante da economia. Isso tem de ser compatível com a valorização do capital produtivo no longo prazo, sob pena de gerar crise de acumulação, e a maneira de equacionar a dominação econômica com a valorização do capital produtivo é uma importante diferenciação entre os capitalismo. A segunda dimensão do conceito refere-se à capacidade de o capital (ou uma fração sua) *impor* às outras ordens institucionais um padrão evolutivo que interesse à acumulação, seja por puro poder econômico estrutural ou por capacidades estratégicas específicas. Isso se dá através de poderes de veto do capital, extensão das relações mercantis a novos campos e imposição de uma lógica mercadológica e da busca de lucros em setores que permanecem não-comerciais.

Já a hegemonia econômica existe dentro do quadro de uma estratégia de acumulação de sucesso – é a característica por excelência da fração do capital hegemônica neste projeto. Isto implica garantir certos interesses e a reprodução das diversas frações do capital, enquanto a hegemônica mantém para si maior controle das decisões de alocação de capital que sejam particu-

²⁵ Discutem-se os conceitos com base nos textos de 1983 e 2002 (JESSOP, 2002a, p. 22-30, 1983, p. 90-98), uma vez que se considera não haver mudanças mais profundas entre um e outro, apenas uma discussão mais aprofundada – exceção feita à ideia de dominância ecológica, que não está presente em 1983 e que será discutida mais à frente.

larmente de seu interesse. Envolve sacrifícios do interesse econômico-corporativo da fração hegemônica e deve de alguma forma equacionar a valorização do capital produtivo, sem a qual o sistema não se reproduz²⁶. Para que tenham sucesso, as estratégias têm também que lidar com diversos elementos econômicos e extraeconômicos como as formas de concorrência, relações de forças mais amplas, inserção na economia mundial, as características e relações com o Estado em suas diversas dimensões, entre outros. E a possibilidade de sucesso de uma estratégia é tanto maior quando a fração hegemônica for também dominante economicamente – isto é, “a reprodução ampliada do capital é melhor vista como ‘hegemonia econômica encouraçada de dominação econômica’” (JESSOP, 1983, p. 93).

Uma vez que Jessop já então via os interesses não de forma essencializada, mas sim como emergentes de processo de confronto, um ponto central das estratégias de acumulação e da hegemonia econômica está em constituir a base para um compromisso institucionalizado entre diferentes frações do capital e demais forças opostas, construindo discursivamente um “interesse econômico geral” imaginado e embasando-o materialmente. Compreende tanto uma trajetória econômica específica, com determinações temporais, espaciais, distributivas e afins, como uma estratégia aceita para persegui-la, e sempre distribui privilégios de forma que beneficie certas frações e marginalize outras. Os interesses, nesse sentido, são tanto relacionais, na medida em que se definem com relação aos outros agentes, como também relativos aos diferentes horizontes espaciais, temporais e estratégicos²⁷. E a ideia de um interesse econômico geral é de particular importância para a acumulação, como Jessop expõe em outro texto também originalmente publicado em 1983 (JESSOP, 1990, p. 152-155), pelo fato de que o circuito do capital compreende uma unidade contraditória em que o interesse do capital em geral, embora interdependente com os interesses de capitais particulares, pode entrar em conflito com vários destes. Por exemplo, para a continuidade da acumulação pode ser necessário eliminar capitais individuais, bem como estes não tendem a tomar ações que sejam individualmente desinteressantes mas lucrativas para o capital em geral. Daí a importância de existir um interesse geral que não seja simplesmente a soma dos interesses particulares, que seja uma “vontade geral” e não uma “vontade de todos”. Nova-

²⁶ Há certa ambiguidade, neste momento de sua formulação, sobre a escala à qual o processo se refere e, assim, à necessidade de fechamento nacional do circuito do capital. Ainda que indique a importância de determinações internacionais, é ambíguo quanto à possibilidade de os capitais de um país acumularem principalmente pela esfera financeira, o que constituiria uma estratégia que não equacionaria, ao nível nacional, a valorização do capital produtivo (JESSOP, 1983, p. 93).

²⁷ A relatividade espacial dos interesses ainda não está presente em 1983.

mente, trata-se de contradição que não se resolve ao nível abstrato, mas sim através de práticas e estratégias mais concretas.

Por fim, deve-se notar que não há uma única estratégia de acumulação em cada momento histórico ou uma única tática utilizada para persegui-la. Há, na verdade, uma pluralidade de estratégias com diferentes probabilidades de sucesso em uma conjuntura, e mesmo quando se encontre uma hegemônica pode haver uma série de estratégias paralelas ou contrárias em busca de afirmação. Nota-se que a hegemonia será tanto mais forte quanto melhor conseguir integrar outras estratégias dentro de sua própria. E, no campo das táticas, deve haver uma pluralidade das mesmas a serem perseguidas via tentativa e erro de forma a equilibrar os interesses dos diferentes capitais e das forças sociais. Esta questão da pluralidade de estratégias de acumulação e seus diferentes graus de institucionalização ressalta que, se uma estratégia hegemônica consegue imprimir certa unidade ao circuito do capital e organizar os interesses em torno de um interesse geral, esta regularização da acumulação (para empregar um termo da TR que Jessop posteriormente utilizaria) é sempre parcial, provisória e instável.

Virando-se então para o Estado, Jessop (1983, p. 98-101) indica que também se trata de relação social de forma determinada. Seria amplamente influenciada pela forma valor, uma vez que teria como principal característica sua separação do circuito do capital – propiciada pela ausência, em termos formais, da coerção do processo de produção capitalista. Ao mesmo tempo, o capital precisa do Estado para prover condições extraeconômicas fundamentais, posto que a acumulação depende de uma combinação mutável de relações sociais internas e externas à forma valor. Contudo, a própria separação do Estado da produção problematiza essa função por permitir deslocamentos entre as práticas estatais e as necessidades do capital. Como, ademais, o conceito de Estado não se localiza no mesmo plano teórico daquele do modo de produção capitalista, mas sim no plano das formações sociais, pode-se dizer que é também o caso de uma forma subdeterminada que precisa ser mais bem especificada por conceitos estratégicos de maior concretude e complexidade (JESSOP, 1983, p. 107). E torna-se imperativo ver em quais condições há ou não correspondência entre as características do Estado e da acumulação.

Neste momento Jessop propõe como principal conceito estratégico para estudo do Estado o de projeto hegemônico, que, se existente, responderia pela unidade do aparato estatal, construiria um interesse geral unificado em torno de uma ideia de “nacional-popular” e, ademais, cimentaria bloco histórico a prover correspondência entre o econômico e o extraeconômico em

uma formação social. O conceito parece mais bem especificado que no trabalho de 1982 e claramente tem maiores vinculações entre o político e o econômico, mas, como se buscará mostrar adiante, sugere-se que seja algo “sobrecarregado” – está informado por uma concepção algo reificada da distinção entre o político e o restante da formação social, não diferencia suficientemente a unidade do aparato estatal da unidade do poder de Estado, considera a unidade de uma formação social excessivamente provida através do Estado (por mais que dependa de fatores externos ao mesmo) e, na medida em que coloca a conformação de bloco histórico como resultado de um projeto essencialmente político e estatal, segue com traços politicistas.

Explorando a questão mais de perto, Jessop (1983, p. 99) propõe que o Estado tenha três dimensões formais de relevância. Seriam estas suas formas de representação, intervenção e de articulação interna, que gerariam diferentes seletividades estruturais com impacto decisivo sobre a viabilidade de diferentes estratégias de acumulação. Em termos substantivos caberia observar dois pontos: as bases sociais de apoio ao Estado, a compreender os atores e forças, sua formas de organização, benefícios distribuídos e as maneiras como as demandas (não) são processadas e priorizadas; e o projeto hegemônico, se existente, a informar o exercício do poder estatal.

Quanto ao projeto hegemônico, o autor ressalta, como fizera em trabalhos anteriores, que é responsável por prover certa compatibilização dos vários interesses e que há diferentes tipos de hegemonia quanto à inclusão que propiciam (JESSOP, 1985, p. 347-353). Considera-se que as principais modificações estejam na diferença e articulação proposta entre projetos hegemônicos e estratégias de acumulação e na análise das condições que influenciam a viabilidade de um projeto hegemônico (JESSOP, 1983, p. 98-107). O autor coloca que, em diferença às estratégias de acumulação, projetos hegemônicos não necessariamente têm o econômico como preocupação principal, e nem precisam referirem-se primordialmente a relações de classe (conquanto sempre tenham relevância de classe). A realização de um tal projeto depende de três fatores chave: determinações estruturais, orientação estratégica e relação com a acumulação. A determinação estrutural, associada à seletividade estrutural inscrita em determinada forma estatal, é a primeira condição, e particularmente relevante no médio prazo – por isso que a conquista hegemônica, se tem um aspecto ideológico e moral, deve ter também um projeto de longo prazo de reorganização do Estado que ofereça privilégios estruturais à força em questão. Isto está relacionado à viabilidade dinâmica de um projeto e sua capacidade de responder a flutuações na correlação de forças, o que por sua vez se associa à capacidade de subordinar os interesses e estratégias subalternos aos

interesses e à estratégia de longo prazo da fração hegemônica. E embora os projetos hegemônicos não precisem ter o econômico como primeira preocupação, tudo o mais constante eles têm maior probabilidade de sucesso quando conseguem garantir retornos materiais às classes subordinadas, para o que uma relação funcional à estratégia de acumulação é benéfica. Todas as três dimensões que alteram a probabilidade de sucesso de um projeto hegemônico, associadas às seletividades estruturais das formas estatais capitalistas, fazem tender a balança no sentido de beneficiar projetos hegemônicos burgueses, ao mesmo tempo em que requerem que projetos subalternos visem a transformação da forma estatal para terem viabilidade no médio prazo.

Os projetos hegemônicos são também importantes para garantir a coesão substantiva do aparato estatal, coordenando as capacidades, interrelação e atuação dos diferentes ramos do Estado, bem como sua relação com as forças políticas mais amplas, no sentido de representação de interesses dentro do Estado e dos interesses de categorias do corpo de estadistas. Como um resumo do argumento, Jessop coloca que

Na ausência de um mínimo de unidade tanto formal quanto substantiva, contudo, o Estado é privado de sua autonomia relativa que necessita para agir como um “capitalista coletivo ideal” em relação à acumulação e/ou para garantir em termos mais gerais a coesão social na promoção de objetivos “nacionais-populares”. Neste sentido, podemos argumentar que a autonomia relativa do Estado está atada a sua unidade substantiva (um conceito preferível àquele de unidade de classe), e que ambas dependem do exercício do poder de Estado de acordo com um projeto hegemônico específico (JESSOP, 1983, p. 103).

O último ponto que se destaca é que “projetos hegemônicos de sucesso são conhecidos por sua capacidade de cimentar um ‘bloco histórico’ a envolver uma relação orgânica entre base e superestrutura” (JESSOP, 1983, p. 106), ou alguma forma de correspondência entre o econômico e o extraeconômico necessária para garantir o bom andamento da acumulação. Ou seja, está na realização de um projeto hegemônico, que se efetiva essencialmente através do exercício do poder estatal – ainda que dependa de fatores para além do aparato estatal e da coordenação das relações entre a formação social mais ampla e o Estado –, a responsabilidade última por trazer à tona a coesão social, a correspondência entre o econômico, o político e o ideológico e, dessa forma, garantir (de forma provisória e parcial) a continuidade da acumulação.

Com os desenvolvimentos apresentados Jessop ancorou sua análise na relação do capital e assim melhor investigou a relação entre o político e o econômico, particularmente no que se refere às condições para o exercício substantivo do poder estatal em sentido que beneficie a acumulação de capital. De todo modo, foi criticado de politicismo e de reproduzir uma separação

fetichizada entre o político e o econômico. Autores associados à corrente teórica do *open Marxism* estiveram por detrás dessa investida (BONEFELD, 1987, 1993; CLARKE, 1991; HOLLOWAY, 1988). Já foram vistas parte dessas críticas no que concerne à posição de Jessop sobre a relação entre estrutura e estratégia, cabe agora explorá-la na dimensão da relação entre o político e o econômico.

Conforme exposto por Clarke (1977), consideram que se deve ver as várias relações sociais como formas desenvolvidas das relações de produção, que assim não poderiam se opor a estas ou delas serem separadas. Seriam, por outro lado, expressões desta unidade contraditória da produção de valor e valores de uso, sob dominação do processo de valorização. Em vista disso, não caberia propor teorias regionais, como faz Poulantzas em certa época de sua produção, ou estudar em separado o Estado e a acumulação e ver em que medida há complementariedade entre suas formas, o que levaria a que se perdesse de vista a totalidade social e como esses diferentes aspectos são expressões de uma mesma relação conflituosa (BONEFELD, 1993, p. 44).

Para Clarke (1991, p. 49-51), na teoria de Jessop a forma valor funcionaria como um constrangimento externo à luta de classes, apenas definindo limites dentro dos quais a luta de classes – e conceitos associados a ela, como a capacidade de implementar e escolha entre projetos hegemônicos e estratégias de acumulação – pode operar. A luta de classes deveria ser vista, por outro lado, como uma luta essencialmente em torno da (não) reprodução das relações de dominação capitalista, em suas várias e interconectadas manifestações. Assim, a ação estatal não é uma maneira de resolver as contradições da acumulação, mas ela própria uma expressão destas contradições e um momento e objeto da luta em torno da reprodução da dominação capitalista. E, ademais, como não há qualquer agente que possa se colocar acima da acumulação, não há quem tenha o poder de conferir unidade à mesma.

Holloway (1988) reproduz argumentos similares, reforçando que “a análise do capital não pode ser separada da análise da luta de classes, pela simples razão de que o capital é a luta de classes, uma luta de classes na qual inevitavelmente participamos” (HOLLOWAY, 1988, p. 101), donde o capitalismo seria sempre instável. Adiciona que, para além da instabilidade sempre presente, as crises não são uma condição externa dentro da qual se desenrolarão as lutas de classes e a busca por novos projetos hegemônicos ou estratégias de acumulação, mas sim a derrocada da

dominação capitalista, a incapacidade de reproduzir suas relações²⁸. Não caberia explorar como se conformam períodos de relativa estabilidade em análise estática, que tende a fechar a história como se a cada crise se sucedesse um período de reestruturação – e como se a luta de classes fosse não mais que as estratégias do capital. Caberia, isto sim, ver dinamicamente como a história se desenrola e a luta de classes continuamente a reestrutura.

Bonefeld (1987, 1993), por sua vez, interpreta a teoria de Jessop (e de autores como Hirsch, que influenciaram Jessop) como estruturalista, funcionalista e a conceder papel demasiado importante ao Estado, com o que se torna também politicista. A crítica de estruturalismo já foi vista, e deve-se à cisão que operaria entre estrutura e luta, subordinando esta aos limites ditados por aquela (BONEFELD, 1987, p. 102). Quanto ao funcionalismo, dever-se-ia ao fato de que, segundo Bonefeld, haveria uma tendência a se desenvolver teoricamente as formas estatais necessárias para a acumulação de capital, ou que os projetos hegemônicos efetivamente implementados seriam aqueles que se adequassem à estratégia de acumulação em vigor. Por fim, haveria exagerado estatismo na interpretação, que vê no Estado a única força capaz de pôr a acumulação a bom termo e integrar a sociedade – com a contrapartida de que as demais forças sociais não teriam, sem acesso ao poder de Estado, qualquer capacidade de se organizarem e se regularem.

Em resumo, os autores dirigem três críticas a Jessop. Este não perceberia a profunda interconexão, operada pela forma valor, das dimensões políticas, econômicas e sociais; seria politicista em considerar o Estado como único agente capaz de regular a sociedade, e como um agente efetivamente capaz de fazê-lo; e seu processo de construção teórica promove um fechamento da história. Jessop responde a elas de algumas maneiras, ainda que em diferentes momentos reconheça a importância que tiveram em reorientar seu pensamento (JESSOP, 2001b, 2007, p. 23-24). Em termos mais gerais e em defesa de sua abordagem de análise das formas, Jessop coloca que para estes autores com os quais debate não há nenhuma lei de ferro do capital, mas que o movimento deste deve ser entendido como a contínua tentativa de impor a dominação de classe em todas as esferas sociais; com isso, veem o capital como o resultado não mediado da luta de classe, negando que a *forma* do capital tenha qualquer impacto específico. Consideram, desta feita, que haja conflito e antagonismo não mediados, com o que a máxima destes autores “o capital é a luta de classes” pode ser reduzida à tautologia “a luta de classes é a luta de classes”. O que se deve

²⁸ Nota-se que as subsequentes alterações na forma como Jessop compreende a relação entre estrutura e agência, especificamente ao considerar que toda estrutura ou categoria emergente só se reproduz na medida em que as relações sobre as quais está fundada são reproduzidas, configura resolução a esta crítica.

observar é que a luta de classes enquanto tal não existe, mas sim diversas lutas de classe ou classe-relevantes específicas, cujo conteúdo e forma importam. Não se deve considerar que todas as lutas de classe sejam iguais, mas sim ver como se inscrevem nas diferentes formas da relação de capital e como estas interagem com o resultado e com as formas das lutas de classe. E sem que se tenha um critério (no caso, a relação do capital) para avaliar a relevância de classe das diversas lutas acaba-se por cair no subjetivismo da autodeterminação das forças. Em linhas gerais, não se deve cair no essencialismo que embasa a interpretação destes autores, mas, por outro lado, observar o conteúdo e a forma das lutas, ver como interagem com a relação do capital em suas diferentes formas e como participam do processo mais amplo de reprodução ou contestação da ordem social sob hegemonia burguesa (JESSOP, 1990, p. 258-259).

Em termos mais específicos, Jessop (1987) admite certo politicismo, por exagerar o papel do Estado e não empregar outras categorias econômicas de relevância, o que recentemente começara a fazer. Recusa, contudo, a crítica de funcionalismo, por duas razões: o econômico não sendo autossuficiente, não tem necessidades claramente identificáveis a serem atendidas pelos meios políticos que parcialmente o constituem; e pelo fato de a forma do Estado problematizar sua função para o capital²⁹. O que se considera importante nessa discussão é que Jessop i) encaminha-se no sentido de estudar mais a fundo a acumulação de capital e integrá-la mais de perto às categorias políticas, com isso buscando reduzir o papel do Estado e o politicismo; ii) e orienta-se no sentido de investigar como é constituída, reproduzida e transformada a divisão entre o político e o econômico.

Uma das primeiras modificações que Jessop então opera em seu arcabouço teórico é distinguir entre a unidade do aparato de Estado e sua unidade de classe, a partir do que introduz o conceito de projeto de Estado. Embora já reconhecesse anteriormente que a unidade do aparato estatal não é garantida de antemão, mas depende de uma série de práticas, confluía os problemas de se garantir unidade de classe (ou em torno de algum objetivo específico), unidade de aparato e a conformação de bloco histórico na ideia de projeto hegemônico. Jessop (1990, p. 7-9) passou a considerar que, antes que se possa dizer sobre a unidade de classe da atuação estatal, é necessário investigar se este Estado tem unidade interna que lhe permita agir em qualquer sentido ou se o mesmo resume-se a diferentes e conflitantes instituições que não interagem adequadamente e acabam anulando-se umas às outras. Na verdade, é necessário questionar a própria existência do

²⁹ Considera-se que a questão de funcionalismo deve ser vista em uma perspectiva histórica. A questão será tratada ao final do capítulo, junto às considerações evolucionárias que o autor vem propondo mais recentemente.

Estado em sua divisão com o “não Estado”, particularmente no que concerne sua característica fundante sob o capitalismo – o *modo específico* como se particulariza do econômico. A princípio, o Estado só existe como um sistema parcialmente aberto, uma multiplicidade de aparatos com fronteiras impossíveis de serem delimitadas (JESSOP, 1990, p. 346) e sem qualquer unidade que permita falar de o Estado – o que marca clara diferença com suas formulações iniciais. É somente empregando a noção de projetos de Estado, sempre no plural, que se pode pensar alguma unidade mais substantiva do aparato. Assim, o Estado é um fenômeno emergente que se produz através das práticas que tentam impor alguma forma de unidade em seus diferentes ramos; trata-se de processo que deve ser continuamente reproduzido, será sempre parcial e marcado pela existência de diferentes projetos conflitantes (JESSOP, 1990, p. 9). Nestes termos, o Estado é um terreno estratégico cujos limites constantemente se alteram, e sua existência se dá na medida em que haja a realização parcial de projetos conflitantes (JESSOP, 1990, p. 292-293). Considera-se que tal desenvolvimento tenha permitido a Jessop pensar em uma diferenciação das formas de Estado a partir da maneira como se organizam internamente e como se particularizam do econômico, o que participa diretamente da transição de um Estado nacional para um regime pós-nacional. E chama-se a atenção para que, em mais um ponto, Jessop coloca como parcial, provisória e emergente a unidade de uma ordem institucional – nesse caso, o aparato estatal.

Explora-se a seguir a utilização mais extensiva que Jessop faz da TR. Segundo a interpretação que aqui se propõe, esta entraria em duas dimensões principais: buscar melhor integrar sua teoria do Estado à crítica da economia política e ressaltar como a coesão social e a acumulação são improváveis e dependem de práticas específicas para ocorrerem. Uma vez que esta corrente teórica desfruta de circulação relativamente ampla entre o público economista, não parece necessário expô-la aqui. Procurar-se-á apenas mostrar como Jessop interage com ela, quais aspectos ou subcorrentes lhe são mais próximas e a importância que ocupa em seu corpo teórico³⁰.

O autor mantém amplo contato com a abordagem teórica, pelo menos desde finais da década de 1980, quando esteve entre os organizadores da Primeira Conferência Internacional sobre a Regulação (JESSOP, 2007, p. 24). Pouco depois disso já considerava “a teoria da regulação como o equivalente estratégico-teórico na análise econômica da abordagem ao Estado que emprego” (JESSOP, 1990, p. 193-194), e viria advogar por desenvolvimento da corrente teórica que se mantivesse fiel à inspiração marxista original (JESSOP, 2006b, p. 318-321). Jessop coloca que a

³⁰ Para uma introdução à TR, ver Boyer (1990) e Boyer e Saillard (2002).

TR trabalha dentro de uma ontologia crítico-realista implícita (JESSOP, 2006b), o que permitiria a integração e síntese desta abordagem à sua própria, algo particularmente interessante devido ao fato de que as teorias do Estado com as quais preponderantemente trabalha concedem maior atenção aos fenômenos políticos, enquanto a TR se foca em fatores econômicos. Assim, a síntese destas correntes, devidamente embasadas na veia marxista que inspirou os trabalhos pioneiros da TR, teria o potencial de fornecer uma crítica concreta e complexa da economia política contemporânea.

Destaca-se, a princípio, que a pergunta que guia o desenvolvimento da TR é em grande medida equivalente a uma das principais indagações de Jessop. Os regulacionistas buscam responder como a acumulação, eivada por contradições e antagonismos, consegue, não obstante, proceder durante longos períodos de maneira relativa e parcialmente estável – o que carrega certa analogia ao questionamento de Jessop sobre como se garante alguma unidade societal sob o capitalismo, marcado pela luta de classes. E o caminho teórico escolhido para produzir respostas a isso é também similar, na medida em que tanto Jessop quanto os regulacionistas desenvolvem conceitos de grau de abstração intermediário calcados na crítica à economia política marxista (BOYER, 1990, p. 55-57). As ideias de regime de acumulação e modo de regulação, por exemplo, descreveriam os mecanismos pelos quais se consegue organizar e repartir, de forma parcial e provisória, as contradições inerentes da relação do capital de modo que a acumulação não se interrompa de todo, mas prossiga de maneira algo estável. Correlatamente, Jessop emprega, por exemplo, a ideia de projeto hegemônico e projeto de Estado, para mostrar como se consegue, também de maneira provisória e parcial, formar um interesse geral que garanta certa unidade do aparato estatal e o imbua de caráter de classe definido, impedindo a fragmentação do poder de Estado e orientando-o na direção da societalização burguesa. E é também de primeira importância notar que, assim como Jessop crescentemente explora as imbricações entre o político e o econômico, os regulacionistas estudam a acumulação considerando que ela dependa de uma série de fatores extraeconômicos. Isto é, trata-se de processo institucional e socialmente enraizado que depende um equilíbrio variável entre fatores econômicos e extraeconômicos para ocorrer. Jessop considera que a TR

fornece respostas institucionais específicas para a velha questão marxista de como, apesar de suas contradições estruturais e conflitos de classe, o capitalismo consegue se expandir por períodos relativamente longos. Ela ressalta que as atividades econômicas são socialmente engastadas e socialmente regularizadas, e que a expansão econômica estável depende de modos específicos de regulação econômica que complementam o papel das

forças de mercado em guiar o desenvolvimentos capitalista. Não surpreende que o Estado tenha um papel chave no modo de regulação, e estou particularmente interessado em trabalhos regulacionistas que exploram seu papel mutável em garantir as condições extraeconômicas bem como econômicas para a acumulação de capital e em institucionalizar compromissos de classe que facilitem a acumulação (JESSOP, 2007, p. 24).

A questão de como a economia é um processo socialmente engastado e socialmente regularizado é importante para Jessop por abrir claro espaço para uma interlocução com as teorias do Estado. O estudo regulacionista de como se garantem as condições econômicas e extraeconômicas necessárias para a acumulação enquadra-se na utilização que Jessop (1990, p. 4-7) faz do conceito de societalização, compreendido como os *processos* sociais através dos quais ordens institucionais específicas e suas condições de existência mais amplas são garantidas – condições estas que são mais extensivas que a instituição em si e menos extensivas que a sociedade como um todo. Nesse sentido, é a análise de instituições em seu contexto societal, evitando que se empregue um conceito positivo e bem definido de sociedade, que acabaria por levar a alguma forma de essencialismo³¹. Jessop (2006b, p. 7) chega a propor que o objeto de estudo da TR seja a “economia integral” ou “a economia em seu sentido inclusivo”, em clara analogia ao Estado integral de Gramsci – este definido como “sociedade política + sociedade civil”, e o poder de Estado como “hegemonia encorajada de coerção”. A economia integral seria, por sua vez, “um regime de acumulação + seu modo de regulação”, estudada como autovalorização do capital através da regulação. Ou, mais precisamente, vista como “um conjunto socialmente engastado, socialmente regularizado e estrategicamente seletivo de instituições, organizações, forças sociais e ações organizadas em torno da (ou pelo menos envolvidas na) reprodução ampliada do capital como uma relação social” (JESSOP, 2002a, p. 5). Desde já fica recusada a análise puramente mercadológica da economia, sendo necessário relacioná-la a uma institucionalidade ampla que lhe dá características e dinâmica específicas em dado tempo e espaço – é necessário observar tanto o modo econômico quanto social de regulação econômica (JESSOP, 2006h, p. 216-217). Assim como o autor propusera que o poder de Estado depende de uma série de fatores externos à institucionalidade do mesmo, encontra-se na abordagem regulacionista a ideia de que a acumulação não é um processo sem interdependências substantivas com outras esferas. De fato, cabe perceber que não é possível demarcar perfeitamente o campo puramente econômico do restante do social.

³¹ Ao estudar a acumulação ou a formação de bloco histórico, por exemplo, não se trata de ver como reproduzem a sociedade inteira, o que tenderia a indicar que a dimensão econômica a estruturaria por inteiro. Observa-se, por outro lado, como estes processos interagem com diversos elementos sociais em sua reprodução, o que envolve mais e menos que a sociedade, respectivamente por ter certas dimensões que não se integram à sociedade em questão (seja por sua marginalidade ou por sua localização externa) e por excluir diversas relações que fazem parte da sociedade.

Trata-se de nova maneira de pensar como a economia não é autossuficiente e explorar sua interdependência recíproca com outras esferas. Liga-se a reflexão de Polanyi (2000) sobre a necessidade de inserir a economia de mercado numa sociedade de mercado para que a acumulação possa prosseguir. Em termos mais gerais, refere-se às maneiras específicas de complementar a subdeterminação da forma valor e da forma Estado. E, em termos mais concretos, seguindo a análise das formas empregada por Jessop, é particularmente importante observar como se conforma (ou não) complementariedade entre a economia e o Estado em duas dimensões (JESSOP, 2006e, p. 216, 2006j, p. 332-333) – a reprodução da mercadoria fictícia central à relação do capital, a força de trabalho, e as formas de o Estado participar mais diretamente da economia para sustentar a lucratividade geral do capital. A proposição de Jessop sobre a transição de um Estado de bem-estar keynesiano para um de *workfare* schumpeteriano vai precisamente nesta direção; o autor identifica que as características das formas econômicas contemporâneas estariam em descompasso com a intervenção econômica e participação na reprodução da força de trabalho típicas do Estado do pós-guerra, havendo maior complementariedade com as características que propõe para o SWPR. Outrossim, sua insistência nas recorrentes tentativas de criar uma “cultura do empreendedorismo” e competitividade estrutural relacionam-se diretamente com a concepção da necessidade de engastar a economia nas características mais amplas da formação social – neste caso, inserir a economia globalizante do conhecimento numa sociedade inovadora e concorrencial.

O estudo da economia integral, associado à perspectiva da improbabilidade da acumulação, refina a análise de Jessop sobre os meios pelos quais se pode garantir a unidade das formações sociais. Em plano mais econômico já fora visto como o autor empregou a noção de estratégia de acumulação como uma dimensão estratégica a dar forma à acumulação de capital em determinadas condições. Esta perspectiva passa a ser incrementada com o arsenal regulacionista. Assim, Jessop passa a estudar as formas econômicas em termos de um processo de trabalho (ou paradigma industrial), um regime de acumulação e um modo de regulação – o que, pela própria perspectiva da economia *integral*, envolve mais que dimensões econômicas em sentido restrito, particularmente quanto ao modo de regulação³².

Sem adentrar discussão profunda desses conceitos, destaca-se o papel que parecem ter na obra de Jessop. Primeiramente, o enfoque que dão à noção do capital como objeto de regu-

³² Ver, por exemplo, (JESSOP, 2006d, 2006e), em que o autor estuda as formações sociais essencialmente através destes conceitos regulacionistas (além do modo de societalização, mais distante da dimensão econômica ora em tela).

lação ou regularização, e não simplesmente como uma relação que se reproduz, busca acentuar suas descontinuidades e instabilidade (JESSOP, 2006h, p. 216). Ao mesmo tempo, indicam que é possível estabelecer alguma forma de coerência, por parcial e provisória que seja, no conjunto de decisões que concorrem para a acumulação de capital. Neste sentido, indicam uma maneira específica de se prover o fechamento do circuito do capital, que é onde está o “valor adicionado” destes conceitos. De fato, dentro do arcabouço teórico de Jessop, pode-se dizer que paradigmas industriais, regimes de acumulação e modos de regulação são categorias que sobredeterminam a forma valor, fazendo-o de maneira específica a i) estabelecer uma divisão do trabalho e uma constelação de formas típicas do processo produtivo que sejam mutuamente complementares (paradigma industrial); ii) promover algum grau de concertação macroeconômica que favoreça a contínua acumulação de capital (regime de acumulação); e iii) instituir um conjunto de normas, práticas, instituições diversas e formas organizacionais que compatibilizem os diversos momentos da relação do capital e “pilotem” o regime de acumulação (modo de regulação) (JESSOP, 2006d). Os conceitos regulacionistas utilizados por Jessop são conceituações *ex post* de como, caso isso venha a ocorrer, as contradições da acumulação são canalizadas de forma a gerar uma coerência parcial do circuito do capital ao invés da explosão de conflitos e desconcerto generalizado.

Quanto ao fato de Jessop buscar maior vinculação da TR com a crítica à economia política marxista, enxergam-se três implicações mais diretas disso (para além da utilização do referencial marxista em outros campos de seus trabalhos). Primeiramente, sua concepção do capital como uma relação subdeterminada que depende de suportes extraeconômicos para se reproduzir embasa a justificativa para se considerar o capital como objeto de regulação. Isto também se associa à concepção de que tal relação compreende contradições estruturais e dilemas estratégicos³³ que, por não poderem ser eliminados, sempre estarão presentes de uma forma ou outra em vários momentos da formação social. Em segundo lugar, ao considerar que os modos de regulação e regimes de acumulação estão assentados na forma valor estas categorias passam a indicar uma certa forma e coerência da acumulação que não pode ser mais que parcial, relativa, instável e temporária. Em termos práticos, isso implica sempre enxergar a existência de tendências de crise inerentes ao sistema e considerar a possibilidade de que as falhas (como falhas de mercado, de governo, de governança ou coordenação) não venham simplesmente de desenhos institucionais imprecisos,

³³ Dilemas estratégicos ocorrem quando qualquer ação tomada em dado contexto for prejudicial a certos interesses dos agentes em questão ou erodir alguma das bases de sua reprodução (JESSOP, 2002a, p. 278).

choques externos ou imperfeições casuais, mas sim do fato de que a relação do capital é incapaz de ser tornada harmônica e inteiramente coordenada. Mesmo as formas organizacionais mais bem institucionalizadas o possível sofrerão quebras e crises, pois estas são um desdobramento necessário da relação do capital (JESSOP, 2001b, 2006d, p. 63, 2006b, p. 319-321). Assim, desenvolvimentos teóricos dos modos de regulação devem sempre andar juntos com considerações mais gerais sobre a dinâmica capitalista, posto que esta

define as tendências e contratendências básicas, as contradições estruturais, os dilemas estratégicos e os constrangimentos mais gerais que inevitavelmente moldam os modos de regulação, que encontram nestes uma resolução provisória, parcial e instável, e cuja presença continuada e desenvolvimento desigual eventualmente subverte quaisquer soluções institucionais e organizacionais. Em resumo, enquanto tal nível é distinto [do] regime de acumulação, este não pode ser adequadamente compreendido sem se considerar como modos de regulação modificam e, contudo, mantêm-se sujeitos às leis gerais da acumulação de capital (2006d, p. 63).

E, em terceiro lugar, Jessop propõe que a contradição básica inscrita na forma mercadoria, entre valor de uso e valor³⁴, se expressa em todo o circuito do capital e se reproduz nas formações sociais mais amplas (JESSOP, 2002a, p. 16-21, 2001b, p. 87-90, 2007, p. 38). Várias formas sociais virão a expressar essa dualidade, entre as quais Jessop elenca a força de trabalho como, respectivamente em suas dimensões de valor e valor de uso, fator de produção substituível e fonte de mais-valor frente a habilidades e conhecimentos específicos e fonte de identidade ou orgulho para os trabalhadores; salário como custo de produção e meio de se conseguir trabalho concreto necessário para a produção frente a fonte de demanda efetiva e meios de satisfazer as necessidade numa economia mercantil; dinheiro como capital portador de juros, crédito, dinheiro internacional e expressão máxima do capital em geral frente a medida do valor, reserva de valor, meio de troca, dinheiro nacional e moeda de curso legal e forma geral do poder na sociedade; capital produtivo como valor abstrato em movimento disponível para aplicação específica futura e fonte de lucros de empreendedor frente a estoque de ativos específicos a serem valorizados em espaços e tempos específicos e habilidades empresariais e administrativas concretas; terra como dote livre da natureza e propriedade alienada(ável) e fonte de renda frente a recursos livres e não-cultivados e recursos naturais transformados; conhecimento como propriedade intelectual e risco monetizado frente a *intellectual commons* e incerteza; e o Estado como capitalista coletivo ideal frente a fator de coesão social.

³⁴ O autor coloca a contradição em termos de valor de uso e valor de troca. Contudo, uma vez que o valor de troca é a forma de expressão do valor, parece mais acertado considerar que a contradição se dê entre o valor e o valor de uso.

Trata-se de contradições estruturais e inerentes à relação do capital, que não podem ser jamais eliminadas. Não obstante, o peso relativo das duas dimensões e a forma concreta segundo a qual se lida com essa dualidade variam amplamente entre as formações sociais e é importante critério na definição de periodizações e dos potenciais de crise. Ainda que não se tenha encontrado menção direta a isto, Jessop parece ter incorporado essa dimensão em sua análise a partir da contribuição originária do debate derivacionista (MÜLLER; NEUSÜSS, 1975), através da qual os autores pretendiam demonstrar os limites à ação estatal advindos da contradição entre valor e valor de uso que se expressaria nos vários momentos do circuito do capital³⁵. Jessop explora isto profundamente, investigando de que maneira o poder de Estado e os modos de regulação implicam seletividades estratégicas a reforçar um dos lados desta dualidade em suas várias formas e como isso concorre para (des)estabilizar a acumulação. Como exemplo, indica que uma das principais fontes de tensão sob o neoliberalismo está na valorização exagerada das dimensões abstratas da relação do capital, particularmente na dominância do capital financeiro hipermóvel, em detrimento das necessidades de fixidez e longa maturação da economia do conhecimento.

Por fim, cabe observar que Jessop tem uma aproximação crítica com a TR. Embora utilize amplamente de suas formulações e seja simpático ao projeto de pesquisa da abordagem como um todo (JESSOP, 2006c), tem também críticas a vários pontos. Em relação à versão parisiense dominante, critica a falta da luta de classes e a externalidade do Estado no *corpus* teórico, que apareceriam como apêndices sobre os quais os autores pouco teriam se debruçado (JESSOP, 2006c, p. 43-44). Neste ponto, pode-se afirmar que Jessop tem maior proximidade com os teóricos da Alemanha ocidental, como Hirsch. O autor também é crítico das abordagens mais recentes que descartam a fundamentação marxista original ou que acabam concentrando-se mais em fatores extraeconômicos (JESSOP, 2006h), e clama pela recuperação de um desenvolvimento assente na teoria do valor (JESSOP, 2006b). E cabe notar que as investigações espaciais e escalares da corrente holandesa da TR podem ter exercido influência importante na “virada espacial” do pensamento de Jessop (JESSOP, 2006c, p. 18-21).

Vista em linhas gerais sua interlocução com a TR, explora-se como integrou a moderna teoria dos sistemas em sua abordagem. Jessop aplica-a essencialmente para interpretar a relação entre o político e o econômico, em indicação de que são dois sistemas autorreferenciados

³⁵ Esta percepção parte do fato de Jessop (1982, p. 78-81) ter analisado a contribuição dos autores e de estes considerarem de maneira algo original que os salários, enquanto fonte de rendimentos para os trabalhadores e, portanto, demanda efetiva, seriam valor de uso – o que Jessop secunda.

com lógicas de atuação próprias que, não obstante, são altamente interdependentes. Nesse sentido, é tanto uma maneira de estudar a autonomia operacional dos sistemas quanto, principalmente, investigar em que medida e de quais maneiras tornam-se complementares. E o conceito de dominância ecológica de um sistema, no caso o econômico, é utilizado no lugar da ideia mais ortodoxa de determinação econômica em última instância, como uma das formas de compreender a preponderância da influência do econômico sobre outras esferas no capitalismo.

Jessop entra em contato com a teoria em meados da década de 1980, e passa a utilizá-la já em 1990 (JESSOP, 1990). Conforme exposição do autor (JESSOP, 1990, p. 320-336/358-360), um sistema é dito autopoietico na medida em que defina seus limites com relação ao ambiente, desenvolva códigos operacionais próprios, implemente seus programas e responda a estímulos externos somente segundo seu próprio código interno³⁶, fazendo com que não possa, assim, ser controlado por nenhum organismo, instituição ou força externa. Ademais, sistemas autopoieticos interagem com o ambiente apenas através de perturbações deste que serão adereçadas de forma a tentar garantir a autorreprodução do sistema em questão. Observa-se, contudo, que tal autonomia operacional não impede interdependência material (aspecto o qual parece ser a preocupação maior de Jessop) – o que estaria em jogo é o fato de a interdependência dos sistemas ser reinterpretada em cada um deles por códigos e procedimentos próprios, referenciados aos próprios sistemas.

A autonomia radical que a autopoiese indica levantaria, em primeira observação, problemas para a reprodução social, posto que tenderia a reduzir as formações sociais a uma série de compartimentos estanques incapazes de estabelecer comunicação mutuamente significativa cujas trajetórias poderiam torná-los suficientemente incompatíveis para impedir sua coexistência. Os proponentes da teoria indicaram como há mecanismos que tendencialmente produzem coevolução a tornar os sistemas complementares, o que chamam de pareamento estrutural (*structural coupling*). Tal processo seria o resultado trajetória-dependente das reações dos sistemas, segundo suas próprias normas e códigos, ao ambiente (que inclui outros sistemas autopoieticos), de maneira tal que cada sistema se adaptaria para reduzir o impacto das perturbações externas e manter sua autopoiese. Há também diversos mecanismos de pareamento estratégico, direcionamento societal e coordenação estratégica, como tentativas de colonização, interpenetração, atuação de organizações ou instâncias que conectem os sistemas ou que os representem frente a outros ou em espaços multilaterais etc.

³⁶ Este ponto, no caso do sistema político, é similar ao argumento de que o Estado não responde a pressões diretamente econômicas, mas sim a suas repercussões políticas.

Neste momento da obra de Jessop, a importância que o autor dá à teoria autopoietica parece estar nos seguintes pontos. A análise que a mesma propõe sobre a autonomia operacional dos sistemas abriria portas para uma investigação mais profunda dos problemas que os vários sistemas, em especial o político, podem apresentar à acumulação, por seguirem lógicas próprias. Em outros termos, parece uma nova forma de fundamentar uma questão que já está presente desde seus primeiros trabalhos – a correspondência entre o político e o econômico não é garantida, dado que, entre outros, a própria forma do Estado capitalista problematiza sua funcionalidade para o capital. Uma outra questão é ressaltar como o surgimento de um bloco histórico, com a complementariedade das diferentes dimensões sociais, não pode ser reduzida a um único fenômeno causal proveniente de uma dessas esferas. Novamente, trata-se de outra maneira de expor como é necessário que práticas específicas no campo econômico e político criem um mínimo de unidade societal (o que fora feito com os conceitos de estratégia de acumulação, projeto hegemônico etc.). E, por fim, é também um modo de repensar a maior influência do econômico sobre as outras esferas, por ser de se esperar que o sistema autopoietico com maior complexidade e flexibilidade seja aquele que exerça maior influência sobre os demais (JESSOP, 1990, p. 333-334).

Futuramente Jessop (2002a, p. 24-28, 2010c, p. 73-81) incorpora explicitamente a ideia de dominância ecológica, que se considera ter maior importância em sua teoria. É utilizada no contexto de especificar a relação do econômico com outras esferas, particularmente como um mecanismo através do qual, ao lado da determinação, dominação e hegemonia econômica, tendencialmente a acumulação se estabelece como o princípio de societalização dominante. Trata-se da capacidade da esfera econômica imprimir sua lógica de desenvolvimento nos outros sistemas em maior medida que o inverso, sem descuidar de influências recíprocas³⁷. É um conceito relativo e contingente, que comporta diferenças quantitativas ao longo do tempo e em relação a cada dimensão em questão. Há dependência de trajetória na forma como os sistemas se associam, e as outras esferas afetam o econômico também, principalmente ao moldarem oportunidades de lucro. Resumidamente, a dominância ecológica

refere-se à capacidade de um dado sistema [...] imprimir sua lógica de desenvolvimento na operação de outros sistemas através de interpenetração, pareamento estrutural, coevolução cega, deriva estratégica e coordenação estratégica em maior medida que os outros sistemas podem impor suas respectivas lógicas naquele (JESSOP, 2010c, p. 74).

³⁷ Dois exemplos seriam os estadistas levarem em grande consideração o impacto econômico de suas ações, ou outras esferas da vida social trocarem modos de cálculo e subjetividades que lhes são próprias por aquelas da economia.

Nota-se que a dominância ecológica de um sistema não nega a possibilidade de que outros sistemas venham a assumir primazia durante períodos curtos – como é o caso particularmente durante guerras.

A dominância ecológica seria favorecida por cinco características de um sistema: complexidade estrutural e operacional a conceder liberdade para se atingir certos objetivos; capacidade de continuar operando, com possível recurso a automodificação, em várias condições e sob efeito de perturbações externas; capacidade de expandir e comprimir tempo e espaço e aproveitar ao máximo as oportunidades para autorreprodução; capacidade de resolver, jogar para o futuro ou para o resto do ambiente suas contradições e dilemas internos; e capacidade de fazer outros agentes reconhecerem as necessidades desta esfera como centrais para a reprodução do sistema como um todo. Ocorre que o econômico tem precisamente essas características. A dinâmica concorrencial é uma força poderosa na acumulação, que faz transformar pressões extraeconômicas em busca por oportunidades de lucro e expande a capacidade de autotransformação do sistema, o que aumenta sua resiliência. A heterogeneidade das forças econômicas, sua complexidade organizacional e a reflexividade de seu comportamento também facilitam a adaptação a modificações externas. Este fator é acrescido pela maior capacidade de compressão e distensão espaço-temporal, particularmente do capital financeiro.

Um último ponto que Jessop desenvolve inspirado na teoria dos sistemas é o “paradoxo da totalidade” do Estado. Ao mesmo tempo em que é apenas uma ordem institucional dentro da formação social, lhe é imputada responsabilidade por manter a coesão social do todo – o que, por sua própria condição como *parte* da totalidade, não é capaz de fazer. O resultado é que se imputa ao Estado uma responsabilidade que não pode efetivamente cumprir, levando a, entre outros, contínuas tentativas de os estadistas ora procurarem se responsabilizar por efeitos que não ocasionaram e ora buscarem se isentar de outros tentando justificar que estavam além de seu poder – bem como a tentativa de diversas forças em empregar o poder de Estado para resolver problemas para além da capacidade deste, com o que repetidas falhas de Estado ocorrerão (JESSOP, 2007, p. 78-79). “É essa complexa mistura de ficção política e realidade política que continuamente reproduz tanto a soberba quanto a tragédia do Estado” (JESSOP, 1990, p. 361).

Empregar a noção de dominância ecológica sugere utilização mais substantiva da teoria dos sistemas. A ideia, por exemplo, de que a maior capacidade de compressão e distensão do espaço-tempo do capital financeiro sob o neoliberalismo – a lhe permitir circundar ações em seu

prejuízo e exigir práticas e formas benéficas (inclusive estatais) – seria um determinante da maior centralidade atual da acumulação como princípio de societalização, donde a mais intensa “colonização econômica” de diversas outras esferas como suportes extraeconômicos da relação do capital, é um forte argumento. Não obstante, mesmo neste caso, a influência da teoria dos sistemas parece ser muito mais catalizadora que qualquer outra coisa. Serve como forma de expor recusa à determinação econômica em última instância sem negar alguma preponderância do econômico, o que já fora feito antes. Reforça também o argumento de que não há unidade pré-dada das formações sociais, para o que – e sempre de maneira parcial e relativa – são necessárias práticas específicas. Outrossim, ressalta a validade de uma análise das formas que investigue em que medida as diferentes relações sociais se tornam ou não mutuamente complementares, acentuando, neste caso, a possibilidade de não complementariedade. E, no caso da dominância ecológica, Jessop apresenta algumas hipóteses da análise de ecossistemas. Mas não parece tratar de muito mais que isso, por mais que o autor reafirme que Luhmann, precursor da teoria, é uma de suas principais influências (JESSOP, 2002a, p. x, 2007, p. 26). Ao fim e ao cabo, o grosso das ideias que passa a veicular sob roupagem da teoria dos sistemas já havia sido expressa de diferentes maneiras, e Jessop parece estar muito mais interessado não na autopoiese dos sistemas, mas sim – e como desde o princípio de sua obra – nos processos (tanto estratégicos quanto não-intencionais) através dos quais se compatibilizam as diferentes dimensões sociais. Isto é, muito menos na autonomia radical da autopoiese que na coordenação estratégica. Além do que a ideia de sistemas autopoieticos cai mal com um recurso analítico de particular importância para ele – considerar que a contradição básica entre valor e valor de uso expressa-se numa infinidade de formas não econômicas. De toda maneira, cabe não perder de vista que a dominância ecológica (que se argumenta não depender inteiramente das teorias dos sistemas) é o principal mecanismo que Jessop propõe para explicar a preponderância do econômico.

Outra direção que a obra de Jessop toma, que assume papel de destaque, relaciona-se ao que chama de “economia política da escala”. Buscou-se mostrar como ao longo de seu desenvolvimento teórico o autor seguidamente modificou seus argumentos na tentativa de evitar posições consideradas politicistas, e neste caso a motivação não é outra (JESSOP, 2007, p. 25) – ainda que os resultados disso estejam para além de tal “correção”. Viu-se como Jessop crescentemente buscou ancorar sua teoria na crítica à economia política. A constante preocupação em relacionar os vários desenvolvimentos mais concretos e complexos à relação do capital, a aproximação com

a TR e a integração mais ampla entre o econômico e o político, em movimento que constantemente fez redefinir os conceitos de cada área, podem todos ser interpretados como (entre outros) formas de evitar o politicismo. Os desenvolvimentos apresentados até então, como Jessop (2007, p. 25) coloca, “levavam a sério o momento econômico da economia política”, mas seguiam politicistas por exagerarem o papel do Estado (particularmente em sua escala nacional) na regulação do capitalismo e ignorar outras forças econômicas e sociais em tal processo. Não é que o Estado nacional fosse visto como agente único da regulação e o responsável por formular e levar a cabo estratégias de acumulação e modos de regulação – isto estaria em franco desacordo com sua guia de considerar o poder de Estado como uma relação social que depende, para seu exercício, de suportes exteriores a seu aparato. O ponto é que o autor via no Estado nacional um nó fundamental das relações que poderiam promover a regulação do capital. E, mais que isso, tomava por pressuposto a centralidade da escala nacional na análise econômica, política e social – assim cometendo “nacionalismo metodológico”. Ou seja, há dois pontos relacionados em questão: tomar por pressuposto a escala nacional e ignorar o papel de relações ao largo do Estado na regulação.

Não são claros os fatores que levaram Jessop a essa “virada espacial”, mas há indicações delas em vários momentos anteriores de sua produção. Já em 1982 (JESSOP, 1982, p. 128-129) aprova uma crítica de autores derivacionistas que, ao ressaltarem a prioridade do mercado mundial na acumulação, identificaram que ressaltar o papel do Estado nacional na garantia das condições para a acumulação implicitamente faria necessário haver um Estado global. A conclusão que tiram é que não se deve tomar o Estado-nação como a forma típica do Estado capitalista, mas sim observar as maneiras pelas quais se organizam processos políticos ao nível global que partilham da reprodução do capital. Embora a herança poulantziana de Jessop seguramente tenha seu papel em levar o autor ao nacionalismo metodológico e a tendências politicistas³⁸, há também indicações contrárias a este sentido no autor, como a discussão que faz (JESSOP, 1985, p. 172-177, 2002b) a respeito da penetração do capital estadunidense nas diversas formações sociais. Isto levaria a uma espécie de complexificação da atuação estatal, posto que os vários Estados passariam a incorporar parcialmente os interesses do capital imperialista dominante. O Estado seguiria nacional, particularmente devido ao fato de suas questões políticas serem de dimensão nacional, mas assumiria funções internacionais ou internacionalizaria funções tradicionais – ainda que sempre eivado pelas contradições nacionais. E é também digno de nota que a discussão de Jessop

³⁸ “Segue necessário correr o risco de politicismo ao considerar a função política global do Estado, pois como Poulantzas sempre enfatizou é no, e através do, Estado que a hegemonia global deve ser garantida.” (JESSOP, 1985, p. 355).

sobre o termo societalização e a possibilidade de se dar uma definição não essencialista do que constitui a sociedade (JESSOP, 1990, p. 5-9) parte da observação de que as sociedades não são constituídas através de, ou em congruência com, seus Estados nacionais. E, no que se refere à possível não centralidade do Estado nos processos que levam à formação de correspondência entre diferentes momentos das formações sociais, notadamente entre o político e o econômico, já indicara como Laclau e Mouffe “argumentam que a unidade ou coesão de uma formação social são o produto de práticas ideológicas e políticas específicas, mediadas através do papel do Estado e/ou de instituições privadas” (JESSOP, 1982, p. 19, ênfase nossa). Outrossim, Bonefeld (1987, p. 108) já lhe dirigira crítica em que afirmava que sua visão “tende a considerar o Estado como a única forma pela qual a sociedade capitalista pode ser integrada e a reprodução social do capital realizada”, com o resultado que “a centralidade do Estado implica que o capital por si próprio é incapaz de qualquer forma relativamente coerente de autorreprodução”. A correção se daria por recolocar o papel do Estado no processo de produção e enxergá-lo frente às, e como parte das, diversas manifestações e formas do antagonismo da relação do capital, e não na posição de um agente que efetue a regulação de tal relação.

Estas pistas a exigir um tratamento mais cuidadoso das questões escalares mantêm-se em segundo plano até pelo menos o avançado da década de 1990. É ao fazer um balanço dos vinte anos da TR (JESSOP, 1997) que se encontram as primeiras referências no autor à produção do espaço como uma característica inerente à acumulação e à regulação, bem como a ideia da relativização contemporânea da escala:

Houve duas mudanças importantes nas abordagens regulacionistas ao espaço: a primeira é uma mudança da preocupação com a regulação de espaços preestabelecidos em direção à produção ativa de espaços de regulação; e em segundo lugar, associada a isso, houve uma mudança do nível nacional como o espaço por pressuposto da regulação para o interesse na natureza multiescalar da regulação e, de fato, na “relativização da escala” no período pós-Fordista (JESSOP, 1997, p. 514).

O contato com os trabalhos de Brenner (1999, 2004b, 2004a), com o qual veio a organizar um livro sobre as relações entre Estado e espacialidade (BRENNER *et al.*, 2003), foi também importante momento neste desenvolvimento de Jessop. A mudança central que a perspectiva imprime é considerar o espaço e a escala não como dados, mas sim como o resultado de processos sociais diversos cuja interação efetivamente produz a relevância social das dimensões espaço-temporais. Naturalmente, essa mudança de perspectiva está por detrás da transição de um Estado *nacional* para um regime *pós-nacional*.

Jessop (2007, p. 104-106) leva essa discussão distinguindo entre os conceitos de local, espaço e escala. Local seria o espaço de relações diretas, cara a cara, amplamente ligado à memória coletiva e identidade social, com seletividades estratégicas em termos de identidades e interesses (favorecendo o estabelecimentos de uns sobre outros). Possivelmente estrutura conexões a outros locais ou escalas, e tem em sua delimitação, denominação e significação objeto de disputa. Quanto ao espaço, trata-se das demarcações e horizontes socialmente produzidos da vida social que implicam seletividades estratégicas no desenvolvimento de relações com dimensão temporal e espacial. Existe através das relações que o constroem, reproduzem e nele ocorrem. A escala, por sua vez, compreende a hierarquia dos diferentes espaços delimitados, como das dimensões nacional, regional e internacional. Notadamente por se tratar da interrelação entre os vários espaços, é o produto de lutas por poder e controle e o resultado, nem sempre consciente, de como as relações sociais baseiam-se na, e reproduzem a, relevância de determinados espaços. Neste estudo, é particularmente importante observar a dominância de certa escala, ou a capacidade de práticas e instituições organizadas em certa escala dominarem outras em diferentes escalas. Com isso pode-se investigar o caráter nodal de uma escala, ou o fato de constituir a dimensão principal para a realização de certas atividades em uma matriz espaço-temporal.

A partir destas definições, e remontando às bases do capital como uma relação social de forma determinada, desenvolve o conceito de fixação espaço-temporal (JESSOP, 2000, 2002b, p. 48-51, 2007, p. 8/46-47/186-189). Foi visto como Jessop considera que o capital é subdeterminado e são necessários, para que a acumulação transcorra, mecanismos relativamente mais concretos que deem coerência substantiva ao circuito do capital e à forma do Estado – como regime de acumulação, projeto hegemônico e projeto de Estado, por exemplo. A fixação espaço-temporal insere-se nestes, com uma peculiaridade. É tanto a definição da escala na qual tal coerência pode ser garantida – e, nesse sentido, “somente” uma delimitação de tal unidade – quanto uma maneira de reforçá-la, na medida em que compatibiliza os elementos temporais e espaciais do circuito do capital. A fixação espaço-temporal compreende, portanto, a delimitação espacial e temporal dentro da qual a regularização da acumulação ocorre, o que a reforça dentro deste recorte. Para fora do mesmo, ao contrário, os custos do enfrentamento das contradições da acumulação de capital são *por necessidade superlativamente diferidos*. Ocorre que, na medida em que o capital tem contradições estruturais e dilemas estratégicos, que não podem jamais ser eliminados, lidar com eles em determinada escala de forma a encontrar uma correspondência parcial entre seus diversos

elementos implica – como meio e como resultado – exportar tendências de crise, antagonismos e custos para além da escala em questão³⁹. A questão também se associa à contradição entre valor de uso e valor, posto que a reprodução do capital depende de uma mistura complexa entre os dois, que não é garantida *a priori* – este conflito é tipicamente representado (mas não é a única forma que aparece) entre as tendências de desterritorialização do capital financeiro, com sua rápida temporalidade e fluidez, e a longa maturação dos suportes extraeconômicos da economia do conhecimento e a necessidade de fixidez espacial do circuito industrial. O conceito de fixação espaço-temporal associa-se, assim, tanto à forma específica de lidar com a necessidade de o capital ter momentos fixos no tempo e no espaço (suas dimensões de valor de uso), em contradição com suas dimensões mais abstratas, quanto com os impactos regional e temporalmente diferenciados da acumulação e das tentativas de garantir a coesão de uma sociedade de classes.

Como se expôs no primeiro capítulo, o autor considera que não haja, contemporaneamente, uma fixação espaço-temporal definida, o que se deve em partes à relativização da escala que teria ocorrido. Em suas palavras,

A crescente complexidade das relações de tempo-espaço-escala agravam questões relacionadas à improbabilidade da acumulação de capital em termos da compossibilidade e cogrediência de suas condições econômicas e extraeconômicas de existência. Pois, se a relação do capital deve ser estabilizada em mais lugares, espaços e escalas e ao longo de horizontes temporais de ação crescentemente tanto comprimidos como estendidos, então fixações parciais devem ser encontradas para os problemas da coexistência de conjuntos de relações sociais bastante diferentes com distintas condições de existência e dinâmicas (compossibilidade) e para o entrelaçar de seus diferentes ritmos e horizontes temporais e espaciais dentro de um dado conjunto de matrizes espaço-temporais (que se pode denominar, estendendo a análise de Whitehead para além de seu significado original, questões de *cogrediência*) (JESSOP, 2007, p. 187).

A perda da primazia que a escala nacional antes desfrutava, em direção à relativização da escala contemporânea, além de estar diretamente associada à transição de um Estado nacional para um pós-nacional alinha-se também à transição de um Estado para um regime. Discutiu-se em linhas gerais este processo no primeiro capítulo, mostrando o argumento de que a maior complexidade das relações econômicas e sociais, inclusive no que tange à sua organização escalar diferenciada que em vários aspectos perpassa a dimensão nacional, levou à falha da atuação estatal por meio da hierarquia do comando. Desenvolveram-se nesta esteira uma série de outros mecanismos para a coordenação das relações sociais, e foi proposto que o poder de Estado se efeti-

³⁹ Deve-se notar que, mesmo na escala que a fixação compreende, os antagonismos do capital jamais serão de todo eliminados.

varia, contemporaneamente, principalmente pela metagovernança – ainda que à sombra da hierarquia.

O que parece relevante tocar neste momento da discussão refere-se a como Jessop liga a discussão das formas de governança à relação do capital. Mais especificamente, como identifica a possibilidade e necessidade do desenvolvimento de diferentes formas de coordenação social, a falibilidade que propõe para todas e de que maneira se ligam à tentativa de evitar interpretação politicista. A discussão parte da improbabilidade da acumulação e da incompletude da relação do capital, notadamente quanto à necessidade de um equilíbrio variável de condições econômicas e extraeconômicas para a reprodução do capital. “A incompletude substantiva da relação do capital, as contradições e dilemas da acumulação e as limitações das fixações espaço-temporais que se desenvolvem para conter, deslocar e adiar esses problemas criam espaço para tentativas continuadas de administrar, deambular e gerir crises” (JESSOP, 2002a, p. 51). Neste sentido, é o caráter multifacetado e contraditório da acumulação, portanto dependente da mobilização de diferentes recursos e relações e prenhe de instabilidade, que faz com que sejam necessárias distintas maneiras de coordenação social para buscar sua regularização.

Neste contexto, Jessop identifica três formas de coordenação (a anarquia das trocas, a hierarquia do comando e a heterarquia da auto-organização, ou governança), suas “meta variantes” e a colibração, metagovernança ou *Steuerung*, que se refere à tentativa de influenciar o equilíbrio e interrelação das diferentes formas de coordenação (JESSOP, 2006a, p. 258-270, 2002a, p. 216-246). Cada uma das formas básicas estaria associada a um aspecto da relação do capital, ao mesmo tempo em que nenhuma delas consegue efetivamente coordenar esta relação. Assim, as trocas e o ideário do liberalismo preconizam a máxima liberdade contratual possível para os indivíduos isolados e um Estado de poderes limitados como melhor forma de coordenação social. O liberalismo tem a aparência de ser natural, uma filosofia espontânea das sociedades burguesas, por adequar-se bem à instituição da propriedade privada, à liberdade da escolha de consumir, à visão de ações estatais como intervenção no mercado e a separação entre sociedade civil e Estado. De fato, a importância da mediação pelo mercado é intrínseca ao capitalismo e sua tendência à mercantilização. Contudo, a oposição ao liberalismo pode também surgir espontaneamente, em vista da interdependência substantiva das decisões econômicas de uma economia crescentemente socializada, do espaço para coordenação entre as ações dos produtores, da interdependência dos sistemas político e econômico e da necessidade de alguma mediação entre os interesses particu-

res da sociedade civil e o Estado como representante de interesses universais. Ou seja, o liberalismo é tanto passível de ressublimação quanto de sublimação.

Contudo, como Polanyi (2000) já notara, a extensão da mercantilização e a tentativa de coordenação generalizada das relações sociais pelas trocas exacerba certas tendências de crise. Ou, como já foi exposto, a relação do capital levada em termos puramente mercadológicos – sem os suportes extraeconômicos adequados – é impossível. A socialização e interdependência do processo produtivo organizado em bases privadas, o nexos contraditório dos interesses de produtores e capitalistas em maximizar os rendimentos da produção e a disputa em torno de sua distribuição, bem como a necessidade de compatibilização das ações e do conteúdo das dimensões econômica e política (tanto em termos do impacto político das ações econômicas quanto da importância econômica do Estado e do sistema político) têm grande associação com as tentativas de coordenação por heterarquia, através do ideário (neo)corporativista. Estas condições e contradições tanto levam à tentativa de implementar arranjos corporativistas quanto, por serem contradições insolúveis e influenciadas por um sem-número de fatores, produzem a falibilidade de tais arranjos.

As falhas de mercado e de organizações em rede estão associadas, por sua vez, ao recurso à coordenação estatal imperativa. A incapacidade de prover uma série de condições necessárias à acumulação por meios privados, como projetos infraestruturais, as várias falhas de mercado e possibilidades de a concorrência levar a resultados particularistas, além de impasses em negociações corporativistas e o complicado processo de definição de interesses nacionais, associam-se à possibilidade e tentativa de coordenação estatal e, em alguns casos, às ideologias estatistas. Mas há também fontes de pressão contra a presença substantiva do Estado, além das falhas de Estado, que levam aos movimentos de crescimento, decrescimento e transformação das formas e do conteúdo da ação estatal.

Na medida em que diferentes aspectos da relação do capital associam-se às diferentes formas de coordenação, as modalidades mais concretas da acumulação tendem a ser complementares com distintos equilíbrios das três. Como todas as formas e suas combinações são propensas à falha, por questões específicas a elas e por serem tentativas de coordenar uma relação essencialmente antagonista e contraditória, há contínuo movimento de reinventar maneiras de coordenação. Recentemente a governança teria emergido como uma suposta forma mais adequada. Não obstante, é também falível, e quatro das principais razões para tanto são i) supersimplificação das

condições de ação ou desconhecimento da dinâmica do objeto, especialmente válido no caso da economia capitalista; ii) problemas de coordenação em organizações heterárquicas; iii) problemas de representação de interesses; iv) problemas de metacoordenação em ambientes com múltiplos arranjos heterárquicos. E todas essas tendências são sobredeterminadas por duas características do capitalismo. A primeira delas é que a heterarquia não cria um terceiro polo neutro entre o econômico e o extraeconômico, entre soluções de mercado e não mercadológicas. Isto é, não consegue suspender a assimetria que a relação do capital por necessidade implica – e, assim, a auto-organização nunca poderá ser de fato simétrica. Já a segunda refere-se à forma de inserção dos arranjos heterárquicos no sistema estatal, com três questões: i) a articulação interescalar de hierarquia e heterarquia, particularmente pelo fato de esta poder perpassar o espaço de diferentes Estados; ii) a articulação temporal da hierarquia e heterarquia, em vista, por exemplo, de um dos objetivos das organizações heterárquicas ser divorciar decisões com impacto de longo prazo de cálculos políticos de curto prazo; iii) a sobredeterminação dos mecanismos de coordenação pelo político, uma vez que o Estado – capaz de permitir, proibir, articular e modificar mecanismos de governança – os julga de acordo com seu impacto sobre a capacidade de ele próprio garantir a coesão em sociedades divididas. Como Jessop coloca, numa formulação amplamente inspirada na concepção poulantziana (POULANTZAS, 1977) de que a função política do Estado sobredetermina suas demais, “todas as formas de coordenação são exercidas sobre a primazia do político” (JESSOP, 2006a, p. 266).

Enfim, a discussão sobre as formas de coordenação aparece na obra de Jessop como tentativa de fugir ao politicismo na medida em que investiga a capacidade de regularização da acumulação por meios que não necessariamente têm no Estado, particularmente em sua dimensão nacional, um ponto central. E a discussão se desenvolve em associação com a relação do capital na medida em que distingue as complementariedades entre diferentes aspectos desta relação e das formas de coordenação, bem como prevê a necessária incompletude e parcialidade destas tentativas de regulação, uma vez que buscam agir sobre e através de uma relação antagonista e contraditória.

O exposto até o momento compreende grande parte do desenvolvimento teórico de Jessop que lhe levou a propor uma transição do ENKBE para o SWPR. A partir de uma análise relacional e estratégica que se manteve, quase desde o princípio, em nível de abstração intermediário, o autor foi gradualmente caminhando no plano simples-complexo. Neste movimento cres-

centemente enfatizou como a unidade societal não é garantida, mas precisa ser estabelecida de forma sempre provisória e parcial através de práticas específicas que forneçam “fixações sociais” (*social fixes*). À medida que acrescenta novos argumentos para considerar que a unidade societal não é garantida, basicamente desenvolvendo em novas direções a proposição de 1983 de que a forma valor e a forma Estado são subdeterminadas, Jessop também propõe conceitos de fixações sociais que dariam concretude a tais subdeterminações que encontra. Assim, começou por propor que a acumulação depende de um equilíbrio complexo de formas econômicas e extraeconômicas que são parcialmente exteriores à forma valor, e sugeriu que estratégias de acumulação e projetos hegemônicos conjuntamente teriam o potencial de formarem um bloco histórico a compreender relação mutuamente complementar entre as diferentes dimensões sociais (JESSOP, 1983). Ao melhor distinguir entre a unidade do aparato estatal e sua unidade de classe, adiciona ser necessário um projeto de Estado que o conceda capacidade de atuação independentemente de sua relevância de classe (JESSOP, 1990). Através de maior contato com a TR, passa a estudar as dimensões econômicas e a possibilidade de se estruturar a acumulação, que passa a ser vista como *a priori* ainda mais improvável, através dos conceitos regulacionistas, conduzindo suas investigações neste terreno empregando as ideias de regime de acumulação e modo de regulação com as categorias a elas associadas (JESSOP, 1993). Suas reflexões sobre as maneiras de coordenar as relações sociais propõem que diferentes características dos regimes de acumulação seriam compatíveis com diferentes mecanismos de governança, e passa a analisar qual seria a forma mais adequada da atuação estatal no período contemporâneo (JESSOP, 1995). E seus estudos da economia política da escala levam-no a considerar a improbabilidade da acumulação a partir de suas seletividades estratégicas espaço-temporais, sendo necessário organizar a acumulação dentro de uma fixação espaço-temporal (JESSOP, 2000)⁴⁰. Pode-se assim interpretar esta dimensão do desenvolvimento teórico do autor como um duplo movimento em que reconhece cada vez mais instabilidades e dificuldades para a acumulação e a unidade societal, que só podem ser equacionadas – e sempre de maneira provisória e parcial – através de práticas específicas, e, ao mesmo tempo, propõe conceitos que dariam conta em nível mais concreto dessa definição das formas econômicas e extraeconômicas que participam da reprodução ampliada do capital como uma relação social – as tais fixações sociais. Antes de encerrar este capítulo, cabe observar dois pontos. Um será abordado superficial-

⁴⁰ Nota-se, por exemplo, que em 1993 o autor propunha (JESSOP, 1993) que se estaria transitando para um *Schumpeterian workfare state*, o que em 2002 seria modificado, a partir da introdução de novas dimensões em sua análise, para o *Schumpeterian workfare post-national regime* (JESSOP, 2002a).

mente e é transversal à obra do autor, a importância da semiótica e da análise crítica do discurso em sua produção. O segundo refere-se à dinâmica de desenvolvimento das fixações sociais, de importância central na compreensão que tem da relação entre o político e o econômico.

Quanto à semiótica e a análise crítica do discurso, uma incursão profunda neste terreno está fora do âmbito deste trabalho. Não obstante, como a questão tem assumido papel de destaque na produção contemporânea de Jessop – é o principal elemento por detrás do que chama a “virada cultural” em sua obra, rumo ao desenvolvimento da Economia Política Cultural⁴¹ –, parece necessário indicar o papel que tem em sua teoria. Cabe notar, primeiramente, que não é uma mudança do objeto de estudo, mas sim uma mudança metodológica que indica a necessidade de estudar os determinantes semióticos dos vários processos econômicos e sociais (JESSOP; SUM, 2010). Ainda que só tenha vindo a redigir a questão nestes termos em momento relativamente tardio de sua obra (JESSOP, 2007, p. 225-245), considera-se que desde suas primeiras observações sobre a semiótica em 1982 o papel que lhe reserva é o de redução da complexidade. E, através disto, participaria da regularização da acumulação e da formulação de projetos hegemônicos, na medida em que reduz o universo teoricamente infinito de possibilidades de estratégias econômicas, objetos de intervenção e constelações de interesses a um subconjunto tratável na prática.

No contexto de uma discussão sobre a complexidade, Jessop indica que há uma infinidade de *descrições* possíveis de qualquer fato ou coisa – o que seria a complexidade epistêmica. É necessário, conseqüentemente, a redução da complexidade para representação e compreensão do mundo – mas, em vista da complexidade ontológica da realidade, é impossível reproduzir o “real-concreto” como um “concreto-pensado” de forma exaustiva, donde se conclui que é imperterível o recurso a pontos de entrada simplificadores. E é precisamente nestes termos que a semiótica entra como a construção intersubjetiva de significado capaz de interpretar e parcialmente explicar processos:

A significação fornece uma maneira de lidar com a complexidade sob a inevitável condição da seletividade compulsória, isto é, a incapacidade de se observar tudo em um mundo complexo ou, quanto menos, fazê-lo contemporaneamente e então agir com base nestas observações em tempo real (JESSOP, 2007, p. 235).

Como Jessop lança mão de larga quantidade de conceitos estratégicos, há assim espaço para considerações semióticas em boa parte de sua teoria (JESSOP, 2007, p. 47-53/236-240).

⁴¹ O livro em coautoria com Sum (JESSOP; SUM, 2006a) é o primeiro volume de uma série de dois livros. O segundo, ainda inédito, chamará *Towards cultural political economy*. Em *State power* (JESSOP, 2007) o autor também enfatiza os desenvolvimentos nesta direção, que seriam a terceira fase da AER.

Estratégias de acumulação, projetos de Estado e visões hegemônicas estariam, portanto, dentro do campo da semiose em seu papel de simplificar, compreender, construir e contestar o mundo em sua complexidade – e a partir disto agir sobre o mesmo, em processo que tem sua efetividade dada tanto por fatores semióticos quanto extrassemióticos. A partir disto abre-se espaço também para o estudo do papel de intelectuais (orgânicos) na formulação destes projetos e estratégias (JESSOP, 2002a, p. 6), momento que seria particularmente aberto a atividades *path-shaping*. Cabe notar que, na medida em que Jessop emprega uma concepção relacional da dialética entre estrutura e agência e propõe que as instituições e formas sociais tenham seletividades *estratégicas*, o desenvolvimento de projetos de hegemônicos, estratégias de acumulação e afins participa (embora não determine inteiramente) da própria definição e constituição dos objetos de regulação – seja no campo mais diretamente econômico, seja em outras dimensões sociais. Assim, é necessário criar um imaginário social que constitua subconjuntos de relações sociais que serão os pontos aos quais projetos concretos de societalização se aterão (JESSOP, 2003b, p. 139-140).

Não obstante, o aspecto semiótico da formulação de estratégias é um dentre seus vários elementos, evitando que se caia em alguma forma de “logocentrismo”, contra o que Jessop já advertira anteriormente (JESSOP, 1982, p. 198-200). De fato, o autor ressalta a materialidade das relações sociais e os constrangimentos advindos de processos que não são percebidos ou compreendidos pelos atores relevantes, ao mesmo tempo em que leva a sério a virada cultural ao ressaltar as relações entre significados e práticas. Neste processo, é fundamental observar “os mecanismos semióticos e extrassemióticos que determinam a coevolução dos aspectos semióticos e extrassemióticos da economia política” (JESSOP, 2007, p. 237).

Explora-se a seguir como Jessop enxerga o processo através do qual se promove ou não o ajuste entre as diferentes dimensões sociais. Em vista da temática aqui proposta, o aspecto central refere-se à maneira de conceituar a influência entre o político e o econômico, às proposições de como os desenvolvimentos de cada esfera constroem e permitem os desenvolvimentos da outra. Neste terreno os seguintes argumentos serão de particular importância: as fronteiras entre o econômico e o extraeconômico são socialmente constituídas; os modos de regulação, incluindo as formas estatais, são constituídos conjuntamente aos objetos que regulam; o processo de regularização do capitalismo não é planejado por alguma instituição superior; e a possibilidade de se enquadrar o processo de formação de unidade societal dentro de um esquema evolucionário.

Observa-se que a discussão deve ser referida à concepção de estrutura e agência de Jessop, e que transitar entre diferentes graus de abstração é também um procedimento necessário.

O risco sempre presente neste campo é o de cair ou no politicismo, a propor capacidade não mediada de transformação através da prática política, ou no economicismo, em visão fatalista de que os movimentos societais seriam de alguma forma determinados por estruturas econômicas a operar para além da consciência dos agentes. Um ponto que Jessop levanta a esse respeito é que, em sua abordagem, como o econômico não é autossuficiente e se o político é operacionalmente autônomo, então não é possível definir necessidades econômicas claras (JESSOP, 1987, p. 155) – com o que uma abordagem estritamente funcionalista em que o político se desenvolve para melhor servir ao econômico fica desautorizada (JESSOP, 2002a, p. 41). Isto se associa às diversas formulações da ideia de que a forma do Estado capitalista problematiza sua funcionalidade para o capital. Associado à insuficiência do econômico, há o argumento de que as barreiras entre o econômico e o extraeconômico, bem como entre o Estado, o sistema político mais amplo e o restante das formações sociais são fluidas (JESSOP, 2002a, p. 36-37, 2007, p. 2-9/191-192). Neste sentido, a própria definição do que seria o econômico, o político e o Estado é algo socialmente constituído, em processo com ampla influência de determinações discursivas e no qual as estratégias de acumulação e os projetos hegemônicos seriam decisivos, por formarem um ideário que institucionaliza uma certa compreensão do econômico e os suportes que lhe são necessários como objeto de regulação.

Esta perspectiva é mais bem apresentada através da noção de que os modos e objetos de regulação são constituídos conjuntamente (JESSOP, 1990, p. 310-311, 2006f, p. 365, 2006b, p. 300). Isto é, não seria a natureza do objeto a ser regulado (o regime de acumulação) que levaria ao desenvolvimento de um modo de regulação mais ou menos adequado, mas as contínuas tentativas de regulação interagiriam de maneira reflexiva com o regime de acumulação e, através de modificações em ambos, possivelmente se chegaria a uma combinação emergente de um modo de regulação e um regime de acumulação mutuamente ajustados. Daí a noção de que modos de regulação são “descobertas fortuitas” (*chance discoveries* ou *Fundsachen*) (JESSOP, 2006d, p. 84, 2006h, p. 238), e que “os objetos de regulação não pré-datam a regulação, e não podem fazê-lo [...] modos de regulação e seus objetos podem ser vistos como estruturalmente pareados e historicamente coevolutivos, sem que *a priori* se dê (ou se possa dar) qualquer primazia a um ou ao outro” (JESSOP, 1990, p. 310-311).

Isto não significa, contudo, interpretação totalmente não-hierárquica ou solta entre os fenômenos de ordem mais política e econômica. De fato, Jessop propõe, como já visto, quatro mecanismos principais através dos quais a acumulação pode emergir como o princípio dominante de societalização e, assim, levar à formação de um bloco histórico capitalista (JESSOP, 2002a, p. 22-31) – determinação, dominância ecológica, dominação e hegemonia econômica. Os três últimos conceitos referem-se à relação entre o econômico e outras esferas, e no longo prazo a dominância ecológica e a hegemonia econômica são de particular importância. Na medida em que Jessop propõe que sob o capitalismo o econômico é ecologicamente dominante em diferentes graus, há fortes seletividades estratégicas para que outras ordens se ajustem à dinâmica da acumulação (sem descurar de influências recíprocas e afins), uma vez que a dimensão econômica tem maior resiliência que as demais e tende a conseguir colonizar as outras. Pode-se dizer que ela é fonte de maiores tensões para as demais que o inverso. Neste sentido, nota-se que o conceito transmite mais a ideia de que o econômico causa problemas para as outras dimensões que uma concepção de ajuste dinâmico destas ao regime de acumulação. Isto seria ainda mais presente no período contemporâneo com a maior integração do mercado mundial e as capacidades de compressão e distensão do espaço-tempo que o capital financeiro desfruta, donde o espaço de manobra para as outras esferas (o que inclui, como subconjunto, a forma estatal) seria mais restrito.

Uma outra maneira de se pensar este argumento é retomando sua discussão sobre estrutura e agência. Algo é definido como estrutural para um certo conjunto de agentes quando, no horizonte temporal e espacial em questão, é tomado como um dado, algo que não pode ser modificado. Nestes termos, a presença mais marcante do mercado mundial como horizonte necessário do cálculo econômico e a maior integração mundial no campo econômico poderiam fazer com que as formas econômicas ora predominantes fossem vistas como dados estruturais pelos coletivos de agentes a participar da formulação de estratégias políticas e reformas estatais. Considera-se que o argumento tenha seu valor e ilumine uma série de desenvolvimentos contemporâneos, mas corre-se sério risco de cair em alguma forma de determinismo econômico – ironicamente, haveria o risco de reproduzir a ideia de que *“there is no alternative”*. Para que se o evite, deve-se ter em conta que tal ideia é lançada a um nível de abstração consideravelmente alto, e torna-se necessário examinar em que medida análises mais concretas abririam brechas. Na verdade, teoricamente nada impediria a inserção de certos espaços no mercado mundial segundo formas econômicas bastante diferentes que fossem, todavia, compatíveis com os padrões de concorrência e

demanda internacionais – formas as quais podem ter em sua gênese participação decisiva de determinantes políticos. O que está em jogo com a ideia de dominância ecológica do econômico é que quando houver não complementariedades entre o econômico e o político, esta esfera é que tenderá a sofrer maiores pressões para que se ajuste. Não fica impedido o desenvolvimento, parcialmente por processos políticos, de formas econômicas distintas daquelas internacionalmente dominantes, pelo menos na medida em que desfrutarem de algum nicho de mercado (ou se suportar o custo do descolamento do mercado mundial); o que o conceito predica é que disjunções entre o econômico e outras esferas tendem a impactar mais estas, que assim sofrem mais pressão para que se ajustem, na medida em que estão incrustadas nas formações sociais capitalistas fortes pressões para que a acumulação se estabeleça como princípio de societalização dominante⁴².

Neste sentido, não se encontra em momento algum de seu desenvolvimento teórico qualquer formulação que indique que o político, em geral, e o Estado, em particular, serão inteiramente determinados pelo econômico, ou que se estruturam de modo a atender a necessidades deste. Isto se deve à autonomia operacional das esferas, ao caráter socialmente determinado e mutável da própria divisão entre o político e o econômico e à reflexividade entre seletividades estratégicas estruturalmente dispostas e ações definidoras de trajetória com orientação estrutural. Além disso, a noção de que a forma típica do Estado capitalista problematiza sua funcionalidade para o capital impede um funcionalismo mais basal, ainda que não implique qualquer espaço autônomo de desenvolvimento do Estado – trata-se apenas da constatação de que sempre há disjunções entre a dinâmica econômica e estatal, mas pode-se claramente levar o argumento no sentido de que a forma estatal será a melhor possível para o regime de acumulação em questão, por mais que precária⁴³. Não obstante, encerrar a discussão em alto grau de abstração acerba os riscos de um relato estrutural-funcionalista, na medida em que se curto circuitam as diferentes possibilidades econômicas e políticas sob as aparências de um modelo único. Assim, e seguindo o método de desenvolvimento teórico preconizado por Jessop, evitar uma abordagem estruturalista passa por construir uma narrativa teórica em espiral através de diferentes graus de abstração, necessari-

⁴² No caso deste exemplo, o que não seria de se esperar é que uma forma estatal incompatível com as características vigentes da acumulação sofresse menos pressão para se adaptar que a economia. Enfrenta-se maior resistência, por conta disso, para sustentar no médio prazo um Estado cujas linhas básicas são incongruentes com as formas econômicas em vigor. Já um processo complexo de reestruturação produtiva a transformar os circuitos da acumulação e desenvolver um modo de regulação que (restrita a discussão à manutenção do capitalismo) restaurasse a reprodução do capital é, pelo menos em termos teóricos, viável.

⁴³ Esta posição, ao fim e ao cabo estrutural-funcionalista, pode à primeira vista ser imputada quando afirma que o *Schumpeterian welfare state* é a melhor carapaça política para o pós-fordismo (JESSOP, 1993) ou que o SWPR o seria para a economia globalizante do conhecimento (JESSOP, 2002a, p. 268). A questão será investigada no quarto capítulo, mas sugere-se que seja possível interpretar o conjunto da obra do autor em torno da transição para o SWPR eliminando os traços funcionalistas que por vezes despontam.

amente histórica, que progressivamente revele em crescente concretude o espaço relacional da agência e das linhas de força estruturalmente dadas. Ou, no terreno ora em tela e para usar uma expressão cara ao autor, uma abordagem que crescentemente coloque o Estado e a economia “em seus lugares”. Analisar em que medida o autor manteve-se fiel à sua própria teoria na transição que propõe do ENKBE para o SWPR, e se acabou por cair nos riscos estruturalistas aqui apontados, é um dos objetivos do quarto capítulo.

Recentemente Jessop tem buscado enquadrar tal processo da influência recíproca entre as dimensões sociais dentro de um arcabouço evolucionário, ainda que os comentários sistemáticos a tal respeito sejam bastante preliminares. Já indicara anteriormente como um autor associado às teorias autopoieticas (JESSOP, 1990, p. 328-329) sugeria estudar o processo de coevolução dos diferentes sistemas por meio dos mecanismos de variação, seleção e retenção, sendo escolhidas as variações que menos interferiam com a autopoiese dos sistemas em questão e corretidas aquelas que se sedimentarem nos mesmos. Provavelmente por implicar uma simetria entre os sistemas, incompatível com o pensamento do autor, não leva à frente a ideia. Mais recentemente, contudo, Jessop indica estar integrando elementos evolucionários em seu argumento, que chegariam a estar por detrás do desenvolvimento da economia política cultural (JESSOP, 2007, p. 51), e também faz algo como uma releitura de sua obra ao dizer que

Uma outra conclusão da abordagem estratégico-relacional nesta fase de seu desenvolvimento [a segunda] foi que a interação recíproca entre a seletividade estratégica estruturalmente disposta e o cálculo estratégico estruturalmente orientado poderia levar através dos mecanismos evolucionários usuais de variação, seleção e retenção à formação de uma configuração caracterizada por “coerência estruturada”. Uma das formas que tal coerência estruturada pode assumir é a formação de um “bloco histórico”, isto é, o conjunto mutuamente implicado, estruturalmente pareado a coevoluir historicamente de relações econômicas, políticas e socioculturais – a construção do qual depende das atividades de intelectuais orgânicos e projetos coletivos, bem como da gradual e emergente coadaptação de instituições e condutas (JESSOP, 2007, p. 46-47).

Não se encontrou qualquer menção explícita a uma tal interpretação nesta etapa de sua produção. Os argumentos sobre coevolução de diferentes ordens institucionais são vastos, mas parecem ter o sentido de desenvolvimento conjunto ou mutuamente implicado, e não o de um processo evolucionário nos termos que propõe na citação acima. Como indica ao final de *State power* (JESSOP, 2007, p. 241-245), considerações evolucionárias têm espaço reservado no desenvolvimento futuro da abordagem, particularmente como forma de investigar o peso relativo de fatores semióticos e extrassemióticos no desenvolvimento de relações sociais (aqueles hipoteticamente considerados mais relevantes para a variação, estes nas fases de seleção e retenção).

Quanto ao tema ora em questão, “a virada evolucionária inicialmente buscava explorar mais diretamente os mecanismos de seleção, variação e retenção que poderiam ajudar a explicar a seleção e reprodução recursiva de uma improvável ‘coerência estruturada’ de relações sociais” (JESSOP, 2007, p. 241), com o objetivo de detectar os momentos mais propensos a ações definidoras de trajetória.

Os comentários do autor não vão adiante disto no que tange ao ajustamento mútuo entre o político e o econômico, mas alguns pontos podem ser depreendidos. Em termos gerais, o enquadramento evolucionário pode vir a permitir uma delimitação melhor deste processo, que a depender de como for definido potencialmente escapa aos riscos estruturalistas e funcionalistas que às vezes marcam sua análise. Definir a agência por detrás dos momentos evolucionários das relações econômicas e políticas, bem como o peso relativo dos mecanismos de seleção e retenção, pode esclarecer o argumento do autor e torná-lo mais informativo em conjunturas concretas. A ideia de dominância ecológica do econômico parece abrir-se facilmente a uma especificação evolucionária, por exemplo ao propor que na coevolução do político e do econômico os critérios de seleção são de natureza mais econômica – ou pensar na dominação econômica como, entre outros, a capacidade de gerar variação economicamente determinada em relações de outras esferas. Integrar o argumento evolucionário a seu arcabouço todo, incluindo sua concepção de estrutura e agência, parece um bom caminho para refinar análises teóricas a informar práticas específicas em suas tentativas de transformação econômica e social – um objetivo salutar da teoria política marxista.

3 DEBATES E REFORMULAÇÕES RECENTES: CRÍTICAS À TRANSIÇÃO PARA O *SCHUMPETERIAN WORKFARE POST-NATIONAL REGIME* E A CONTINUIDADE DE UMA AGENDA

Feito este rápido percurso pela obra de Jessop, exploram-se a seguir alguns debates recentes relacionados à conformação da forma estatal contemporânea. Mesmo dentro de um recorte amplo de teorias “heterodoxas” ou “*não-mainstream*”, ou ainda dentro das teorias marxistas do Estado, as temáticas em discussão são amplas demais para serem cobertas no escopo do presente trabalho. Assim, buscar-se-á focar nas quatro dimensões que o autor propõe para transição do ENKBE para o SWPR, isto é, i) a forma como o Estado busca garantir as condições da acumulação de capital através de políticas econômicas (transição de intervenção keynesiana para schumpeteriana); ii) a participação estatal na reprodução da força de trabalho como mercadoria fictícia (transição do bem-estar para o *workfare*); iii) a reformulação espacial do Estado (transição da dominância da escala nacional para a relativização da escala); e iv) a forma predominante de coordenação das relações sociais através da qual o poder de Estado opera (transição de Estado para regime pelo crescimento da metagovernança à sombra da hierarquia). Neste movimento serão observadas as divergências e convergências tanto substantivas quanto de ordem teórico-metodológicas. Trata-se, naturalmente, de um recorte analítico; é inevitável que as discussões apresentem os temas de forma interrelacionada, mas por motivos de exposição parece interessante tentar separá-las (ainda que ao custo de certa repetição). Para além disso, observar em que medida o autor conseguiu conformar uma agenda de pesquisa em torno de sua proposta de transição é um importante elemento na avaliação da mesma. Isto se deve ao fato de o processo de desenvolvimento teórico defendido por Jessop preconizar um movimento em espiral do abstrato-simples para o concreto-complexo que, através de sucessivas reformulações, levaria à crescente compreensão do objeto de estudo. E, por fim, serão exploradas certas revisões e desenvolvimentos recentes de Jessop que lancem luz sobre o tema em tela. Este momento preparará um balanço da transição para o SWPR, que será levado a cabo no capítulo seguinte.

Um primeiro ponto substantivo, transversal às quatro dimensões da transição, refere-se ao fato de as seletividades estratégicas do Estado privilegiarem com maior intensidade os interesses capitalistas, particularmente de setores associados ao capital financeiro. Wissen e Brand

(2011) consideram que a internacionalização do Estado deve ser vista em conjunto com as transformações do mesmo que levaram à preponderância de sua atuação no sentido de promoção da concorrência e à operação menos sujeita à participação popular, largamente em linha com a análise de Jessop. Analogamente, Hirsch e Kannankulam (2011) veem a transmissão de funções do Estado para escalas acima e abaixo do nível nacional um resultado das estratégias capitalistas para a superação da crise do fordismo, como parte do objetivo de reorganizar a correlação de forças em favor do capital. Isto é, foi o sucesso de um projeto capitalista que levou ao reescalonamento do Estado (ainda que o interprete diferentemente de Jessop) e a uma mudança de sua institucionalidade a oferecer seletividades estratégicas em benefício dos interesses capitalistas – “O núcleo do processo conhecido como globalização em última instância está em uma reorganização de estruturas de classe à escala global que levou a mudanças no relacionamento entre as classes e os aparatos de Estado, na qual a relação entre forças claramente guinou para o capital” (HIRSCH; KANNANKULAM, 2011, p. 26). Uma maneira concreta em que isso se institucionalizaria está nas formas de governança global e a extensão da democracia formal a vários países. Por mais que apareçam como formas abertas e plurais, trata-se de uma “democratização da impotência” (HIRSCH, 2003, p. 253).

Ainda que com bases diferentes, Harmes (2006) e Demirović (2011) vão na mesma linha. O primeiro interpreta o governo multiníveis como parte explícita e consciente de uma estratégia neoliberal para insular o poder de Estado da pressão popular. O segundo, que vê o surgimento tendencial de aparatos de Estado transnacionais, também interpreta que as transformações das formas políticas contemporâneas instituem mecanismos de governança infensos à pressão popular. O autor explica-o por uma mudança na correlação de forças a se expressar nos aparatos estatais – “podemos concluir que a relação do Estado para com a sociedade é substancialmente transformada com as mudanças nas forças dominantes que suportam o Estado e se organizam dentro dele” (DEMIROVIĆ, 2011). Já Cerny (2009, 2010, 2006) tem uma posição mais ambígua. É explícito quanto aos Estados se orientarem na direção de promover a concorrência e a competitividade, o que é explicado essencialmente pelo crescimento dos mercados e a interdependência internacional ocasionada pela globalização⁴⁴, mas considera que contemporaneamente haja mais

⁴⁴ Considera que os mercados financeiros exerçam hegemonia sobre o sistema internacional (CERNY, 2009, p. 448) e sugere que a transição para o pós-fordismo seja um produto da expansão dos mercados, a qual – ainda que levada a cabo por decisões políticas – determina o reescalonamento do Estado (CERNY, 2006, p. 691-692). Esquemáticamente, sugere-se que o argumento do autor seja que decisões políticas algo espontâneas ocasionaram o crescimento e integração dos mercados, que decisivamente explicam o Estado concorrencial de orientação transnacional.

abertura política para as diversas forças, desde que consigam se organizar de maneira transnacional. Enfim, há um relativo consenso quanto ao Estado ter ficado relativamente mais permeável a interesses capitalistas. Já as explicações para tanto constituem uma combinação nem sempre muito clara entre ver tal “fato” como o resultado de reformas políticas implementadas por setores capitalistas ou como desenvolvimentos mais ou menos naturais ou não planejados de modificações internas à economia.

Na dimensão das políticas mais diretamente econômicas, pode-se observar amplo consenso quanto a se tratar de um Estado orientado para a promoção da competitividade. Sua atuação via políticas do lado da oferta, geralmente organizadas em e através de dimensões subnacionais com vistas a estimular a inovação – através de processo no qual o mercado mundial crescentemente se impõe como referência ou horizonte necessário – são fenômenos largamente documentados. Como já mencionado, Cerny é explícito a este respeito. De fato, o centro de sua teoria está em propor que os Estados atualmente têm como principal objetivo garantir o crescimento econômico através da promoção da concorrência e competitividade (CERNY, 2010). Tratam-se de esforços no sentido de, ao contrário do período anterior, mercantilizar o maior número possível de relações sociais (incluindo a própria operação do Estado) e crescentemente imbricar as comunidades e capitais no mercado mundial, ou transnacionalizá-los. Neste sentido, o Estado é “(o?) *promotor chave da globalização e, portanto, da concorrência global como o requisito primário para se obter crescimento econômico para todos os Estados* (pelo menos em princípio), permitindo também o desenvolvimento de políticas sociais pró-mercado” (CERNY, 2010, p. 8, ênfase do autor). Desta maneira, não se trata exatamente de desregulamentação, mas sim de reformulação e “rerregulamentação” para a promoção ativa da concorrência e a maior inserção possível dos indivíduos no mercado. Quanto a este último ponto, o autor está bem afinado à ideia de *workfare*, na medida em que afirma a necessidade de compensar populações passando por dificuldades econômicas através de “*inserção ou reinserção de tais grupos e instituições no processo de mercado através de educação, treinamento e afins*” (CERNY, 2010, p. 9, ênfase do autor).

Zysman e Breznitz (2012) exploram como o Estado é crescentemente pressionado para, e age no sentido de, promover a inovação, experimentação e desenvolvimento tecnológico, particularmente através de políticas locais. Enquadrando as tecnologias de informação e telecomunicações (TIC) e o fracionamento das cadeias produtivas, ressaltam a maior diversidade do processo produtivo e a especialização regional em diferentes partes deste. Consequentemente, há

necessidade de diferentes formas de regulação para cada caso e a tentativa estatal de atrair firmas para certas regiões de modo que elas possam desenvolver vantagens concorrenciais, estimular o crescimento na região e, a partir disso, reforçar as vantagens locais para atividades a operar naquele espaço. Consideram, ademais, que haja um mecanismo de causalidade circular entre a fragmentação das cadeias produtivas e iniciativas políticas a permiti-lo ou incentivá-lo. Ressalta-se que o trabalho dos autores mostra como esta maneira de atuação do Estado não pode adequadamente ser descrita como desregulamentação da produção, quando se trata, na verdade, de formas distintas de interrelação entre o Estado e a economia – no caso, buscando incentivar a inovação. Além disso, adicionam que este processo é prenhe de conflitos, particularmente após a crise econômica recente, uma vez que são demandadas tanto ações para liberar as forças de mercado de modo a (supostamente) gerar inovação e crescimento dos empregos quanto, por outro lado, proteger os indivíduos do potencial disruptivo do mercado – o que os autores chamam de um duplo constrangimento à ação estatal. Por fim, considera-se uma importante contribuição, em plano de análise mais concreto, como Zysman e Breznitz distinguem entre quatro diferentes estágios dos processos produtivos⁴⁵ e propõem diferentes características para as regiões especializadas em cada uma delas, particularmente quanto às formas mais eficazes de regulação e aos elos estabelecidos com o espaço em que estão inseridas.

Brenner (2004b, 2003), por sua vez, estuda a governança urbana na Europa, entendidas as estratégias de transformação da mesma a partir da década de 1980 tanto como uma resposta à transição para o pós-fordismo quanto como parte integrante da mesma. Entre outros aspectos, este processo leva à emergência das cidades-regiões como os núcleos por excelência da busca por competitividade global. Esta condição interage retroativamente com o fato de as estratégias de governança urbana assumirem caráter empreendedor a buscar conexões entre o local e o global que perpassem o nível nacional. Isto é, conforma-se governança urbana “glocalizante” cujo principal objetivo é promover a competitividade dos capitais instalados nos espaços em questão.

Já o recuo do Estado quanto às políticas de bem-estar é praticamente um lugar comum; o que parece relevante na discussão de Jessop (e de outros autores) é interpretar esse processo não como a ausência do Estado na reprodução da força de trabalho, mas sim sua reorientação – como um Estado de *workfare*. Já se mostrou que isso é também visto como o incentivo à mercantilização da força de trabalho e a promoção de políticas ativas de (re)inserção de trabalha-

⁴⁵ Grosso modo, produção/montagem, design, inovação de componentes e de produtos de segunda geração e a fase de novidades associada ao desenvolvimento de novos produtos (ZYSMAN; BREZNITZ, 2012, p. 142-143).

dores. Cabe observar como alguns autores enquadraram a questão em relação às respostas populares a seu respeito e à legitimidade do Estado. Purcell (2002) considera que as análises inspiradas na TR, entre as quais inclui a de Jessop, focariam demais os aspectos econômicos do Estado, não investigando suficientemente as determinantes políticas associadas ao mesmo. Mesmo quando analisam a legitimidade do Estado, os autores tendem a fazê-lo em termos da busca por hegemonia e a reprodução da legitimidade das relações capitalistas, com pouca atenção à relação entre Estado e cidadãos – que visa garantir lealdade e estabilidade política. É este aspecto que Purcell enquadra para investigar a suposta transição do bem-estar para o *workfare* a partir de um estudo de caso de Los Angeles. O autor pontua que, ausente o recurso à violência aberta, devem-se estabelecer expectativas mútuas entre os cidadãos e o Estado, entre as quais conta a garantia estatal às condições de vida materiais da população e a provisão de bens de consumo coletivo (PURCELL, 2002, p. 310-311). Quando de quebras nessas expectativas, a subsequente crise de legitimidade poderia ser resolvida pela mudança da atuação estatal no sentido de garantir as condições vistas como não satisfeitas, pelo redesenhar dessas expectativas ou por alguma combinação de ambas. Quanto ao tema em tela, a transição no sentido do *workfare* levaria precisamente a uma tal crise, que teria resolução complexa e diferenciada nos vários espaços – particularmente por envolver uma contradição entre a necessidade para a acumulação de políticas de *workfare* e a necessidade de algum nível de bem-estar para a legitimidade⁴⁶. A conclusão do autor é que este é um processo politicamente carregado que responde a pressões para além do econômico, e que é de se esperar que o “Estado vá alternar entre um conjunto de políticas relativamente rico em bem-estar para um relativamente rico em *workfare*, até que um dos dois possa ser progressivamente eliminado como uma responsabilidade principal do Estado frente a seus cidadãos” (PURCELL, 2002, p. 315-316). O resultado a médio prazo mais provável parece ser o de eliminação do bem-estar, por incompatível que se tornou com a acumulação, mas trata-se de um processo aberto e conflituoso que necessita de ampla reforma da relação do Estado para com os cidadãos. Neste sentido, cita a descentralização de prerrogativas estatais como um possível aspecto desta reforma na medida em que concorre para insular o Estado de pressões populares. Sugere, ademais, que esse processo deve levar a resultados geograficamente diferenciados.

Adiciona-se a esta discussão um ponto levantado por Zysman e Breznitz, que matiza a oposição entre *workfare* e a legitimidade da relação Estado e cidadãos (capturado por estes au-

⁴⁶ Pode-se ver a observação dentro da contradição que Jessop coloca para atuação do Estado: por um lado capitalista coletivo ideal, por outro garantidor da coesão social.

tores como as pressões para proteger os indivíduos de efeitos disruptivos do mercado). Trata-se da possibilidade de desenvolver estratégias de seguridade social que adicionalmente aumentem a adaptabilidade da economia à concorrência, representadas por exemplo pela *flexicurity* dinamarquesa (ZYSMAN; BREZNITZ, 2012, p. 139-140). Isto é, uma maneira de garantir a “plena empregabilidade” e redes de proteção compatíveis com o regime de acumulação atual.

A questão da transição para a (meta)governança aparece particularmente associada às transformações na espacialidade do Estado, uma vez que, aceitos os termos gerais do debate, o ordenamento hierárquico tende a estar relacionado à predominância da escala nacional e a soberania territorial do Estado que lhe acompanha – analogamente, alguma forma de internacionalização do Estado tenderia a acompanhar a coordenação por governança. De todo modo, busca-se tratar primeiramente da forma de atuação estatal e deixar o debate sobre a espacialidade do Estado por último.

A desestatização da política, o redesenho das fronteiras entre o público e o privado de maneira mais fluida e um maior número de participantes na formulação e implementação de políticas, associado à redução da participação popular na mesma, são fenômenos apontados por uma série de autores. Assim, Barrow (2005) indica que as fronteiras entre o Estado e as organizações privadas têm esmorecido. Há crescimento de instituições formalmente privadas que, contudo, assumem responsabilidades e têm poderes antes associados à soberania estatal. Neste processo, a formulação de políticas muitas vezes é delegada para organizações privadas ou paraestatais e depois ratificada como política pública. Percebe-se também o crescimento da influência de instituições multilaterais (como a OMC, o FMI e afins) na definição das políticas. Em linha semelhante, Brenner (2004b) mostra como nas novas formas de governança urbana iniciativas que unem de perto o Estado e instituições privadas em sua gestão, como as PPPs, ganham espaço.

Cerny (2010, 2009) aponta desenvolvimentos semelhantes no conceito de governança multiníveis. A principal contribuição que se tira do autor quanto a isto é a ideia que os Estados nacionais, ainda que sigam como organizações institucionais muito fortes, têm hoje menor capacidade de atuação “por eles próprios”. Na medida em que identifica a transnacionalização de diversas relações, maior interpenetração das formações sociais e crescimento do número de agentes e instituições públicas e privadas envolvidos na formulação e implementação de políticas, as condições para a ação efetiva do Estado se alteram. Para além de ser necessário influenciar uma ampla gama de atores através de maneiras outras que o ordenamento – em linha com a ideia que

Jessop coloca de atuação por *Steuerung* –, Cerny aponta que os Estados terão maior capacidade de agir conforme se transnacionalizarem (em termos de seus recursos, rede de influência, interconexão com outros agentes e instituições e orientação estratégica). Estes dois pontos se reforçam, uma vez que estratégias transnacionais, consideradas condição da eficácia da atuação estatal para o autor, em larga medida impedem a coordenação imperativa.

Já Demirović (2003; 2011) e Hirsch (2003) investigam modificações das formas das formas de governança olhando para o papel das ONGs neste processo. Veem nelas instituições a participar da governança pública que, em vários casos, assumem papéis estatais – seja na definição conjunta de políticas, na regulamentação de certas relações ou na própria proposição e formulação de políticas. Demirović considera que este processo leva ao surgimento de um Estado transnacional, do qual as ONGs seriam importante aparato. Elas inclusive teriam, de encontro à compreensão de Jessop, assumido papéis na conformação da hegemonia e sua atuação, por mais que tenda a concentrar-se em “*soft areas*” do desenvolvimento (como direitos humanos e meio ambiente), tem impacto decisivo sobre a acumulação (DEMIROVIC, 2003, p. 233). Hirsch destaca, contudo, como o crescimento das ONGs não significa necessariamente uma redução das prerrogativas e capacidades dos Estados, haja visto que estes têm papel crucial na conformação daquelas. Na medida em que frequentemente dependem de financiamento estatal e se organizam sob as diferentes legislações nacionais, o Estado é seletivo no desenvolvimentos das ONGs e influencia suas condições de atuação. Derivam-se duas conclusões. Primeiramente, em vista da importância que as ONGs adquirem em vários contextos e de sua dependência com relação ao Estado, um importante campo de atuação deste está metagovernança, capaz que é de influenciar as condições de desenvolvimento e atuação destas organizações. E, em segundo lugar, a posição das mesmas como instituições estatais ou não é bastante complexa, a revelar redesenho do Estado e sua atuação. Nas palavras do autor,

Pode não ser de todo errado considerar as ONGs, em certo sentido, como organizações avançadas do Estado. Mas isto é apenas um lado da moeda: elas só podem realizar suas funções – organizar e representar certos interesses, partilhar informação e obter legitimidade para grupos e questões – adequadamente na medida em que não se tornem apenas aparelhos de Estado, mas mantenham certo nível de independência financeira, política e organizacional (HIRSCH, 2003, p. 251).

As várias indicações encontradas de despolitização estão também associadas de perto à mudança das formas de governança. Este processo refere-se, no mais das vezes, à conjunção de gestão crescentemente técnica ou tecnocrática da política econômica e delegação de funções esta-

tais para instâncias não sujeitas à soberania popular e à discussão mais ampla. Neste sentido, Peters (2004) mostra a descentralização e delegação de funções do governo britânico para, entre outros, organismos privados, com a consequência de que passa a ser necessário governar não através de determinações diretas, mas sim via a tentativa de influenciar e coordenar a ação de vários grupos (o que está dentro da ideia de metagovernança). Uma contribuição do autor está em mostrar que, neste estudo de caso, resulta a contradição de que o Estado, particularmente em sua dimensão nacional, segue como responsável último pelas eventuais falhas de governo ou governança, ao mesmo tempo em que teve sua capacidade de atuação fortemente reduzida. Deste modo, o autor identifica a precariedade da atuação por metagovernança no caso britânico e como isso reproduz o “paradoxo da totalidade” do Estado que Jessop relata. Ao mesmo tempo, considera que a coordenação imperativa anterior não configura um mecanismo eficaz no presente. Já Bonefeld (2002) procura mostrar como a transferência de certas funções estatais na Europa para níveis supranacionais modifica a forma de atuação do Estado, particularmente ao despolitizar suas decisões e reduzir a influência dos trabalhadores nas mesmas. A sujeição da política econômica aos ditames do mercado pode também ser vista sob esta ótica, na medida em que implica, essencialmente, que agentes privados capitalistas ditem o conteúdo da ação estatal.

A questão da espacialidade do Estado, por sua vez, é um tema que tem recebido crescente atenção. Jessop enquadrou o assunto essencialmente através do que chamou de economia política da escala, discussão na qual Neil Brenner foi outro expoente, através do que estudaram a reprodução e transformação da configuração escalar do Estado. Este debate esteve associado a importantes desenvolvimentos, como as ideias de glurbanização e relativização da escala, e contribuiu para uma certa “virada escalar” nos estudos sobre o Estado e para a adoção da concepção de que a escala é uma produção social. Assim, Martin *et al.* (2003) indicam que o reescalamento do Estado e da governança, entendida a glocalização como parte desse processo, difunde-se como objeto de análise nos estudos urbanos⁴⁷. Já autores como Macartney (2011) buscam integrar avanços que podem ser relacionados à economia política da escala – basicamente, a ideia de escala como produção social e a necessidade de pensar a relação entre diferentes escalas no estudo do Estado e da economia – a outras tradições teóricas, no caso a *International Political Economy*

⁴⁷ Mencionam-se dois trabalhos empíricos como exemplo. Brown *et al.* (2005) estudam a governança da Amazônia e encontram que, por modificações advindas das estratégias de vários autores, veio assumir configuração glocalizada. Já Matusitz (2010) trabalha com o conceito de glurbanização, cunhado por Jessop, e encontra evidências do mesmo para cidades-região na Singapura e China, concluindo que “mundo afora a glurbanização se tornou o quadro normativo de referência nas estratégias de governança urbana” (MATUSITZ, 2010).

(IPE). A produção de Jessop e Brenner sobre a espacialidade do Estado é largamente prezada, como se observa na resenha do livro *State/space* editado pelos autores (SWYNGEDOUW, 2004), considerado capaz de desnaturalizar a espacialidade do Estado⁴⁸. Mesmo autores em larga medida críticos dos trabalhos de Brenner e Jessop aprovam as reflexões e *insights* dos mesmos quanto a este tema (CERNY, 2006).

Já se indicou como alguns autores consideram que haja internacionalização ou transnacionalização do Estado, ou como enxergam a distribuição de poderes de Estado para níveis sub e supranacionais. Explora-se a seguir a questão mais detidamente, observando tanto as contribuições empíricas quanto teóricas ao debate. Brenner (2003, 2004b) estuda mudanças nas estratégias de governança urbana como um processo que levou à reconfiguração espacial do Estado⁴⁹, particularmente seu reescalonamento. Em análise bastante afinada à de Jessop, tanto em termos substantivos quanto metodológicos, o autor investiga como tais estratégias foram “expressão e catalizadores” (2003, p. 450) do processo de glocalização, assim participando da definição das características do Estado e da interrelação entre suas diferentes escalas. Resultariam Regimes de Estado Concorrenciais Glocalizantes (RECGs) ou, em trabalhos posteriores (BRENNER, 2009), Regimes de Estado Concorrenciais Reescalados (RECRs). A contribuição do autor que parece mais relevante está na interpretação que oferece da emergência destas formas e nas contradições que daí resultam, como se explora a seguir.

Brenner considera que no período fordista a governança urbana era um elemento dos projetos de Estado que visavam estabelecer o nível nacional como eixo fundamental numa escala essencialmente hierárquica. A dimensão local assim assumia o papel de uma correia de transmissão das estratégias nacionais, com pouca autonomia frente a estas, e a redução das desigualdades espaciais emergia como objeto explícito (o que autor chama de keynesianismo espacial). À medida que as formações sociais fordistas entram em crise, a partir de meados da década de 1970, as estratégias de gestão de crise então institucionalizadas são postas em práticas e mesmo expandidas, mas em condições mais amplas que impediram sua eficácia. Subsequentes políticas de austeridade fiscal, que atingiram em particular as unidades subnacionais, levaram estas a buscar outras formas de financiamento e atuação que prescindissem da distribuição nacional de recursos. Inici-

⁴⁸ “Certamente direcionaria qualquer estudante ou pesquisador mesmo remotamente interessado na questão do poder de Estado e do poder ‘quase-de-Estado’ a este volume. Seria difícil encontrar uma coleção mais competente, objetiva e iluminadora” (SWYNGEDOUW, 2004, p. 229).

⁴⁹ Mais especificamente, do que chama de *statehood*, que pode ser traduzido como algo na linha da característica definidora daquilo que tem a condição de ser Estado.

almente, há conflito entre a manutenção de uma agenda orquestrada ao nível nacional e o desenvolvimento de governança local contrária à ideia da equalização do espaço nacional, o que vem a reforçar a crise econômica e institucional pela qual se passava⁵⁰. A interação entre o aprofundamento da crise do fordismo, reformas a modificar o conteúdo da ação estatal (particularmente no sentido de diminuir suas políticas compensatórias espaciais) e a continuidade da experimentação com iniciativas de governança urbana possibilitou que as cidades mais importantes fossem tratadas, mesmo pelas estratégias de nível nacional, como os eixos por excelência de inserção dos países na economia global, resultando em fragmentação das atividades regulatórias do Estado e diferenciação intencional do espaço. Com isso, as estratégias de governança urbana empreendedora gradualmente se consolidam, tanto como uma expressão do reescalonamento do Estado – uma vez que este processo não se resume a elas e nem teve nas mesmas sua única causa – quanto como um de seus agentes. O autor também encontra que, em vista da emergência de novas falhas de governança e problemas socioespaciais, as estratégias de governança urbana glocalizantes vão se modificando – mas, ausente uma crise estatal de proporções mais amplas, as mudanças são de natureza incremental. Ressaltam-se os seguintes aspectos da interpretação do autor. Trata-se de uma narrativa que, por mais que trabalhe em grau de abstração relativamente alto sem o recurso a fontes primárias ou o acompanhamento passo a passo de cada caso histórico, revela a intencionalidade dos projetos de reescalonamento estatal. Isto tanto no sentido mais geral de terem ocorrido como o resultado (nem sempre intencional) de estratégias específicas como por estas estratégias terem a escala como um de seus objetos. Em segundo lugar, não se recorre a raciocínio teleológico na análise – esquematicamente, a crise generalizada da década de 1970 leva à busca por novos paradigmas de governança urbana e definição escalar do Estado, segue-se período de experimentação com diferentes estratégias e gradualmente através de tentativas e (principalmente) erros algumas formas se institucionalizam⁵¹. Por fim, não se considera que as formas de governança a se institucionalizarem serão necessariamente as mais funcionais em termos econômicos ou socialmente mais desejáveis, o que demonstra a possibilidade de *lock-ins* disfuncionais – ainda que não se debruce sobre os fatores mais específicos que levariam aos mesmos.

⁵⁰ Segundo conceitos de Jessop, pode-se considerar que o período do final da década de 1970 assiste à incapacidade de estabelecer projeto de Estado que dê coerência ao poder de Estado e seu aparato.

⁵¹ Os fatores específicos a determinar a seleção de determinadas formas e não outras não fica claro no autor. Concorrem questões de funcionalidade econômica (capacidade de implementação em contexto de restrição fiscal), poder político e conjunturais. Nesse sentido, o autor advoga por pesquisas a esclarecerem isto em trabalhos mais recentes (BRENNER, 2009), particularmente através de estudos mais concretos.

Oosterlynck (2010), por sua vez, avança nas determinações político-hegemônicas do processo de reescalonamento estatal através de um estudo mais profundo da Bélgica. O autor trabalha dentro de campo similar ao de Jessop e Brenner, toma como ponto de partida a suposta transição para o SWPR e emprega a AER para estudar de maneira mais concreta e histórica as transformações estatais no caso belga, com destaque para sua espacialidade. Não cabe aqui reproduzir toda sua análise, mas destacam-se as seguintes contribuições. Em primeiro lugar, mostra como a proposta de transição para o SWPR serve como um enquadramento mais geral em estudos empíricos e históricos, o que demonstra sua validade como um passo de uma agenda de pesquisa. Em segundo lugar, o trabalho revela tanto aspectos específicos dos processos de transformação espacial do Estado quanto certas linhas de força por detrás dos mesmos que não são exclusivas a cada caso, o que se percebe pelo seguinte. O autor demonstra convicentemente como a construção da hegemonia na Bélgica envolveu relações de diversas ordens, como políticas distributivas, estratégias de equalização ou diferenciação espacial em termos socioeconômicos e a mobilização de fatores étnicos e linguísticos. Ao integrar a conformação espacial do Estado belga às disputas hegemônicas, Oosterlynck comprova tanto o caráter aberto das transformações escalares, por indeterminadas que são tais disputas, quanto o terreno estrategicamente seletivo no qual transcorrem. Como exemplo disto, menciona-se que o autor propõe que o declínio industrial da Valônia e a perda do Congo Belga corroeram as bases de sustentação do projeto hegemônico fordista valão, facilitando que um projeto de agentes dos Flandres o enfrentasse. Segue-se um período de ampla indeterminação e incerteza, e a incapacidade de se forjar alguma unidade entre as duas regiões leva à federalização do Estado. Na mesma esteira, sobrevém a hegemonia de um projeto flamengo orientado para a governança regional em torno de estratégias de acumulação schumpeterianas. Ou seja, é patente como o caso belga se enquadra dentro do cenário geral de transições para SWPRs em um processo tanto sujeito a determinantes globais mais amplos (vide o resultado da reforma estatal e certos fatores maiores que participaram do mesmo, como a crise do fordismo e o fim do colonialismo) quanto a fatores particulares de diversas ordens (como a base de mobilização ou diferenciação que a linguagem estabelece).

Por sua vez a enfocar dimensões supranacionais, Wissen (2009) aprova em termos gerais os avanços que o debate da escala possibilitou, incluindo a ideia de relativização da escala, e busca avançar no mesmo através de estudo de caso sobre a regulação da propriedade intelectual de material genético. O autor se propõe a analisar como o processo de produção das escalas inte-

rage com a disputa hegemônica, fazendo-o ao observar as seletividades estruturais associadas a cada escala. Busca, ademais, melhor especificar o papel que a escala nacional ora desempenha. Wissen relata como o estabelecimento do Acordo TRIPs (*Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*), entendido como parte de um momento em que países do norte buscavam recursos genéticos de países do sul (que tinham leis de propriedade intelectual mais fracas), efetivamente reescalou para a arena internacional a proteção desta forma de propriedade – segundo estratégia fundamentalmente orquestrada por interesses de países do norte. Contudo, o próprio sucesso de tal processo e as fortes seletividades desta escala contra países economicamente menos importantes acabou por comprometer esta fixação e, paradoxalmente, acrescer a importância da dimensão nacional em certos aspectos. O argumento é que a institucionalidade internacional tem seletividades fortes demais contra agentes mais fracos, essencialmente em vista da ausência de mecanismos democráticos de negociação, com o que tais agentes tendem a adotar estratégias que buscam ou politizar o próprio terreno de conflito ou fugir do mesmo – muitas vezes, buscando redirecionar a luta à escala nacional⁵². Trata-se de uma estratégia de “saltar escalas” (*scale-jumping*), em que agentes que se veem excessivamente prejudicados pela institucionalidade de certa escala buscam levar os conflitos e negociações para outras que lhes pareçam mais favoráveis (BROWN; PURCELL, 2005, p. 610; BRAND *et al.*, 2011, p. 168). No caso específico, argumenta-se que escalas supranacionais têm pouca capacidade hegemônica pois, ao serem demasiadamente seletivas contra agentes e países de menor poder econômico, estes tendem a não aceitá-las como um foro legítimo e assim tentam saltá-las. A partir disso, Wissen conclui que a dimensão nacional deve desfrutar de continuada importância, particularmente como o terreno por excelência do processamento de contradições sociais, o que vai ao encontro do que Jessop prevê. Enfim, o estudo de caso do autor parece importante por destacar, para além dos impactos mais específicos da institucionalização de determinada escala e a continuada relevância do nacional, como a produção das escalas é um processo aberto, operado por agentes com reflexividade estratégica e que, ademais, não necessariamente garante de maneira permanente os interesses dos grupos mais fortes – o que é uma evidência no sentido de que as fixações sociais são sempre precárias, parciais e temporárias.

Também trabalhando a partir de hipóteses de Jessop e empregando a AER, Goodwin *et al.* (2005) avançam sobre a ideia de *hollowing out* (“esvaziamento”) do Estado. Em um estudo

⁵² No caso em questão, ao invocar o argumento da soberania nacional sobre o material genético nativo.

do Reino Unido mostram que tal conceito serve como um primeiro passo para se investigar as modificações das estruturas de governança, que deve, contudo, ser complementado pela ideia de *filling in* (“preenchimento”). A partir disso estudam os processos concretos pelos quais se reformou a estrutura administrativa do Reino Unido e como veio a se conformar, de forma trajetória-dependente, uma estrutura desigual e amplamente diferenciada em termos das capacidades desenvolvidas por, ou delegadas para, cada espaço, com consequentes possibilidades de desenvolvimento econômico divergente. Assim, para além de constituir estudo empírico a suportar a ideia de relativização da escala e evidenciar como se chega a estruturas internamente incoerentes em certos casos, este trabalho mostra como as abordagens mais abstratas de Jessop se integram a agenda de pesquisa que contemple estudos concretos de processos de transformação do Estado.

Não obstante, Harmes (2006) sugere que a um nível menos concreto o governo multiníveis é consistente em suas diferentes escalas e é um objetivo explícito de setores identificados com o neoliberalismo, tanto seus intelectuais quanto organismos internacionais. Basicamente, a ideia é que o projeto desta forma de governança é uma tentativa consciente e coerente de separar a economia da política, de forma a que o capital obtenha o maior poder de veto possível através da maior liberdade de movimento de que desfrutaria (pelo poder de pressão que a ameaça de fugas de capital provoca). Tal processo levaria dinamicamente a que as formas de governança consideradas benéficas ao capital expulsassem as vistas como prejudiciais, através da concorrência entre regiões pelo capital. Fundamenta seu argumento ao analisar a compatibilidade das teorias de autores como Friedman, Hayek e Buchanan com a governança multiníveis e a atuação de organismos internacionais como o FMI, o NAFTA e outros em defesa de tal mecanismo. Deve-se notar, contudo, que a comprovação de intencionalidade e coerência interna do projeto não necessariamente indicaria sua eficácia, e nem está em contradição com evidências de conflitos no interior do aparato de Estado, como encontrado por Goodwin *et al.* (2005). Considerado que se trate de um projeto a tentar dar plena expressão ao capital, a governança multiníveis também exacerbaria suas contradições – o capital é seu próprio limite, e reproduzir sua relação é também reproduzir suas contradições.

Discutindo a relação entre o Estado e a globalização, Barrow (2005) vê a continuada prevalência do Estado-nação, ainda que em nova forma. O argumento tem três pontos: i) a globalização, caracterizada pela penetração dos interesses estadunidenses em outras formações sociais e seus Estados, é um processo levado a cabo pelos próprios Estados; ii) estes são os garantidores

das condições da acumulação em nível global e da legitimação em nível nacional; e iii) a *forma* do Estado tem se modificado através de desnacionalização, internacionalização e desestatização. Nesta esteira, o autor relata como vários desenvolvimentos associados à globalização têm como agentes centrais os Estados, que crescentemente representam interesses capitalistas alinhados aos EUA. Considera, além disso, como organismos internacionais não prescindiriam do sistema estatal – não são aparatos de um Estado transnacional –, mas seriam mediadores de interesses estadunidenses. E, quanto ao terceiro ponto acima, embora Barrow concorde com a existência de vários fenômenos ligados à relativização da escala, ele não é claro quanto às mudanças que isto implicaria para a escala estatal. De fato, a utilização algo não criteriosa de Estado, Estado nação e Estado nacional indica que o autor entenderia os termos por intercambiáveis⁵³.

Também a ressaltar a continuada importância do nível nacional, Macartney (2009) busca negar a existência de uma classe capitalista transnacional. Estuda algumas frações de capital francesas, inglesas/estadunidenses e alemãs, e revela como têm interesses em partes convergentes e em partes divergentes. Sugere que sejam frações de capital transnacionalmente orientadas e nacionalmente enraizadas, capazes de estabelecer uma unidade contingente de interesses quanto a determinados pontos mais gerais ao mesmo tempo em que seguem atadas às estratégias de acumulação nacionais em que se baseiam. Neste último ponto, a ligação com as forças sociais e o Estado doméstico de cada uma é importante critério de diferenciação. Conclui pela necessidade de se pensar a questão em termos de um capitalismo variegado, que não somente ressalte as diferenças nacionais como também a interrelação entre as mesmas. Ao contrário da convergência transnacional ou apenas divergências nacionais, seria possível enxergar uma ordem maior constitutiva de partes cujas (não) complementariedades interagem em sua reprodução.

Hirsch e Kannankulam (HIRSCH, 2003; HIRSCH; KANNANKULAM, 2011) já consideram que haja uma classe capitalista transnacional, mas preveem a continuada importância do Estado-nação. Amplamente inspirados em Poulantzas, argumentam que a forma por excelência (ainda que não única) do político no capitalismo é a de um Estado territorialmente soberano que se particulariza frente ao econômico. Seria necessária para a reprodução do sistema na medida em que somente através da mesma é possível organizar um bloco no poder, formular uma política comum para as classes dominantes e impô-la consensual e repressivamente sobre as classes dominadas. Quanto a isto, dois pontos são relevantes – a nação e o nacionalismo são o cimento ide-

⁵³ A despeito de sua observação que “um desafio teórico central para essa tese neoimperialista envolve os conceitos de ‘nação’ e ‘Estado’, que [...] não são de maneira alguma analiticamente idênticos” (BARROW, 2005, p. 140).

ológico que garantem a coesão social em uma sociedade de classes, e a forma política do capitalismo reproduz-se essencialmente através da concorrência entre Estados territorialmente soberanos. A multiplicidade de Estados seria ademais importante por permitir compromissos de classe espacialmente delimitados a concorrerem entre si e, conseqüentemente, maior capacidade de o capital explorar oportunidades diferenciais de acumulação. Combinando estes direcionamentos, os autores concluem que é teoricamente necessário para a continuidade do capitalismo que o político siga sob a forma do sistema internacional de Estados-nação em competição. Isto posto, veem tendência contemporânea no sentido da internacionalização do aparato de Estado e das leis e a privatização da política, com resultados bastante desiguais para os vários espaços. Não haveria, contudo, qualquer desenvolvimento que se pudesse chamar de uma sociedade civil ou Estado ao nível global, particularmente devido à inexistência de aparatos institucionalizados de violência a tal escala. Apontam como resultados falta de regulamentação e legitimidade na dimensão global (a partir do que explicam a participação de ONGs na governança global), o redesenho mais fluido das barreiras entre o econômico e o político e a menor margem de manobra dos Estados nacionais em relação à dinâmica da acumulação. Na medida em que o relacionamento entre diferentes classes segue organizado à escala nacional, contudo, e como o capital tem menor dependência quanto a espaços nacionais específicos, problematiza-se a formação de relações hegemônicas estáveis. Tem-se, desta forma, contradição crescente entre a forma política do capitalismo e a institucionalidade vigente dos Estados, não obstante o Estado-nação ainda desfrute de particular importância. A partir disto, concluem pela crise da forma política e, logo, maiores tendências de crise do sistema como um todo.⁵⁴

Como exemplo de posição contrária, Demirović (2011; 2003) indica a formação de um Estado transnacional em rede. Em linhas gerais, o autor propõe que a organização societal e estatal a partir da escala nacional é uma particularidade histórica, e não a regra; com a expansão global da relação do capital a partir da década de 1970 e o desenvolvimento de TICs, formou-se novo mercado global a redesenhar a divisão internacional do trabalho. Com base nisso, certas frações da burguesia conseguiram se organizar em nível internacional de maneira a perpassar os compromissos de classe nacionalmente organizados. A organização destas frações de classe capitalistas passa a se dar através de uma institucionalidade que o autor chama de Estado transnacio-

⁵⁴ “a internacionalização do Estado [está] levando a uma situação em que a forma concreta do sistema de instituições políticas está crescentemente entrando em conflito com a forma política do capitalismo. A forma política permanece fundamentalmente determinante, mas em geral está tornando-se mais precária.” (HIRSCH; KANNANKULAM, 2011, p. 32).

nal em rede, cuja função seria não a de formar um bloco no poder e a hegemonia ao nível nacional, mas sim organizar as frações transnacionais da burguesia e regularizar a acumulação global de capital. Sua operação se daria essencialmente através da metagovernança multiescalar, e seu aparato consistiria de “um conjunto de aparatos de Estado em escala local, nacional e internacional, bem como organizações formalmente privadas” (DEMIROVIĆ, 2011, p. 55-56). Trata-se tanto da formação de novos aparatos estatais quanto de uma dimensão emergente da transformação dos Estados existentes. Desta forma, não se configura um jogo de soma zero entre a suposta emergência de um Estado transnacional e o declínio do Estado nacional – ainda que este esteja, de fato, em crise.

Em termos das agendas de pesquisa que são explicitamente propostas por autores participantes do debate, destacam-se as de Brenner (2009), Jones (2008) e Wissen (2009), além de uma proposta conjunta de Jessop, Brenner e Wissen (2008). Mesmo por serem participantes do debate da escala, os autores consideram que este tenha produzido avanços teóricos importantes, e assim sugerem agendas que se baseiem no mesmo. Em termos gerais, propõem definir melhor alguns pontos indicados de forma mais geral, ampliar os estudos mais concretos com o intuito de sustentar ou reformular hipóteses e explicações iniciais e, no caso de Jones, integrar mais de perto a EPC, as contribuições à teoria do Estado da AER e avanços na geografia política.

Brenner (2009) considera que haja amplo reconhecimento na literatura de ter ocorrido uma reconfiguração escalar do Estado no período contemporâneo, cuja síntese mais emblemática seria *The future of the capitalist state* (JESSOP, 2002a). O resultado mais substantivo deste reescalonamento, contudo, ainda estaria por investigar; embora Brenner considere que a fixação espaço-temporal nacional típica do período fordista de fato não mais se verifique, a relação contemporânea entre a escala nacional e as demais do Estado, ainda que relativizada, seguiria obscura. Os debates até então realizados teriam iluminado o caminho, não obstante o tenham feito através de uma guia de interpretação pouco precisa⁵⁵. Seria necessário, assim, proceder-se em espiral pelos níveis de abstração e complexidade para tanto ter conhecimento específico de processos mais concretos quanto reformular as interpretações gerais inicialmente avançadas. Isto é, o autor advoga pela produção de estudos mais concretos reflexivamente orientados para o desenvolvimento teórico dos processos de reescalonamento estatal. Considera importante avaliar nas transforma-

⁵⁵ “Se a noção de Jessop do pós-nacional permanece como uma formulação preliminar, mesmo algo enganosa, serviu para estimular debates produtivos sobre a natureza e a trajetória dos processos contemporâneos de reescalonamento do Estado” (BRENNER, 2009, p. 127).

ções escalares como o nível de desenvolvimentos mais gerais (e.g., crise do fordismo) interage com o estratégico, e como os resultados de ambos retroativamente condicionam o processo. Nesta esteira, sugere também que se façam estudos de “reescalonamentos comparados” em diferentes espaços e que se periodize estes processos. Já Wissen (2009) considera que o debate da escala levou a avanços preciosos ao estudar a produção e transformação da configuração escalar do Estado, mas que pouca atenção foi dedicada aos impactos da dominância de diferentes escalas. A partir disso, propõe que se estude a produção social da escala de maneira dinâmica, indicando as seletividades estruturais que dada escala implica e como isso age reflexivamente sobre a institucionalização ou contestação da mesma. Para tanto é mister investigar as seletividades de diferentes escalas quanto à disputa hegemônica. Adicionalmente, o autor afirma que o papel da dimensão nacional precisa ser mais bem investigado e que a abordagem tem o potencial de iluminar relações de controle sobre a natureza⁵⁶.

Jones (2008), por sua vez, aposta na utilização da EPC dentro do campo da geografia política como abordagem capaz de sintetizar o marxismo aos avanços e *insights* do que chama de variantes pós-estruturalistas, que teriam inicialmente melhor observado fatores semióticos ou culturais. Considera, contudo, que em seu atual estágio a EPC ainda não teria incorporado o arsenal teórico da AER, da qual é proveniente, e seria assim necessário seguir por uma EPC atenta à teorização sobre o Estado – particularmente, para seu objeto, no que diz respeito à espacialidade do Estado e do político. Sugere proceder em três passos. Primeiro, repensar a constituição do Estado integrando mais de perto a semiose e os discursos a seu respeito. Isto é pensar a reprodução do Estado através da combinação de elementos semióticos e extrassemióticos, com papel de destaque para os espaços de produção de discursos (como *think-tanks*, foros políticos etc.). Em seguida, usar a EPC para analisar instâncias específicas de produção semiótica e extrassemiótica ao longo do tempo, observando como se desenvolvem na prática e coevoluem com os objetos aos quais se referem. Por fim, articular e testar combinações dos diferentes elementos da EPC, e suas interações com o espaço, para produzir análises de causalidade – ao fim e ao cabo, a ideia já lançada por Jessop de estudar as relações entre relações sociais para determinar a necessidade contingente dos fenômenos em questão.

Outra proposta de agenda de pesquisa relevante para nossos propósitos é apresentada por Jessop, Brenner e Jones (2008). Todos participantes do debate da escala, pretendem avançar

⁵⁶ Neste ponto é secundado por Hudson (2007), que ademais considera necessário avançar através da EPC para o terreno da ecologia.

sobre o mesmo ao expandir os estudos de relações socioespaciais para que se debrucem sobre a polimorfia das mesmas. Consideram que os recentes debates sobre a espacialidade de relações sociais sofreram de certa unilateralidade, na medida em que focaram isoladamente em um dos quatro conceitos de território, local, escala e rede sem, contudo, observarem as interrelações entre os mesmos. Com isto, o objetivo de revelar a produção social destas organizações espaciais não pôde ser inteiramente cumprido, em vista de tomarem por dadas as demais formas ou, em alguns casos, ver na forma em questão toda a espacialidade das relações sociais. Analogamente, os conceitos de cada objeto (território, local...) foram indebitamente extrapolados de forma a abarcar dimensões melhor representadas pelos demais⁵⁷, e a negligência para com as diferentes formas de organização espacial reduziu o potencial de estudos empíricos a contemplar todas elas. Em vista disso, sugerem uma nova rodada de espacialização da AER que sistematicamente contemple as ideias de território, local, escala e rede e as interrelações entre elas, tomando cada uma como um princípio de estruturação da espacialidade e como um campo no qual tal princípio opera – isto é, cruzando os quatro conceitos⁵⁸. O resultado esperado é uma compreensão refinada da produção social do espaço e da espacialidade das relações sociais, com maior aplicação empírica e que converse com diferentes abordagens. Como exemplos, citam que o modelo proposto pode servir para iluminar como a importância das quatro formas de organização espacial variam em diferentes fixações espaço-temporais; como as crises de acumulação tem um aspecto ligado à disjunção destas formas; em que medida as estratégias de lidar com crises buscam reordenar tais dimensões e suas expressões institucionais; e que diferentes ordenamentos socioespaciais em diferentes conjunturas produzem seletividades estratégicas distintas para ações transformadoras. Para nossos atuais propósitos, esta intervenção é relevante em dois aspectos. Por um lado evidencia, segundo os próprios autores, que certos avanços teóricos dos quais participaram acabaram por conformar quadro pouco propenso à produção de trabalhos empíricos comensuráveis e conjuntamente relevantes. Mas, na contramão desta observação, também mostra a reflexividade de sua construção teórica e como, apesar de partes da produção inicial de Jessop sobre a escala serem “preliminares, mesmo algo enganosas” (BRENNER, 2009), foi capaz de gradualmente estabelecer uma agenda de pesquisa que, muito embora com percalços, tem levado à maior compreensão da espacialidade do Estado.

⁵⁷ Em relação à escala e reescalonamento do Estado, Brenner (2009) faz o *mea culpa* e indica ter procedido nesta direção.

⁵⁸ Como exemplo, a escala estruturada pela dimensão do território poderia levar ao governo multiníveis, e o território estruturado pela escala poderia levar à hierarquização vertical do governo, como em poderes locais, estaduais e nacionais (JESSOP *et al.*, 2008, p. 395).

Um ponto antes de passar às críticas mais explícitas direcionadas a Jessop refere-se à utilização de sua teoria para o estudo de outros espaços que não o (pós-)fordismo atlântico. Os trabalhos de Jessop seguramente centram-se em países desenvolvidos – senão em termos da validade dos conceitos elaborados, ao menos quanto aos objetos –, e ver em que medida são expansíveis para outras formações sociais é uma forma de avaliar o potencial do arcabouço teórico. Nesta linha, Heigl (2011) oferece uma interpretação caudatária de Jessop em que o Estado mexicano teria se transformado em um *Internationalized Ricardian competition state* a partir da década de 1980. A autora relata o desenvolvimento de dois projetos de Estado antes da crise da dívida, um desenvolvimentista que gozou de hegemonia até então e um neoliberal que viria a sucedê-lo. Destaca o papel de articulações internas ao Estado, incluindo a atuação de estadistas, e de relações mais amplas nesta disputa. Heigl considera, ademais, que determinantes externos ao México seriam de particular importância, em vista da posição subordinada do país na hierarquia internacional – a se expressar na pouca influência que tem sobre a regulamentação internacional e menor margem de manobra que sua posição na divisão internacional do trabalho permite. Isto posto, a autora afirma que a crise da dívida e as transformações internacionais encapsuladas na crise do fordismo sobrevieram quando o México já assistia a ampla disputa entre projetos hegemônicos e de Estado; a subsequente crise doméstica e inviabilidade da estratégia de acumulação antes perseguida deslegitimou o projeto nacional-desenvolvimentista, o que permitiu às forças neoliberais acederem ao poder. Segue ampla reforma do aparato estatal (em termos dos quadros de estadistas, da configuração escalar do Estado, das relações entre órgãos de Estado e entre estes e outras dimensões não estatais etc.) de maneira que se formem seletividades estratégicas a favorecer as bases do projeto neoliberal. A autora sublinha como, no caso mexicano, a internacionalização do Estado é mais forte que no centro, posto que sua capacidade de influenciar as esferas supranacionais é diminuta. E a estratégia de acumulação que passa a ser perseguida é também diferente, em vista da trajetória de inserção do país na economia mundial – trata-se de um regime ricardiano. Deve-se levar em conta que tal estratégia seria complementar à schumpeteriana que se desenvolve no centro, como o caso das maquiladoras exemplifica. O que parece importante destacar é que a autora, com modificações marginais no arcabouço teórico de Jessop, produziu um relato das transformações do Estado mexicano – trata-se de um trabalho de escopo reduzido, que tanto não estuda todas as dimensões que Jessop trata para o SWPR (vide o silêncio quanto à participação

do Estado na reprodução da força de trabalho) quanto não examina a validade dos conceitos teóricos empregados⁵⁹, mas mostra como a AER serve de guia preliminar para estudos da periferia.

Passa-se à análise das críticas dirigidas aos trabalhos de Jessop, com destaque para as implicações que têm sobre a transição da forma estatal. O tema central que perpassa todas elas é a denúncia da falta de agência nos processos que interpreta, alternadamente visto como decorrência do grau de abstração das análises ou da filiação ao marxismo. A discussão será levada a partir das formulações de Cerny (2006) e Hay (2004), que se considera congregarem os argumentos mais relevantes, cotejando-as com as de outros autores quando assim convier.

Philip Cerny, que já teve alguns pontos de sua visão apresentada, também oferece uma descrição mais geral do Estado contemporâneo que tem vários pontos de concordância com Jessop, e assim aprecia várias contribuições deste. Em uma análise de três trabalhos de Jessop e Brenner (BRENNER, 2004a; BRENNER *et al.*, 2003; JESSOP, 2002a), Cerny (2006) preza pelos *insights* de ambos, particularmente no que se refere às transformações da espacialidade do Estado, mas oferece também duras críticas – especialmente a Jessop. Ainda que concorde com vários pontos mais substantivos que este apresenta, Cerny diverge fundamentalmente da interpretação quanto às origens dos mesmos e suas implicações econômicas e políticas. Em linhas gerais, vê em Jessop determinismo econômico, ignorância da agência e uma interpretação válida exclusivamente para os países desenvolvidos, o que considera essencialmente decorrente da filiação ao marxismo. Sugere, por outro lado, que se interprete os fenômenos que Jessop aponta através de outras correntes teóricas (o marxismo não adicionaria nada à análise) e o que chama da política neopluralista multinodal (CERNY, 2010, 2009).

A começar pela questão do determinismo econômico e falta de agência, Cerny aponta que Jessop formalmente se afasta de tal posição, mas, ao fim e ao cabo, localiza no econômico os caracteres definidores do político. Tanto o recurso à compreensão mais complexa de determinação, dominação, hegemonia e dominância ecológica do econômico quanto a ideia de coconstituição da acumulação através de fatores econômicos e extraeconômicos não passariam um caminho tortuoso para revelar a primazia absoluta da economia. Assim, “é a adoção de estratégias de acumulação que determina a direção do desenvolvimento estrutural e mudanças institucionais em um processo interativo” (CERNY, 2006, p. 688). Isso rebateria na interpretação de Jessop, supostamente, ao considerar que a força determinante das mudanças sob a globalização está na transição

⁵⁹ Sum (2006b, 2006a), por exemplo, parte da necessidade de se questionar a tríade ocidental Estado-mercado-sociedade civil para estudar países asiáticos, e assim trabalha dentro de uma perspectiva mais ampla de revisão da AER e desenvolvimento da EPC.

do fordismo para o pós-fordismo e a economia do conhecimento – entendidas estas por Cerny, ainda que implicitamente, como mudanças puramente econômicas. Segundo o autor, mesmo mudanças mais amplas da institucionalidade do Estado seriam remetidas a esta transição. Aparentemente Cerny (2006, p. 691-692) entende que Jessop e Brenner interpretam tal fenômeno como uma *conditio sine causa* e, contra tal, sugere duas interpretações alternativas que o veem como algo a ser explicado. A transição para o pós-fordismo poderia dever-se ou a uma expansão dos mercados a torná-lo mais eficiente que a estratégia fordista, ou então a escolhas políticas que levaram à abertura e transnacionalização dos mercados financeiros – por sua vez a gerar a transição para o pós-fordismo⁶⁰.

Outro ponto destacado pelo autor é que os processos de reescalonamento estatal identificados possivelmente só valeriam para os países centrais. Para os demais é pouco claro se tais fenômenos transcorrem e, caso o façam, se respondem às mesmas variáveis. Para outros países estaria ocorrendo maior centralização do Estado, cuja formação ademais sempre se deu em um processo mais confuso que nos países do norte, além de que a importância do espaço urbano que Jessop e principalmente Brenner identificam seria improvável.

Por fim, Cerny afirma que a filiação marxista dos autores, para além de gerar determinismo econômico, não acrescenta nenhum valor. Seria o caso, por outro lado, de todos os processos estudados por eles serem mais bem explicados por vertentes diversas. O autor critica a concepção marxista de que o valor só é gerado através da produção, sugerindo que se veja nos mercados eles próprios fontes de valor. E ainda que não os considere autorregulados, interpreta as teorias marxistas de falhas de mercado endógenas como reducionistas⁶¹, sendo preferível ver o dinamismo do capitalismo precisamente através do comportamento de mercado competitivo. Já no terreno do extraeconômico não haveria nenhuma novidade teórica e nem tampouco das análises – a metagovernança, por exemplo, não seria mais que a ideia que “a principal função do Estado é prover as condições gerais para a estabilização e existência continuada da sociedade endógena” (CERNY, 2006, p. 686). Quanto à necessidade de fixidez no espaço-tempo, por sua vez, a forma como ela é derivada para assumir o status de condição necessária da acumulação seria es-

⁶⁰ “O *embedded liberalism* foi originalmente um projeto fordista que se tornou pós-fordista devido à expansão da escala dos mercados, especialmente mercados financeiros. Esse processo de expansão dos mercados não transcorreu por conta própria, mas foi o resultado de um agora bem pesquisado processo *político* de abertura comercial e financeira” (CERNY, 2006, p. 692, ênfase do autor).

⁶¹ Esquemáticamente, tratar-se-ia de que a extração de mais-valia é uma forma de sobre-lucro que inevitavelmente leva à centralização do capital e, conseqüentemente, ao comportamento monopolista; este, por sua vez, levaria a diferentes formas de *rent-seeking*, que no longo prazo produziriam a tendência à queda da taxa de lucro e à destruição do capitalismo através de crises (CERNY, 2006, p. 683-684).

sencialmente falha – melhor seria empregar a teoria de custos de transação e ver que hoje em dia os principais ativos são pouco específicos e os fatores de produção móveis, com o que as dimensões geográficas perderiam importância. Por tudo,

pode ser preferível simplesmente reduzir os imperativos estruturais da acumulação de capital à la Marx e sua relação em geral com as fixações espaço-temporais, acrescentando-se a importância de outras variáveis que Jessop e Brenner continuamente discutem mas insuficientemente privilegiam em termos teóricos (CERNY, 2006, p. 693).

o resultado [das transformações do Estado] não será determinado pelos imperativos estruturais da acumulação de capital, ainda que coconstituídos e realizados através de lutas. Será o produto de processos de conflito, competição e construção de coalizações antiquados, mais estruturalmente abertos e politicamente fluidos (CERNY, 2006, p. 694).

Passa-se à análise que Hay (2004) faz de Cerny e Jessop. Considera-se que o autor ofereça a crítica mais bem articulada, e portanto através dela serão apresentadas as contribuições recentes de outros autores que também se debruçaram sobre a obra de Jessop, como Varró e van Heur (VARRÓ, 2010; VAN HEUR, 2010a, 2010b)⁶². Hay estrutura sua crítica em três pontos. A questão principal é que os autores teriam oferecido boas descrições das características contemporâneas do Estado, mas que suas obras não passariam disto – descrições. Na medida em que fossem interpretadas como explicações de porque ocorreu a transição para o SWPR ou o Estado concorrencial, necessariamente teriam de recorrer a argumentos funcionalistas, ou, mais especificamente, a determinismo econômico. Neste sentido, Hay dirige a Cerny crítica que este faz a Jessop e, na verdade, vê em Cerny tendência muito maior ao determinismo. O segundo ponto do autor, associado de perto ao primeiro, é que o alto grau de abstração das narrativas faz com que se perca de vista a agência social. E, por fim, Hay também questiona se o SWPR não seria uma categoria excessivamente abrangente, sendo melhor examinar os processos de transição em casos específicos.

O autor indica que não é claro se Jessop⁶³ procura apenas fornecer uma descrição estilizada da emergência do SWPR, apresentar a necessidade ou lógica de uma tal transição ou, ainda, explicar de maneira temporal e espacialmente específica este processo. A confusão em si já seria problemática, na medida em que pode terminar por apresentar desenvolvimentos contingen-

⁶² As contribuições referidas de van Heur integram um debate com Jessop e Sum (2010). Considera-se que Jessop e Sum rebatem adequadamente todas as críticas de van Heur, mas indicativamente se silenciam quanto à questão de produzirem trabalhos excessivamente abstratos e pouco atentos ao desenvolvimento de alternativas progressistas às tendências contemporâneas que identificam.

⁶³ A análise refere-se tanto aos trabalhos de Jessop quanto de Cerny, por mas ser aquele o objeto do presente estudo a discussão focará no mesmo.

tes como necessidades históricas e, assim, naturalizá-los. Mais que isso, nos pontos em que Jessop efetivamente buscaria explicar a emergência do SWPR sua análise das formas, a revelar a complementariedade funcional da forma estatal ao regime de acumulação, cairia numa explicação funcionalista⁶⁴. Isto é, o SWPR se institucionalizaria, caso venha a efetivamente fazê-lo, por ser o Estado mais compatível com o pós-fordismo, por contribuir para a resolução da crise do fordismo. Esta crítica tem dois aspectos, um referente à necessidade de adequação entre o Estado e a economia e outro à capacidade de uma esfera determinar a outra. Por um lado, Hay não vê motivos para se esperar que se observe tal adequação, posto que, como Jessop supostamente considera, é aos discursos dominantes sobre crises – isto é, crises narradas, e não crises reais – que os regimes respondem (HAY, 2004, p. 43). Não haveria, assim, mecanismos que levassem à compatibilidade, a qual seria uma necessidade pressuposta, ao invés de demonstrada. Para este ponto é indiferente a capacidade de uma esfera influenciar a outra: não há mecanismos a moldar o econômico de forma que se ajuste ao Estado, a moldar o Estado de forma que se ajuste ao econômico ou, ainda, mecanismos que os coconstituam de maneira complementar. Mas há também um segundo aspecto – Hay lê Jessop como se este sugerisse que a dimensão econômica mantém-se infensa a pressões políticas, tendo, por outro lado, a capacidade de conformar um Estado funcional à acumulação. Assim, afirma que se o SWPR se institucionalizar “deve-se presumir que seja um triunfo da habilidade de o capitalismo conjurar para si funcionalidade econômica ótima a partir das contingências dos conflitos e contestações políticas” (HAY, 2004, p. 48). Neste sentido, sua crítica de funcionalismo implicitamente inclui também uma denúncia de reducionismo econômico, o político a ser visto como epifenômeno do econômico. Varró (2010) oferece interpretação análoga, e afirma que Jessop cede às tentações funcionalistas de extrapolar uma análise estática da funcionalidade entre sistemas para uma narrativa dinâmica de tal funcionalidade como princípio explanatório de sua evolução. Haveria, ademais, reducionismo na ideia da dominância ecológica do econômico, que supostamente define estruturas econômicas a inescapavelmente determinar o terreno do político.

Outro ponto que Hay levanta trata do grau de abstração que Jessop emprega, a desdobrar-se em uma análise apolítica que ignora a agência social e a diversidade dos fenômenos estudados. Ainda que Jessop mencione fatores políticos em sua análise, estes operariam em níveis mais concretos que não são tratados. Consequentemente, sua tese não teria nada que dizer sobre

⁶⁴ Varró (2010, p. 1268) vai no mesmo sentido.

estratégias de mudança e contestação do SWPR, nem tampouco sobre quais os processos específicos que levaram a sua emergência, ainda que bem apresente o terreno estratégico no qual tais processos teriam de transcorrer. O que “é, sem dúvida, um produto do simples fato de que os reinos etéreos da abstração em que a análise é na maior parte conduzida não são densamente povoados com atores claramente identificáveis” (HAY, 2004, p. 47). O autor sugere, como um (contra)exemplo, que se possa examinar a questão em termos de transições para o neoliberalismo, ou processos de “neoliberalização”, em resposta a crises supostas, fabricadas ou genuínas de regimes políticos, com as vantagens de dispensar funcionalismo, reintroduzir agência, melhor lidar com a temporalidade dos diferentes processos e ser mais consistente com a ideia de a política lidar com a *construção política* de fenômenos como crises, e não com crises diretamente. A crítica de Varró (2010) vai bem nessa linha, ainda que não fique claro se a autora interpreta que a falta de agência que encontra em Jessop deva-se à teoria geral do autor ou ao grau de abstração empregado em certas análises. Por um lado, afirma que Jessop implicitamente diferencia ontologicamente entre o econômico e o político, vendo naquele o espaço das estruturas e neste o espaço da agência, com o que pensaria o político sempre se movendo a reboque de definições econômicas (VARRÓ, 2010, p. 1268-1269). Mas, por outro, afirma que análises mais abstratas não são capazes explicar como os fenômenos transcorrem e nem os agentes responsáveis por tanto.

Outro problema do grau de abstração estaria em que, possivelmente, o esquema de transição apresentado não iluminaria nenhum processo concreto. Isto é, em vista da reconhecida variedade de ENKBEs e SWPRs, uma interpretação conjunta que se pretendesse aplicável a todos eles acabaria, na verdade, por não ter relação alguma com qualquer um⁶⁵. Isto é, o autor não se convence de que os fatores a explicar a transição da forma estatal sejam de fato comuns aos vários casos que se pretende, ou mesmo que estes sejam parte de um mesmo fenômeno – “bem simplesmente, seria o grau de variação que Jessop observa entre entidades à la ENBKE e SWPR compatível com a identificação de um mecanismo genérico (e em larga medida não especificado) a afetar a transição de um para o outro?” (HAY, 2004, p. 45). Ainda que vários Estados possam ser descritos como ENKBEs e SWPRs, considerar que tenham evoluído de um para o outro, ainda mais através de um processo com determinantes em comum, não lhe parece proveitoso. E haveria,

⁶⁵ Por esta razão que Breznitz (2012), ao estudar a relação entre o Estado e indústria na Irlanda, prefere não utilizar o esquema de Jessop, ainda que vários desenvolvimentos substantivos estejam em linha com os apontados para o SWPR. Na medida em que a Irlanda não tinha um ENKBE, e desenvolveu as instituições que analisa mais tarde (final década de 1980) do que teoricamente seria compatível com a abordagem de Jessop, não faria sentido pensar que se estivesse constituindo um SWPR, sob pena de reduzir todos os Estados a tanto.

además, uma circularidade no raciocínio de Jessop, ao fim incapaz de provar que a transição para o SWPR é um fenômeno generalizado. Isto se dá pois, ao presumir tal transição a partir dos vários ENKBEs, Jessop acaba por postular que, assim, seriam causadas por um conjunto comum de mecanismos. Ou seja, a validade do grau de abstração ao qual a análise é levada, que reside em os processos partilharem ou não de determinantes comuns, é presumida e circularmente justificada por ser mais fácil explicar as transições através de uma narrativa única. Para escapar a isso, seria necessário continuar as pesquisas e examinar cuidadosamente as variedades de ENKBEs e SWPRs e ver em que medida suas transições se diferenciam e se aproximam, de forma a identificar como (supostos) mecanismos comuns são sobredeterminados por conjunturas específicas e emerge (ou não) uma árvore genealógica das formas estatais contemporâneas.

Para Hay, uma implicação desta narrativa que não dá papel aos agentes e procede de maneira funcionalista é que seria incapaz de vislumbrar alternativas ao SWPR. Uma vez que Jessop o apresenta como a “melhor carapaça política” do pós-fordismo, como imaginar alternativas? Não haveria em seu trabalho determinações claras quanto a quais características do SWPR são necessárias para não se gerar crises econômicas ou políticas e quais são passíveis de modificação dentro do regime pós-fordista, o que dificultaria a contestação prática do Estado. Bas van Heur (2010a, 2010b) vê o mesmo resultado, que considera advindo da importância exagerada que é concedida ao capital como força social, com o que Jessop tende a interpretar o desenvolvimento do Estado como em larga medida determinado pelas necessidades da acumulação. Assim, Jessop veria em processos abertos e políticos um determinante mais profundo referente à necessidade de garantir as condições da acumulação, pré-julgando a história no sentido de uma resolução pró-capitalista⁶⁶. Além disso, o caráter abstrato das análises seria incapaz de indicar a causalidade dos processos examinados, para o que seriam necessários mais estudos empíricos e historicamente precisos (VAN HEUR, 2010a, p. 433, 2010b, p. 453), e assim a teoria não informaria a prática que visasse agir sobre os mesmos. Resultaria que a teoria de Jessop (no caso específico, a EPC) não seria nem capaz de embasar estudos empíricos e nem informar a prática política.

Um último ponto deve ser levantado. A crítica de Hay é, em grande medida, uma crítica imanente do trabalho de Jessop – ou, mais especificamente, do livro *The future of the capitalist state* (JESSOP, 2002a). Hay (2006), em uma apresentação das teorias marxistas do Estado, preza pela capacidade de Jessop produzir uma teoria que transcende o dualismo da estrutura e agên-

⁶⁶ Nota-se que Bonefeld (1987) já dirigira crítica similar a Hirsch e Jessop.

cia, promovendo interpretação dialética da relação entre ambos. Sua abordagem, “a despeito de sua preocupação com as estruturas do Estado e sua seletividade estratégica [...], e a despeito de seu *pedigree* estruturalista, descarta todas as formas de funcionalismo, reducionismo e determinismo” (HAY, 2006, p. 76). Neste sentido, não é uma crítica do corpo teórico, mas sim de sua aplicação específica na interpretação da transição do ENKBE para o SWPR. Não obstante, é uma crítica que busca essencialmente redirecionar esta agenda de pesquisa, e não desenvolvê-la através de mais estudos empíricos, por considerar que sofre de problemas de interpretação e uma abordagem pouco frutífera. Ainda que afirme que o valor do trabalho de Jessop “está tanto em sua capacidade de provocar debate e discussão como em sua contribuição substantiva” (HAY, 2004, p. 49), a conclusão que se tira é que para Hay a narrativa de Jessop é no máximo uma descrição do Estado contemporâneo a inspirar hipóteses de pesquisa⁶⁷.

Como último movimento a embasar a reavaliação da transição do ENKBE para o SWPR, explora-se a seguir alguns desenvolvimentos recentes de Jessop relacionados à questão. Embora Jessop já destacasse a importância recente do capital financeiro e seu potencial de desestabilização do sistema, o tema assumiu papel maior em sua produção recente. Associado a isso, Jessop parece reinterpretar as últimas décadas através do conflito entre dois regimes de acumulação, um assente na financeirização e outro na economia do conhecimento, e coloca o SWPR como complementar a apenas este. Além disso, nota-se também que um tema sobre o qual o autor pouco se pronunciara é o papel do Estados Unidos ao longo da transição para o pós-fordismo e na eclosão da crise, que passa a receber certa atenção. Dado o caráter recente das intervenções analisadas a seguir, muitas motivadas pelo desenrolar de uma crise que segue sofrendo transformações, os argumentos de Jessop por vezes não se apresentam de maneira tão sistemática ou coerente. Parece seguro supor que se trata de análises mais exploratórias que, contudo, na medida em que – implicitamente ou não – reveem posições anteriores, são reveladoras do processo de produção teórica do autor.

Como se mostrou anteriormente, até antes da eclosão da crise Jessop interpretava que a transição em curso para o pós-fordismo tinha como regime de acumulação dominante a economia do conhecimento. Não que o autor ignorasse o maior papel das finanças neste regime de acumulação, particularmente nos espaços de SWPRs neoliberais (como Inglaterra e EUA). De fato,

⁶⁷ Marinetto (2004) tem conclusão distinta. Sugere que o trabalho de Jessop escapa ao determinismo econômico, ainda que dê prioridade analítica à acumulação de capital, e sugere ser necessário multiplicar estudos empíricos para corroborar o que vê essencialmente como hipóteses de interpretação para a transição da forma estatal.

Jessop propunha explicitamente que o aspecto principal do dinheiro passa a ser o de dinheiro internacional e que se estabelece uma articulação entre o capital produtivo e o financeiro que faz a dinâmica daquele sujeitar-se à deste (JESSOP, 2002a, p. 83). Além disso, indicava que a maior dominância ecológica do capital estava associada às capacidades superlativas de distensão e compressão espaço-temporais do capital financeiro e que isso desafiava a soberania territorial e temporal do Estado, além de ser uma fonte central de instabilidade por corroer as necessidades de fixidez espaço-temporal da economia do conhecimento (JESSOP, 2007, p. 178-197). Não obstante, considerava a posição dominante do capital financeiro como um elemento do regime de acumulação baseado na economia do conhecimento. Em textos mais recentes, contudo, Jessop é menos claro a respeito. Em certos momentos considera que o regime da economia do conhecimento competiu com um regime de acumulação com dominação financeira, seja nos mesmos espaços ou em espaços interconectados (JESSOP, 2013c; JESSOP *et al.*, 2013). Em outros, que foi um modo de crescimento dominado pelas finanças que se tornou hegemônico após a crise do fordismo, quando coloca que “a crise *do* modo de crescimento do pós-guerra [...] criou as condições para uma virada de regime neoliberal e a transição para um modo de crescimento dominado pelas finanças” (JESSOP, 2013b, p. 241, ênfase do autor). E, ainda, que a dominância destes dois regimes foi espacialmente diferente, na medida em que a crise contemporânea teria sido, entre outros, causada pela “crise dos regimes de acumulação dominados pelas finanças que emergiram em alguns poucos, mas importantes, espaços econômicos” (JESSOP, 2013b, p. 244). De todo modo, seguramente redirecionou sua interpretação no sentido de considerar que de alguma forma um regime de acumulação essencialmente baseado na centralidade das finanças coexistiu com aquele baseado na economia do conhecimento.

Esta mudança em si já é interessante, ainda que não seja surpreendente – parece claro que um evento do vulto da crise recente deveria impactar a teoria do autor. Considera-se que o mais relevante, contudo, esteja no que isso implicou para a análise das tendências de crise das formações pós-fordistas, para o processo de institucionalização do SWPR e para o papel destes em formações pós-fordistas. As tendências mais claras de crise que eram apresentadas para as formações sociais antes inseridas no circuito do fordismo atlântico, em seu conjunto vistas tendencialmente como economias do conhecimento pós-fordistas, passam a ser creditadas ao regime financeirizado. Como indicado anteriormente, Jessop identificava na ênfase exagerada sobre os momentos abstratos da relação do capital, na dominância do capital financeiro e na incapacidade

de desenvolver uma fixação espaço-temporal estável as três principais tendências de crise do sistema (JESSOP, 2002a, p. 104-113, 2006j, 2007, p. 178-197). Em seus escritos pós-crise, contudo, largamente reduz o papel dos momentos abstratos do capital na economia do conhecimento, e na descrição deste tipo ideal praticamente não faz menção ao capital financeiro. Na verdade, ele aparece quando a economia do conhecimento entra em contato com tendências neoliberalizantes – “ainda que [a economia do conhecimento] tenda a favorecer o capital produtivo em relação ao capital dinheiro, tem às vezes sido dobrada de uma maneira que ressalta o papel das forças de mercado por detrás da inovação” (JESSOP, 2013c, p. 17), considerado que nas forças de mercado implicitamente estaria o papel do capital financeiro.

Com esta revisão dos regimes de acumulação contemporâneos, a organicidade do SWPR também é revista. Trata-se de forma complementar à economia do conhecimento, e não ao regime dominado pelas finanças, recebendo ademais importantes especificações que vão no sentido de uma interpretação mais estável e igualitária. Particularmente no que se refere à participação na reprodução da força de trabalho, os elementos de *workfare* do SWPR teriam que de algum modo conduzir à seguridade social, posto que tal forma estatal seria compatível com “um modo de crescimento liderado pela inovação, *orientado para a flexicurity*, multiescalar e baseado na governança” (JESSOP, 2013c, p. 18, ênfase nossa). Ficaria para o regime dominado pelas finanças a centralidade do dinheiro mundial como expressão mais abstrata do capital, a relação salarial organizada através da mercantilização e dependência no crédito e a dominância dos momentos abstratos nas diversas manifestações da contradição entre valor de uso e valor ao longo do circuito do capital. As maiores capacidades de compressão e distensão espaço-temporal do capital, particularmente financeiro, estariam por detrás do sucesso em explorar e criar oportunidades de lucro mundo afora, pois “a operação global da lei do valor comensura condições locais ao mesmo tempo em que promove a corrida incessante por sobrelucros” (JESSOP, 2013c, p. 19). Isto também permitiria que o capital financeiro exportasse suas contradições a outras frações do capital, agentes, sistemas e espaços que não lhe fossem centrais, inclusive os circuitos da economia do conhecimento. A fixação institucional que lhe corresponderia seria uma combinação de regimes baseados no Consenso de Washington, com estímulo ao livre mercado, e um Estado autoritário a consolidar uma hierarquia internacional que reproduzisse relações centro-periferia a manter os EUA e seus aliados no topo. Não obstante, Jessop nota que o que de fato ocorreu foi a institucionalização de negociatas entre representantes do capital financeiro e autoridades políticas, a representar

uma forma de capitalismo político corrupto que exacerbou as tendências de crise inscritas no sistema (JESSOP, 2013a, 2013c, 2013b). Nota-se, também, que a incapacidade de um regime se impor plenamente frente ao outro acresceu a instabilidade geral, uma vez que dificultou a criação dos suportes extraeconômicos específicos de cada um (JESSOP, 2013c, p. 20).

A questão que se coloca é porque a estratégia neoliberalizante com dominação financeira tornou-se dominante ou hegemônica, relegando a segundo plano uma economia do conhecimento. Como se indicou acima, Jessop não é claro quanto à maneira como compreende o conflito ou coexistência destas duas estratégias, mas alguns pontos podem ser avançados. Primeiramente, está claro que o autor considera que o neoliberalismo, e o correlato regime dominado pelas finanças, tenham sido ecologicamente dominantes no período recente e continue a sê-lo durante o desenrolar da crise (JESSOP, 2010a, 2013c, 2013a, 2013b). O que exatamente isso significa não está tão claro. Um argumento é que reformas neoliberalizantes foram levadas a cabo com diferente intensidade na maior parte dos espaços, e mesmo após mudanças de percurso continuam a exercer forte influência de maneira trajetória-dependente. Além disso, o grande peso dos EUA (organizado segundo um regime neoliberal) no mercado mundial e a característica do dólar como divisa reserva no sistema internacional, em conjunção com a maior dominância ecológica do mercado mundial sobre as diversas esferas sociais, permite que indiretamente o neoliberalismo estadunidense exporte seus problemas e contradições para outros espaços, regimes e formações sociais (JESSOP, 2010a, p. 33). Contudo, não se autoriza interpretação segundo a qual se trataria de uma imposição de forças organizadas em torno dos EUA sobre o restante do mundo. Ainda que em certos momentos se considere que os regimes dominados pelas finanças tenham emergido em apenas poucos espaços (JESSOP, 2013b, p. 244), configuram estratégia de um bloco de poder *transnacional* que seguiria dominante (JESSOP, 2013c, p. 16-17). Neste sentido, indica que há formações sociais às quais o neoliberalismo foi imposto, mas que em grande medida este é o “produto específico de projetos específicos de classes *nacionais e transnacionais*” (JESSOP, 2012a, p. 210, ênfase nossa) que ativamente promoveram reformas neoliberais e delas se beneficiaram. As bases para a expansão e manutenção deste modelo estariam tanto no maior poder do capital financeiro quanto em uma dinâmica de dominação mais ampla:

Este regime ganhou crescente influência no mercado mundial variegado através do desgastar do capital financeiro e da importância do neoliberalismo como a força motriz da integração do mercado mundial. [...] Os continuados esforços para reviver esse modelo nos dizem algo sobre os limites da teoria da regulação, na medida em que ignora a dinâmica mais ampla de dominação de classe, a habilidade daqueles que têm poder em não

precisar de aprender com seus erros e a crescente guinada para o estatismo autoritário e, de fato, medidas de repressão para manter o poder de classe (JESSOP, 2013c, p. 18).

Encontrar coerência plena nestas reflexões não parece possível, mas algumas conclusões são cabíveis. A definição do regime de acumulação a vigorar nos vários espaços do mercado mundial, bem como a dominância ecológica de um deles que virá a sobredeterminar os demais, é um processo historicamente aberto, tanto econômico quanto político. Ao (suposto) caráter algo estruturado da economia do conhecimento e mais instável e exploratório da acumulação dominada pelas finanças somam-se as demais capacidades estratégicas dos grupos a capitanear cada regime. Dentre as várias que se pode elencar, uma que interessa de perto é a capacidade de exercerem poder de Estado, ou melhor, poderes de Estados – e nesse campo importam tanto características mais gerais, como a já mencionada capacidade de distensão e compressão espaço-temporal, quanto elementos mais específicos a exemplo da influência direta sobre a formulação de políticas públicas e o comando de instituições que participam da governança (trans)nacional. Além, é claro, da distribuição geográfica dos agentes em questão e suas ligações com os diversos circuitos econômicos e a influência diferencial que daí derivam – particularmente o acesso a, e influência sobre, os poderes de diferentes Estados. Em uma época de escalas relativizadas a questão não é facilmente tratável, mas nem por isso menos importante. Por tudo, os comentários pós-crise claramente desautorizam (pelo menos retrospectivamente) qualquer interpretação funcionalista ou reducionista.

4 A TRANSIÇÃO PARA O *SCHUMPETERIAN WORKFARE POST-NATIONAL REGIME* REAVALIADA: NOTAS PARA UMA AGENDA DE PESQUISA EM ABERTO

Em vista do exposto, cabe agora reavaliar a obra de Jessop em torno da transição para a forma estatal contemporânea. A interpretação que se sugere é que sua contribuição pode ser melhor aproveitada na medida em que se a considere como parte de uma agenda de pesquisa que, em grande medida, está por fazer. Não obstante seja passível de críticas, como será mais bem explorado adiante, a narrativa em nível relativamente abstrato e consideravelmente complexo permite revelar certas facetas dos vários fenômenos em tela com maior clareza que se percebe na maioria dos estudos mais concretos ou tematicamente restritos. E, se em determinados momentos tende-se a um esquema com tensões estruturalistas, funcionalistas ou deterministas, o conjunto maior da obra desautoriza tal interpretação – ainda que faça demandar algumas especificações no arcabouço teórico. Nesta linha, explora-se a seguir a transição proposta por Jessop buscando indicar o potencial da abordagem empregada, as questões que se considera melhor investigadas a partir de reorientações na agenda e os pontos ambíguos, imprecisos ou a demandar maiores estudos.

A discussão pode ser encaminhada através de uma apreciação da explicação que Jessop dá para o surgimento do SWPR. Resumindo de maneira bastante esquemática o processo exposto no primeiro capítulo, Jessop avança o argumento que o fordismo e o ENKBE entram em uma crise conjunta em meados da década de 1970. Concorreram processos de ordem tanto econômica como extraeconômica, de maneira mais ou menos transversal no espaço do fordismo atlântico, dentre os quais a internacionalização da economia e da sociedade são de particular relevância. Em seu conjunto desestruturam a coerência do que se pode chamar de Estado e economia integrais, de modo que não mais se observa a fixação espaço-temporal nacional. Abre-se um período de tentativas de gestão de crise nos marcos então postos que, tornadas ineficazes, acabam por agudizar a situação e assim favorecer estratégias de reformas econômicas e políticas mais profundas. Transcorre nos vários espaços um amplo processo de transformação do Estado e do regime de acumulação, cujas características foram determinadas pela disputa hegemônica e como resultado do conflito de diferentes estratégias. Estes processos transcorreram em uma conjuntura cujas seletividades estratégicas eram ditadas pelas crises concretas de cada caso que, por sua vez,

tinham tanto determinantes mais ou menos comuns – notadamente a internacionalização da economia e sociedade – quanto caracteres particulares dados pela história de cada formação. Segue-se um processo de constituição conjunta de novo regime de acumulação e forma estatal, tendencialmente apontados *a posteriori* como a economia do conhecimento e o SWPR. Estas formas políticas e econômicas, caso viessem a de fato institucionalizar-se, seriam mutuamente complementares no sentido de que as seletividades estratégicas de cada uma reforçariam as da outra, de maneira que a acumulação de capital tendesse a ser regularizada e governada.

A questão que se coloca é investigar em que medida tal interpretação é determinista, estruturalista ou funcionalista, com o que sua validade seria seriamente comprometida. Quanto ao determinismo econômico, dois problemas centrais associam-se ao mesmo. Primeiramente, um argumento que se rendesse ao mesmo estaria em franca contradição com o arcabouço teórico empregado – Jessop repetidamente indica que a esfera econômica depende substantivamente das demais para sua reprodução e, logo, não pode conter em si as determinações suficientes das diversas transformações sociais. Associado a isso, reproduz-se divisão reificada entre o econômico e o extraeconômico, a impedir a percepção de como tal delimitação é socialmente construída e tem ela própria efeitos de relevância⁶⁸. Em segundo lugar, transforma-se o político, em geral, e o Estado, em particular, em epifenômenos de uma suposta base econômica, a partir do que o poder de Estado se reduziria a tão somente um acelerador (ou redutor) de tendências inteiramente contidas no econômico. Elimina-se por completo a eficácia de qualquer ação politicamente orientada, restando a intervenção sobre a organização econômica como única possibilidade de transformação social. Neste caso, o SWPR teria surgido como resultado, digamos, da economia do conhecimento e agir sobre tal forma estatal seria possível unicamente através do desenvolvimento de outras formas econômicas que em si trariam mudanças políticas.

Um primeiro ponto a se observar neste respeito é que, contrariamente à compreensão de Cerny (2006, p. 691-692), não é a transição para o pós-fordismo que ocasiona o SWPR. Deve-se observar, inicialmente, que tanto o fordismo quanto o pós-fordismo são categorias emergentes que só se reproduzem através das relações sociais sobre as quais estão fundadas e na medida em que tais relações são elas próprias reproduzidas pelos agentes relevantes (JESSOP, 1996). Logo, qualquer menção a uma crise do fordismo deve ser baseada na incapacidade de reproduzir suas formas principais (como por exemplo a norma salarial), tal como só é possível falar-se da exis-

⁶⁸ Vide a suposta integração de diversas relações antes compreendidas como extraeconômicas ao econômico e como isso tende a sujeitá-las com maior intensidade à dinâmica da acumulação.

tência de um regime de acumulação ou formação social pós-fordista uma vez estabelecida uma gama de relações mutuamente complementares. Neste sentido, claramente “a transição para o pós-fordismo e a economia do conhecimento é ela própria uma variável dependente” (CERNY, 2006, p. 691), no duplo sentido de que só pode ser explicada a partir da institucionalização de uma série de relações das quais emerge e de que, como todo acontecimento, é causada por várias determinações e deve ser explicada de maneira histórica (JESSOP, 1990, p. 12).

Mas, em um sentido mais relevante, invocar a transição para o pós-fordismo como causa de surgimento do SWPR não é compatível com a narrativa apresentada – tal formação social, seu regime de acumulação e forma estatal se desenvolveram conjuntamente e de maneira mutuamente implicada. Elementos e relações específicas de cada um destes podem ser anteriores: a utilização da tecnologia da informação, a microeletrônica, algumas técnicas de governança, a gestão privada de certas partes do Estado e serviços públicos são todos encontráveis durante o fordismo ou, em certos casos, mesmo antes. O ponto é que só é possível falar de pós-fordismo a partir de quando tais elementos – ou melhor, as relações entre eles – adquirem certa coerência estruturada, o que se dá através de um processo multifacetado, com determinantes políticos e econômicos, que altera a eficácia de cada um deles (JESSOP, 1990, p. 311). Como Jessop coloca (JESSOP, 2006b, p. 316), o papel da liderança estratégica está, muitas vezes, em tentar impor ordem a processos nascentes e operar tentativas parciais de totalização, com o que não se pode considerar que o pós-fordismo ou seu regime de acumulação antecede ao SWPR. Nessa linha, os trabalhos de Brenner (2003, 2004b) constituem contribuição relevante que destaca como a governança urbana foi se modificando e gradualmente se estabeleceu em torno de estratégias concorrenciais glocalizantes, o que participou ativamente da regularização da acumulação em determinados moldes que viriam a ser pós-fordistas. Ainda que fatores econômicos tenham sido os principais (mas não únicos) responsáveis por *desestruturar* o regime fordista, não se pode imputar aos mesmos a responsabilidade individual por estruturar sequer o regime de acumulação, quanto menos o pós-fordismo como um todo – não se trata de uma estrutura econômica anterior mais ou menos inerte que de alguma maneira faz criar uma forma estatal que lhe favoreça, como quer Hay (2004, p. 48). Em verdade, o argumento de Jessop para considerar que o SWPR seja uma forma intrinsecamente pós-fordista é, dada a congruência de ambos, exatamente o inverso disso – “O mecanismo central nesse caso [é] o papel crítico do Estado em garantir as condições extraeconô-

micas da acumulação de capital e, portanto, *moldar e guiar* as formas que a acumulação de capital pode assumir” (JESSOP, 2002a, p. 268, ênfase nossa).

Colocado nestes termos, a interpretação de Jessop parece razoavelmente distante do determinismo econômico. Não obstante, há certos momentos em que a questão é mais delicada, como na citação a seguir:

A natureza generalizada e extensiva das mudanças envolvidas na emergência tendencial do SWPR sugere que as causas principais desta transição devem ser procuradas em características generalizadas e extensivas da economia política do pós-guerra desde as décadas de 1970 e 1980 (JESSOP, 2002a, p. 142).

Como nota preliminar, observa-se que o autor empregou o termo “economia política”, a indicar que se trata de uma acepção ampla do econômico que inclui seus suportes extraeconômicos. De todo modo, a citação tem certos traços de determinismo econômico não negligenciáveis. A interpretação que se sugere, sem negá-lo, é que tal tensão pode ser eliminada ao focar a obra mais ampla do autor e ao revê-la sob a seguinte luz. Conforme proposta de Jessop (1982, p. 211-220), uma teoria será adequada na medida em que explicar retrodutivamente a necessidade contingente dos fenômenos em questão, segundo o grau de concretude e complexidade propostos, e na medida em que for extensível a níveis mais ou menos complexos e concretos. Adiciona-se que quanto mais abstrata for uma hipótese ou teoria maior será a variação de resultados concretos compatíveis com a mesma – ela é mais subdeterminada. E ocorre que o conceito do SWPR é bastante amplo, uma vez que, por exemplo, sua participação na reprodução da força de trabalho é basicamente definida em termos de flexibilidade e reinserção no mercado de trabalho, podendo variar entre extremos como o que Jessop chama de *flexploitation* e *flexicurity* – e mesmo Brenner (2009), parceiro de Jessop em várias pesquisas, reconhece o caráter impreciso da configuração escalar proposta. A ideia é que o SWPR, caso de fato se institucionalizasse, seria a “forma naturalmente necessária do tipo capitalista de Estado em uma economia globalizante do conhecimento” (JESSOP, 2002a, p. 268). Isto é, o conceito é definido num nível de abstração tal que contenha todas as dimensões compatíveis⁶⁹ com as várias formas pós-fordistas organizadas em torno de regimes de acumulação da economia do conhecimento, e não mais que isso.

Pois bem, sugere-se que seja possível ler o argumento da seguinte forma. Retrospectivamente se identificou que estava a ocorrer uma transição para o pós-fordismo nos espaços em questão e que não houve rupturas radicais com o capitalismo, mas sim tentativas de continuar

⁶⁹ Sobre o possível funcionalismo desta concepção, mais adiante.

com a integração das formações sociais ao mercado mundial. Neste cenário, encontram-se na economia política os fatores centrais a explicar o surgimento do SWPR em um alto grau de abstração. Dois pontos interligados estão por detrás disso. Primeiramente, o crescente grau de integração das economias e a maior mobilidade do capital representaram o principal fator por detrás da necessidade de reestruturação do fordismo e do ENKBE nos vários espaços. Além disso, intensificou-se o papel do mercado mundial como referência necessária do cálculo econômico e como espaço necessário de concorrência. Na medida em que isto tende a sujeitar cada capital e cada formação social às linhas de força resultantes do confronto da totalidade das estratégias de acumulação, a compatibilidade à relação do capital impõe-se crescentemente como um critério de validação das diversas formas sociais. Não que a maior ligação dos vários espaços ao mercado mundial (ou a ligação menos mediada ao mesmo) fosse uma necessidade histórica, mas, *uma vez aceita essa condição*, a dominância ecológica do econômico é acrescida. Não se quer com isso indicar que a integração global necessariamente implica a adoção de uma determinada forma de organização econômica ou social, o que equivaleria a naturalizar – e, portanto, fetichizar – certo paradigma. O que se coloca é que há maior pressão para que se desenvolva competitividade frente à totalidade dos capitais (uma condição mais restritiva que a concorrência em confins nacionais), não importando de qual maneira seja atingida. Por conseguinte, as formações sociais são sujeitas a forças econômicas mais numerosas e mais intensas, muitas das quais cada formação não pode individualmente influenciar, a partir do que se exacerba o impacto de um eventual não ajustamento às condições concorrenciais globais⁷⁰. Desta forma, há maior necessidade de desenvolver uma estrutura produtiva competitiva e maiores prejuízos associados a não fazê-lo – em outros termos, o econômico provoca maiores pressões adaptativas à formação social como um todo e adquire maior capacidade de desestabilizar as várias dimensões sociais. Ou seja, a dominância ecológica do econômico é acrescida.

Assim, para os vários agentes envolvidos na conformação de uma nova forma estatal certos elementos econômicos, que viriam a ser parte do regime de acumulação pós-fordista, se impunham como um traço estrutural para grande parte de suas estratégias, o que fortemente as condicionava. A dizer, *em vista da aceitação do projeto de crescente integração produtiva e financeira mundial*, o econômico pôde de fato exercer maior dominância ecológica e, de forma

⁷⁰ Abrem-se também oportunidades, como a especialização para a exportação em nichos de mercado. Não é que a integração dos mercados necessariamente seja desvantajosa, a questão é que com ela problemas advindos de uma eventual incapacidade de concorrer no mercado mundial assumem maior vulto.

bastante geral, oferecer mais pressões adaptativas às outras ordens sociais que o inverso. Dentro desse quadro, pôde conformar certas diretrizes da forma estatal que se desenvolve. Não se trata de uma definição ontológica da economia como esfera das estruturas e do político como esfera da agência social, esta a operar modificações marginais num quadro largamente definido pela acumulação de capital. Por outro lado, a narrativa sugere que, *para o fenômeno em questão*, a concorrência em um mercado mundial crescentemente interligado e a integração ao mesmo foram estratégias e objetivos presentes nos vários espaços, que decididamente respondem por alguns traços que, hipoteticamente, permitem que se fale do surgimento tendencial do SWPR em todos estes espaços. Nestes termos, Jessop tenta demonstrar a hipótese de que alguns pontos bem gerais da transição para o SWPR puderam ser explicados essencialmente por fatores econômicos. A questão que se coloca, portanto, é em que medida isto ilumina abordagens mais concretas ao mesmo tempo em que não seja contradito pelas mesmas.

O trabalho de Oosterlynck (2010) é uma boa demonstração desta possível integração, como mostrado no capítulo anterior. Revela tanto o quadro geral de uma crise de formações sociais fordistas, largamente determinada por critérios econômicos, como o papel das lutas diversas na evolução do Estado belga. A apreciação que Jessop (2006g) faz da transição na Inglaterra e na Alemanha, em um estudo relativamente mais concreto, é também bom exemplo de análise a combinar fatores específicos e mais gerais. Conforme relatado no primeiro capítulo, o autor conclui através da comparação entre os dois casos que as maiores similaridades se deram nas questões mais de perto influenciadas pela concorrência internacional e em que o pós-fordismo já observava maior coerência, sendo necessário nos dois casos, ainda que de maneiras distintas, quebrar com a regulação fordista tornada ineficaz. Ao contrário, a trajetória pregressa dos dois países levou a crises de distintas intensidade e dimensões em cada um, o que favoreceu respostas diferenciadas quanto à extensão das transformações. Ou seja, desenvolvem-se estratégias políticas e econômicas em cada formação a lidar tanto com o cenário geral inescapável da crise do fordismo e do ENKBE, sob pena de levar a cabo “estratégia inconsistente com as tendências de longo prazo a emergir da colisão de todas as estratégias na economia mundial” (JESSOP, 2006g, p. 149), como com as particularidades políticas e econômicas de cada país que sobredeterminam as disputas concretas.

Nestes termos, parece ser possível extrair da obra de Jessop uma leitura que escape dos traços deterministas que em certos momentos se fazem presentes. Buscou-se mostrar que, se

a narrativa de *The future of the capitalist state* é de fato relativamente silente quanto aos processos específicos que levaram a cabo as diversas transições em tela, não se trata de abordagem concorrente ou incompatível com outras mais concretas. Pelo contrário, pode-se identificar uma agenda de pesquisa, com trabalhos de Jessop e outros, que tenta integrar as duas abordagens. Cabe aqui uma observação quanto à relação entre abstração, agência e o político e o econômico. O fato de que uma análise mais abstrata, como Jessop em geral faz, não *especifique* a agência nos processos estudados não implica que se esteja no terreno do estruturalismo, desde que efetivamente conceda espaço para a agência em dimensões mais concretas – isto é, desde que não considere que os agentes serão simplesmente *Träger* (carreadores) das relações apontadas, mas sim capazes de as reproduzir ou transformar estrategicamente (JESSOP, 1982). Trata-se, assim, da necessidade de admitir a subdeterminação de uma tal explicação. Por outro lado, não se deve confundir isto com uma equiparação do econômico ao estrutural e do político ao agencial, como quer Varró (2010, p. 1268-1269), por duas razões. Primeiramente, conforme indicado, Jessop (1996) tem uma interpretação relativizada e dialética da dualidade entre estrutura e agência, com o que aspectos políticos podem ser estruturais para certos agentes e estratégias e, inversamente, aspectos econômicos podem emergir como oportunidades conjunturais. E, o que é mais importante, a interrelação que o autor vê entre o político e o econômico desautoriza por completo a noção de uma esfera econômica autossuficiente que se reproduza inconscientemente e de uma esfera política voluntarista⁷¹. Os vários conceitos ou categorias que Jessop emprega buscam, na verdade, ressaltar como a agência e a estrutura estão presentes tanto no político quanto no econômico. A título de exemplo, cabe notar que os projetos hegemônicos são tanto condicionados por questões econômicas quanto decisivamente as influenciam, ao mesmo tempo em que estratégias de acumulação são um conceito agencial que têm o econômico como principal objetivo mas incluem condições de realização políticas e discursivas. Desta forma, parece um falso dilema perguntar se a transição para o pós-fordismo e o SWPR foi *ou* politicamente motivada *ou* economicamente determinada, como às vezes parece querer Cerny (2006)⁷². É inevitável que ao fim e ao cabo trans-

⁷¹ O que Jessop pretende evitar é precisamente o que se depreende de uma afirmação de Varró, em que é claro que equaciona o político com a agência e, implicitamente, o econômico com as estruturas: “‘re-politizar’ também implica que deixemos espaço para os agentes que atuam em um campo com múltiplas estruturas. O político, neste sentido, significa o potencial de mudança que reside em todas as relações sociais” (VARRÓ, 2010, p. 1273).

⁷² Quando Cerny (2006, p. 691-692) coloca que se pode interpretar a transição para o pós-fordismo como ocasionada pela expansão dos mercados ou por decisões políticas (através das mutações que o projeto de Bretton Woods sofreu que vieram a levar ao crescimento dos mercados financeiros), considera-se que tal abordagem insuficientemente explore a interrelação entre o econômico e o político. Fica difícil compreender tanto como a organização de um regime de acumulação pós-fordista depende de suportes extraeconômicos, haja visto que a integração dos mercados por si o traz à tona, como o condicionamento econômico das estraté-

formações do Estado tenham ocorrido por um processo político, a questão está investigar como ao longo do tempo os fatores políticos e econômicos, e a definição de certa conjuntura, interagiram para levar a tal resultado. Assim, a narrativa de Jessop sugere que determinantes principalmente econômicos, mas também de ordem política, fizeram necessitar uma quebra com o ENKBE; no processo aberto de reestruturação que então se inicia as estratégias vitoriosas não buscaram dissociar-se do mercado mundial e das formas de organização econômica que despontavam como as mais competitivas, mas, por outro lado, tomaram estes dois pontos como objetivos e gradualmente fizeram institucionalizar de maneira mutuamente implicada o que viria a ser um regime de acumulação e uma forma estatal pós-fordistas.

Estabelecida a possibilidade de ler a obra de Jessop de maneira não determinista ou estruturalista, cabe investigar como o autor enxerga a formação de complementariedade entre o regime de acumulação e a forma estatal. Em outros termos, em que medida sua proposta de transição é funcionalista. A primeira observação a se fazer é que Jessop nunca adotou um funcionalismo crasso a indicar compatibilidade perfeita entre o político e o econômico, posto que desde o princípio de sua produção adota a ideia que a forma típica do Estado capitalista problematiza sua funcionalidade para o capital. Sua descrição do SWPR segue esta linha e indica, ademais, como a ênfase exagerada na dimensão abstrata do capital e a incapacidade de se consolidar uma fixação espaço-temporal são fontes de instabilidade. Não obstante, como observado anteriormente, isso não resolve a questão. Qualquer interpretação que proponha a seleção das formas mais compatíveis o possível – por precária que seja tal congruência máxima – e o justifique diretamente pelo fato de serem estas formas as mais funcionais, estará dentro do funcionalismo. Em outros termos, não cabe utilizar a necessidade funcional como critério suficiente de emergência e institucionalização das formas. Na medida em que se o faça, está-se tomando um resultado por uma explicação – a funcionalidade em si é uma descrição da relação entre fenômenos, e não um mecanismo generativo. No caso em questão, ter-se-ia a emergência não explicada de complementariedade entre um regime de acumulação e uma forma estatal, a qual seria a mais funcional possível. Com isso, perde-se de vista onde estaria o espaço para reformas e a contestação do regime, bem como não se consegue adequadamente indicar a formação de contradições em diferentes pontos das forma-

gias políticas, já que de certa maneira se vê o jogo político como autorreferenciado ao mesmo tempo em que é capaz de transformar a economia.

ções sociais⁷³. Perde-se também a capacidade de informar a ação prática, posto que se há uma tendência inexorável ao desenvolvimento de formas econômicas e políticas complementares não haveria meios de sobre isto influir. Neste sentido, trata-se também de uma abordagem que interrompe o processo de produção teórica proposto, uma vez que é incompatível com narrativas mais concretas – façam o que fizerem, os agentes não podem evitar que emerja um Estado e um regime de acumulação mutuamente ajustados. Explora-se a seguir como Jessop lida com a questão.

Quando coloca que o SWPR “teria as características estruturais básicas que são congruentes [...] com o regime de acumulação pós-fordista em emergência” (JESSOP, 2002a, p. 268), está claro que o autor vê funcionalidade entre a forma estatal que propõe e o regime de acumulação. O que está em jogo, portanto, é ver como Jessop justifica o desenvolvimento dessa complementariedade, nos campos em que de fato se a observa. Nesta interpretação, cabe levar dois pontos em consideração. Em primeiro lugar, Jessop em momento algum afirma que tal forma vá, de fato, institucionalizar-se, muito embora fique implícito que aposta no SWPR como resultado mais provável. Assim, a interpretação não coaduna com um funcionalismo basal que sugira que determinada configuração estatal efetivamente se estabelecerá pelo fato de ser funcional. O segundo ponto é que Jessop está a descrever uma forma estatal e um regime de acumulação típico-ideais, que não se encontrarão na realidade de maneira “pura”; neste sentido, trata-se de um experimento mental empiricamente informado e teoricamente embasado que busca identificar certas dimensões complementares entre o regime de acumulação e a forma estatal em emergência.

Deve-se observar que, segundo o quadro teórico de Jessop, alguma forma de complementariedade entre o econômico e o político é necessária para a reprodução social. Isto é, considerado que a acumulação dependa de um conjunto de relações apenas parcialmente compreendidas dentro da forma valor, *na medida em que* o capital se reproduza *alguma* congruência entre o Estado e o regime de acumulação terá de ter sido observada. Este argumento foge do funcionalismo por duas razões: primeiro, por não partir da necessidade que o capital vá se reproduzir (e assim haverá uma forma estatal orgânica), estando aberta a possibilidade de crises prolongadas ou mesmo rupturas maiores; e, em segundo, por não supor que as formas *mais* funcionais serão selecionadas – resultados outros de maior funcionalidade seriam possíveis, apenas se indica que em algum grau houve complementariedade. Neste sentido, a observação corriqueira de que houve grande expansão capitalista no período pós-1980, marcado que tenha sido por grande instabilidade

⁷³ Ou, o que é a mesma coisa, porque se observa maior ou menor complementariedade funcional em determinados pontos ao invés de outros.

de, encaminha a teorização no sentido de encontrar uma forma estatal complementar ao regime de acumulação, embora com precariedades de relevância (e.g., inexistência de uma fixação espaço-temporal estabelecida). Isto posto, a questão parece tratável no âmbito das observações de Jessop sobre os processos de interpretação e resposta a crises.

O tema tem configurado uma das preocupações da EPC (JESSOP, 2007, 2013b). A virada metodológica cultural de Jessop não é o objeto do presente estudo, mas dado que os trabalhos desenvolvidos nesta linha têm se debruçado sobre a interrelação entre fatores semióticos e extrasemióticos na formação e sedimentação de instituições, particularmente em momentos de crise e reestruturação e incluindo a questão da funcionalidade, parecem oferecer contribuição importante para o tema em tela. A ideia é que crises *de* um modo de desenvolvimento, como a do fordismo, representam a incapacidade de reproduzir a relação do capital segundo os canais antes estabelecidos. Estabelece-se conjuntura marcada por “profunda desorientação cognitiva, estratégica e prática ao desorganizar as visões de mundo sedimentadas dos atores” (JESSOP, 2013b, p. 237), com o conseqüente espaço para a proliferação de interpretações da crise e politização de questões tomadas como dadas. Neste momento inicial, de complexidade desestruturada, há grande importância de fatores semióticos para a variação de interpretações. À medida que se progride em direção à seleção e retenção destes discursos como base para ações sociais e sedimentação de instituições, contudo, fatores extrasemióticos tendem a ganhar em relevância. Trata-se de processo com dependência de trajetória em que as várias estratégias de interpretação, contestação e resolução de crises constantemente têm momentos semióticos e extrasemióticos, com importância variável, e são levadas a cabo em cenários com seletividades estratégicas amplamente divergentes para cada uma. Assim, a plausibilidade de dado discurso e estratégia e seu potencial de seleção e retenção dependem de como ressoa com a experiência de certos grupos-chave, de como interage com a organização da mídia e com as seletividades de uma série de aparatos públicos e privados e de sua capacidade de convencer atores específicos. A depender do caráter de cada estratégia, estas seletividades serão diferentes – uma estratégia de gestão de crise orquestrada em torno da ajuda estatal a grandes grupos capitalistas baseada em supostos efeitos *trickling-down*, por exemplo, terá em princípio de convencer um menor número de agentes (ainda que muito poderosos) que uma baseada na mobilização popular de contestação ao regime e auto-organização trabalhadora. Jessop propõe que a variação, seleção e retenção de discursos e estratégias molda a trajetória da conjuntura de crise e eventualmente se pode chegar a uma nova situação de complexidade estru-

turada. Assim, o processo transcorre até que um conjunto de interpretações e respostas práticas restaure algum grau de compatibilidade entre as várias dimensões sociais, ou seja, quando se sair de um período de crise – o que, no quadro de uma continuidade do capitalismo, envolve restabelecer a acumulação como princípio de societalização dominante e garantir a congruência entre o regime de acumulação e a forma estatal. Deve-se notar que a funcionalidade das estratégias é um importante elemento a definir a probabilidade que sejam selecionadas e retidas, mas é longe de ser o único. Jessop coloca que:

Tudo o mais constante, interpretações mais ressonantes serão selecionadas como base para a ação, quer isso tome a forma de restauração, reformas minimalistas ou inovação radical. Mas tudo o mais raramente é constante. O poder importa. Narrativas poderosas sem bases poderosas para as quais as implementar são menos eficazes que interpretações “arbitrárias, racionalistas e voluntariosas” consistentemente levadas a cabo através do exercício do poder. De fato, períodos de crise forçosamente ilustram que o poder envolve a capacidade de *não precisar aprender com seus próprios erros* (JESSOP, 2013b, p. 241, ênfase do autor).

Estas observações claramente estabelecem a possibilidade de um quadro não funcionalista dentro do arcabouço teórico de Jessop. O que está em jogo é que, para sair de um período de crise, estratégias minimamente práticas devem ser estabelecidas. A funcionalidade das mesmas entra como uma das variáveis a impactar a probabilidade que sejam implementadas, mas não a única. E se Hirsch (1977) já lançara a ideia que o Estado não responde diretamente a questões econômicas, mas sim a suas repercussões políticas – com o que Jessop (1982) concorda –, não se deve levar a guia na direção de não haver uma interação mutuamente responsiva entre fatores econômicos e políticos que eventualmente encontre tradução na forma do Estado. Assim, contrariamente a como parece entender Hay (2004, p. 43), é possível investigar de maneira não estrutural-funcionalista como se estabelece (ou não) complementariedade entre a forma estatal e o regime de acumulação, uma vez que a variação, seleção e retenção de discursos e estratégias responde também a fatores extrassemióticos e econômicos. Para tanto, cabe avaliar a questão à luz dos conceitos de dominância ecológica do econômico, projeto hegemônico e estratégia de acumulação.

Todas estas noções, que estão dentro das “fixações sociais” que Jessop propõe, buscam estabelecer pontes entre diferentes dimensões sociais, particularmente entre o político e o econômico. Uma vez que foram apresentadas ao longo do segundo capítulo não cabe aqui discuti-las a fundo, mas explora-se em que medida lidam com a conformação de funcionalidade entre as formas políticas e econômicas. Segundo a leitura que se propôs da obra de Jessop, o autor vai

gradualmente desenvolvendo esses conceitos como tentativa de evitar traços politicistas que lhe foram apontados, em processo no qual sequencialmente aponta a falta de unidade de certa dimensão das formações sociais e, simultaneamente, cunha um conceito estratégico de grau de abstração intermediário que indica a capacidade contingente de estabelecer unidade substantiva desta dimensão⁷⁴. Nestes termos, sugere-se interpretar os conceitos como a tentativa de estabelecer cinco pontos: i) a *inexistência a priori* de unidade substantiva – e, portanto, interação funcional – de determinado aspecto, seja no campo de uma dimensão social (e.g., unidade do aparato de Estado) ou na interação entre mais de uma (e.g., hegemonia econômica); ii) a *possibilidade* de em *determinado horizonte espaço-temporal* se estabelecer tal unidade; iii) a *precariedade* de tal unidade; iv) a *necessidade de práticas concretas* para que tal unidade se estabeleça; e v) em vista dos conceitos terem sido desenvolvidos ao explorar a imbricação entre o político e o econômico, o *caráter multideterminado* da possibilidade de tal unidade se verificar.

As seguintes observações sobre a conformação (ou não) de complementariedade entre a economia do conhecimento e o SWPR parecem cabíveis. A dominância ecológica do econômico, que é ademais acrescida no período em questão em vista da crescente internacionalização do circuito do capital e suas maiores capacidades de distensão e compressão espaço-temporal, prevê que o econômico seja fonte de maiores pressões adaptativas às outras esferas que o inverso. Não se trata exatamente da capacidade de o capital dinamicamente garantir suportes extraeconômicos estruturalmente adequados, mas sim que tenda a “causar mais problemas para outros sistemas” (JESSOP, 2010c, p. 79), que consiga exportar suas crises e contradições para outras esferas. Ainda que uma dimensão do conceito sugira que, (importante) exceção feita a uma crise social prolongada, outras esferas reflexivamente se adaptem ao econômico, sua principal contribuição parece estar em denotar a assimetria existente na relação entre o econômico e outras dimensões, com particular ênfase sobre a capacidade de problemas oriundos da acumulação se traduzirem em problemas de outras ordens – inclusive no sentido de *explorar* estas como maneira de garantir a acumulação. Ou seja, é um conceito que tem muito pouco que ver com a funcionalidade, mas indica, ao contrário, a capacidade de se utilizar poder econômico como forma de subverter a capacidade de reprodução de outros sistemas – é, talvez, uma demonstração de *disfuncionalidade*.

⁷⁴ A dominância ecológica não se enquadra neste processo, por não ser conceito agencial. É, contudo, a maneira pela qual Jessop quebra com a determinação econômica (em última instância), a qual não deixa de ser uma ideia que prevê *a priori* certa unidade substantiva do poder de classe, para revê-la através de um processo que contingentemente aponta a maior influência do econômico.

Já as noções de estratégia de acumulação, projeto de Estado e projeto hegemônico estão relacionadas mais de perto à possibilidade de se estabelecer complementariedade e garantir a acumulação. Três dimensões dos conceitos são de particular relevância para tanto: a capacidade de conformar um interesse geral (econômico ou mais amplo), as bases diversas que são necessárias para a efetivação do projeto ou estratégia em questão e, em vista deste ponto, a necessidade de traduzir capacidades econômicas em políticas e vice-versa como condição de eficácia. Nesta linha, Jessop observa que qualquer ideia de interesse geral, mesmo no campo mais restrito de um interesse do capital em geral, deve ser construída de maneira relacional (JESSOP, 1990, p. 152-155). As estratégias de acumulação e projetos hegemônicos de sucesso teriam na construção de um tal interesse importante aspecto, que serviria de base para a construção institucional e teria, desta forma, impactos econômicos e políticos. Isto é, uma dimensão estratégica relevante é a tentativa de conformar um imaginário econômico e social que, ao reduzir seletiva e hierarquicamente a complexidade social, define subconjuntos de relações e interesses que constituem os objetos práticos da ação estratégica estruturalmente orientada⁷⁵. Observa-se também que Jessop é claro em destacar que o econômico não é autossuficiente, mas depende substantivamente de outras esferas para sua reprodução; ao mesmo tempo, a particularização do Estado frente à economia, se leva à possibilidade de disjunções entre as práticas econômicas e político-estatais, não implica a independência do Estado frente ao econômico – um exemplo claro é o financiamento do Estado por meio de impostos, gerados pela produção capitalista. Assim, estratégias de acumulação têm a dimensão econômica como preocupação central, mas também *buscam* garantir condições extraeconômicas adequadas. Analogamente, projetos hegemônicos, se não precisam ter a acumulação como objeto principal, têm maior probabilidade de sucesso na medida em que levarem a uma forma estatal complementar ao regime de acumulação em vigor, uma vez que isso facilita a concessão de retornos materiais aos grupos subordinados.

Neste sentido, é de se esperar que os agentes reflexivamente orientem suas estratégias no sentido de conformar complementariedade entre as formas econômicas e políticas. Há dois aspectos disto. Por um lado, trata-se da observação corriqueira que grupos econômicos tentarão obter benefícios particularistas através de privilégios estatais e que o poder político pode ser utilizado como forma de aceder ao poder econômico. Esta dimensão é, contudo, capturada pela ideia

⁷⁵ Recuperando a discussão anterior sobre a seleção de interpretações de crises, pode-se estendê-la para indicar que o estabelecimento de um interesse geral depende de fatores semióticos e extrasemióticos e que a organicidade deste interesse construído é um dos fatores a afetar sua seleção e retenção.

de dominação econômica e pela *falta* de unidade do poder de Estado – tende a indicar formas incompatíveis, capturadas por grupos particulares; para usar uma expressão de Poulantzas, a autonomia relativa do Estado frente aos vários capitais não seria observada. Por outro lado, a disputa hegemônica e a consecução de uma estratégia de acumulação envolve um jogo de abrir mão de certos interesses mais imediatos como forma de cimentar a dominação de classe e interesses de longo prazo, o que é representado pela construção de um interesse geral materialmente embasado. Elementos de diferentes ordens participam desta construção, que tende a ter maiores chances de sucesso quanto mais superposição houver entre as diferentes formas de dominação e hegemonia. Neste contexto que se enquadram certas observações de Jessop como “a reprodução ampliada do capital é melhor vista como ‘hegemonia econômica encorajada de dominação econômica’” (JESSOP, 1983, p. 93) ou que a hegemonia depende de caracteres estruturais, orientação estratégica e relação com a acumulação (JESSOP, 1983, p. 98-107, 1985, p. 347-353).

Desta discussão emerge claramente a noção de que a reprodução do capital em moldes mais ou menos estáveis depende centralmente de que se estabeleça algum grau de compatibilidade entre o regime de acumulação, a forma estatal e outras dimensões sociais. Outrossim, revela que isto só pode ser garantido através de práticas específicas, que tendem a mirar a transformação institucional em diferentes esferas. E, em vista da interdependência substantiva entre as várias dimensões sociais e do caráter multifacetado das condições de realização de estratégias econômicas e políticas, há um constante processo, por desigual que seja, de tradução de fenômenos de uma dimensão às outras. Por fim, estabelece-se também a possibilidade que não se observe qualquer forma de unidade societal e que a capacidade de regularização ou governança da acumulação, por meios estatais ou não, não se verifique. Cabe observar que o que está em jogo aqui, reduzida a discussão à manutenção do capitalismo, é a continuidade da dominação de classe e a imposição da acumulação como princípio de societalização dominante – neste sentido, um bloco histórico não implica de maneira alguma qualquer tendência progressista como distribuição de renda, redução das desigualdades ou empoderamento dos trabalhadores. Trata-se, “somente”, da reprodução ampliada da relação do capital, o que necessariamente implica também a reprodução de suas contradições.

De toda forma, o que o quadro teórico de Jessop sugere, em contraposição à análise que faz da transição para o SWPR, é que em conjunturas que não sejam de crise explícita deve-se observar alguma congruência entre a forma estatal e o regime de acumulação. É ademais de se

esperar que na prática a ação reflexiva se oriente no sentido de conformar tal complementariedade⁷⁶. Contudo, é completamente desautorizada interpretação segundo a qual as formas *mais* funcionais serão as com maior probabilidade de serem selecionadas e retidas. Assim, o questionamento de Hay (2004, p. 48), sobre por que deveríamos esperar que a forma estatal mais economicamente funcional viesse a emergir, parece uma crítica de todo válida. De fato, quando Jessop coloca que o “*Schumpeterian workfare postnational regime* proverá a melhor – mas ainda imperfeita e sempre provisória – fixação espaço-temporal para uma economia pós-fordista globalizante, baseada no conhecimento” (JESSOP, 2002a, p. 268) tem-se a opção ou de indicar que se trata de um desvio funcionalista do autor ou que a afirmação é vazia. Neste caso, dever-se-ia interpretá-la no sentido de ser o SWPR a forma estatal que se desenvolveu conjuntamente à economia do conhecimento, decisivamente moldando as formas da acumulação de capital sob tal regime; a *melhor* fixação possível reduzir-se-ia à constatação algo banal de ser *a* forma intrinsecamente pós-fordista. Não parece haver grandes ganhos analíticos com isso – ao contrário, perde-se de vista o que é essencial e o que é fortuito (ou se considera a descrição do SWPR inteira como essencial) e corre-se sério risco de hipostasiar o pós-fordismo e o SWPR como formas acabadas ou com trajetórias definidas, o que é contrário à abordagem como um todo. E, como se indicou na discussão teórica, não há porque pensar que a forma estatal intrinsecamente pós-fordista tenha de ser a forma com as seletividades estratégicas mais alinhadas o possível ao regime de acumulação, mesmo nos limites de um experimento mental a identificar tipos-ideais.

Sugere-se que a questão possa receber tratamento proveitoso dentro de um quadro evolucionário mais explícito, em vista das seguintes observações. Em primeiro lugar, oferece uma maneira direta de investigar, dentro de um mesmo ferramental analítico, a participação de fatores semióticos e extrassemióticos na evolução institucional, conforme tem sido explorado sob as lentes da EPC. Em segundo lugar, facilita a maior especificação dos fatores relevantes na conformação de complementariedade entre o Estado e o regime de acumulação em aspectos específicos (por exemplo, em sua espacialidade ou mecanismo prioritário de coordenação das relações sociais). É também potencialmente capaz de iluminar os processos que levam a uma regulação com maior ou menor peso do Estado frente a outras instituições. Ademais, se bem aplicado permite eliminar por completo os traços funcionalistas da análise, dado que se pode investigar quais mecanismos favorecem o ajuste entre diferentes ordens e quais situações aumentam a probabili-

⁷⁶ Posto que é de se esperar que haja tentativas de resolver as crises que doutra forma se imporiam.

dade de *lock-ins* disfuncionais. E, em termos mais gerais, um arcabouço evolucionário lida bem tanto com dependência de trajetória quanto com processos capazes de moldar trajetórias (*path-dependency* e *path-shaping*). É, outrossim, compatível os fatos estilizados que Jessop (2002a, 2006d, 2006g) e Brenner (2003, 2004b, 2009) apresentam sobre o processo de construção institucional durante a vigência de crises, nomeadamente que se estabelece um período de experimentação com novas e velhas formas de gestão de crise que por diferentes razões – nem sempre muito bem especificadas – são selecionadas e retidas.

O que está por detrás da proposta é que parece forçoso admitir que, se Jessop explora a imbricação mútua entre o político e o econômico e claramente indica como estratégias prioritariamente orientadas para uma dessas dimensões têm na outra condições de sucesso decisivas, as observações restringem-se a um nível de generalidade razoavelmente alto. Encontra-se que as seletividades estratégicas estruturalmente dispostas do Estado são de particular importância para a viabilidade a médio prazo de um projeto hegemônico, mas não se explora a fundo *quais* seletividades impactam *quais* aspectos dos projetos, ou precisamente quais as implicações mais específicas de se levar a cabo um projeto hegemônico incongruente com certos aspectos da forma estatal⁷⁷. De maneira similar, indica-se que as estratégias de acumulação são mais estáveis quando a fração hegemônica do capital for também dominante, e que é necessário de alguma forma lidar com a determinação econômica das frações produtivas do capital, mas encontra-se pouco no sentido de quais fatores favorecem que se observe tais características e o que se observa na ausência dos mesmos. Por outro lado, há toda uma análise de grande potencial que pode ser integrada ao arcabouço, como a complementariedade entre as formas de coordenação das relações sociais e as características do processo de acumulação, além da relação entre como a força de trabalho é reproduzida, as formas predominantes de concorrência e os projetos de Estado. E assim por diante. Além de que se podem encontrar várias indicações de características que Jessop considera relevantes no estudo do Estado e do sistema político mais amplo que acabam por não receber tratamento mais detalhado, como por exemplo as formas de representação (JESSOP, 1982, p. 228-241, 1990, p. 207).

Enfim, Jessop profundamente explora a adequação entre formas econômicas e políticas, indica várias contradições que sobrevêm quando não se observa tal compatibilidade e exami-

⁷⁷ Há sim certas observações, como a indicação de que projetos hegemônicos tendem a ser menos inclusivos, e mais baseados na repressão, quando houver menor crescimento econômico (JESSOP, 1982, 1983, 1985, 2003b). Considera-se, contudo, que sejam pouco desenvolvidas.

na como a atuação estratégica tem de transitar entre diferentes dimensões sociais para ter sucesso, mas é bem menos específico ao explorar *como* e *em quais condições* os agentes efetivamente conseguem estabelecer tais meios necessários. Além disso, em boa medida sua discussão estratégica não desce ao nível das diferentes dimensões de adequação entre o regime de acumulação e a forma estatal. Assim, é difícil encontrar indicações de quais fatores favorecem, por exemplo, que o SWPR venha a de fato desenvolver uma forma de participação na reprodução da força de trabalho complementar à economia do conhecimento – e, adicionalmente, se tais fatores são compatíveis ou não com os que tornam mais provável que sua organização escalar também seja congruente. Nestes termos, um quadro evolucionário potencialmente abre espaço para também se estudar a (in)compossibilidade da adequação entre a forma estatal e o regime de acumulação em diferentes aspectos, o que parece integrar-se a agendas de pesquisa recentes de Jessop (JESSOP, 2007, p. 225-245; JONES; JESSOP, 2010). Tal como se encontra o estado da pesquisa, não há uma interpretação clara a respeito de porquê certas complementariedades são mais presentes que outras, o que parece uma deficiência de monta.

A sugestão certamente não é do agrado de todos, a exemplo van Heur (2010b), mas deve-se observar que não é aqui colocada como a única forma de teorização a ser perseguida. Definitivamente não substitui a “especificidade e análises detalhadas” (VAN HEUR, 2010b, p. 453), e de forma alguma pode ser vista como capaz de estabelecer definitivamente a “necessidade contingente” de processos concretos multideterminados, para o que não há outra solução senão o estudo histórico dos mesmos. Não obstante, parece ter razoável potencial como guia analítico geral, que desenvolvido e refinado através do referido processo em espiral a transitar entre o abstrato-simples e o concreto-complexo pode gradualmente especificar a importância de uma série de fatores na evolução das formas políticas e econômicas. E, uma vez que possivelmente revele os pontos de maior resiliência e aqueles mais sujeitos à ação transformadora, tem a capacidade de servir como importante guia para a ação prática.

Desta forma, propõe-se leitura segundo a qual seria observado o desenvolvimento mutuamente implicado de variantes da economia do conhecimento e do SWPR, que teriam características em certa medida complementares. Um ponto central para tal possibilidade é que, se for tomada a narrativa apresentada em *The future of the capitalist state* isoladamente, desconsiderando-se tanto as outras investidas mais concretas de Jessop quanto a agenda de pesquisa indicada que se conformou em torno de tal proposta, corre-se sério risco de interpretar as formulações do

autor de maneira estrutural-funcionalista, senão determinista. Isto é, confunde-se um momento da agenda de pesquisa por um resultado acabado, e vê-se na identificação de fatores em grande medida econômicos responderem por certa dimensão bastante geral da transição para o SWPR a ideia de que seriam os fatores suficientes de tal transição. Ou seja, perde-se de vista que abordagens mais abstratas são subdeterminadas e indebitamente se acaba por “substanciar” os argumentos apresentados de maneira reducionista, contra o que Jessop argumenta desde o princípio de sua produção (JESSOP, 1982). Como se buscou demonstrar, contudo, é possível extrair da obra do autor uma leitura capaz de adequadamente integrar os momentos abstratos e concretos da narrativa. Explorou-se também como em certos temas isso tem progredido com a devida reflexividade, em que as dimensões abstratas enquadram os estudos mais específicos que, por sua vez, refletem mudanças nos quadros gerais avançados – a exemplo das avaliações e propostas de Jessop, Brenner e Jones (JESSOP *et al.*, 2008; BRENNER, 2009).

Isto posto, sugerem-se reorientações em alguns pontos da agenda de pesquisa. De maneira relacionada, referem-se ao espaço que compreende o pós-fordismo e à interrelação entre diferentes subtipos de formações sociais pós-fordistas e estratégias de acumulação. Para adiantar o grosso dos argumentos, propõe-se que a relativização da escala apontada faz necessitar que se estude a abrangência do pós-fordismo e sua eventual fixação espaço-temporal segundo tal percepção, atentando-se para sua polimorfia. Um aspecto disso é incluir no mesmo dimensões da economia asiática e chinesa. Além disso, deve-se transitar no sentido de enxergar como variantes do SWPR e da economia do conhecimento interagem, e não simplesmente concorrem, para sua reprodução conjunta – isto é, pensar não variedades de capitalismo, mas sim um capitalismo variado. Por fim, considera-se que a recente abordagem de Jessop em termos de dois regimes de acumulação conflitantes no interior do pós-fordismo configura retrocesso frente a sua produção anterior. Sugere-se, por outro lado, teorizar sobre *um* regime constituído a partir de *estratégias* de acumulação conflitantes. Exploram-se os pontos mais detidamente a seguir.

Segundo Jessop defende, o fordismo era organizado em torno de uma fixação espaço-temporal nacional⁷⁸. Isto é, o espaço do fordismo atlântico compunha-se de formações sociais cuja dinâmica era relativamente encerrada à escala nacional, com dimensões subnacionais a funcionar como correias de transmissão das estratégias nacionais e o internacional através de rela-

⁷⁸ Por mais que vários países integrados ao circuito do fordismo não tivessem um ciclo de crescimento autárquico, como é o caso dos países escandinavos, pode-se estudá-los como parte do fordismo pelo fato de que sua inserção no mercado mundial e no circuito fordista se dava através de uma complementariedade nacional (e não local, regional ou em outra escala qualquer) (JESSOP, 2006d).

ções entre Estados e economias nacionais. É precisamente essa fixação espaço-temporal que permite que se estude o fordismo atlântico como uma série de economias nacionais, já que as determinações essenciais do modo de desenvolvimento em questão se encontravam em cada espaço nacional (com variações entre eles). No caso do pós-fordismo, contudo, hipoteticamente se observa a relativização da escala, conforme anteriormente exposto, com o que o nacional perde a primazia de que antes desfrutava. Entre outros, isto leva Jessop a considerar que a forma estatal em desenvolvimento seria não mais a de um Estado nacional, mas sim um regime pós-nacional, e afirma, ademais, que todavia não se pode encontrar uma fixação espaço-temporal consolidada.

Estes resultados relacionados ao que Jessop chamou de economia política da escala indubitavelmente configuram grandes avanços do autor. Não obstante, considera-se que o potencial dos mesmos não tenha sido completamente desenvolvido em dois pontos. Em primeiro lugar sugere-se que, ora observável ou não, o pós-fordismo pode vir a desenvolver uma fixação espaço-temporal que tenha ela própria escala relativizada – ou melhor, uma polimorfia complexa. Quando Jessop aponta que não haja contemporaneamente uma fixação, parece que está a olhar essencialmente para organizações em que as escalas menores estão contidas nas maiores e que são territorialmente delimitadas (JESSOP, 2000, p. 348, 2006j, p. 344, 2002a, p. 182), posto que geralmente elenca como possibilidades o global, o local e a economia triádica (EUA, Europa, Ásia e suas zonas de influência). E, ainda que afirme que faltam as bases para qualquer uma delas de fato se estabelecer como a fixação pós-fordista, indica a escala triádica como a mais provável (desde que se abandone a organização neoliberal nos EUA e na Europa). Se os argumentos sobre a relativização da escala são convincentes, dever-se-ia abandonar a aposta em configurações “simples” e territorialmente coesas, mas investigar em que medida arranjos com diversas escalas parcialmente superpostas e entremeadas, potencialmente em rede, constituem em seu conjunto uma fixação espaço-temporal capaz de compatibilizar as variadas dinâmicas temporais e espaciais das principais formas do capital no circuito pós-fordista. Não cabe aqui desenvolver a questão substantivamente, mas a obra de Jessop aponta a importância das cidades-região globais, que talvez pudessem ser vistas como a escala principal desta fixação. Outras escalas secundárias e redes seriam a ela interligadas, como suas respectivas zonas diretas de influência ou distritos industriais de alta tecnologia e polos de inovação. A ideia é que tal espacialidade compreenderia os circuitos principais das finanças e da economia do conhecimento. Sugere-se também ser mais provável que uma fixação se consolide, se vier a fazê-lo, como o resultado emergente da interação entre várias

“fixações parciais”⁷⁹. Pela própria organização espacial menos abrangente e com múltiplas hierarquias não concêntricas, é de se esperar que essa possível “fixação relativizada” amplie diversas formas de desigualdades, não restritas à questão espacial. Isso não deve obscurecer, contudo, que o que está em jogo é a estabilização da acumulação de capital, intrinsecamente um processo contraditório e baseado na exploração – pode muito bem ser que se observe um recrudescimento da divisão socioespacial dos custos da relação do capital ao longo de vários eixos (entre países, estados, cidades, bairros, setores, capital e trabalho e assim por diante – uma metáfora seria a ideia de um fractal de desigualdades). Neste caso, seguramente haveria grande impacto sobre as estratégias de legitimação e repressão, bem como sobre a estabilidade global do modo de desenvolvimento. As implicações para as demais formas políticas capitalistas são de monta, posto que está implicada uma intensa reorganização da espacialidade contemporânea, que seguramente rebateria na produção de “novos espaços estatais”, para usar a expressão de Brenner (2004a). Entrar no assunto claramente foge ao escopo deste trabalho, mas parece oferecer potencial de desenvolvimento teórico.

De maneira interrelacionada, quer seja possível identificar uma fixação espaço-temporal ou não, supostamente se observa a relativização da escala e a integração de uma maior gama de temporalidades e espacialidades aos circuitos da acumulação. Quanto ao tema em tela, propõe-se que a reprodução econômica no espaço que foi o fordismo atlântico passou a envolver como relação necessária a integração com a economia japonesa e asiática, notadamente através da importação de manufaturas das regiões que se tornaram a “fábrica do mundo”. Ou seja, o pós-fordismo não deve ser visto a compreender o território do fordismo atlântico trinta anos depois, mas sim um circuito maior que encerra em si os fenômenos centrais a responder pela dinâmica socioeconômica das formações sociais em questão. Como indicado no primeiro capítulo, o termo pós-fordista não é um conceito cronológico, como seria após-fordismo, e nem simplesmente “evolutivo”, como se indicasse uma fase de formações que foram fordistas – à la fordismo tardio. Busca, por outro lado, representar efeitos de conservação-dissolução (com predominância destes), e cabe para os padrões que são vistos como capazes de responder à crise do fordismo (JESSOP, 2006d, 2006j). Assim, na medida em que vários dos desenvolvimentos ora considerados capazes de sustentar um ciclo de crescimento originaram-se para além do fordismo atlântico, como é par-

⁷⁹ Jessop (2007, p. 187) sugere que tais fixações, individualmente menos abrangentes, são necessárias para compatibilizar a dinâmica espaço-temporal de certos aspectos ou formas do capital, que contemporaneamente se estendem ao longo de mais escalas, espaços e temporalidades. Sem elas, a compossibilidade das várias relações sociais nas quais o capital se baseia, que têm dinâmicas espaço-temporais amplamente divergentes, não seria observada.

ticularmente o caso da organização produtiva toyotista, o pós-fordismo deve compreender os espaços que se organizam nestas linhas. Mais do que isso, a crescente integração econômica entre o espaço compreendido pelo fordismo atlântico e o Leste Asiático, de forma tal que aquele se torna estruturalmente dependente da importação de bens manufaturados produzidos com baixos salários neste, indica que um elemento-chave da acumulação de capital pós-fordista está na relação *entre* as economias triádicas.

O exemplo mais claro disso está no desenvolvimento do que foi apontado como “Chimérica”, a “indicar a codependência patológica das economias chinesa e americana” (JESSOP *et al.*, 2013, p. s11). Isto claramente coloca que teorizar sobre o regime de acumulação estadunidense (ou pós-fordista, de maneira mais geral) sem levar em consideração o papel que nele desempenha o Leste Asiático, particularmente como ofertante de bens-salário baratos que associados ao endividamento crescente permitem sustentar algum nível de consumo da população, implica ignorar uma determinação central do objeto de estudo. Pode-se colocar a questão nos termos de que, se o regime de acumulação estadunidense e chinês são compostíveis, eles são individualmente impossíveis e, portanto, o estudo de um deve necessariamente incluir o outro. O que está em jogo aqui é que, se o fordismo tinha uma fixação espaço-temporal nacional, podia-se estudá-lo em países individuais, dado que sua dinâmica era suficientemente autárquica para não ser essencialmente alterada pelas relações com outros espaços. Com isso, comparações entre variedades de capitalismo (fordista) eram também possíveis. No caso do pós-fordismo, contudo, a situação é diversa. O fato de a acumulação não se encerrar em confins nacionais, mas ser essencialmente determinada pelas relações entre fenômenos organizados ao longo de uma escala relativizada, não mais autoriza a abordagem de vários circuitos nacionais relativamente autorreferenciados, posto que em cada um estariam ausentes as relações que determinam a dinâmica da acumulação. Em outros termos, há que se estudar a polimorfia da acumulação com a devida atenção para que não se a encerre *a priori* em alguma espacialidade que não compreenda os circuitos que lhe são relevantes. Como indicado acima, sugere-se que isso envolva “territórios, locais, escalas e redes” asiáticas, sem necessariamente incluir países inteiros – pode ser o caso, a ser investigado, de que o relevante para o pós-fordismo sejam algumas redes e locais específicos, e não outras dimensões asiáticas mais amplas.

Associado a isso, considera-se que o estudo tenha a ganhar se for orientado para o quadro do capitalismo variegado, como Jessop mesmo recentemente tem se inclinado (JESSOP,

2010a, 2012b, 2013a, 2013d, 2012c). A ideia básica da abordagem é estudar os vários padrões de acumulação, que tendem a se inserir em diferentes matrizes espaço-temporais, de forma interrelacionada. Vê-se o mercado mundial como “o pressuposto histórico e o resultado da acumulação diferencial” (JESSOP, 2013d, p. 5), que emerge da interação entre as várias formas de produção capitalista (e não capitalista), e a partir disso estuda-se “o pareamento estrutural, a coevolução, as complementariedades, rivalidades e antagonismos” (JESSOP, 2012b, p. 227) dos vários padrões de acumulação observáveis. A mudança fundamental com relação aos trabalhos anteriores de Jessop está em abordar explicitamente como a dinâmica de dado regime de acumulação, ou variante do mesmo, impacta as condições de existência dos demais. Isto é, enfoca-se a compossibilidade das várias formações sociais e regimes de acumulação – tanto no sentido de certas combinações serem impossíveis quanto de certos regimes serem individualmente impossíveis, mas juntamente compossíveis –, observando-se como o mercado mundial (o capitalismo variegado) reproduz-se através das relações entre padrões diferenciados. A abordagem busca, resumidamente, focar o mercado mundial como o horizonte último da produção capitalista e as interrelações entre as diferentes variedades de capitalismo que conjuntamente reproduzem o capitalismo global.

Dentro deste quadro é assim dada atenção a como se estabelecem complementariedades e antagonismos, incluindo “codependências patológicas”, entre variedades de capitalismo organizadas em espaços distintos. Dois pontos parecem importantes para os presentes propósitos: a noção de que fixações espaço-temporais implicam exportar custos para fora do espaço que compreendem e a dominância ecológica de uma variedade de capitalismo. O primeiro ponto decorre diretamente da discussão feita do conceito, mas serve para ressaltar a provável impossibilidade de extensão de dado regime de acumulação, ou variante do mesmo, para além de certo limite. Lembra-se, a este propósito, que duas das maneiras que Jessop identifica para lidar com as contradições e dilemas do capital são espacializar e temporalizar as mesmas (JESSOP, 2012b, p. 217). Posto que tais estratégias não resolvem as contradições, mas apenas exportam seus ônus para fora da fixação em questão, somente regularizam a acumulação nesta na medida em que a dificultam nas demais. O segundo ponto indica a assimetria entre as variedades de capitalismo e como a reprodução de uma delas, a ecologicamente dominante, tende a desestabilizar as demais⁸⁰. Desta maneira, encaminha-se com mais clareza uma discussão de como o capitalismo se reproduz através do desenvolvimento desigual e de como a possibilidade de formação de um bloco histórico em

⁸⁰ Uma vez que a dominância ecológica não é um conceito absoluto, mas sim relativo, pode haver uma variedade ecologicamente dominante ao nível global (como o neoliberalismo dos EUA) e outras em escalas diversas (como a *Modell Deutschland* na UE).

dado tempo e espaço é decisivamente influenciada pela inserção da formação social no mercado mundial.

Trata-se assim de importante avanço para expandir a AER para o estudo da periferia, bem como lança outras luzes sobre o processo mais geral de reprodução e transformação dos regimes de acumulação e formas estatais. Considera-se, adicionalmente, que o destaque dado à variabilidade através da qual o mercado mundial é reproduzido auxilia na identificação de alternativas econômicas e políticas aos modelos vigentes. A consideração de que “o caráter fractal da ordem ecológica constituída no, e através do, mercado mundial cria espaço para outros regimes desenvolverem suas próprias hegemonias regionais ou dominância, mas seu impacto mais amplo depende de sua inserção no mercado mundial” (JESSOP, 2012c, p. 91) parece melhor encaminhar a discussão. Aborda-se explicitamente a interdependência das várias formações sociais, a partir do que se pode pensar a capacidade de conformar um regime de acumulação e uma forma estatal que não sejam necessariamente a reprodução de formas dominantes ou que se provaram eficazes, mas sim novos caminhos compatíveis com as linhas de força mais amplas ditadas pelo mercado mundial. Desta forma, elimina-se certo fatalismo que à primeira vista pode ser imputado à concepção da crescente dominância ecológica do capital e integração do mercado mundial. Mostra-se que não se trata de pressões adaptativas unicamente no sentido de homogeneização das formações sociais, mas sim de uma integração que se dá através de variação que, portanto, sempre abre espaço a alternativas⁸¹.

Não se quer dizer que Jessop não observara as relações entre diferentes regimes de acumulação. Claramente o autor colocou, por exemplo, como a hegemonia neoliberal nos EUA, e em menor grau na Europa, dificultava o desenvolvimento de uma fixação espaço-temporal no circuito do pós-fordismo como um todo e como pequenas economias abertas poderiam se desenvolver através de nichos de mercado (JESSOP, 2006i). Contudo, a atenção neste sentido era muito menor. Seguramente quase não se faz menção a como o modelo alemão dependia de outras variantes pós-fordistas na Europa – e assim não seria extensível à região europeia como um todo – ou de como os EUA, e o pós-fordismo como um todo, dependem da importação de manufaturas chinesas. Neste sentido, falta um estudo mais detido sobre as relações internas às formações pós-fordistas e destas com outras formas de organização capitalista.

⁸¹ O que de certa forma configura resposta a uma das críticas de Hay (2004), segundo a qual a maneira como Jessop propõe a transição para o SWPR não ajuda a buscar alternativas ao mesmo.

Se a abordagem do capitalismo variegado busca estudar as interrelações entre variedades de capitalismo, cada uma das quais inserida em certa matriz espaço-temporal (frequentemente, mas não sempre, em limites territoriais bem definidos), sugere-se que não se deva considerar a existência de diferentes regimes de acumulação a concorrer em uma mesma matriz espaço-temporal. Como visto no terceiro capítulo, recentemente Jessop (2013c) passou a considerar que a transição para o pós-fordismo assistiu à disputa entre dois regimes de acumulação, a economia do conhecimento e um com dominância financeira. Independentemente de como se caracterize tal disputa – o autor não é claro a esse respeito –, considera-se que configure um retrocesso na abordagem, por reduzir o estudo das relações entre as diferentes formas do capital e entre suas dimensões concretas e abstratas. Isto se dá na medida em que se aborda o capital financeiro em um regime e o capital produtivo envolvido na economia do conhecimento em outro, pouco se dizendo sobre a articulação dos dois. Seguramente Jessop não se inclina no sentido de desconsiderar que haja interação entre as formas propostas nos dois regimes de acumulação (ou entre estes), mas parece-nos que abordar a questão em termos da concorrência entre dois regimes, e não de um regime em desenvolvimento com diferentes tendências de evolução e uma relação contraditória entre as formas dominantes do capital apontadas, é essencialmente contraproducente.

A primeira questão que se coloca é como interpretar a concorrência entre dois regimes de acumulação. Jessop parece confluir os conceitos de regime de acumulação e estratégia de acumulação em certos pontos, quando afirma por exemplo que “embora tenha apresentado a economia do conhecimento e a acumulação com dominação financeira como se fossem simples alternativas, elas na verdade coexistiram como estratégias de acumulação concorrentes” (JESSOP, 2013c, p. 20). O problema está em conceder agência a uma categoria emergente (regime de acumulação), com riscos de uma derrapada estruturalista. Seguramente é possível compreender a citação no sentido de que estava em desenvolvimento uma multiplicidade de relações sociais que podiam ser divididas em dois grupos, cada um dos quais com certa coerência interna e dinâmica de desenvolvimento que indicava o potencial de constituir um certo regime de acumulação. Neste caso, a ideia de concorrência entre regimes de acumulação seria algo metafórico, relacionado ao fato de que o desenvolvimento de cada um dos grupo de relações negativamente impactava a estabilidade do outro. Ou pode-se considerar que se tratava de uma competição de fato entre *estratégias* de acumulação, e então parece mais interessante não postular um regime de acumulação correspondente a cada estratégia, já que “nunca pode haver uma correspondência de um para um

entre estruturas e estratégias” (JESSOP, 1987, p. 157). Ao contrário, deve-se ver como a acumulação é regularizada/governada como o resultado global, apenas parcialmente antevisto, do conflito entre diferentes estratégias, por contraditórias que sejam. Pode-se partir da concepção que os objetos da regulação tanto preexistem a regulação, como “elementos livres” diversos, quanto são constituídos através da mesma, na medida em que são integrados em tentativas parciais de totalização que os fixam relativamente como momentos do modo de regulação (JESSOP, 1990, p. 311). Nesta visão, as várias estratégias tentavam coordenar as relações sociais segundo diferentes circuitos que alterariam a eficácia de todas elas, e é da síntese dessas práticas a desenrolarem em um terreno estrategicamente seletivo que emerge o regime de acumulação, muito embora distinto daquele pretendido em cada estratégia individual. A ideia é que “não há nem regulação em geral e nem regulação geral; apenas regulações particulares e a totalidade da regulação” (JESSOP, 1990, p. 311). A seguinte citação parece corroborar a proposta, na medida em que indica a emergência da coordenação através do conflito de estratégias:

O sucesso da enésima estratégia depende de suas complementariedades a todas as outras estratégias relevantes [...] Não há nenhum sujeito global a planejar as estratégias de acumulação [...] e garantir o sucesso de sua implementação. Ao contrário, encontramos apenas diferentes sujeitos cujas atividades são mais ou menos coordenadas, cujas atividades encontram mais ou menos resistência de outras forças e cujas estratégias são perseguidas dentro de um contexto estrutural que tanto constringe como facilita (JESSOP, 1987, p. 158-159).

Assim, ao contrário de estudar dois tipos-ideais de regime de acumulação sem correspondência concreta, exploram-se as contradições de uma determinada forma de regulação e governança que opera sem uma estratégia clara por detrás da mesma (“não há nenhum sujeito global a planejar as estratégias de acumulação”). Há elementos para tanto, como estudar as diferentes frações do capital – particularmente, no caso em questão, aquelas envolvidas com a economia do conhecimento e com as finanças – em termos de sua capacidade de exercerem dominância ecológica ou determinação, dominação e hegemonia econômica e como daí geram-se complementariedades ou tensões. Jessop mesmo dá indicações disso quando sugere existir um “crescente antagonismo entre a economia globalizante do conhecimento como a expressão material e ideológica do capital produtivo e a lógica de um processo de acumulação de capital liderado pelas finanças, orientado para o valor para os acionistas” (JESSOP, 2010a, p. 36). É importante notar, neste contexto, que para o autor a dominação financeira refere-se à “articulação entre os circuitos da finança e da produção, e não pretende recolocar a distinção enganosa entre a finança e a ‘economia real’”

(JESSOP, 2013a, p. 53-54). Pode-se em seguida explorar como esse regime supostamente mais ins-tável, sem uma estratégia claramente dominante, interage com o projeto hegemônico (se existente) em termos das bases de apoio deste, da capacidade de concessões materiais, de suas estratégias de legitimação e afins. Particularmente no caso estadunidense, outra dimensão de interesse está em explorar como as deficiências de um tal regime de acumulação interagem com, e são suplantadas por, a posição de hegemonia global do país.⁸²

A consideração de não ser proveitoso ver a existência de dois regimes de acumulação, mas sim diferentes estratégias de acumulação cujos efeitos totais regularizam a acumulação, parte também de algumas observações substantivas. Primeiramente, o fato de que há uma intensa e complexa articulação entre as formas financeiras e produtivas do capital, em especial nos setores intensivos em conhecimento. Isto sugere que a regularização do circuito da economia do conhecimento não deva ser pensada em separado de um papel fundamental para o capital financeiro. Muito embora isto não constitua uma decorrência *necessária* dos trabalhos recentes de Jessop (especialmente 2013c), posto que se pode investigar a articulação na prática dos dois tipos-ideais lançados, parece no mínimo um procedimento heurístico pouco proveitoso. Como, ademais, a ideia de regime de acumulação busca definir os elementos de uma organização econômica que em seu conjunto respondam pelas principais dinâmicas e contradições da forma que a acumulação expandida do capital tende a tomar, parece mais frutífero enquadrar explicitamente, *como fora feito antes*, a articulação entre o capital financeiro e a economia do conhecimento dentro de um único regime de acumulação. Isto se daria, inclusive, através das tentativas de imposição de *estratégias* de acumulação conflitantes. O ponto é que se hipoteticamente é possível discernir uma estratégia de acumulação orquestrada, digamos, por setores financeiros e outra por setores produtivos (ou seus representantes), a forma como a acumulação é regularizada e governada não precisa corresponder a nenhuma das duas, mas compõe-se de elementos de ambas. Embora não caiba tentar propor uma resolução substantiva à questão, observa-se que há vários estudos que buscam ressaltar a complementariedade (e instabilidades da relação) entre o circuito financeiro e a inovação⁸³, a partir do que se sugere que regimes de acumulação enfocando a economia da ino-

⁸² Notadamente quanto à capacidade superlativa de financiar déficits em conta corrente que, por permitir um nível de consumo (por endividamento) superior ao que a crescente concentração de renda do país doutra forma geraria, funciona como mecanismo para fazer concessões materiais ao grosso da população que tem os rendimentos estagnados.

⁸³ Ver, por exemplo (ALBUQUERQUE, 2010). Bryan e Rafferty (2006) também exploram o papel fundamental dos mercados financeiros em comensurar diferenças espaço-temporais, enxergando os derivativos como parte intrínseca da forma contemporânea do capitalismo – e, assim, dos circuitos de inovação. Como nota, observa-se que Schumpeter (1961) mesmo já indicara relação fundamental entre finança e inovação.

vação *ou* a financeirização, com relativa negligência da outra dimensão (JESSOP, 2013c), não captam uma articulação essencial que define boa parte da dinâmica contemporânea. Um último ponto a se observar a esse respeito é que a ideia de concorrência entre dois regimes é tanto mais difícil pelo fato de que, discutivelmente, a expressão mais plena da dominância financeira e da orientação produtiva no sentido da economia do conhecimento estão em um mesmo país, e de forma absolutamente integrada (vide o papel do *venture capital*) – os EUA, tanto de *Wall Street* como do Vale do Silício.

Em vista disso, tampouco caberia considerar uma forma estatal compatível com o regime de acumulação com dominância financeira e uma compatível com a economia do conhecimento. Melhor seria continuar a desenvolver o SWPR atentando para suas (não) complementariedades com os vários momentos do circuito do capital. Novamente, parece que certa linha recente de Jessop configura retrocesso frente a formulações anteriores. Particularmente a inflexão de considerar o envolvimento do SWPR na reprodução da força de trabalho através unicamente de *flexicurity* (JESSOP, 2013c, p. 18) sugere tanto um distanciamento excessivo da realidade (nestes termos, o SWPR restringir-se-ia à Dinamarca, Holanda e outros poucos espaços) quanto, talvez de forma mais preocupante, uma concepção de regularização da acumulação que fizesse necessitar traços progressistas. Novamente, o que está em jogo é garantir – de forma precária, parcial e instável – a reprodução ampliada do capital e a acumulação como princípio de societalização dominante, o que por necessidade envolve reproduzir contradições e a exploração.

Da reavaliação da obra de Jessop em torno da transição para o SWPR acima proposta fica sugerida uma agenda de pesquisa com as seguintes características. No campo teórico em sentido restrito, dever-se-ia desenvolver mais explicitamente uma abordagem evolucionária ao processo de criação e retenção institucional. Propõe-se que isso permita eliminar certas tensões funcionalistas, estruturalistas ou deterministas que despontam em alguns momentos, bem como forneceria uma guia analítica mais explícita quanto à interrelação entre o econômico e político, notadamente no que se refere às condições que levam à conformação *ou não* de complementariedade entre as formas de cada dimensão. Para além disso, sugerem-se quatro outros direcionamentos. Primeiramente, deve-se integrar ao pós-fordismo outros espaços que não foram contemplados, particularmente a China e o Leste Asiático. Isto decorre da observação de que os mesmos constituem elemento intrínseco à reprodução social pós-fordista, a exclusão dos quais, portanto, leva a postular um ciclo que não fecha e a uma teorização viesada – especialmente ao não perceber a

dependência da economia do conhecimento com relação ao trabalho precarizado por detrás do que se tornou a “oficina do mundo”. Em segundo lugar, como Jessop já parece recentemente se inclinar, deve-se estudar o pós-fordismo através da interação entre seus diferentes subtipos e entre estes e as demais formações sociais. Ao invés de se ver modalidades de pós-fordismo e SWPRs mais ou menos independentes uma das outras, explorar-se-ia como historicamente se desenvolveram de maneira trajetória-dependente e como as relações com as demais formações sociais e com o mercado mundial, como horizonte último e referência da produção e valorização, concorrem para a reprodução de cada uma. Caminha-se assim para o estudo da (in)compossibilidade da reprodução capitalista pós-fordista em sua inserção mundial. Tal procedimento também facilitaria a identificação de alternativas, conforme proposto. Desta forma, trata-se de expandir o espaço compreendido como pós-fordista, explorar sistematicamente suas relações internas e inseri-lo no panorama mundial. Em terceiro lugar, propõe-se que não se veja concorrência entre dois regimes de acumulação em um mesmo espaço, mas sim o desenvolvimento de um regime através do conflito entre diferentes estratégias, de forma a melhor perceber a articulação entre as várias formas do capital e os impactos daí decorrentes. Por fim, sugere-se que a relativização da escala apontada deva servir como guia na identificação de possíveis fixações espaço-temporais contemporâneas. Parece haver alguma forma de “territorialismo metodológico” residual nas hipóteses que Jessop identifica para a consolidação de uma fixação espaço-temporal pós-fordista; a partir dos resultados de seu próprio trabalho, deve-se atentar para a possibilidade que uma tal fixação venha a se desenvolver com uma polimorfia complexa.

Não se quer com os comentários apresentados deslegitimar a transição para o SWPR que Jessop propõe ou sua obra mais geral. Ao contrário, considera-se que constitua uma agenda de pesquisa extremamente profícua, a despeito dos problemas apresentados, que tem sido capaz de iluminar um sem número de determinações da economia política contemporânea, notadamente no que se refere à forma estatal. As observações tecidas buscam, assim, contribuir para tal projeto através de críticas imanentes e algumas reorientações que se considera mais produtivas.

5 COMENTÁRIOS FINAIS

Explorou-se ao longo deste trabalho a obra de Bob Jessop com o intuito de oferecer, principalmente ao público economista, uma reflexão marxista sobre a relação entre o político e o econômico, notadamente na dimensão mais específica de uma abordagem à emergência e caracterização da forma estatal contemporânea. Desenvolveu-se interpretação de como Jessop aborda a relação entre o político e o econômico tentando mostrar que se trata de um campo em constante modificação, a revelar tanto o caráter em aberto de uma teoria política marxista quanto a reflexividade do processo de construção teórica do autor. Ao longo de suas quatro décadas de trabalhos pôde-se assistir a uma ampla reformulação do Estado capitalista em sua relação com o capital, e uma teoria que não se queira irrelevante ou anacrônica há de estar atenta a tanto. Buscou-se demonstrar que Jessop aceita tal desafio e propõe-se à tarefa de produzir uma crítica da economia política contemporânea que não se cala sobre os desenvolvimentos recentes, mas busca integrá-los em um arcabouço crescentemente complexo. Neste mesmo processo, seguidamente repõe a necessidade de demonstrar-se em conjunturas específicas, e segundo processos concretos, o caráter capitalista do Estado. Na medida em que nega em pontos cada vez mais numerosos as garantias de que *a priori* se observe unidade do poder de Estado, do circuito do capital e das formações sociais, é quase como se Jessop buscasse construir o caso mais difícil de demonstrar para uma teoria marxista que se debruce sobre a interrelação entre as formas políticas e econômicas do capitalismo. Mas é precisamente nisto que está uma contribuição central do autor – indicar como, não obstante o caráter contingente da transformação social e a improbabilidade da acumulação de capital, estabelecem-se formas estatais capitalistas que concorrem para reproduzir a relação do capital.

Espera-se também ter demonstrado que o arcabouço conceitual de Jessop e uma agenda que se pode identificar em torno de sua produção oferecem-se como uma abordagem que potencialmente escapa ao determinismo, estruturalismo e funcionalismo. Muito embora com percalços, que são ademais esperados, argumentou-se tratar de teorizações e análises capazes de integrarem uma compreensão crescentemente complexa e concreta do capitalismo contemporâneo, particularmente quanto às suas formas políticas. A tese da transição para o *Schumpeterian workfare post-national regime* aparece, assim, como um projeto de pesquisa frutífero que tem avançar

do em determinações centrais do atual Estado e regime de acumulação. Seguramente há muito que se fazer – pontos relevantes são ainda subavaliados, faltam estudos mais concretos e há sempre espaço para se aperfeiçoar e rever as lacunas que inevitavelmente emergem na tradução entre a teoria e o estudo histórico ou aplicado. Não obstante, considera-se que Jessop tenha oferecido narrativa que adequadamente encaminha uma agenda de pesquisa profícua, na qual desponta com a devida relevância a interrelação entre os vários planos das transformações econômicas e políticas, constantemente referidos uns aos outros e à relação do capital. Nesse sentido, espera-se com a discussão da obra de Jessop ter contribuído para a compreensão dos canais que ora articulam o poder de Estado e o capital.

6 REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, E. D. M. E. Causa e efeito: contribuições de Marx para investigações sobre finanças e inovação. *Revista de Economia Política*, v. 30, n. 3, p. 473-490, 2010.

ALTVATER, E.; HOFFMANN, J. The West German state derivation debate: the relation between economy and politics as a problem of Marxist state theory. *Social Text*, n. 24, p. 134-155, jan./mar., 1990.

ARONOWITZ, S.; BRATSIK, P. State power, global power. In: ARONOWITZ, S.; BRATSIK, P. (eds.). *Paradigm lost: state theory reconsidered*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002. p. xi-xxvii.

BARROW, C. W. *Critical theories of the state: Marxist, neo-Marxist, post-Marxist*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1993.

BARROW, C. W. The return of the state: globalization, state theory, and the new imperialism. *New Political Science*, v. 27, n. 2, p. 123-145, 2005.

BHASKAR, R. *The possibility of naturalism: a philosophical critique of the contemporary human sciences*. London and New York: Routledge, 2005.

_____. *A realist theory of science*. London and New York: Routledge, 2008.

BONEFELD, W. Reformulation of state theory. *Capital & Class*, v. 33, p. 96-127, 1987.

_____. Crisis of theory: Bob Jessop's theory of capitalist reproduction. *Capital & Class*, v. 50, p. 25-47, 1993.

BONEFELD, W. European integration: the market, the political and class. *Capital & Class*, n. 77, p. 117-142, 2002.

BONEFELD, W.; HOLLOWAY, J. (eds.). *Post-Fordism and social form: a Marxist debate on the Post-Fordist State*. Basingstoke and London: Macmillan, 1991.

- BOYER, R. *A teoria da regulação: uma análise crítica*. São Paulo: Nobel, 1990.
- BOYER, R.; SAILLARD, Y. (eds.). *Régulation theory: the state of the art*. London and New York: Routledge, 2002.
- BRAND, U.; GÖRG, C.; WISSEN, M. Second-order condensations of societal power relations: environmental politics and the internationalization of the state from a neo-Poulantzian perspective. *Antipode*, v. 43, n. 1, p. 149-175, 2011.
- BRENNER, N. Beyond state-centrism? Space, territoriality, and geographical scale in globalization studies. *Theory and Society*, v. 28, n. 1, p. 39-78, 1999.
- _____. Metropolitan institutional reform and the rescaling of state space in contemporary Western Europe. *European Urban and Regional Studies*, v. 10, n. 4, p. 297-324, 2003.
- _____. *New state spaces: urban governance and the rescaling of statehood*. New York: Oxford University Press, 2004a.
- _____. Urban governance and the production of new state spaces in Western Europe, 1960–2000. *Review of International Political Economy*, v. 11, n. 3, p. 447-488, 2004b.
- _____. Open questions on state rescaling. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, v. 2, n. 1, p. 123-139, 2009.
- BRENNER, N.; JESSOP, B.; JONES, M.; MACLEOD, G. (eds.). *State/space: a reader*. Oxford: Blackwell Publishers, 2003.
- BREZNITZ, D. Ideas, structure, state action and economic growth: rethinking the Irish miracle. *Review of International Political Economy*, v. 19, n. 1, p. 87-113, 2012.
- BROWN, J. C.; PURCELL, M. There's nothing inherent about scale: political ecology, the local trap, and the politics of development in the Brazilian Amazon. *Geoforum*, v. 36, n. 5, p. 607-624, 2005.
- BRYAN, D.; RAFFERTY, M. *Capitalism with derivatives: a political economy of financial derivatives, capital and class*. New York: Palgrave Macmillan, 2006.

CERNY, P. G. Restructuring the state in a globalizing world: capital accumulation, tangled hierarchies and the search for a new spatio-temporal fix. *Review of International Political Economy*, v. 13, n. 4, p. 679-695, 2006.

_____. Multi-nodal politics: globalisation is what actors make of it. *Review of International Studies*, v. 35, n. 2, p. 421-449, 2009.

_____. The competition state today: from *raison d'Etat* to *raison du Monde*. *Policy Studies*, v. 31, n. 1, p. 5-21, 2010.

CLARKE, S. Marxism, sociology and Poulantzas' theory of the state. *Capital & Class*, v. 2, p. 1-31, 1977.

_____. The state debate. In: CLARKE, S. (eds.). *The state debate*. Basingstoke: Palgrave, 1991. p. 1-69.

DEMIROVIC, A. NGOs, the state, and civil society: the transformation of hegemony. *Rethinking Marxism*, v. 15, n. 2, p. 213-235, 2003.

DEMIROVIĆ, A. Materialist state theory and the transnationalization of the capitalist state. *Antipode*, v. 43, n. 1, p. 38-59, 2011.

ESPING-ANDERSEN, G. *Politics against markets*. Ithaca: Cornell University Press, 1985.

_____. *The three worlds of welfare capitalism*. Cambridge: Polity Press, 1990.

GOODWIN, M.; JONES, M.; JONES, R. Devolution, constitutional change and economic development: explaining and understanding the new institutional geographies of the British state. *Regional Studies*, v. 39, n. 4, p. 421-436, 2005.

HARMES, A. Neoliberalism and multilevel governance. *Review of International Political Economy*, v. 13, n. 5, p. 725-749, 2006.

HAY, C. Re-stating politics, re-politicising the state: neo-liberalism, economic imperatives and the rise of the competition state. *The Political Quarterly*, v. 75, n. 1, p. 38-50, 2004.

- _____. (What's Marxist about) Marxist state theory? In: HAY, C.; LISTER, M.; MARSH, D. (eds.). *The state: theories and issues*. Basingstoke and New York: Palgrave Macmillan, 2006. p. 59-78.
- HEIGL, M. C. Social conflict and competing state projects in the semi-periphery: a strategic-relational analysis of the transformation of the Mexican state into an internationalized competition state. *Antipode*, v. 43, n. 1, p. 129-148, 2011.
- HIRSCH, J. Elements of a materialist theory of state. *International Journal of Politics*, v. 7, n. 2, p. 9-82, 1977.
- HIRSCH, J. The state's new clothes: NGOs and the internationalization of states. *Rethinking Marxism*, v. 15, n. 2, p. 237-262, 2003.
- HIRSCH, J.; KANNANKULAM, J. The spaces of capital: the political form of capitalism and the internationalization of the state. *Antipode*, v. 43, n. 1, p. 12-37, 2011.
- HOLLOWAY, J. The Great Bear, post-Fordism and class struggle: a comment on Bonefeld and Jessop. *Capital & Class*, v. 36, n. 93-104, 1988.
- HOLLOWAY, J.; PICCIOTO, S. (eds.). *State and capital: a Marxist debate*. London: Edward Arnold, 1978.
- HOLMWOOD, J.; STEWART, A. *Explanation and social theory*. Basingstoke: Macmillan, 1991.
- HUDSON, R. Book review: Beyond the Regulation Approach: putting capitalist economies in their place. *Economic Geography*, v. 83, n. 3, p. 325-326, 2007.
- JESSOP, B. Recent theories of the capitalist state. *Cambridge Journal of Economics*, v. 1, n. 4, p. 353-373, 1977.
- _____. *The capitalist state*. Marxist theories and methods. New York: New York University Press, 1982.
- _____. Accumulation strategies, state forms and hegemonic projects. *Kapitalistate*, v. 10/11, p. 89-111, 1983.
- _____. *Nicos Poulantzas: Marxist theory and political strategy*. Hong Kong: Macmillan, 1985.

- _____. Regulation theory, post-Fordism and the state: more than a reply to Werner Bonefeld. *Capital & Class*, v. 34, p. 147-168, 1987.
- _____. *State theory: putting the capitalist state in its place*. Cambridge: Polity Press, 1990.
- _____. Polar bears and class struggle: much less than a self-criticism. In: BONEFELD, W.; HOLLOWAY, J. (eds.). *Post-Fordism and social form: a Marxist debate on the post-Fordist State*. Basingstoke and London: Macmillan, 1991. p. 145-169.
- _____. Towards a Schumpeterian workfare state? Preliminary remarks on post-Fordist political economy. *Studies in Political Economy*, v. 40, p. 7-41, 1993.
- _____. The Regulation Approach, governance, and post-Fordism: alternative perspectives on economic and political change? *Economy and Society*, v. 24, n. 3, p. 307-333, 1995.
- _____. Interpretive Sociology and the dialectic of structure and agency. *Theory, Culture & Society*, v. 13, n. 1, p. 119-128, 1996.
- _____. Twenty years of the (Parisian) Regulation Approach: the paradox of success and failure at home and abroad. *New Political Economy*, v. 2, n. 3, p. 503-526, 1997.
- _____. The crisis of the national spatio-temporal fix and the tendential ecological dominance of globalizing capitalism. *International Journal of Urban & Regional Research*, v. 24, n. 2, p. 323-360, 2000.
- _____. Bringing the state back in (yet again): reviews, revisions, rejections, and redirections. *International Review of Sociology*, v. 11, n. 2, p. 149-173, 2001a.
- _____. State theory, regulation, and autopoiesis: debates and controversies. *Capital & Class*, n. 75, p. 83, 2001b.
- _____. *The future of the capitalist state*. Cambridge: Polity Press, 2002a.
- _____. Globalization and the national-state. In: ARONOWITZ, S.; BRATSIK, P. (eds.). *Paradigm lost: state theory reconsidered*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002b. p. 185-220.

- _____. Globalization: it's about time, too! *Reihe Politikwissenschaft/ Political Science Series*, n. 85, p. 1-23, 2003a.
- _____. Putting hegemony in its place. *Journal of Critical Realism*, v. 2, n. 1, p. 138-148, 2003b.
- _____. Critical semiotic analysis and cultural political economy. *Critical Discourse Studies*, v. 1, n. 2, p. 159-174, 2004.
- _____. Bringing governance into capitalist regulation. In: JESSOP, B.; SUM, N.-L. (eds.). *Beyond the regulation approach: putting capitalist economies in their place*. Cheltenham: Edward Elgar, 2006a. p. 247-271.
- _____. Critical realism and the regulation approach: a dialogue. In: JESSOP, B.; SUM, N.-L. (eds.). *Beyond the regulation approach: putting capitalist economies in their place*. Cheltenham: Edward Elgar, 2006b. p. 299-322.
- _____. Early regulation approaches in retrospect and prospect. In: JESSOP, B.; SUM, N.-L. (eds.). *Beyond the regulation approach: putting capitalist economies in their place*. Cheltenham: Edward Elgar, 2006c. p. 13-57.
- _____. Fordism and post-Fordism. In: JESSOP, B.; SUM, N.-L. (eds.). *Beyond the regulation approach: putting capitalist economies in their place*. Cheltenham: Edward Elgar, 2006d. p. 58-89.
- _____. Fordism, post-Fordism and the capitalist state. In: JESSOP, B.; SUM, N.-L. (eds.). *Beyond the regulation approach: putting capitalist economies in their place*. Cheltenham: Edward Elgar, 2006e. p. 90-119.
- _____. Gramsci as a proto- and post-regulation theorist. In: JESSOP, B.; SUM, N.-L. (eds.). *Beyond the regulation approach: putting capitalist economies in their place*. Cheltenham: Edward Elgar, 2006f. p. 348-373.
- _____. Neo-conservative regimes and the transition to post-Fordism. In: JESSOP, B.; SUM, N.-L. (eds.). *Beyond the regulation approach: putting capitalist economies in their place*. Cheltenham: Edward Elgar, 2006g. p. 123-151.
- _____. Regenerating the regulation approach. In: JESSOP, B.; SUM, N.-L. (eds.). *Beyond the regulation approach: putting capitalist economies in their place*. Cheltenham: Edward Elgar, 2006h. p. 213-246.

- _____. Rescaling regulation and governance in a global age. In: JESSOP, B.; SUM, N.-L. (eds.). *Beyond the regulation approach: putting capitalist economies in their place*. Cheltenham: Edward Elgar, 2006i. p. 271-295.
- _____. Rethinking periodization after Fordism. In: JESSOP, B.; SUM, N.-L. (eds.). *Beyond the regulation approach: putting capitalist economies in their place*. Cheltenham: Edward Elgar, 2006j. p. 323-347.
- _____. *State power: a strategic-relational approach*. Cambridge: Polity Press, 2007.
- _____. The continuing ecological dominance of neoliberalism in the crisis. In: SAAD-FILHO, A.; YALMAN, G. L. (eds.). *Economic transitions to neoliberalism in middle-income countries: policy dilemmas, economic crises, forms of resistance*. Abingdon: Routledge, 2010a. p. 24-38.
- _____. The 'return' of the national state in the current crisis of the world market. *Capital & Class*, v. 34, n. 1, p. 38-43, 2010b.
- _____. What follows neo-liberalism? The deepening contradictions of US domination and the struggle for a new global order. In: ALBRITTON, R.; JESSOP, B.; WESTRA, R. (eds.). *Political economy and global capitalism: the 21st century, present and future*. London: Anthem Press, 2010c. p. 67-88.
- _____. Obstacles to a world state in the shadow of the world market. *Cooperation and Conflict*, v. 47, n. 2, p. 200-219, 2012a.
- _____. Rethinking the diversity of capitalism: varieties of capitalism, variegated capitalism, and the world market. In: LANE, C.; WOOD, G. (eds.). *Capitalist diversity and diversity within capitalism*. London and New York: Routledge, 2012b. p. 209-237.
- _____. The World Market, Variegated Capitalism, and the Crisis of European Integration. In: NOUSIOS, P.; OVERBEEK, H.; TSOLAKIS, A. (eds.). *Globalisation and European integration: critical approaches to regional order and international relations*. New York: Routledge, 2012c. p. 91-111.
- _____. The North Atlantic Financial Crisis and varieties of capitalism: a Minsky and/or Marx moment? And perhaps Max Weber too? In: FADDA, S.; TRIDICO, P. (eds.). *Financial crisis, labour markets and institutions*. New York: Routledge, 2013a. p. 40-59.

- _____. Recovered imaginaries, imagined recoveries: a Cultural Political Economy of crisis construals and crisis-management in the North Atlantic financial crisis. In: BENNER, M. (eds.). *Before and beyond the global economic crisis: economics, politics and settlement*. Cheltenham: Edward Elgar, 2013b. p. 234-254.
- _____. Revisiting the regulation approach: critical reflections on the contradictions, dilemmas, fixes and crisis dynamics of growth regimes. *Capital & Class*, v. 37, n. 1, p. 5-24, 2013c.
- _____. Variegated capitalism and the Eurozone crisis: *Modell Deutschland*, neo-liberalism, and the world market. In: NATIONAL BANK OF POLAND, National Bank of Poland Conferences, 2013d, Warsaw. 24 april 2013. 26 p. Disponível em: <http://www.nbp.pl/badania/seminaria_files/24iv2013.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2013.
- JESSOP, B.; BRENNER, N.; JONES, M. Theorizing sociospatial relations. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 26, n. 3, p. 389-401, 2008.
- JESSOP, B.; LABROUSSE, A.; LAMARCHE, T.; VERCUEIL, J. Crossing boundaries: towards cultural political economy (interview). *Revue de la régulation [En ligne]*, v. 12, n. 2e semestre / Autumn, 2013.
- JESSOP, B.; OOSTERLYNCK, S. Cultural political economy: on making the cultural turn without falling into soft economic sociology. *Geoforum*, v. 39, n. 3, p. 1155-1169, 2008.
- JESSOP, B.; SUM, N.-L. Pre-disciplinary and post-disciplinary perspectives. *New Political Economy*, v. 6, n. 1, p. 89-101, 2001.
- _____. (eds.). *Beyond the regulation approach: putting capitalist economies in their place*. Cheltenham: Edward Elgar, 2006a.
- _____. Introduction. In: JESSOP, B.; SUM, N.-L. (eds.). *Beyond the regulation approach: putting capitalist economies in their place*. Cheltenham: Edward Elgar, 2006b. p. 1-10.
- _____. Cultural Political Economy: logics of discovery, epistemic fallacies, the complexity of emergence, and the potential of the cultural turn. *New Political Economy*, v. 15, n. 3, p. 445-451, 2010.
- JONES, M. Recovering a sense of political economy. *Political Geography*, v. 27, n. 4, p. 377-399, 2008.

- JONES, M.; JESSOP, B. Thinking state/space impossibly. *Antipode*, v. 42, n. 5, p. 1119-1149, 2010.
- MACARTNEY, H.; SHIELDS, S. Finding space in critical IPE: a scalar-relational approach. *Journal of International Relations and Development*, v. 14, n. 3, p. 375-383, 2011.
- MACARTNEY, H. U. W. Variegated neo-liberalism: transnationally oriented fractions of capital in EU financial market integration. *Review of International Studies*, v. 35, n. 2, p. 451-480, 2009.
- MARINETTO, M. Review: The future of the capitalist state. *Sociology*, v. 38, n. 4, p. 850-851, 2004.
- MARTIN, D.; MCCANN, E.; PURCELL, M. Space, Scale, Governance, and Representation: Contemporary Geographical Perspectives on Urban Politics and Policy. *Journal of Urban Affairs*, v. 25, n. 2, p. 113-121, 2003.
- MATUSITZ, J. Glurbanization theory: an analysis of global cities. *International Review of Sociology*, v. 20, n. 1, p. 1-14, 2010.
- MILIBAND, R. *The state in capitalist societies*. New York: Basic Books, 1968.
- MÜLLER, W.; NEUSÜSS, C. The illusion of state socialism and the contradiction between wage labor and capital. *Telos*, v. 25, n. 25, p. 13-90, 1975.
- OOSTERLYNCK, S. Regulating regional uneven development and the politics of reconfiguring Belgian state space. *Antipode*, v. 42, n. 5, p. 1151-1179, 2010.
- PASHUKANIS, E. B. *The general theory of law & Marxism*. New Brunswick: Transaction Publishers, 2002.
- PETERS, B. G. Back to the centre? rebuilding the state. *The Political Quarterly*, v. 75, n. Supplement s1, p. 130-140, 2004.
- POLANYI, K. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

- PURCELL, M. The state, regulation, and global restructuring: reasserting the political in political economy. *Review of International Political Economy*, v. 9, n. 2, p. 298-332, 2002.
- SCHUMPETER, J. A. *The theory of economic development: an inquiry into profits, capital, credit, interest, and the business cycle*. Cambridge: Harvard University Press, 1961.
- SUM, N.-L. A regulationist perspective on the Asian 'crisis' and after. In: JESSOP, B.; SUM, N.-L. (eds.). *Beyond the regulation approach: putting capitalist economies in their place*. Cheltenham: Edward Elgar, 2006a. p. 187-209.
- _____. A regulationist re-reading of East Asian newly industrializing economies: from peripheral Fordism to exportism. In: JESSOP, B.; SUM, N.-L. (eds.). *Beyond the regulation approach: putting capitalist economies in their place*. Cheltenham: Edward Elgar, 2006b. p. 152-186.
- SWYNGEDOUW, E. Book review: State/space: a reader. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 94, n. 1, p. 228-230, 2004.
- VAN HEUR, B. Beyond regulation: towards a cultural political economy of complexity and emergence. *New Political Economy*, v. 15, n. 3, p. 421-444, 2010a.
- _____. Research and relevance: response to Jessop and Sum. *New Political Economy*, v. 15, n. 3, p. 453-456, 2010b.
- VARRÓ, K. Re-politicising the analysis of "new state spaces" in Hungary and beyond: towards an effective engagement with "actually existing neoliberalism". *Antipode*, v. 42, n. 5, p. 1253-1278, 2010.
- WISSEN, M. Contested terrains: politics of scale, the national state and struggles for the control over nature. *Review of International Political Economy*, v. 16, n. 5, p. 883-906, 2009.
- WISSEN, M.; BRAND, U. Approaching the internationalization of the state: an introduction. *Antipode*, v. 43, n. 1, p. 1-11, 2011.
- ZYSMAN, J.; BREZNITZ, D. Double bind: governing the economy in an ICT era. *Governance*, v. 25, n. 1, p. 129-150, 2012.